



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - N° 194 - QUARTA-FEIRA, 1º DE NOVEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1 ^a - Serys Slhessarenko – PT-MT 2 ^a - Papaléo Paes – PSDB-AP 3 ^a - Alvaro Dias – PSDB-PR 4 ^a - Aelton Freitas – PL-MG
---	--

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER EM EXERCÍCIO Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾ VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾ VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB) - 19 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago) LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) ⁽¹⁾ LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Peres ⁽³⁾ VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 57, DE 2006

ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, que “Dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social nas condições que especifica e altera a legislação tributária federal”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 27 de outubro do corrente ano.

Congresso Nacional, 31 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 2006-CN

Altera o Anexo VI da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, na parte referente ao subtítulo 26.782.0233.7192.0042 – Construção de Trecho Rodoviário – São José Cerrito – Campos Novos – na BR-282 – no Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica alterado o Anexo VI da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, na parte referente ao subtítulo 26.782.0233.7192.0042, para dele fazer constar a deliberação de que sejam retomadas as obras ao abrigo dos contratos nº PJ-090/2001, nº PJ-091/2001 e nº PJ-078/2000, sendo-lhes autorizada a execução orçamentária, física e financeira.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 31 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 445, DE 2006

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Liberal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belém, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 30 de julho de 1992, que renova a concessão outorgada à Televisão Liberal Ltda. para explorar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 16 de dezembro de 1989, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 446, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Manoel Antônio Nunes Neto para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Icó, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 518, de 20 de dezembro de 2004, que outorga permissão à Fundação Cultural Manoel Antônio Nunes Neto para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Icó, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 447, DE 2006

Aprova o ato que autoriza o Movimento de Ação Comunitária – MAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solonópole, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 146, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza o Movimento de Ação Comunitária – MAC a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solonópole, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 448, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deputado Irapuan Pinheiro, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 145, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária de Cedro a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deputado Irapuan Pinheiro, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 449, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 142, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 450, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Francisco de Assis Dantas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penaforte, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 90, de 23 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Comunitária Francisco de Assis Dantas a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penaforte, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 451, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Sócio-cultural, Desportiva e Educacional de Pindoretama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 142, de 16 de abril de 2004, que autoriza a Associação Sócio-Cultural, Desportiva e Educacional de Pindoretama a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 452, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 570, de 18 de novembro de 2005, que autoriza a Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 453, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 475, de 31 de outubro de 2005, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 454, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 765, de 22 de dezembro de 2003, que autoriza a ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 455, DE 2006

Aprova o ato que autoriza o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 262, de 25 de maio de 2005, que autoriza o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 456, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Transamérica/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colniza, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 472, de 31 de outubro de 2005, que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Trans América/FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colniza, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 457, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulínea, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 164, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulínea, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 458, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 530, de 17 de novembro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 459, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Olga de Sá para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 536, de 17 de novembro de 2005, que outorga permissão à Fundação Olga de Sá para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Lorena, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 460, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuã, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 112, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuã, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 461, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amambai, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 115, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amambai, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 462, DE 2006

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Ipiaú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipiaú, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 9 de fevereiro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 16 de março de 1999, a concessão da Rádio Educadora de Ipiaú Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipiaú, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 463, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Sarney, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 510, de 8 de novembro de 2005, que autoriza a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Sarney, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 464, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 164, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 465, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Recreativa Ferrabrés a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 631, de 14 de dezembro de 2005, que autoriza a Associação Cultural e Recreativa Ferrabrés a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 466, DE 2006

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacobina, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 9 de fevereiro de 2006, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 8 de fevereiro de 2000, a concessão da Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacobina, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 467, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jaguaruana, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 143, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jaguaruana, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 468, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão FM do Povo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açú, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 467, de 24 de novembro de 2004, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão FM do Povo a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açú, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 469, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 532, de 17 de novembro de 2005, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 470, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Sociedade Hervalense de Artes e Recreação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 8, de 5 de janeiro de 2006, que autoriza a Sociedade Hervalense de Artes e Recreação a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 471, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – AFASB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 537, de 17 de novembro de 2005, que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – AFASB a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 472, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.918, de 16 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 177ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 31 DE OUTUBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofícios do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.709/2006, de 27 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Decreto Legislativo nº 604, de 1999 (nº 2.810/2000, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre os limites da receita bruta anual e os percentuais aplicáveis à receita bruta mensal das empresas inscritas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

33065

Nº 1.710/2006, de 27 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei do Senado nº 421, 2005 (nº 7.102/2006, na Câmara dos Deputados), que inscreve o nome de Sepé Tiarajú no Livro dos Heróis da Pátria.

33065

Nº 1.754/2006, de 30 do corrente, encaminhando o processado da Medida Provisória nº 303, de 2006, tendo em vista o término do prazo de vigência dia 27 de outubro de 2006, nos termos do art. 62 da Constituição Federal. **(Anexado ao processado do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2006).**

33065

1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2006, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 9.263, de 12-01-1996, que trata do planejamento familiar, para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o Dia do Planejamento Familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência de sociedade conjugal para a realização de esterilização cirúrgica.

33065

Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa “Cantando as

Diferenças”, destinado a promover a inclusão social de grupos discriminados e dá outras providências.

33068

Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças”.

33069

Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências, para vedar a cobrança de multas ou a retenção de quaisquer valores sobre o montante depositado por subscritores de títulos de capitalização na hipótese de resgate antecipado.

33070

Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta o § 4º ao art. 118 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para explicitar que não constitui acumulação proibida a titularidade de dois cargos públicos, quando apenas um deles for remunerado.

33072

Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que considera a atividade profissional de motorista de táxi prejudicial à saúde para efeito da concessão de aposentadoria especial.

33076

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2006-CN, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional. **O projeto vai à promulgação.**

33077

Recebimento do Aviso nº 37, de 2006 (nº 435/2006, na origem), de 26 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de setembro de 2006, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estado e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. **(Anexado ao processado do Aviso nº 10, de 2006)**....

33077

1.2.4 – Ofício do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Nº 838/2006, de 26 do corrente, pronunciando-se em resposta ao Ofício nº 1.738/2006, de 19

de setembro último, do Senado Federal, que versa sobre recomendação à Agência Brasileira de Inteligência – Abin, constante do Relatório Final nº 5, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra. **(Anexado ao processado do Requerimento nº 13, de 2003-CN).** 33077

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 1.079, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de pesar pelo falecimento do radialista, jornalista, escritor e ex-Deputado Federal Enéas Machado de Assis, ocorrido no dia 17 do corrente, na cidade de São Paulo. 33078

1.2.6 – Ofícios da Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Nºs 724 e 726/2006, de 30 do corrente, encaminhando cópias das notas técnicas e dos pareceres proferidos pelo Conselho Nacional de Justiça, sobre o mérito das solicitações de créditos suplementares e especiais, respectivamente, encaminhados pelos Órgãos do Poder Judiciário da União. **(Anexados nos processados dos Projetos de Lei nº 37 e 42, de 2006 – CN).** 33079

1.2.7 – Expediente do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Exposição de Motivos nº 217, de 2006, apresentando a proposta de projeto de lei que abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$144.596.444,00. **(Anexado ao processado do Projeto de Lei nº 32, de 2006 – CN).** 33143

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Aplausos à reeleição do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. 33146

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Regozijo pela vitória do presidente Lula, uma genuína manifestação da democracia. 33148

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Protesto contra a falta de ação do governo federal, em razão da paralisação dos controladores de vôo. Transcrição da coluna do jornalista Augusto Nunes, do **Jornal do Brasil**, intitulado “Coisas de Política”. 33151

SENADOR PAULO PAIM – Cumprimentos ao Ministro da Educação e ao titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, pela realização, no próximo dia 6, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, de audiência pública destinada a debater o ensino técnico profissionalizante em todo o país. Justificação pela apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2006, que cria o programa “Cantando as Diferenças”, destinado a promover a inclusão social de grupos discriminados, e que homenageia o ex-Deputado Federal Florestan Fernandes, falecido em 10 de agosto de 1995..... 33155

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Cumprimentos à Senadora Ana Júlia Carepa, pela vitória alcançada na disputa pelo cargo de Governadora do Pará. 33160

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Repúdio ao constrangimento sofrido por alguns jornalistas da revista **Veja**, nas dependências da Polícia Federal, que participaram da matéria intitulada “Operação Abafa”. 33162

SENADOR MÃO SANTA – Considerações sobre a complexidade do processo democrático. Intenção de cobrar do Presidente Lula as promessas de campanha. 33165

SENADORA IDELI SALVATTI – Esclarecimentos sobre o episódio narrado pelo Senador Heráclito Fortes, obtidos junto ao Dr. Paulo Lacerda, da Polícia Federal. 33169

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Manifestação sobre os esclarecimentos da Senadora Ideli Salvatti e comentários sobre diversas matérias jornalísticas relativas ao assunto. 33171

SENADOR JORGE BORNHAUSEN – Leitura de Nota Oficial da Executiva Nacional do PFL, aprovada no dia de hoje, sobre os resultados das eleições presidenciais do último domingo. 33175

SENADOR SIBÁ MACHADO – Sugestões ao Congresso Nacional para discussão na próxima legislatura, de uma agenda mínima para o País. Cumprimentos ao presidente Lula pela vitória alcançada, bem como aos demais candidatos aos cargos de governador. 33176

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Lamento pelo triste episódio de constrangimento contra jornalistas da revista **Veja**, na Polícia Federal e manifestação contra o cerceamento do exercício de qualquer profissão que seja. 33178

SENADOR MARCO MACIEL – Manifestação contra a postergação da regulamentação do instituto do “Lobby”, cujo projeto é da autoria de S. Exa. Apelo à Câmara dos Deputados no sentido de que inclua a referida matéria em Ordem do Dia, pois o “Lobby” proporciona uma maior transparência no processo democrático. 33180

SENADOR ROMEU TUMA – Considerações sobre o caos que está ocorrendo nos aeroportos brasileiros devido à paralisação dos controladores de vôo. 33181

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Cumprimentos ao presidente Lula pela vitória alcançada nas últimas eleições. Considerações sobre a situação vexatória das prefeituras que, ao longo dos anos, alcançaram um endividamento altíssimo com a Previdência Social. 33185

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Votos de bom êxito ao presidente Lula no desempenho de sua missão. Questionamentos sobre

as primeiras palavras do presidente Lula, após o resultado das eleições.	33187	raldo Alckmin, publicada no jornal A Crítica , edição de 15 de outubro corrente.	33197
SENADOR ROBERTO CAVALCANTI – Relato da participação de S. Exa. na 115ª Assembléia da União Interparlamentar UIP, realizada em Genebra.	33189	1.3 – ENCERRAMENTO	
1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação		2 – ATAS DE COMISSÕES (PUBLICADAS EM SUPLEMENTO A ESTE DIÁRIO)	
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro do editorial intitulado “ <i>Choque de realidade</i> ”, do jornal Correio Braziliense , edição de 6 de setembro último.	33190	3 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA – Registro do artigo intitulado “ <i>Lula sem FHC</i> ”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal Folha de S. Paulo , edição de 12 de setembro último.	33192	Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal no período de 1º a 31 de outubro de 2006.....	33199
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentário sobre a matéria intitulada “ <i>Caio Fábio diz que foi pressionado por PT no caso Cayman</i> ”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 22 de outubro corrente. Comentário sobre a matéria intitulada “ <i>FAT financia ONG ligada a ex-assessor de Mercadante</i> ”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 22 de setembro último.	33192	4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “ <i>Para vice de Serra, petistas são ‘filhotes de Goebbels’</i> ”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 11 de outubro corrente.	33195	Nºs 242 a 245, de 2006	33244
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentário sobre o editorial intitulado “ <i>Sismo sob o PT</i> ”, do jornal Folha de S. Paulo , edição de 25 de setembro último.	33196	5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da entrevista intitulada “ <i>Vou apoiar a produção de TV digital na Zona Franca</i> ”, do candidato tucano Ge-		Nºs 2.105 a 2.138, de 2006	33247
		SENADO FEDERAL	
		6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
		– 52ª LEGISLATURA	
		7 – SECRETARIA DE COMISSÕES	
		8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
		9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
		15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
		17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 177ª Sessão Não Deliberativa, em 31 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência da Sra. Heloísa Helena

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. N° 1.709/06/SGM/P

Brasília, 27 de outubro de 2006

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 2.810/00, do Senado Federal (PDS nº 604/99, na origem), que “Dispõe sobre os limites da receita bruta anual e os percentuais aplicáveis à receita bruta mensal das empresas inscritas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.”.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

OF. N° 1.710/06/SGM/P

Brasília, 27 de outubro de 2006

Assunto: comunica arquivamento de proposição.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 7.102/06, do Senado Federal (PLS nº 421/05, na origem), que “Inscreve o nome de Sepé Tiarajú no Livro dos Heróis da Pátria.”.

Atenciosamente – **Aldo Rebelo**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. n° 1.754/06/SGM/P

Brasília, 30 de outubro de 2006

Assunto: Encaminhamento do processo de Medida Provisória – término do prazo de vigência.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins do disposto no art. 11, combinado com o parágrafo único do art. 14, da Resolução nº 1, de 2002-CN, o processado da Medida Provisória nº 303, de 2006, tendo em vista o término do prazo de vigência de 27 de outubro de 2006, nos termos do art. 62 da Constituição Federal.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação e será cumprido o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O processado do **Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2006**, proveniente da **Medida Provisória nº 303, 2006**, vai à Comissão Mista.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 284, DE 2006

Altera a Lei nº 9.263, de 12-1-1996, que trata do planejamento familiar, para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o Dia do Planejamento Familiar reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e reverter a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência de sociedade conjugal para a realização de esterilização cirúrgica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 5º e 1º da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 5º

§ 1º E obrigatória a educação sexual:

I – no ensino médio e fundamental dos estabelecimentos de ensino público e privado;

II – na instrução prestada aos militares das Forças Armadas submetidos ao serviço militar obrigatório, nas academias e demais cursos de formação militar, bem como de formação da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Ferroviária Federal.

§ 2º Fica instituído o Dia do Planejamento Familiar”, a ser comemorado anualmente no dia 12 de janeiro, com o objetivo de difundir a prática e os direitos reprodutivos da população.(NR)

Art. 10.

I – em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de dezoito anos de idade e, pelo menos, com dois filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso a serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento por equipe multidisciplinar, visando a desencorajar a esterilização precoce; (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o disposto nos incisos I e II, do § 1º, do seu artigo 5º, que entrará em vigência um ano após a data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o § 5º do art. 10 da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996.

Justificação

As alterações que propomos à Lei do Planejamento Familiar objetivam instituir medidas que propiciem, mormente às camadas mais pobres da população, obter informações sobre planejamento familiar e ampliação de seu acesso a essas ações.

Nesse sentido, pretendemos que a educação sexual se torne obrigatória no ensino fundamental e médio e na instrução prestada aos submetidos ao Serviço Militar Obrigatório e demais cursistas de instituições de formação militar e policial, providência esta imposta aos sistemas público e privado de ensino regular e às organizações militares.

Pretendemos instituir, também, um “Dia do Planejamento Familiar”, a ser comemorado anualmente

no dia da sanção da Lei de Planejamento Familiar – 12 de janeiro, visando à realização de eventos tendentes a difundir e estimular essa saudável prática.

Outra mudança proposta é a redução da idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica dos atuais vinte e cinco anos para os dezoito. O limite atual é incompatível com a realidade fática e o arcabouço jurídico assentado. Com efeito, é de dezoito anos a idade mínima exigida para a adoção de filhos, segundo o Código Civil. Esse Código, igualmente, reconhece no cidadão com dezoito anos de idade a maturidade e o discernimento completos, necessários à prática de todos os atos da vida civil, a saber:

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

.....

“Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

.....

Art. 1.618. Só a pessoa maior de dezoito anos pode adotar.”

Por fim, temos por abusiva a intervenção do Estado, de impor o consentimento do casal, na vigência de sociedade conjugal, para a esterilização voluntária de um ou de ambos. Assim entendemos porque a lei não impõe, como não poderia impor, que do estabelecimento do consórcio conjugal decorra necessária procriação. Além disso, há que se respeitar a decisão individual de ter ou de limitar o número de filhos.

É imprescindível ressaltar, a existência de expresso comando constitucional que veda ao Estado interferir na livre deliberação do casal sobre o planejamento familiar, inclusive de ter, limitar o número ou de não ter filhos, a saber:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....

“Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

.....

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

.....

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer for-

ma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.”

Por abundância, temos a reiteração, cota idêntica fórmula, dessa limitação à intervenção do Estado nos negócios de família também assentada no Código Civil (art. 1.565, § 2º, da Lei. nº 11.406/02).

Por outro lado, quando a esterilização objetiva a limitação do número de filhos, a exigência da outorga uxória se mostra discriminatória à entidade familiar, já que ao homem ou mulher solteiros a lei apenas exige idade mínima ou que o pretendente tenha pelo menos dois filhos vivos (Lei nº 9.293/96, art. 10, I). Assim, resulta que ante a recusa de autorização de um deles, face o comando legal atualmente em vigor, resta ao casal o risco de gravidezes indesejadas, situação agravada pelos insuficientes meios e informações contraceptivos disponibilizados pelo poder público.

Com efeito, pesquisa¹ realizada pela Universidade de Brasília, em 2004, analisando a qualidade da assistência à saúde da mulher oferecida pelo SUS – inclusive o acesso a ações de planejamento familiar –, evidenciou que apenas 20,1% dos municípios brasileiros mantinham ações de atenção à saúde da mulher: 18,2% ofereciam o conjunto de atividades considerado “atenção básica” e apenas 1,9% disponibilizavam o que o estudo classificava como “atenção semi-integral”.

A atenção aos casos de infertilidade não era oferecida por 72,9% dos municípios e a oferta de contraceptivos como os dispositivos intra-uterinos e o diafragma, por exemplo, era inexistente na maior parte das cidades.

Assim, em face dessas considerações, aguardamos o apoioamento dos nobres colegas a essa proposição cujo intuito é o aprimoramento da legislação que regulamenta o planejamento familiar em nosso País. Sala das Sessões, – Senador **Marcelo Crivela**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

¹ A pesquisa foi coordenada por Ana Maria Costa e, por meio de questionários, investigadas 627 secretarias municipais de saúde, entre outubro de 2003 e abril de 2004, em relação a informações sociodemográficas e administrativas do município; o grau de prioridade atribuída à atenção à saúde da mulher; a qualidade das atividades oferecidas e sua oferta.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.”

.....
LEI N° 11.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

.....
“Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

.....
Art. 1.565. Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.

.....
§ 2º O planejamento familiar é de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e financeiros para o exercício desse direito, vedado qualquer tipo de coerção por parte de instituições privadas ou públicas.

.....
Art. 1.618. Só a pessoa maior de dezoito anos pode adotar.”

.....
LEI N° 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996

Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

.....
Art. 5º É dever do Estado, através do Sistema Único de Saúde, em associação, no que couber, às instâncias componentes do sistema educacional, promover condições e recursos informativos, educacionais, técnicos e científicos que assegurem o livre exercício do planejamento familiar.

.....
Art. 10. Somente é permitida a esterilização voluntária nas seguintes situações:

I – em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de vinte e cinco anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso a serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento

to por equipe multidisciplinar, visando desencorajar a esterilização precoce;

.....
5º Na vigência de sociedade conjugal, a esterilização depende do consentimento expresso de ambos os cônjuges.

(À Comissão de Educação e de Assuntos Sociais em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, DE 2006

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa “Cantando as Diferenças”, destinado a promover a inclusão social de grupos discriminados e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, nos termos desta Lei, o Programa “Cantando as Diferenças”, com o fim de promover a inclusão social de grupos discriminados por etnia, raça, gênero, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência, e condição social.

Art. 2º Para efeitos desta lei, o programa “Cantando as Diferenças” articula municípios e comunidades em ações de inclusão social, com base no disposto na legislação vigente e nos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Parágrafo único. As atividades a serem desenvolvidas no âmbito do programa incluem produção e divulgação de trabalhos e atividades relacionados com arte, cultura, educação, inserção laboral, defesa do meio ambiente e Direitos Humanos.

Art. 3º O Programa “Cantando as Diferenças” será implementado mediante convênios a serem celebrados entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será financiado com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, Fundo Nacional do Idoso e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente, Fundo Nacional.

§ 1º O programa mencionado no caput deste artigo será coordenado pelo Conselho Gestor do Cantando as Diferenças, composto por dois membros de cada fundo que custeia o programa e um presidente indicado pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

§ 2º Os critérios para a inclusão dos municípios e das instituições governamentais e não-governamentais no programa serão definidos pelo órgão gestor.

Art. 4º O poder executivo, nas três esferas de governo, assegurará a inclusão de temas transversais nos conteúdos curriculares nacionais abrangendo as

diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência e inclusão social.

Art. 5º É instituído o Dia Nacional de Reflexão do “Cantando as Diferenças”, que será celebrado no dia 10 de agosto.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O programa “Cantando as Diferenças” objetiva promover uma ampla e gradual mudança no modo de enxergar as mais variadas diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência, inclusão social e, meio ambiente ou seja, uma mudança de consciência e atitude.

Para alcançar este objetivo o programa propõe o trabalho conjunto da sociedade e do governo no âmbito municipal, abrangendo aspectos como educação, esportes, lazer, produção cultural e artística, para os grupos tradicionalmente discriminados por suas “diferenças” físicas, mentais, raciais, de idade e de gênero.

Embora existam no Brasil várias leis que, pelo menos teoricamente, protegem os grupos mais desfavorecidos e vulneráveis da sociedade, como por exemplo o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), ou Projetos de Lei como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto da Mulher, Estatuto dos Povos Indígenas e leis do Meio Ambiente, a verdadeira inclusão social e política só é alcançada pela execução de políticas públicas capazes de envolver setores da sociedade e do governo em torno de objetivos comuns.

O projeto aqui proposto teve como origem a experiência vitoriosa realizada em vários municípios gaúchos, que permitiu dar voz e voz à grande maioria de seu povo, que por um motivo ou outro, sempre esteve à margem da participação política, das discussões acerca dos rumos de suas vidas.

Os primeiros passos deste projeto nasceram do espírito empreendedor do Centro de Integração Paulo Paim, que com pequenas idéias e atitudes encontrou na ULBRA – Universidade Luterana do Brasil um parceiro para a extensão e divulgação do projeto, o qual é visto e divulgado em todo o Estado do Rio Grande do Sul, em outros estados e até internacionalmente.

De acordo com documento da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Gravataí/RS, primeiro município a implementar o mencionado programa, a idéia é propor um outro olhar – saindo de um olhar de cuidado e assistencialismo para um olhar

de direitos, reconhecendo politicamente as diferenças individuais, culturais e sociais – na busca da inclusão da sociedade e do Estado para com todas as pessoas e suas culturas.

Como dito, o referido projeto já foi expandido para outros municípios do estado e desenvolve atividades como a participação de professores da rede municipal em cursos para atender alunos com deficiência, e a promoção de eventos culturais e esportivos.

A adoção de temas transversais abrangendo as diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência e inclusão social, prevista no artigo 4º, permitirá que estes conteúdos possam permear todas as áreas do conhecimento, facilitando a compreensão e a importância de uma formação integral do ponto de vista ético e da pluralidade de expressões no âmbito educacional.

Tendo em vista que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a legislação correlata já prevêem a inclusão de temas transversais nos currículos educacionais, os temas propostos poderão ser perfeitamente recepcionados pelo ordenamento jurídico nacional.

O sucesso das atividades desenvolvidas pelo programa, realizadas mediante parcerias com várias entidades estaduais, públicas e privadas, nos vários municípios gaúchos, nos leva a crer que este programa pode ser implementado em outros municípios do Brasil.

Convém, ainda, para que possamos, anualmente, rememorar este projeto, buscando inspiração na data de 10 de agosto, nos remetendo à morte de Florestan Fernandes.

Florestan Fernandes, nascido em 22 de julho de 1920, já aos seis anos de idade se inseria na sociedade em busca da sobrevivência dentro de uma infância pobre e edificou, nos seus 75 anos de existência, uma revolução sociológica em nosso País.

Foi guerreiro na luta contra a desigualdade, lutou e influenciou as transformações sociais, firmou parcerias com mentes como Darcy Ribeiro (em defesa da educação), Betinho (na luta contra a fome), Chico Mendes (em defesa da natureza) e outros. Empregou seu vigor de idéias na consolidação de um novo projeto de sociedade, ajudando a recuperar algumas condições de existência, de vida e de trabalho do negro, índio, caboclo, deficiente, escravo, colono, seringueiro, do meio ambiente e outros.

Ao homenagearmos Florestan Fernandes com o Dia Nacional de Reflexão do Cantando as Diferenças, estamos homenageando também celebridades que marcaram história na luta contra a opressão, desigualdade e injustiça, que tombaram na construção de um mundo melhor para todos.

Daí porque a data de sua morte ser escolhida como marco para a reflexão deste grandioso projeto “Cantando as Diferenças” a ser implantado, acredito, muito em breve.

Assim, pedimos aos nobres pares a aprovação deste projeto de lei, elaborado com o sentido de proporcionar, a todos os grupos que tradicionalmente foram discriminados em nossa sociedade, a oportunidade de traduzir o disposto nas leis em ação, dando cidadania e dignidade a milhares de brasileiros em harmonia com o nosso ecossistema.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Educação, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, DE 2006

Institui o dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o Dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças”, que será celebrado no dia 10 de agosto.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O programa “Cantando as Diferenças” objetiva promover uma ampla e gradual mudança no modo de enxergar as mais variadas diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência, inclusão social e, meio ambiente ou seja, uma mudança de consciência e atitude.

Para alcançar este objetivo o programa propõe o trabalho conjunto da sociedade e do governo no âmbito municipal, abrangendo aspectos como educação, esportes, lazer, produção cultural e artística, para os grupos tradicionalmente discriminados por suas “diferenças” físicas, mentais, raciais, de idade e de gênero.

Embora existam no Brasil várias leis que, pelo menos teoricamente, protegem os grupos mais desfavorecidos e vulneráveis da sociedade, como por exemplo o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), ou Projetos de Lei como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto da Mulher, Estatuto dos Povos Indígenas e leis do Meio Ambiente, a verdadeira inclusão social e política só é alcançada pela

execução de políticas públicas capazes de envolver setores da sociedade e do governo em torno de objetivos comuns.

O projeto aqui proposto teve como origem a experiência vitoriosa realizada em vários municípios gaúchos, que permitiu dar vez e voz à grande maioria de seu povo, que por um motivo ou outro, sempre esteve à margem da participação política, das discussões acerca dos rumos de suas vidas.

Os primeiros passos deste projeto nasceram do espírito empreendedor do Centro de Integração Paulo Paim, que com pequenas idéias e atitudes encontrou na ULBRA – Universidade Luterana do Brasil um parceiro para a extensão e divulgação do projeto, o qual é visto e divulgado em todo o Estado do Rio Grande do Sul, em outros estados e até internacionalmente.

De acordo com documento da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Gravataí/RS, primeiro município a implementar o mencionado programa, a idéia é propor um outro olhar saindo de um olhar de cuidado e assistencialismo para um olhar de direitos, reconhecendo politicamente as diferenças individuais, culturais e sociais na busca da inclusão da sociedade e do Estado para com todas as pessoas e suas culturas.

Como dito, o referido projeto já foi expandido para outros municípios do estado e desenvolve atividades como a participação de professores da rede municipal em cursos para atender alunos com deficiência, e a promoção de eventos culturais e esportivos.

A adoção de temas transversais abrangendo as diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência e inclusão social, prevista no artigo 4º, permitirá que estes conteúdos possam permear todas as áreas do conhecimento, facilitando a compreensão e a importância de uma formação integral do ponto de vista ético e da pluralidade de expressões no âmbito educacional.

Tendo em vista que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a legislação correlata já prevêem a inclusão de temas transversais nos currículos educacionais, os temas propostos poderão ser perfeitamente recepcionados pelo ordenamento jurídico nacional.

O sucesso das atividades desenvolvidas pelo programa, realizadas mediante parcerias com várias entidades estaduais, públicas e privadas, nos vários municípios gaúchos, nos leva a crer que este programa pode ser implementado em outros municípios do Brasil.

Convém, ainda, para que possamos, anualmente, rememorar este projeto buscando inspiração na data de 10 de agosto, nos remetendo à morte de Florestan Fernandes.

Florestan Fernandes, nascido em 22 de julho de 1920, já aos seis anos de idade se inseria na sociedade em busca da sobrevivência dentro de uma infância pobre e edificou, nos seus 75 anos de existência, uma revolução sociológica em nosso País.

Foi guerreiro na luta contra a desigualdade, lutou e influenciou as transformações sociais, firmou parcerias com mentes como Darcy Ribeiro (em defesa da educação), Betinho (na luta contra a fome), Chico Mendes (em defesa da natureza) e outros. Empregou seu vigor de idéias na consolidação de um novo projeto de sociedade, ajudando a recuperar algumas condições de existência, de vida e de trabalho do negro, índio, caboclo, deficiente, escravo, colono, seringueiro, do meio ambiente e outros.

Ao homenagearmos Florestan Fernandes com o Dia Nacional de Reflexão do Cantando as Diferenças, estamos homenageando também celebridades que marcaram história na luta contra a opressão, desigualdade e injustiça, que tombaram na construção de um mundo melhor para todos.

Daí porque a data de sua morte ser escolhida como marco para a reflexão deste grandioso projeto “Cantando as Diferenças” a ser implantado, acredito, muito em breve.

Assim, pedimos aos nobres pares a aprovação deste projeto de lei, elaborado com o sentido de proporcionar, a todos os grupos que tradicionalmente foram discriminados em nossa sociedade, a oportunidade de traduzir o disposto nas leis em ação, dando cidadania e dignidade a milhares de brasileiros em harmonia com o nosso ecossistema.

Sala das Sessões, 31 de Outubro de 2006, – Senador **Paulo Paim**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 287, DE 2006

Altera o Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências, para vedar a cobrança de multas ou a retenção de quaisquer valores sobre o montante depositado por subscritores de títulos de capitalização na hipótese de resgate antecipado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 3º do Decreto-Lei no 261, de 28 de fevereiro de 1967, o seguinte § 3º:

“Art. 3º

§ 3º A regulamentação a ser definida pelos órgãos referidos neste Decreto-Lei deverá observar que é vedada às sociedades de capitalização a cobrança de qualquer multa ou penalidade, ou a retenção de quaisquer valores a qualquer título, sobre o montante capitalizado relativo às parcelas já pagas pelo subscritor de plano de capitalização na hipótese de resgate antecipado desses valores, sendo igualmente vedada a estipulação de prazos de carência para o resgate antecipado.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Na prática, as sociedades de capitalização previstas no Decreto-Lei nº 261, de 1967, se tornaram carteiras específicas dos grandes conglomerados bancários brasileiros e as operações com títulos de capitalização, uma das múltiplas formas de captação de recursos pertencentes aos depositantes dessas instituições.

Contudo, a remuneração líquida paga a esses depositantes tem sido inferior a das cadernetas de poupança, as quais, por sua vez, têm sido ainda menor que a remuneração média dos CDB. Em geral, a rentabilidade da poupança fica em torno de 65% da rentabilidade dos CDB, já descontados os percentuais relativos à tributação do imposto de renda.

Sendo assim, é inadmissível que os títulos de capitalização, a mais mal remunerada das formas de captação adotadas pelos bancos, ainda permitam às instituições financeiras abocanhar parte da sua poupança de seus titulares na eventualidade de esses, em caso de necessidade premente ou de algum evento imprevisto e grave, serem obrigados a interromper o plano de capitalização.

Acrescente-se a essas circunstâncias ruinosas para os poupadore o fato de que os títulos de capitalização têm como atrativo a possibilidade remota de que esses venham a ser contemplados com algum tipo de prêmio: um automóvel, uma soma em dinheiro ou um imóvel, por exemplo. Em função disso, é exatamente o poupadore menos informado o mais propenso a ingressar nessa modalidade de aplicação financeira. Paradoxalmente, é a que apresenta a mais complexa engenharia financeira. A proposição que ora apresento elimina esse problema. Caberá às instituições que oferecem o produto balizar a sua rentabilidade de forma a

adequar o resultado atuaria relativo às novas condições aqui impostas ao nível de lucratividade que pretendem obter com o produto. Para o poupadore, que é quem detém menor nível de informações e menor capacidade de compreender os complexos meandros do formato hoje vigente, tudo se tornará mais fácil. Ele saberá de antemão qual será a rentabilidade real que receberá, sem ter que se preocupar com uma incompreensível teia de possibilidades que associa, para cada tipo de saque antecipado e época um tipo diferente de penalidade. Tudo ficará mais transparente.

Caberá ao poupadore, no novo modelo que resultará da alteração aqui proposta, medir a diferença de rentabilidade oferecida pelos títulos de capitalização e pelas demais alternativas do mercado financeiro e avaliar se os prêmios oferecidos e probabilidade de ser contemplado compensam, de fato, a perda de rentabilidade.

Como se vê, a proposição torna mais transparente a relação entre o agente financeiro e o poupadore no momento da compra de um título de capitalização.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

LESGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N° 261,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Todas as operações das sociedades de capitalização ficam subordinadas às disposições do presente Decreto-lei.

Parágrafo único. Consideram-se sociedades de capitalização as que tiverem por objetivo fornecer ao público de acordo com planos aprovados pelo Governo Federal, a constituição de um capital mínimo perfeitamente determinado em cada plano e pago moeda corrente em um prazo máximo indicado no mesmo plano, a pessoa que possuir um título, segundo cláusulas e regras aprovadas e mencionadas no próprio título.

Art. 2º O Controle do Estado se exercerá pelos órgãos referidos neste Decreto-lei, no interesse dos portadores de títulos de capitalização, e objetivando:

I – Promover a expansão do mercado de capitalização e propiciar as condições operacionais necessárias à sua integração no progresso econômico e social do País.

II – Promover o aperfeiçoamento do sistema de capitalização e das sociedades que nêle operam.

III – Preservar a liquidez e a solvência das sociedades de capitalização.

IV – Coordenar a política de capitalização com a política de investimentos do Governo Federal, observados os critérios estabelecidos para as políticas monetária, creditícia e fiscal, bem como as características a que devem obedecer as aplicações de cobertura das reservas técnicas.

Art. 3º Fica instituído o Sistema Nacional de Capitalização, regulado pelo presente Decreto-lei e constituído:

I – Do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

II – Da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

III – Das sociedades autorizadas a operar em capitalização.

§ 1º Compete privativamente ao CNSP fixar as diretrizes e normas da política de capitalização e regulamentar as operações das sociedades do ramo, relativamente às quais exercerá atribuições idênticas às estabelecidas para as sociedades de seguros, nos seguintes incisos do art. 32 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966: I, II, III, IV, V, VI, IX, X, XI, XII, XIII.

§ 2º A Susep é o órgão executor da política de capitalização traçada pelo CNSP, cabendo-lhe fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operações das sociedades do ramo, relativamente às quais exercerá atribuições idênticas às estabelecidas para as sociedades de seguros, nas seguintes alíneas do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966: a), b), c), d), h), i).

Art. 4º As sociedades de capitalização estão sujeitas a disposições idênticas às estabelecidas nos seguintes artigos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e, quando for o caso, seus incisos, alíneas e parágrafos 7º, 25 a 31, 74 a 77, 84, 87 a 111, 113, 114, 116 a 121.

Art. 5º O presente Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se o Decreto nº 22.456, de 10 de fevereiro de 1933, os artigos 147 e 150 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 1460 da Independência e 790 da República.– **Humberto Castello Branco – Octavio Bulhões – Paulo Egydio Martins – Roberto Campos.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 28-2-1967.

(À Comissão de Assuntos Econômicos
– decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2006

Acrescenta o § 4º ao art. 118 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para explicitar que não constitui acumulação proibida a titularidade de dois cargos públicos, quando apenas um deles for remunerado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 118 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 118.

.....
§ 4º Não constitui acumulação proibida a titularidade de dois cargos públicos, quando apenas um deles for remunerado. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Sobre acumulação de cargos públicos, a Constituição Federal dispõe o seguinte:

Art. 37.

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (sublinhou-se)

Não obstante o Texto Fundamental referir-se, claramente, a acumulação remunerada, existem divergências interpretativas sobre a possibilidade de se acumularem cargos públicos, licitamente, quando um deles não é remunerado, como no caso de servidor que obtém licença para o trato de interesses particulares e, enquanto licenciado, toma posse em outro cargo.

Ora, se a licença para trato de interesses particulares, acima citada como exemplo, é concedida sem vencimentos, como realmente o é, parece evidente: (i) que não há que se cogitar de compatibilidade de horário, porque o servidor está afastado do cargo do

qual está licenciado; (ii) que não aufera vencimento do cargo do qual está afastado legalmente. Logo, está o servidor livre para tratar de seus interesses, inclusive se preparando para prestar concursos públicos e, uma vez aprovado, assumir a titularidade de outro cargo. Tal possibilidade é da maior importância porque, não raro, o servidor não se adapta à nova função, principalmente quando tem que se deslocar para outra cidade, longe de parentes e amigos. Nessa hipótese, pode voltar ao seu antigo cargo, sem problemas.

Mas assim como há alvitrés considerando proibida a acumulação mesmo quando um dos cargos não é remunerado, existem também os que pensam em sentido oposto.

Para Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros, 24ª ed., p. 195), “a proibição de acumular, sendo uma restrição de direito, não pode ser interpretada ampliativamente. Assim, como veda a acumulação remunerada, inexistem óbices constitucionais à acumulação de cargos, funções ou empregos do serviço público desde que o servidor seja remunerado apenas pelo exercício de uma das atividades acumuladas”.

No mesmo sentido a opinião de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, quando assevera que “é importante assinalar que a vedação só existe quando ambos os cargos, empregos ou funções forem remunerados” (Direito Administrativo, Editora Atlas, 13ª ed., São Paulo, 2001).

Opinião contrária, por exemplo, é a da Professora Cármem Lúcia Antunes Rocha, nos seus Princípios Constitucionais dos Servidores Públicos (Saraiva, 1999, p. 269), ao prelecionar que “licença não elimina, pois, a ocorrência da acumulação constitucionalmente proibida, pelo que jamais pode ser investido em cargo ou emprego público alguém que ocupe outro, em virtude do qual se dê a acumulação vedada”.

Também em sentido negativo se posiciona o Tribunal de Contas da União, que, a propósito, editou o seguinte verbete:

Sumula nº 246. O fato de o servidor licenciar-se, sem vencimentos, do cargo público ou emprego que exerce em órgão ou entidade da administração direta ou indireta não o habilita a tomar posse em outro cargo ou emprego público, sem incidir no exercício cumulativo vedado pelo artigo 37 da Constituição Federal, pois que o instituto da acumulação de cargos se dirige à titularidade de cargos, empregos e funções públicas, e não apenas à percepção de vantagens pecuniárias.

Aliás, na formulação da Súmula acima transcrita, o TCU cita o seguinte julgado do Supremo Tribunal Federal:

RE 180597/CE

Ementa: Servidor Público. Acumulação de dois Cargos de Enfermeiro. Art. 17, § 2º, Do Adct/88. Licença Para Trato De Interesses Particulares. 1 – O fato de o servidor encontrar-se licenciado para tratar de interesses particulares não descharacteriza o seu vínculo jurídico, já que a referida licença somente é concedida a critério da administração e pelo prazo fixado em lei, podendo, inclusive, ser interrompida, a qualquer tempo, no interesse do serviço ou a pedido do servidor. 2...

No mesmo diapasão, o RE 300220/CE, Relatora Mm. Ellen Gracie, cuja ementa é a seguinte:

Ementa: Servidor Público. Profissional de Saúde. Acumulação de Cargos. Art. 17, § 2º, do ADCT. O fato de o servidor se encontrar licenciado para tratar de interesses particulares não descharacteriza o seu vínculo jurídico, sendo lícita, portanto, a acumulação de dois cargos públicos, a par do art. 17, § 2º, do ADCT, que concedeu excepcionalmente esse direito aos profissionais de saúde que estavam em situação de acumulação à época da promulgação da Carta de 1988.

Como existe patente divergência interpretativa, optamos por apresentar o presente projeto, no sentido de aclarar o sentido e alcance da norma, em verdadeira interpretação autêntica, seguindo os ensinamentos de Carlos Maximiliano (Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 11ª ed., p. 97), do seguinte teor:

A interpretação é uma só. Entretanto se lhe atribuem várias denominações conforme o órgão de que procede; ou se origina em uma fonte jurídica, o que lhe dá força coativa; ou se apresenta como um produto livre da reflexão. Chama-se autêntica a interpretação, quando emana do próprio poder que fez o ato cujo sentido e alcance ela declara. (...) Opera-se a exegese autêntica, em regra, por meio de disposição geral, e, ainda que defeituosa, injusta, em desacordo com o verdadeiro espírito do texto primitivo, prevalece enquanto não a revoga o Poder Legislativo; é obrigatória, deve ser observada por autoridades e particulares.

Considerando, pois, de significativa importância do ponto de vista social, tomamos a iniciativa de apresentar o presente projeto, que, pelo seu alto sentido de justiça, por certo merecerá o devido acolhimento do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990****Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das Fundações Públicas Federais.**

PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, DETERMINADA PELO ART. 13 DA LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO III
Da Acumulação**

Art. 118. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10-12-97)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica

das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI – é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de Cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públícos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

XII – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV – o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

XXII – as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei

ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de resarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – o prazo de duração do contrato;

II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III – a remuneração do pessoal.”

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 289, DE 2006

Considera a atividade profissional de motorista de táxi prejudicial à saúde para efeito da concessão de aposentadoria especial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Considera-se prejudicial à saúde, para efeito da concessão de aposentadoria especial, a atividade profissional de motorista de táxi.

Art. 2º A aposentadoria especial, calculada conforme o disposto no art. 57, § 1º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, será concedida aos profissionais de que trata o art. 1º desta lei, desde que comprovem o exercício continuado dessa atividade por um período de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei propõe estender aos motoristas de táxi o direito à aposentadoria especial, considerando como prejudicial à saúde o exercício continuado dessa atividade por um período superior a 25 anos.

Conscientes do elevado conteúdo de justiça social subjacente a esta nossa proposição, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares para assegurar sua aprovação.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras provisões.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 1º A aposentadoria especial, observado o disposto no art. 33 desta Lei, consistirá numa renda mensal equivalente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes para análise.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que terminou ontem, dia 30 de outubro do corrente ano, o prazo, sem interposição de recurso, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2006-CN**, seja aprecia-

do pelo Plenário do Congresso Nacional, nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2003-CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004).

O Projeto vai à promulgação e será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 37, de 2006** (nº 435/2006, na origem), de 26 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de setembro de 2006, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O expediente, juntado ao processado do Aviso nº 10, de 2006, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 838/2006/GSLPR/CH

Brasília, 26 de outubro 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
CEP 70630-901 – Brasília – DF
Assunto: Relatório de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Senhor Presidente,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência em resposta ao Ofício SF Nº 1738/2006, de 19 de setembro de 2006, versando sobre recomendação à Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, constante do Relatório Final nº 5, de 2006 CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, do Congresso Nacional, com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm pro-

movido ocupações de terra, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos proprietários de terra (que, segundo divulga, têm se organizado para impedir as ocupações, por vezes com violência).

2. Com relação ao assunto, levo ao conhecimento de Vossa Excelência que a Agência Brasileira de Inteligência – Abin mantém acompanhamento das denúncias apresentadas.

3. Por oportuno, informo a Vossa Excelência que será encaminhado um servidor da Abin para credenciamento perante o Congresso Nacional, com o intuito de recolher documentação em poder da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra.

Respeitosamente, – **Jorge Armando Felix**, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do **Requerimento nº 13, de 2003-CN**.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.079, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, seja consignado nos Anais do Senado da República voto de pesar pelo falecimento do radialista, jornalista, escritor e ex-Deputado Federal Enéas Machado de Assis, ocorrido dia 17 do corrente mês, na cidade de São Paulo. Requeiro também que o voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do falecido, à presidência da Academia Paulista de Jornalismo, à instituição religiosa Perfect Liberty do Brasil.

Justificação

Figura exponencial dos nossos meios de comunicação, o Dr. Enéas Machado de Assis dedicou mais de seis décadas dos seus 93 anos de vida ao fortalecimento do rádio e televisão brasileiros.

Paulistano nascido em 1913, de família oriunda de Pindamonhangaba, Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, formou-se em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco (USP) e, ainda universitário, tornou-se diretor de “broadcasting” da Rádio Cultura AM. Daí seguiu para a Rádio Bandeirantes, sempre atuando na direção artística.

Ao sair da faculdade, o Dr. Enéas dedicou-se a criar o Código Brasileiro de Radiodifusão, numa luta de anos, inclusive com mandato de Deputado Federal, o que lhe rendeu o epíteto de “Pai” daquele código. Também pertenceu aos Diários e Emissoras Associados, que representou na Associação das Emissoras do Estado de São Paulo (AESP). Era membro da Pró-TV – Associação dos Pioneiros da Televisão.

Lutou na Revolução Constitucionalista de 1932, e teve papel de destaque na organização de grandes manifestações populares que marcaram época, como, por exemplo, a festa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, em 1954.

Era um dos pioneiros e fundadores da Associação Internacional de Radiodifusão (AIR), organização que representa mais de 16 mil emissoras privadas de rádio e televisão nas três Américas e Europa. Presidente de honra da entidade, representou o governo brasileiro nas reuniões da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Membro da Academia Paulista de Jornalismo, ocupava a cadeira nº 25 (antes reservada ao radialista Vicente Leporace e ao jornalista José Tavares de Miranda), e foi eleito Vice-Presidente da entidade. Desempenhava o cargo de Diretor de Divulgação da instituição religiosa Perfect Liberty do Brasil e participava da diretoria da Rede Capital de Comunicações.

Deixa publicado, entre outros, o livro “O Universo das Comunicações Humanas – Comunicações primitivas, imprensa, radiodifusão, a conquista do espaço”. Com 310 páginas divididas em três capítulos, a obra editada pela Lisa S/A, representou, nas palavras do autor, “uma justa e singela homenagem aos que tudo deram de si para que pudéssemos desfrutar das comunicações”. Nesse trabalho, o Dr. Enéas Machado de Assis conclui: “A minha luta é a luta dos homens que pugnam pela democracia na maior acepção da palavra e pela liberdade de expressão”.

Seu corpo foi sepultado no Cemitério da Consolação, em São Paulo.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2006. – Senador **Romeu Tuma**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 724/GP

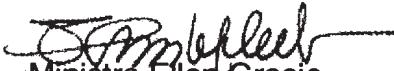
Brasília, 30 de outubro de 2006.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
 Presidente do Congresso Nacional
 Brasília-DF

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no § 16 do art. 63 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, encaminho a Vossa Excelência cópias da nota técnica e do parecer proferido pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito das solicitações de créditos suplementares encaminhadas pelos Órgãos do Poder Judiciário da União.

Atenciosamente,


 Ministra Ellen Gracie

Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Assunto: Créditos Suplementares dependentes de autorização legislativa

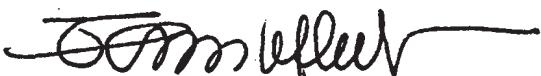
Interessados: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça do Trabalho.

PARECER

À vista do Relatório apresentado pelo Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, com fulcro no § 16 do artigo 63 da Lei nº. 11.178/05, LDO 2006, aprovo o mérito das solicitações de créditos suplementares encaminhadas pelos Órgãos do Poder Judiciário da União na forma discriminada abaixo:

Órgão	Suplementação	R\$ 1,00
Supremo Tribunal Federal – STF		1.709.414
Superior Tribunal de Justiça – STJ		5.543.500
Justiça Federal – JF		13.728.770
Justiça Eleitoral – JE		6.451.285
Justiça do Trabalho – JT		24.433.390
Total		51.866.359

Brasília, 20 de outubro de 2006.


 Ministra Ellen Gracie
 Presidente

Assunto: Créditos suplementares encaminhados pelos órgãos do Poder Judiciário da União – Outros Cústeios e Capital.

Objetivo: subsidiar a elaboração do Parecer de Mérito do Conselho Nacional de Justiça.

Introdução

A presente Nota Técnica tem por objetivo subsidiar o Conselho Nacional de Justiça na elaboração do parecer de mérito de que trata o § 16 do artigo 63 da Lei n. 11.178/05, LDO-2006, o qual deverá acompanhar o projeto de lei relativo aos créditos adicionais dos órgãos do Poder Judiciário da União.

A abertura de créditos suplementares está prevista no artigo 4º da Lei n. 11.306, de 16 de maio de 2006 - Lei Orçamentária Anual - e disciplinada pela Portaria SOF n. 6, de 29 de maio de 2006, que estabelece procedimentos e prazos para as solicitações de alterações orçamentárias para este exercício, indicando, para tanto, os tipos de alterações orçamentárias pertinentes a cada crédito suplementar solicitado.

As solicitações encaminhadas pelos órgãos do Poder Judiciário da União para ajuste das programações constantes de seus respectivos orçamentos encontram-se detalhadas em tabelas anexas, com as respectivas finalidades e justificativas.



Quadro-Resumo de Solicitações de Créditos Suplementares por Projeto de Lei**Órgão: Supremo Tribunal Federal****I - Outros Custeios e Capital****Suplementação**

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
10101	3234	Assist. Médica e Odont. aos Servid., Empregados e seus Dependentes	Custeio	909.414	A suplementação tem por objetivo o pagamento de despesas com serviços médicos, hospitalares, laboratoriais e odontológicos, cuja insuficiência se justifica em face do aumento de demanda por consultas, exames, internações e cirurgias, além do reajuste do contrato firmado com a empresa CASSI.
10102	3225	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação no PJ (E-Jus)	Invest.	120.000	O crédito visa a ajustar dotações das ações em tela, para adquirir scanner de produção e contratação de serviços de informática com vistas a iniciar a implantação do processo virtual no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
10102	3225	Apreciação e Julgamento de Processos Discip.	Custeio	680.000	
TOTAL				1.709.414	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
10101	3234	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	500.000
10102	3234	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	301.757
10102	3234	Assist. Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Custeio	95.057
10102	3234	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	12.600
10102	3225	Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário	Custeio	800.000
TOTAL				1.709.414

Suplementação

Órgão/ Unidade	Controle SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
11101	003263	Apreciação e Julgamento de Causas	Custeio	1.474.174	-Garantir o pagamento das despesas de natureza administrativa, assegurando a manutenção e conservação de imóveis sob a responsabilidade do órgão e a manutenção e desenvolvimento de aplicativos e serviços diversos de informática.
11101	003263	Capacitação de Recursos Humanos	Custeio	120.000	- Proporcionar ao quadro de integrantes do órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições.
11101	003263	Apreciação e Julgamento de Causas	Invest.	205.826	- Fazer frente às despesas com aquisição de equipamentos e materiais permanentes no corrente exercício.
11101	003323	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	1.630.000	- Garantir o adimplemento do benefício.
11101	003323	Assistência Médica e Odontológica a Serv. e Dependentes	Custeio	2.113.500	- Atenuar o corte imposto durante a tramitação do Projeto da LOA no Congresso Nacional e manter o equilíbrio dos contratos de assistência médica e odontológica (Lei 8.666/93, art. 5º, § 1º).
		TOTAL		5.543.500	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Controle SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
12000	003323	Implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	Invest.	3.743.500
		TOTAL		3.743.500

Justificativa (síntese)Controle 003263**Suplementação****Apreciação e Julgamento de Causas**

O valor previsto na Lei Orçamentária Anual para a atividade Apreciação e Julgamento de Causas é inferior ao necessário para atender as despesas, devido ao corte sofrido por essa ação no Congresso Nacional.

Capacitação de Recursos Humanos

A Lei Orçamentária Anual (11.306/06) alocou uma quantidade insuficiente de recursos para manter a crescente demanda por eventos de capacitação no Superior Tribunal de Justiça.

Controle 003323**Suplementação****Assistência Médica e Odontológica**

Os recursos alocados na atividade Assistência Médica e Odontológica apresentam-se insuficientes para atender as despesas desse subtítulo, devido ao corte sofrido no Congresso Nacional.

Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Os recursos alocados na atividade Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados apresentam-se insuficientes para garantir a efetiva prestação aos beneficiários.

Cancelamento**Implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados**

O remanejamento na dotação da ação “Implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados” é devido ao fato de o GDF ainda não ter finalizado o processo de aprovação do projeto arquitetônico, possibilitando disponibilizar recursos para o atendimento de outras necessidades e para a melhoria de atividades de apoio realizadas nesta Corte.

Suplementação

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3009	Construção do Ed. Sede da SJ em Juiz de Fora/MG	Invest.	1.513.002	Destina-se ao pagamento de despesas com custeio e investimento da Justiça Federal nas ações destinadas à recomposição de cortes orçamentários, objetiva atender também os acréscimos contratuais no corrente exercício superiores ao previsto na proposta orçamentária, além da demanda de investimentos.
		Construção do Ed. Sede da SJ em Uberaba/MG	Invest.	107.726	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Arapiraca/AL	Invest.	700.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Itabaiana/SE	Invest.	200.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Caxias do Sul/RS	Invest.	500.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Rio Grande/RS	Invest.	1.100.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Imperatriz/MA	Invest.	260.000	
		Construção do Ed. Sede da JF em Serra Talhada/PE	Invest.	50.000	
		Construção do Ed. II para a JF em Salvador/BA	Invest.	120.000	
		Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	1.760.724	
		Capacitação de Recursos Humanos	Custeio	117.318	
12.102		Julgamento de Causas	Custeio	1.000.000	
TOTAL				7.428.770	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3009	Julgamento de Causas	Custeio	1.605.826	O cancelamento decorre da reprogramação das prioridades referentes a diferentes ações da Justiça Federal em custeio e investimento.
		Julgamento de Causas	Invest.	50.000	
		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores	Custeio	400.000	
		Assistência Pré-Escolar	Custeio	957.042	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Florianópolis/SC	Invest.	1.600.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Belo Horizonte/MG	Invest.	2.000.728	
		Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação – ISIG	Custeio	1.494.174	
		Julgamento de Causas	Custeio	200.000	
		Capacitação de Recursos Humanos	Custeio	921.000	
		TOTAL		9.228.770	

Suplementação

Órgão/ Unidad e	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3007	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	6.300.000	Destina-se ao pagamento de despesas relativas ao programa de assistência jurídica a pessoas carentes com o pagamento de serviços aos defensores dativos/peritos no decorrer do presente exercício, em razão do aumento do acesso de cidadãos carentes à Justiça Federal e a instalação de novas varas e juizados especiais com conseqüente crescimento geométrico da demanda processual.
		TOTAL		6.300.000	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3007	Sem fonte de cancelamento			
		TOTAL			

Suplementação

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3289	Aquisição do Anexo I para a Justiça Federal em Belo Horizonte - MG (desapropriação)	Inv. Financ.	19.000.000	A abertura do crédito especial destina-se à aquisição do edifício Lucas Lopes (Líder Center) no valor de R\$ 19.500.000,00, edifício Moacyr Fioravanti no valor de R\$ 17.500.000,00 e edifício Terceiro Milênio no valor de R\$ 8.000.000,00, visando a abrigar as 32 varas federais, 5 juizados especiais federais, 2 turmas recursais e todos os serviços administrativos afins daquela unidade da federação que hoje gasta em torno de aproximadamente R\$ 2.360.000,00 (anuais), onerando sobremaneira o orçamento da Justiça Federal da 1ª Região, criando de certa forma dificuldade para a administração de toda a seccional de Minas Gerais.
		Aquisição do Anexo II para a Justiça Federal em Belo Horizonte - MG (desapropriação)		25.000.000	
		Aquisição do Anexo III para a Justiça Federal em Belo Horizonte - MG (desapropriação)		1.000.000	
TOTAL				45.000.000	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3289	Sem fonte de cancelamento			
TOTAL					

Suplementação

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.102	3003	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	55.000	Destina-se ao atendimento de despesas relativas ao programa de assistência jurídica a pessoas carentes com o pagamento de serviços aos defensores dativos/peritos no decorrer do exercício do TRF 1ª Região.
TOTAL				55.000	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3003	Julgamento de Causas	Custeio	55.000	
TOTAL				55.000	

Suplementação

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
JE	3345	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	3.843.644	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Lei nº 8.460/92, alterada pela Lei nº 9.527/97.
JE	3345	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores e Empregados	Custeio	265.042	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Lei nº 8.069/90.
JE	3345	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	88.188	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Medida Provisória nº 2165-36/01 (vigência indeterminada).
JE	3345	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.	Custeio	631.633	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Lei nº 8.112/90.
14125	3165	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	20.858	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Medida provisória nº 2165-36/01 (vigência indeterminada).
14104	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Itacoatiara	Invest.	55.879	Viabilizar a conclusão do cartório eleitoral no Município de Itacoatiara. Para adequação da obra ao valor consignado em 2005, houve a necessidade da supressão de alguns itens do projeto básico.

14105	3165	Construção de Cartórios Eleitorais, CAE, Depósito Armaz. UE – Munic. Cruz das Almas	Invest.	845.000	Possibilitar a construção de sede própria para o cartório, uma vez que os espaços cedidos são objeto de constantes solicitações de devolução por parte dos cedentes, gerando instabilidade no que se refere ao funcionamento dos serviços, bem como revelam-se insuficientes para o atendimento das necessidades da Justiça Eleitoral.
14105	3165	Construção de Cartórios Eleitorais, CAE, Deposito Armaz. UE – Munic. Guanambi	Invest.	845.000	Possibilitar a construção de sede própria para o cartório, que atualmente funciona nos fóruns da Justiça Comum.
14105	3165	Construção de Cartórios Eleitorais, CAE, Depósito Armaz. UE – Munic. Jequié	Invest.	845.000	Possibilitar a construção de sede própria para o cartório, uma vez que os espaços cedidos são objeto de constantes solicitações de devolução por parte dos cedentes, gerando instabilidade no que se refere ao funcionamento dos serviços, bem como revelam-se insuficientes para o atendimento das necessidades da Justiça Eleitoral.
14106	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Sobral	Invest.	70.000	Assegurar o pagamento de serviços executados extraordinariamente, tendo em vista a elevação imprevista do custo da obra no momento das fundações do prédio, por tratar-se de terreno sem estabilidade.
14109	3165	Construção de Imóvel p/ Cartórios Eleitorais e Armazenamento de UE – Munic. Valparaíso	Invest.	220.000	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias.

14109	3165	Construção de Imóvel p/ Cartórios Eleitorais e Armazenamento de UE – Munic. Goiás	Invest.	185.000	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias.
14109	3165	Construção de Imóvel p/ Cartórios Eleitorais e Armazenamento de UE – Munic. Caldas Novas	Invest.	150.000	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias.
14113	3165	Aquisição de Imóvel para Cartório Eleitoral – Munic. Contagem	Inversão Financ.	1.500.000	Adquirir imóvel para abrigar cinco cartórios eleitorais que funcionam atualmente em prédio alugado. Anteriormente, tais cartórios funcionavam em edifício cedido pela Prefeitura, que solicitou a imediata devolução do imóvel.
14114	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Castanhal	Invest.	30.000	Viabilizar a modificação do sistema de abastecimento de água e de outras instalações.
14116	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Cambe	Invest.	2.950	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias. Os recursos são necessários para cobrir despesas com grandes pantográficas, muros, ajardinamento.
14116	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Pato Branco	Invest.	20.000	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias. Os recursos são necessários para cobrir despesas com grandes pantográficas, muros, ajardinamento.

14123	3165	Construção de Deposito para Armaz. UE – Munic. São José	Invest.	900.000	Possibilitar a construção de imóvel para armazenamento de urnas, com vistas a melhorar as condições de armazenamento das urnas eletrônicas, que encontram-se estocadas em local inapropriado.
14114	3194	Ampliação da Central de Atendimento ao Eleitor e Cartórios Eleitorais – Munic. Belém	Invest.	200.000	Possibilitar a execução de serviços complementares, tendo em vista que a dotação de 2006 é insuficiente para deixar a obra em estado de receber o acabamento final programado para 2007.
14116	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Arapongas	Invest.	121.896	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em razão das limitações orçamentárias. Há necessidade de reforçar a estrutura de concreto armado para suportar a altura das paredes, climatizar o ambiente com ar condicionado, construir pátio de estacionamento calçado.
14116	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Jaguariaíva	Invest.	122.050	Assegurar a contratação do projeto executivo de arquitetura do fórum eleitoral, tendo em vista que os recursos consignados não são suficientes para atender à programação.
14117	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Petrolina	Invest.	40.000	Viabilizar a contratação do projeto executivo e de arquitetura do fórum eleitoral, tendo em vista que os recursos consignados não são suficientes para atender à programação.
14119	3194	Ampliação do Prédio para Armazenamento de UE no Rio de Janeiro	Invest.	500.000	Possibilitar a implementação da etapa de preparação de instalações dos elevadores, sistema de climatização a ser concluída em 2007.

14122	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Cerejeiras	Invest.	1.237	Assegurar o pagamento dos serviços programados que tiverem seus custos alterados.
14122	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Vilhena	Invest.	18.397	Assegurar o pagamento dos serviços programados que tiverem seus custos alterados.
14123	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. São José	Invest.	600.000	Viabilizar a contratação completa da obra, tendo em vista que, após o término dos projetos arquitetônicos, verificou-se uma estimativa de gastos além do previsto inicialmente.
14125	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Aquidabã	Invest.	10.000	Possibilitar a aquisição de terreno que não estava prevista, uma vez que havia promessa de doação do terreno pela Prefeitura.
14125	3194	Capacitação de Recursos Humanos	Custeio.	9.198	Complementar a dotação já autorizada, com vistas à ampliação dos programas de capacitação previstos para o exercício.
TOTAL				12.140.972	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
14101	3345	Gestão e Administração do Programa	Custeio	3.976.533
14101	3165	Gestão e Administração do Programa	Custeio	3.803.593
14101	3165	Implantação da Rede de Alta Velocidade Via Satélite para JE	Invest.	544.105
14104	3165	Gestão e Administração do Programa	Invest.	55.879
14105	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Itabuna	Invest.	678.160
14109	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Goiânia	Invest.	123.237
14109	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic.	Invest.	431.763
14114	3165	Gestão e Administração do Programa	Invest.	30.000
14116	3165	Gestão e Administração do Programa	Custeio	22.950

14101	3194	Gestão e Administração do Programa	Custeio	1.695.920
14114	3194	Gestão e Administração do Programa	Invest.	200.000
14117	3194	Gestão e Administração do Programa	Custeio	40.000
14119	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Duque de Caxias	Invest.	500.000
14122	3194	Gestão e Administração do Programa	Custeio	19.634
14125	3194	Gestão e Administração do Programa	Custeio	19.198
TOTAL				12.140.972

Justificativa (síntese)

Nesta segunda revisão orçamentária de 2006, foi priorizada a suplementação de recursos para financiamento da ampliação das despesas com benefícios e a aquisição e construção de imóveis para cartórios eleitorais e depósitos de armazenamento de urnas, em observância ao planejamento orçamentário do exercício, cujos eixos principais, adicionalmente à realização das eleições gerais, são a ampliação da rede própria de atendimento e a melhoria das condições fiscais de trabalho dos servidores, a melhoria do desempenho funcional e a efetivação do quadro próprio.

A expansão das despesas de benefícios deve-se a provimento de cargos e funções criados nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais pela Lei nº 11.202, de 29 de novembro de 2005, e pela Lei nº 10.842/04, de 20 de fevereiro de 2004. Em relação ao mês de abril de 2005, mês-base de elaboração da proposta orçamentária 2006, a Justiça Eleitoral registrou cerca de 3.300 ingressos, o que acarretou a necessidade de recursos adicionais na ordem de R\$ 9,7 milhões, sendo que R\$ 4,9 milhões por ato próprio e R\$ 4,8 milhões por intermédio de projeto de lei.

A suplementação de recursos para obras faz-se igualmente necessária, tendo em vista evitar a interrupção do andamento dos serviços ou possibilitar a conclusão neste exercício. Por outro lado, foram remanejados recursos para novas construções de cartórios pela oportunidade que representa a disponibilização de terrenos pelas administrações municipais. Cumpre assinalar que os cartórios beneficiados funcionam atualmente em salas de fóruns e as novas instalações contribuirão para melhoria do atendimento à população. Foi ainda proposto o remanejamento de recursos para aquisição de imóvel para abrigar cinco cartórios eleitorais no Município de Contagem, no Estado de Minas Gerais, que atualmente funcionam em prédio alugado, em razão da devolução do imóvel antes ocupado à Prefeitura.



Quadro-Resumo de Solicitações de Créditos Suplementares por Projeto de Lei

Órgão: Justiça do Trabalho

I - Outros Custeos e Capital

Suplementação – Tipo 120

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
TRT 2. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.600.000	Reforço de Dotação
TRT 4. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sede da VT em Gravataí -R\$	Invest.	333.534	Conclusão de Etapas
TRT 4. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sede da VT em Lajeado-RS	Invest.	341.482	Conclusão de Etapas
TRT 5. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.000.000	Reforço de Dotação
			Invest.	1.580.130	
TRT 6. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.000.000	Reforço de Dotação
TRT 7. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	500.000	Reforço de Dotação
			Invest.	200.000	
TRT 8. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	350.000	Reforço de Dotação
			Invest.	250.000	
TRT 9. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	400.000	Reforço de Dotação
TRT 9. ^a Região	Controle SOF	Const. de Fórum Trabalhista em Londrina -PR	Invest.	1.279.000	Conclusão de Etapas
TRT 10. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.722.036	Reforço de Dotação
			Invest.	200.000	
TRT 11. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	650.000	Reforço de Dotação
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	54.000	Reforço de Dotação
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	96.000	Reforço de Dotação
TRT 13. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	524.000	Reforço de Dotação
			Invest.	1.000.000	
TRT 14. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	400.000	Reforço de Dotação
TRT 14. ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Alimentação aos Serv. e Empregados	Custeio	5.000	Reforço de Dotação
TRT 14. ^a Região	Controle SOF	Construção do Edifício-Sede da VT em Cruzeiro do Sul - AC	Invest.	178.518	Conclusão
TRT 15. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.500.000	Reforço de Dotação
TRT 15. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	600.000	Reforço de Dotação
TRT 16. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	7.000	Reforço de Dotação
TRT 16. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	600.000	Reforço de Dotação
			Invest.	400.000	

TRT 17 ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	350.000	Reforço de Dotação
TRT 18. ^a Região	Controle SOF	Construção do Edifício-Sede da Justiça do Trabalho no Município de Catalão -GO	Invest.	316.690	Continuidade da Obra
TRT 18. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	800.000	Reforço de Dotação
TRT 19. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	750.000	Reforço de Dotação
TRT 19. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	16.000	Reforço de Dotação
TRT 20 ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	159.726	Reforço de Dotação
			Invest.	740.274	
TRT 20. ^a Região	Controle SOF	Construção do TRT no Município de Aracaju - SE	Invest.	680.000	Conclusão
TRT 22 ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	600.000	Reforço de Dotação
TRT 23. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	3.000.000	Reforço de Dotação
TRT 24. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Invest.	250.000	Reforço de Dotação
TOTAL				24.433.390	

Cancelamento – Tipo 120

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
TST	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.850.000
TRT 4 ^a Região	Controle SOF	Construção de Edifício de apoio ao TRE 4 ^a Região – Porto Alegre -RS	Invest.	333.534
TRT 5 ^a Região	Controle SOF	Construção do Edifício- Auxiliar do TRT 5 ^a Região em Salvador - BA	Invest.	1.580.130
TRT 10 ^a Região	Controle SOF	Construção de Fórum Trabalhista em Taguatinga - DF	Invest.	922.036
TRT 12 ^a Região	Controle SOF	Assistência Médica e Odontológica aos Serv., Empregados e seus Dependentes	Custeio	96.000
TRT 12 ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	54.000
TRT 13 ^a Região	Controle SOF	Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Custeio	24.000
TRT 14 ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	5.000
TRT 17 ^a Região	Controle SOF	Construção do Edifício-Sede do TRT 17 ^a Região em Vitória-ES	Invest.	945.690
TOTAL				5.810.390

N

Quadro-Resumo de Solicitações de Créditos Especiais por Projeto de Lei

Órgão: Justiça do Trabalho

I - Outros Custeios e Capital

Suplementação - Crédito Especial – Tipo 200

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
TRT 4. ^a Região	Controle SOF	Construção do Prédio Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo – RS	Invest.	150.000	Início de obra
TRT 8. ^a Região	Controle SOF	Ampliação do Ed. Sede do TRT da 8. ^a Região em Belém-PA	Invest.	300.000	Início de obra
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sede da Vara do Trabalho em Xanxerê – SC	Invest.	600.000	Início de obra
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed.Sede da Vara do Trabalho em Fraiburgo – SC	Invest.	600.000	Início de obra
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Aquisição do Ed.Sede da Vara do Trabalho em Concórdia – SC	Inv. Financ.	550.000	Aquisição de Imóvel
TRT 22. ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	15.072	Benefício aos Servidores
TRT 21. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	8.000	Assistência Jurídica Gratuita
TRT 23. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	98.880	Assistência Jurídica Gratuita
TOTAL				2.321.960	

Cancelamento – Crédito Especial – Tipo 200

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
TST	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Invest.	600.000
TRT 22. ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	15.072
TRT 4. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Apoio ao TRT da 4. ^a Região	Invest.	150.000
TRT 8. ^a Região	Controle SOF	Construção do Fórum Trabalhista em Ananindeua – PA	Invest.	300.000
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sede da Vara do Trabalho em São Bento do Sul – SC	Invest.	500.000
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sede da Vara do Trabalho em Concórdia – SC	Invest.	450.000

TRT 12 ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Invest.	200.000
TRT 21 ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	8.000
TOTAL				2.223.072

JUSTIFICATIVA (SÍNTESE)**120 Com Compensação**

Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região solicita remanejamento de R\$ 333.534,00 entre as ações:

Ação (Projeto)	Suplementação	Cancelamento
103P – Construção do Ed. Sede da VT em Gravataí –RS	333.534	
1B32 – Construção do Ed. de Apoio ao TRT da 4 ^a Região.		(333.534)
Total	333.534	(333.534)

O remanejamento propõe reforçar a dotação consignada na ação “Construção do Ed. Sede da VT em Gravataí – RS” visando à continuidade do projeto. O TRT alega que os recursos consignados em 2006, para esta obra, são insuficientes.

O não atendimento da solicitação significará a descontinuidade e o atraso na conclusão da obra. O cancelamento da ação Construção de Ed. de Apoio ao TRT da 4^a Região não trará reflexos negativos, pois sua execução está abaixo do previsto para o exercício.

O Tribunal Regional do Trabalho da 5^a Região solicita remanejamento de R\$ 1.580.130,00 entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
4256 - Apreciação de Causas Trabalhistas – AC	1.580.130	
10Z1 – Construção do Ed. Auxiliar Judicial do TRT da 5 ^a Região em Salvador		(1.580.130)
Total	1.580.130	(1.580.130)

O remanejamento visa a reforçar a dotação consignada à ação AC para obras e reformas emergenciais no imóvel que abrigava as varas de Salvador para que possa abrigar a área administrativa do TRT, melhorando assim as condições de funcionamento do órgão e

mantendo a prestação jurisdicional em níveis satisfatórios. O não atendimento do pedido implicará inadimplemento das condições de funcionamento do órgão comprometendo o atendimento da população.

O cancelamento da ação Construção Edifício Auxiliar Judicial não trará impactos negativos importantes, uma vez que foi implementado o projeto de unificação dos procedimentos na execução judicial, deixando com leiloeiro oficial a responsabilidade de remoção e guarda dos bens penhorados.

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região solicita remanejamento de R\$ 1.279.000,00 com oferecimento de recursos provenientes do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
11EX – Construção Fórum Trabalhista de Londrina – PR	1.279.000	
1B51 – Construção do Edifício-Sede do TRT da 17ª Região		(629.000)
Total	1.279.000	(629.000)

O remanejamento propõe reforçar a dotação consignada à ação *Construção do Fórum Trabalhista em Londrina*, justificando-se em virtude da urgente e necessária edificação do novo prédio do fórum, pois o atual encontra-se em condições precárias de funcionamento.

Após pedido formulado pelo TRT da 9ª Região, por meio do Ofício 493/2006, o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região ofereceu, em cancelamento, dotação do projeto “Construção do Edifício-Sede do TRT da 17ª Região” alegando que não haverá reflexos negativos na execução da programação prevista para a ação.

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região solicita remanejamento de R\$ 922.036,00 entre as ações:

Ação	Suplementação		Cancelamento
	GD3	GD4	
Apreciação de Causas Trabalhistas - AC	1.722.036	200.000	
Construção do Fórum Trab. em Taguatinga – DF			(922.036)
Total	1.722.036	200.000	(922.036)

O remanejamento propõe reforçar a **AC** para que se possa custear parte das despesas para reformar e adaptar o prédio que abrigará o Edifício-Sede do TRT, reformar e adaptar prédio para abrigar o Fórum de Brasília e aquisição de mobiliário para estes dois imóveis. O não atendimento impedirá a mudança da área administrativa para o edifício-sede, impossibilitando também a mudança do Fórum de Brasília para instalações mais adequadas.

O cancelamento não trará reflexos negativos, pois o projeto de Construção do Fórum Trabalhista em Taguatinga será adiado até que os procedimentos legais para a desafetação da área destinada à construção sejam concluídos.

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região solicita remanejamento de R\$ 150.000,00 entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Apreciação de Causas Trabalhistas – AC	54.000	
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC	96.000	
Auxílio-Transporte – AT		(54.000)
Assistência Médica e Odontológica – AMO		(96.000)
Total	150.000	(150.000)

O primeiro remanejamento propõe reforçar a dotação consignada à ação **AC** nas despesas com indenização de transporte, diárias, materiais de informática e outros serviços de terceiros para suprir as necessidades da ação. O Regional alega que o não atendimento do pleito acarretará descontinuidade dos serviços programados para o exercício.

Propõe-se, também, o remanejamento para aporte na ação **AJPC** fazendo com que o Regional consiga honrar suas despesas com honorários periciais, tradutores e intérpretes até o final do exercício.

O cancelamento não trará reflexos negativos na programação das ações Auxílio-Transporte e Assistência Médica e Odontológica, pois houve uma adequação orçamentária nestas atividades.

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região solicita remanejamento de R\$ 24.000,00 entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Apreciação de Causas Trabalhistas – AC	GND 3 524.000	
	GND 4 1.000.000	
Assistência Pré-Escolar – APÉ		(24.000)
Total		(24.000)

O remanejamento visa ao reforço do custeio do Tribunal na ação **AC** tendo em vista o reajuste da indenização de transporte e reajustes aplicados aos contratos firmados pelo TRT.

O não atendimento do pedido fará com que o Regional não cumpra os contratos de prestação de serviço e fornecedores.

O TRT informa que não haverá reflexo negativo na ação ora cancelada, face saldo orçamentário positivo na referida atividade.

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região solicita remanejamento de R\$ 5.000,00 entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Auxílio-Alimentação – AA	5.000	
Auxílio-Transporte – AT		(5.000)
Total	5.000	(5.000)

O remanejamento visa ao reforço na ação Auxílio-Alimentação para pagamento de parte do passivo referente à reposição de descontos efetuados nos períodos de férias, recesso regimental e licença médica, nos exercícios de 2001 e 2002, conforme acórdão nº. 1324, do processo TRT ADM 02204/2001 e despacho no processo 523.2002.000.14.00-0.

O não atendimento implicará o não aproveitamento de recursos não utilizados na ação Auxílio-Transporte.

O Regional informa que não haverá reflexo negativo na ação ora cancelada, face à não execução orçamentária.

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região solicita remanejamento de R\$ 316.690,00 com oferecimento de recursos provenientes do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Edifício-Sede de VT em Catalão-GO.	316.690	
1B51 – Construção do Edifício-Sede do TRT da 17ª Região		(316.690)
Total	316.690	(316.690)

O remanejamento propõe reforçar a dotação consignada à ação Construção do Edifício-Sede de VT em Catalão para que o regional conclua o projeto. O não atendimento do pedido provocará a paralisação da construção.

Após pedido formulado pelo TRT da 18ª Região, por meio do Ofício 205/2006, o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região ofereceu em cancelamento dotação do projeto “Construção do Edifício-Sede do TRT da 17ª Região” alegando que não haverá reflexos negativos na execução da programação prevista para a ação.

120 Sem Compensação

- Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região

O presente pedido de crédito suplementar visa a atender a Resolução CSJT n.º 10/2005, com reajuste da indenização de transporte dos oficiais de justiça de R\$ 538,00 para R\$ 1.344,97 por mês, para o pagamento entre os meses de janeiro e agosto de 2006, na ação Apreciação de Causas.

- Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região

O pedido de crédito visa a obter recursos necessários para a continuidade das obras de construção de edifício-sede da Varas Trabalhistas em Gravataí e Lajeado, tendo em vista que os recursos consignados em 2006 são insuficientes para manter o cronograma previsto.

PROJETO	R\$ 1,00
VALOR	
103P - Construção do Edifício-Sede da Vara de Trabalho em Gravataí-RS	333.534
119 – Construção do Edifício-Sede da Vara de Trabalho em Lajeado-RS	341.482
TOTAL	675.016

- Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região

Segundo o TRT, a presente suplementação visa a assegurar o pagamento de despesas vitais ao funcionamento do órgão, possibilitando o cumprimento de contratos assumidos com a EBCT (novembro e dezembro), com a distribuidora de energia (novembro e dezembro) e com a Empresa Gráfica da Bahia (dívida de exercícios anteriores – mar a jun/99), no valor total de R\$ 1.000.000,00, na ação Apreciação de Causas – ACT.

- Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região

O pedido de crédito requerido destina-se à ação Apreciação de Causas – ACT, cuja suplementação visa a obter recursos necessários para ampliação dos serviços de vigilância armada e vigias nas instalações do TRT, bem como para assegurar o pagamento da indenização de transporte aos oficiais de Justiça, em cumprimento à Resolução CSJT 10/2005.

- Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região

A suplementação requerida destina-se à ação Apreciação de Causas – ACT, no valor total de R\$ 700.000,00, sendo R\$ 500.000,00 para o GND 3 e R\$ 200.000,00 para o GND 4.

Segundo o TRT, a presente suplementação visa a assegurar a prorrogação do contrato de segurança armada nos edifícios desta Justiça Trabalhista, contemplar o reajuste ocorrido na indenização de transporte paga aos ofícias de justiça e possibilitar a aquisição de mobiliário para conclusão do projeto de mobiliários das varas trabalhistas em suas novas instalações.

- Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região

A suplementação visa a possibilitar o cumprimento da Resolução CSJT n.º 10/2005, tendo em vista o reajuste da indenização de transporte devida aos ofícias de justiça e possibilitar o retorno de importantes itens de programação orçamentária (reforma de varas do trabalho), em virtude do corte na Proposta Orçamentária para 2006 durante a tramitação no Congresso Nacional.

- Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região

A solicitação de crédito objetiva a garantia de manutenção do órgão com despesas de água e esgoto, energia elétrica, correio, telecomunicações, em decorrência do reajuste das tarifas públicas, instalação de novas varas do trabalho com as respectivas ajudas de custo a juízes promovidos, aquisição de suprimentos de informática e mobiliário para a secretaria das turmas do TRT.

Outro pedido de crédito do Regional destina-se a suplementar o projeto “Construção do Fórum Trabalhista em Londrina – PR”, no valor de R\$ 1.279.000,00, que, segundo o Regional, justifica-se em virtude da urgente e necessária edificação do novo prédio do fórum, pois o atual encontra-se em condições precárias de funcionamento.

- Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região

De acordo com o TRT, o pedido de crédito visa a suplementar a ação Apreciação de Causas Trabalhistas – ACT, que obteve corte na Proposta Orçamentária para 2006 durante a tramitação no Congresso Nacional.

- Tribunal Regional do Trabalho da 15.ª Região

O TRT requer crédito suplementar nas seguintes ações:

AÇÃO	VALOR A SUPLEMENTAR	R\$ 1,00
Apreciação de Causas – ACT	1.500.000	
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC	600.000	
TOTAL	2.100.000	

De acordo com o Regional, a suplementação requerida para a ação ACT destina-se ao atendimento da Resolução CSJT n.º 10/2005, que elevou a indenização de transporte devida aos oficiais de justiça para R\$ 1.344,97.

A suplementação solicitada para AJPC destina-se a reforçar a dotação considerada insuficiente para atender a demanda de pessoas carentes pela assistência jurídica gratuita.

- Tribunal Regional do Trabalho da 16.ª Região

O crédito solicitado para ACT justifica-se em virtude da insuficiência orçamentária detectada decorrente do corte ocorrido na tramitação da Proposta Orçamentária para 2006, assim como pelo crescimento da estrutura física do tribunal com a instalação de mais 8 varas do trabalho. Portanto, a suplementação visa à aquisição de materiais para manutenção das unidades, tais como tonner para impressoras e de expediente em geral, reforma e adaptação nos gabinetes dos desembargadores, bem como para garantir o pagamento da indenização de transporte aos oficiais de justiça (Resolução CSJT n. 10/2005) e a ajuda de custo devida aos magistrados promovidos para presidir as novas varas do trabalho.

A suplementação requerida em AJPC deve-se ao aumento da demanda das pessoas carentes por assistência jurídica gratuita em razão da instalação das novas varas trabalhistas no interior e na capital do Maranhão.

- Tribunal Regional do Trabalho da 17.ª Região

Segundo o Tribunal, o pedido de crédito na ação Apreciação de Causas, no valor de R\$ 350.000,00, objetiva assegurar o pagamento de despesas com serviços de cabeamento da rede lógica dos edifícios Castelo Branco e Vitória Park, na cidade de Vitória-ES, não previstos à época da elaboração da proposta orçamentária do exercício de 2006.

- Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Região

O pedido de crédito do Tribunal Trabalhista da 18.ª Região na ação Apreciação de Causas – ACT, no valor de R\$ 800.000,00, visa a cobrir a insuficiência orçamentária decorrente do corte de 5,22% no GND 3 durante a tramitação da Proposta Orçamentária para 2006, no Congresso Nacional, bem como a garantir a repactuação dos atuais contratos de vigilância e segurança, de

limpeza e conservação e do acréscimo decorrente dos contratos de serviços para o funcionamento do novo edifício-sede do tribunal a partir de setembro de 2006: limpeza e conservação, copeiragem e recepcionistas e implantação do sistema de sonorização e vídeo.

- Tribunal Regional do Trabalho da 19.ª Região

De acordo com o TRT, a suplementação requerida em Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC, no valor de R\$ 16.000,00, deve-se a insuficiência orçamentária detectada para suprir o aumento da demanda.

De acordo com o TRT, a suplementação requerida para Apreciação de Causas – ACT, no valor de R\$ 750.000,00, destina-se a cobrir despesas com reajuste de contratos de serviços de limpeza, manutenção predial e vigilância; aumento do valor da indenização de transporte devida aos oficiais de justiça, em atendimento a Resolução CSJT n.º 10/2005, e aumento de despesas de energia decorrentes da climatização das salas de espera das varas do trabalho de Maceió.

- Tribunal Regional do Trabalho da 20.ª Região

O TRT realizou pedidos de créditos para suplementar o projeto “Construção do Complexo do TRT da 20.ª Região” e a ação “Apreciação de Causas Trabalhistas – ACT”. A suplementação requerida para o projeto de construção do Complexo do TRT da 20.ª Região decorre de fatos supervenientes à Proposta Orçamentária de 2006, tais como o reajuste contratual da obra, de acréscimo de serviços de terraplanagem, alteração de composição de argamassa e contrapiso, implantação de rede de lançamento de drenagem de esgoto sanitário e águas pluviais, bem como do reflexo em taxas de fiscalização.

Segundo o Regional, o atendimento do pleito acarretará o término da obra no final do exercício corrente, possibilitando a imediata utilização dos edifícios para prestação dos serviços jurisdicionais.

- Tribunal Regional do Trabalho da 22.ª Região

Segundo o Regional, a suplementação para ACT, no valor de R\$ 600.000,00, destina-se a reforçar a dotação orçamentária insuficiente para cobrir despesas com suprimentos de informática, manutenção de novas varas trabalhistas, pagamento de ajuda de custo a magistrados, implementação da justiça itinerante e para adaptações necessárias a serem feitas no edifício-sede do TRT tendo em vista a facilitação do acesso dos jurisdicionados.

4

- Tribunal Regional do Trabalho da 23.ª Região

O TRT solicita crédito suplementar na ação Apreciação de Causas Trabalhistas – ACT, no valor de R\$ 3.000.000,00, haja vista insuficiência orçamentária detectada por aumentos de despesas de manutenção do órgão.

Segundo o Regional, esse aumento deve-se à mudança de sede do TRT para instalações maiores, à instalação de 13 novas varas do trabalho e de 19 varas itinerantes em funcionamento, o que importou no aumento da demanda por materiais e serviços em geral.

- Tribunal Regional do Trabalho da 24.ª Região

A suplementação visa a cobrir reforma de sistemas elétricos nas varas do trabalho do interior de Mato Grosso do Sul.

Justificativas Crédito Especial – 200 – Projetos

O Tribunal Regional do Trabalho da 4º Região requer a inclusão na LOA 2006 do Projeto Construção do prédio anexo ao Fórum Trabalhista em São Leopoldo – RS, no valor total de R\$ 150.000,00, que não consta do PPA 2004-2007, oferecendo em contrapartida cancelamento:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Construção do prédio Anexo ao Fórum Trabalhista em São Leopoldo – RS	150.000	
Construção do Edifício de Apoio ao TRT 4ª Rg. Em Porto Alegre – RS		(150.000)
Total	150.000	(150.000)

O TRT informa que o pedido de crédito especial objetiva a aquisição de terreno para a construção de anexo ao Fórum de São Leopoldo. O não atendimento do pleito impossibilitará a ampliação do Fórum.

O Regional alega que não haverá repercussão negativa no cancelamento, pois a execução orçamentária da ação “Construção do Edifício Apoio ao TRT da 4ª Região” está abaixo do previsto para este exercício.

Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região solicita dotação de R\$ 300.000,00 para inclusão na LOA 2006 de projeto cadastrado no PPA 2004-2007, na revisão de 2006, com oferecimento de recursos em compensação:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Ampliação do Edifício Sede do TRT da 8ª Rg. Em Belém - PA	300.000	
Construção de Fórum Trabalhista em Ananindeua - PA		(300.000)
Total	300.000	(300.000)

O pedido se faz premente pois o governo estadual doou terreno para construção, possibilitando assim uma sensível melhora nas instalações físicas do “Edifício Sede do TRT da 8ª Região” e ampliando a sua capacidade de atendimento aos jurisdicionados.

O Regional informa que os reflexos negativos do cancelamento serão mínimos, tendo em vista que o valor cancelado corresponde a apenas 6,33% do total orçado para o projeto citado.

Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região solicita dotação de R\$ 1.650.000,00 para inclusão na LOA 2006 de projeto cadastrado no PPA 2004-2007, na revisão de 2006, e de projeto não cadastrado no PPA 2004-2007 com oferecimento de recursos em compensação:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede da VT em Concórdia (*)	550.000	
Construção do Edifício-Sede de VT em Concórdia		(450.000)
Construção do Edifício-Sede da VT em Fraiburgo	600.000	
Construção do Edifício-Sede da VT em São Bento do Sul		(500.000)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho TRT		(200.000)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho TST		(500.000)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – 12.ª Região (*)		
Construção do Edifício-Sede da VT em Xanxerê	600.000	
Total	1.650.000	(1.650.000)

(*) Solicitação de alteração do pedido de crédito para Aquisição do Ed. Sede da Vara do Trabalho em Concórdia com oferecimento adicional de recursos em compensação no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) do TRT da 12.ª Região, via Of.APO.CSJT.GP.N.º 037/2006, de 22 de setembro de 2006.

Na primeira solicitação o Regional informa que o pedido objetiva a aquisição de imóvel para abrigar a sede da Vara do Trabalho em Concórdia, oferecendo em cancelamento a dotação global da ação Construção de Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Concórdia. O Regional

alega que a construção ficou inviável, pois o terreno doado pelo município não tem condições técnicas para a referida construção. Como solução para este impasse o TRT optou por adquirir um imóvel, motivando assim, o seu pedido.

O Regional solicita, ainda, crédito para a Construção do Ed. Sede da Vara do Trabalho em Fraiburgo, motivado pela possibilidade de deixar de pagar aluguel e o recebimento em doação de um terreno, realizada pela Prefeitura do município. O cancelamento do projeto de Construção em São Bento do Sul está sendo pleiteado em razão da demora no processo legislativo para autorizar a doação de terreno, que fatalmente inviabilizará a construção.

Por fim, o Regional solicita alocação de recursos na ação Construção de Ed. sede da VT em Xanxerê, com oferecimento de recurso da ação Apreciação de Causas do TRT e do TST.

Ressaltamos que, inicialmente, o TST ofereceu R\$ 500.000,00 para o TRT da 12ª suplementar a ação “Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede da VT em Concórdia”, porém o TRT solicitou que a ação suplementada fosse “Construção do Edifício-Sede da VT em Xanxerê”, no que foi atendido.

O TRT informa que o cancelamento na ação Apreciação de Causas não trará reflexos negativos, pois o Tribunal fez uma nova alocação nos valores destinados a essa atividade. O TST corrobora que o cancelamento na ação Apreciação de Causas não trará reflexos negativos.

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região solicita crédito especial no valor de R\$ 8.000,00 para atividade não incluída na LOA 2006:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC	8.000	
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - AC		(8.000)
Total	8.000	(8.000)

A inclusão solicitada atende o objetivo de pagar honorários de perícias técnicas realizadas em processos trabalhistas.

Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região solicita crédito especial no valor de R\$ 15.072,00 para a atividade não autorizada na LOA 2006.

Ação	Suplementação	Cancelamento
Auxílio Transporte – AT	15.072	
Auxílio Alimentação – AA		(15.072)
Total	15.072	(15.072)

A presente solicitação visa a compor a ação AT pois à época da elaboração do orçamento o Tribunal Regional não quantificou a ação na Proposta Orçamentária 2006.

O Regional informa que não haverá reflexos negativos no cancelamento.

Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região solicita crédito especial no valor de R\$ 98.888,00 para atividade não incluída na LOA 2006:

Ação	Suplementação
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - AJPC	98.888
Total	98.888

A inclusão solicitada atende o objetivo de pagar honorários de perícias técnicas realizadas em processos trabalhistas.

O Tribunal informa que arrecadou com inscrições de Concurso da Magistratura o valor de R\$ 98.888,00 e pleiteia utilizar o quantitativo para compor a dotação da ação AJPC.

Conclusão

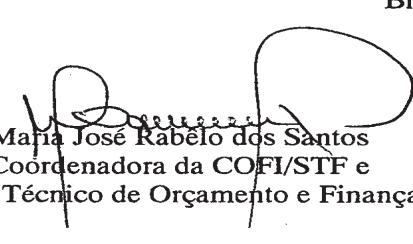
As solicitações de abertura de créditos suplementares dos Órgãos do Poder Judiciário visam a ajustar a programação orçamentária às reais necessidades indicadas pelas Unidades solicitantes e estão em conformidade com a legislação em vigor, a saber: Lei nº. 11.306/2005, LOA/2006 e Portaria SOF/MP nº. 6, de 29 de maio de 2006.

Os ajustes pretendidos pelos Órgãos possibilitarão a recomposição das programações insuficientes para atender as despesas de manutenção da máquina administrativa, benefícios assistenciais aos servidores e diversos investimentos para o aparelhamento de suas infra-estruturas, sendo:

Órgão	Valor
Supremo Tribunal Federal	1.709.414
Superior Tribunal de Justiça	5.543.500
Justiça Federal	58.783.770
Justiça Eleitoral	12.140.972
Justiça do Trabalho	26.755.350
Total	104.933.006

Os recursos compensatórios para o atendimento destas recomposições foram oferecidos pelos próprios Tribunais, no valor de R\$ 34.911.118,00. A diferença de R\$ 70.021.888,00 foi compensada com recursos oriundos do superávit financeiro.

Brasília, 19 de outubro de 2006.


 Maria José Rabelo dos Santos
 Coordenadora da COFI/STF e
 do Comitê Técnico de Orçamento e Finanças/CNJ

Conselho Nacional de Justiça

Senhora Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência as solicitações de créditos suplementares e especiais encaminhadas pelos Órgãos do Poder Judiciário da União para ajuste da programação orçamentária às reais necessidades indicadas pelas Unidades solicitantes, conforme a seguir demonstrado:

Órgão	Crédito Suplementar	Crédito Especial	Total	R\$ 1,00
Supremo Tribunal Federal	1.709.414		1.709.414	
Superior Tribunal de Justiça	5.543.500		5.543.500	
Justiça Federal	13.728.770	45.055.000	58.783.770	
Justiça Eleitoral	6.451.285	5.689.687	12.140.972	
Justiça do Trabalho	24.433.390	2.321.960	26.755.350	
Total			104.933.006	

As proposições destinam-se a atender as seguintes finalidades:

I. Crédito Suplementar:

- **Supremo Tribunal Federal:** manutenção dos serviços de assistência médica e odontológica, até o final do corrente exercício, cujo aumento de gastos decorre de reajustes contratuais e do crescimento da demanda por consultas, exames e internações e implantação do processo virtual no Conselho Nacional de Justiça e contratação de serviços técnicos de informática.

- **Superior Tribunal de Justiça:** cumprimento dos compromissos com a prestação de serviços médicos e odontológicos, cujo aumento de despesas decorre de reajustes contratuais, e com o pagamento de auxílio-alimentação aos servidores e empregados; manutenção administrativa; desenvolvimento de aplicativos de serviços diversos de informática e capacitação de recursos humanos.

- **Justiça Federal:** prestação de assistência jurídica a pessoas carentes, capacitação de servidores e magistrados, continuação ou conclusão de obras de construção e ampliação de imóveis para a instalação de sedes e juizados especiais, em diversos municípios brasileiros, e manutenção administrativa.

- **Justiça Eleitoral:** complementação de recursos para assegurar o pagamento de benefícios assistenciais a servidores, cujo aumento de despesas decorre de reajuste do valor dos benefícios e da implementação das Leis nºs 10.842, de 20 de fevereiro de 2004 e 11.202, de 29 de novembro de 2005, que criam cargos e funções; continuação ou conclusão de diversas obras relativas a imóveis para o funcionamento de cartórios eleitorais e centrais de atendimento e para o armazenamento de urnas eletrônicas, abrangendo diversos municípios brasileiros e capacitação de servidores e magistrados.

- **Justiça do Trabalho:** manutenção e desenvolvimento das atividades de prestação jurisdicional; atualização do parque de informática e aquisição de equipamentos para varas do trabalho; atendimento à demanda de pessoas carentes pela assistência jurídica gratuita; continuidade e/ou conclusão de diversas obras de construção de edifícios-sede para a instalação de fóruns trabalhistas, varas do trabalho e outras unidades do órgão e pagamento de auxílio-alimentação a servidores e empregados.

II. Crédito Especial:

- **Justiça Federal:** o crédito permitirá a aquisição dos Anexos I, II e III para abrigar a Justiça Federal em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, bem como o acesso aos serviços de assistência jurídica a pessoas carentes no Distrito Federal, com o pagamento de defensores dativos e peritos do Tribunal Regional Federal - TRF da 1ª Região.

- **Justiça Eleitoral:** o crédito possibilitará ao Órgão melhorar a sua infra-estrutura imobiliária, dotando-a de espaço físico adequado para abrigar cartórios eleitorais, centrais de atendimento ao eleitor e armazenamento de urnas eletrônicas em municípios dos Estados do Amazonas, da Bahia, do Ceará, de Goiás, de Minas Gerais, do Pará, do Paraná e de Santa Catarina, bem como atender despesas com a concessão de auxílio-transporte aos servidores e empregados no Estado de Sergipe.

- **Justiça do Trabalho:** os recursos destinam-se à execução de obras de construção de Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista no Município de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul; à ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho - TRT da 8ª Região - Pará/Amapá, no Município de Belém, no Estado do Pará; às aquisições de Edifícios-Sede para as Varas do Trabalho de Concórdia, de Fraiburgo e de Xanxerê, no Estado de Santa Catarina; ao pagamento de honorários de perícias técnicas do TRT da 21ª - Rio Grande do Norte e 23ª Região - Mato Grosso, e à concessão de benefício auxílio-transporte aos servidores no TRT da 22ª Região - Piauí.

Brasília, 19 de outubro de 2006.


Sérgio Renato Tejada Garcia
Juiz Auxiliar da Presidência
Secretário-Geral

Ofício nº 726/GP

Brasília, 30 de outubro de 2006.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no § 16 do art. 63 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, encaminho a Vossa Excelência cópias da nota técnica e do parecer proferido pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito das solicitações de créditos especiais encaminhadas pelos Órgãos do Poder Judiciário da União.

Atenciosamente,



Ministra Ellen Gracie

Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Assunto: Créditos Especiais dependentes de autorização legislativa
Interessados: Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça do Trabalho.

PARECER

À vista do Relatório apresentado pelo Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, com fulcro no § 16 do artigo 63 da Lei nº. 11.178/05, LDO 2006, aprovo o mérito das solicitações de créditos especiais encaminhadas pelos Órgãos do Poder Judiciário da União na forma discriminada abaixo:

Órgão	Suplementação	R\$ 1,00
Justiça Federal – JF		45.055.000
Justiça Eleitoral – JE		5.689.687
Justiça do Trabalho – JT		2.321.960
Total		53.066.647

Brasília, 20 de outubro de 2006.



Ministra Elleh Gracie
Presidente

Assunto: Créditos suplementares encaminhados pelos órgãos do Poder Judiciário da União – Outros Custeios e Capital.

Objetivo: subsidiar a elaboração do Parecer de Mérito do Conselho Nacional de Justiça.

Introdução

A presente Nota Técnica tem por objetivo subsidiar o Conselho Nacional de Justiça na elaboração do parecer de mérito de que trata o § 16 do artigo 63 da Lei n. 11.178/05, LDO-2006, o qual deverá acompanhar o projeto de lei relativo aos créditos adicionais dos órgãos do Poder Judiciário da União.

A abertura de créditos suplementares está prevista no artigo 4º da Lei n. 11.306, de 16 de maio de 2006 - Lei Orçamentária Anual - e disciplinada pela Portaria SOF n. 6, de 29 de maio de 2006, que estabelece procedimentos e prazos para as solicitações de alterações orçamentárias para este exercício, indicando, para tanto, os tipos de alterações orçamentárias pertinentes a cada crédito suplementar solicitado.

As solicitações encaminhadas pelos órgãos do Poder Judiciário da União para ajuste das programações constantes de seus respectivos orçamentos encontram-se detalhadas em tabelas anexas, com as respectivas finalidades e justificativas.

Quadro-Resumo de Solicitações de Créditos Suplementares por Projeto de Lei

Órgão: Supremo Tribunal Federal

I - Outros Custeios e Capital

Suplementação

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
10101	3234	Assist. Médica e Odont. aos Servid., Empregados e seus Dependentes	Custeio	909.414	A suplementação tem por objetivo o pagamento de despesas com serviços médicos, hospitalares, laboratoriais e odontológicos, cuja insuficiência se justifica em face do aumento de demanda por consultas, exames, internações e cirurgias, além do reajuste do contrato firmado com a empresa CASSI.
10102	3225	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação no PJ (E-Jus)	Invest.	120.000	O crédito visa a ajustar dotações das ações em tela, para adquirir scanner de produção e contratação de serviços de informática com vistas a iniciar a implantação do processo virtual no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
10102	3225	Apreciação e Julgamento de Processos Discip.	Custeio	680.000	
TOTAL				1.709.414	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
10101	3234	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	500.000
10102	3234	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	301.757
10102	3234	Assist. Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Custeio	95.057
10102	3234	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	12.600
10102	3225	Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário	Custeio	800.000
TOTAL				1.709.414

Suplementação

Órgão/ Unidade	Controle SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
11101	003263	Apreciação e Julgamento de Causas	Custeio	1.474.174	-Garantir o pagamento das despesas de natureza administrativa, assegurando a manutenção e conservação de imóveis sob a responsabilidade do órgão e a manutenção e desenvolvimento de aplicativos e serviços diversos de informática.
11101	003263	Capacitação de Recursos Humanos	Custeio	120.000	- Proporcionar ao quadro de integrantes do órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições.
11101	003263	Apreciação e Julgamento de Causas	Invest.	205.826	- Fazer frente às despesas com aquisição de equipamentos e materiais permanentes no corrente exercício.
11101	003323	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	1.630.000	- Garantir o adimplemento do benefício.
11101	003323	Assistência Médica e Odontológica a Serv. e Dependentes	Custeio	2.113.500	- Atenuar o corte imposto durante a tramitação do Projeto da LOA no Congresso Nacional e manter o equilíbrio dos contratos de assistência médica e odontológica (Lei 8.666/93, art. 5º, § 1º).
		TOTAL		5.543.500	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Controle SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
12000	003323	Implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	Invest.	3.743.500
		TOTAL		3.743.500

Justificativa (síntese)*Controle 003263***Suplementação****Apreciação e Julgamento de Causas**

O valor previsto na Lei Orçamentária Anual para a atividade Apreciação e Julgamento de Causas é inferior ao necessário para atender as despesas, devido ao corte sofrido por essa ação no Congresso Nacional.

Capacitação de Recursos Humanos

A Lei Orçamentária Anual (11.306/06) alocou uma quantidade insuficiente de recursos para manter a crescente demanda por eventos de capacitação no Superior Tribunal de Justiça.

*Controle 003323***Suplementação****Assistência Médica e Odontológica**

Os recursos alocados na atividade Assistência Médica e Odontológica apresentam-se insuficientes para atender as despesas desse subtítulo, devido ao corte sofrido no Congresso Nacional.

Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Os recursos alocados na atividade Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados apresentam-se insuficientes para garantir a efetiva prestação aos beneficiários.

Cancelamento**Implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados**

O remanejamento na dotação da ação “Implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados” é devido ao fato de o GDF ainda não ter finalizado o processo de aprovação do projeto arquitetônico, possibilitando disponibilizar recursos para o atendimento de outras necessidades e para a melhoria de atividades de apoio realizadas nesta Corte.

Suplementação

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3009	Construção do Ed. Sede da SJ em Juiz de Fora/MG	Invest.	1.513.002	Destina-se ao pagamento de despesas com custeio e investimento da Justiça Federal nas ações destinadas à recomposição de cortes orçamentários, objetiva atender também os acréscimos contratuais no corrente exercício superiores ao previsto na proposta orçamentária, além da demanda de investimentos.
		Construção do Ed. Sede da SJ em Uberaba/MG	Invest.	107.726	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Arapiraca/AL	Invest.	700.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Itabaiana/SE	Invest.	200.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Caxias do Sul/RS	Invest.	500.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Rio Grande/RS	Invest.	1.100.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Imperatriz/MA	Invest.	260.000	
		Construção do Ed. Sede da JF em Serra Talhada/PE	Invest.	50.000	
		Construção do Ed. II para a JF em Salvador/BA	Invest.	120.000	
		Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	1.760.724	
		Capacitação de Recursos Humanos	Custeio	117.318	
12.102		Julgamento de Causas	Custeio	1.000.000	
TOTAL				7.428.770	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3009	Julgamento de Causas	Custeio	1.605.826	O cancelamento decorre da reprogramação das prioridades referentes a diferentes ações da Justiça Federal em custeio e investimento.
		Julgamento de Causas	Invest.	50.000	
		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores	Custeio	400.000	
		Assistência Pré-Escolar	Custeio	957.042	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Florianópolis/SC	Invest.	1.600.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Belo Horizonte/MG	Invest.	2.000.728	
		Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação – ISIG	Custeio	1.494.174	
		Julgamento de Causas	Custeio	200.000	
12.106		Capacitação de Recursos Humanos	Custeio	921.000	
12.104		TOTAL			9.228.770

Suplementação

Órgão/ Unidad e	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3007	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	6.300.000	Destina-se ao pagamento de despesas relativas ao programa de assistência jurídica a pessoas carentes com o pagamento de serviços aos defensores dativos/peritos no decorrer do presente exercício, em razão do aumento do acesso de cidadãos carentes à Justiça Federal e a instalação de novas varas e juizados especiais com conseqüente crescimento geométrico da demanda processual.
TOTAL				6.300.000	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3007	Sem fonte de cancelamento			
TOTAL					

Suplementação

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3289	Aquisição do Anexo I para a Justiça Federal em Belo Horizonte - MG (desapropriação)	Inv. Financ.	19.000.000	A abertura do crédito especial destina-se à aquisição do edifício Lucas Lopes (Líder Center) no valor de R\$ 19.500.000,00, edifício Moacyr Fioravanti no valor de R\$ 17.500.000,00 e edifício Terceiro Milênio no valor de R\$ 8.000.000,00, visando a abrigar as 32 varas federais, 5 juizados especiais federais, 2 turmas recursais e todos os serviços administrativos afins daquela unidade da federação que hoje gasta em torno de aproximadamente R\$ 2.360.000,00 (anuais), onerando sobremaneira o orçamento da Justiça Federal da 1ª Região, criando de certa forma dificuldade para a administração de toda a seccional de Minas Gerais.
		Aquisição do Anexo II para a Justiça Federal em Belo Horizonte - MG (desapropriação)		25.000.000	
		Aquisição do Anexo III para a Justiça Federal em Belo Horizonte - MG (desapropriação)		1.000.000	
TOTAL				45.000.000	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3289	Sem fonte de cancelamento			
TOTAL					

Suplementação

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.102	3003	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	55.000	Destina-se ao atendimento de despesas relativas ao programa de assistência jurídica a pessoas carentes com o pagamento de serviços aos defensores dativos/peritos no decorrer do exercício do TRF 1ª Região.
TOTAL				55.000	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3003	Julgamento de Causas	Custeio	55.000	
TOTAL				55.000	

Suplementação

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
JE	3345	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	3.843.644	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Lei nº 8.460/92, alterada pela Lei nº 9.527/97.
JE	3345	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores e Empregados	Custeio	265.042	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Lei nº 8.069/90.
JE	3345	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	88.188	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Medida Provisória nº 2165-36/01 (vigência indeterminada).
JE	3345	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.	Custeio	631.633	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Lei nº 8.112/90.
14125	3165	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	20.858	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Medida provisória nº 2165-36/01 (vigência indeterminada).
14104	3165	Construção de Cartórios Eleitorais — Munic. Itacoatiara	Invest.	55.879	Viabilizar a conclusão do cartório eleitoral no Município de Itacoatiara. Para adequação da obra ao valor consignado em 2005, houve a necessidade da supressão de alguns itens do projeto básico.

14105	3165	Construção de Cartórios Eleitorais, CAE, Depósito Armaz. UE – Munic. Cruz das Almas	Invest.	845.000	Possibilitar a construção de sede própria para o cartório, uma vez que os espaços cedidos são objeto de constantes solicitações de devolução por parte dos cedentes, gerando instabilidade no que se refere ao funcionamento dos serviços, bem como revelam-se insuficientes para o atendimento das necessidades da Justiça Eleitoral.
14105	3165	Construção de Cartórios Eleitorais, CAE, Deposito Armaz. UE – Munic. Guanambi	Invest.	845.000	Possibilitar a construção de sede própria para o cartório, que atualmente funciona nos fóruns da Justiça Comum.
14105	3165	Construção de Cartórios Eleitorais, CAE, Depósito Armaz. UE – Munic. Jequié	Invest.	845.000	Possibilitar a construção de sede própria para o cartório, uma vez que os espaços cedidos são objeto de constantes solicitações de devolução por parte dos cedentes, gerando instabilidade no que se refere ao funcionamento dos serviços, bem como revelam-se insuficientes para o atendimento das necessidades da Justiça Eleitoral.
14106	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Sobral	Invest.	70.000	Assegurar o pagamento de serviços executados extraordinariamente, tendo em vista a elevação imprevista do custo da obra no momento das fundações do prédio, por tratar-se de terreno sem estabilidade.
14109	3165	Construção de Imóvel p/ Cartórios Eleitorais e Armazenamento de UE – Munic. Valparaíso	Invest.	220.000	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias.

14109	3165	Construção de Imóvel p/ Cartórios Eleitorais e Armazenamento de UE – Munic. Goiás	Invest.	185.000	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias.
14109	3165	Construção de Imóvel p/ Cartórios Eleitorais e Armazenamento de UE – Munic. Caldas Novas	Invest.	150.000	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias.
14113	3165	Aquisição de Imóvel para Cartório Eleitoral – Munic. Contagem	Inversão Financ.	1.500.000	Adquirir imóvel para abrigar cinco cartórios eleitorais que funcionam atualmente em prédio alugado. Anteriormente, tais cartórios funcionavam em edifício cedido pela Prefeitura, que solicitou a imediata devolução do imóvel.
14114	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Castanhal	Invest.	30.000	Viabilizar a modificação do sistema de abastecimento de água e de outras instalações.
14116	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Cambe	Invest.	2.950	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias. Os recursos são necessários para cobrir despesas com grandes pantográficas, muros, ajardinamento.
14116	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Pato Branco	Invest.	20.000	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias. Os recursos são necessários para cobrir despesas com grandes pantográficas, muros, ajardinamento.

14123	3165	Construção de Deposito para Armaz. UE – Munic. São José	Invest.	900.000	Possibilitar a construção de imóvel para armazenamento de urnas, com vistas a melhorar as condições de armazenamento das urnas eletrônicas, que encontram-se estocadas em local inapropriado.
14114	3194	Ampliação da Central de Atendimento ao Eleitor e Cartórios Eleitorais – Munic. Belém	Invest.	200.000	Possibilitar a execução de serviços complementares, tendo em vista que a dotação de 2006 é insuficiente para deixar a obra em estado de receber o acabamento final programado para 2007.
14116	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Arapongas	Invest.	121.896	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em razão das limitações orçamentárias. Há necessidade de reforçar a estrutura de concreto armado para suportar a altura das paredes, climatizar o ambiente com ar condicionado, construir pátio de estacionamento calçado.
14116	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Jaguariaíva	Invest.	122.050	Assegurar a contratação do projeto executivo de arquitetura do fórum eleitoral, tendo em vista que os recursos consignados não são suficientes para atender à programação.
14117	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Petrolina	Invest.	40.000	Viabilizar a contratação do projeto executivo e de arquitetura do fórum eleitoral, tendo em vista que os recursos consignados não são suficientes para atender à programação.
14119	3194	Ampliação do Prédio para Armazenamento de UE no Rio de Janeiro	Invest.	500.000	Possibilitar a implementação da etapa de preparação de instalações dos elevadores, sistema de climatização a ser concluída em 2007.

14122	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Cerejeiras	Invest.	1.237	Assegurar o pagamento dos serviços programados que tiverem seus custos alterados.
14122	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Vilhena	Invest.	18.397	Assegurar o pagamento dos serviços programados que tiverem seus custos alterados.
14123	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. São José	Invest.	600.000	Viabilizar a contratação completa da obra, tendo em vista que, após o término dos projetos arquitetônicos, verificou-se uma estimativa de gastos além do previsto inicialmente.
14125	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Aquidabã	Invest.	10.000	Possibilitar a aquisição de terreno que não estava prevista, uma vez que havia promessa de doação do terreno pela Prefeitura.
14125	3194	Capacitação de Recursos Humanos	Custeio.	9.198	Complementar a dotação já autorizada, com vistas à ampliação dos programas de capacitação previstos para o exercício.
TOTAL				12.140.972	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
14101	3345	Gestão e Administração do Programa	Custeio	3.976.533
14101	3165	Gestão e Administração do Programa	Custeio	3.803.593
14101	3165	Implantação da Rede de Alta Velocidade Via Satélite para JE	Invest.	544.105
14104	3165	Gestão e Administração do Programa	Invest.	55.879
14105	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Itabuna	Invest.	678.160
14109	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Goiânia	Invest.	123.237
14109	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic.	Invest.	431.763
14114	3165	Gestão e Administração do Programa	Invest.	30.000
14116	3165	Gestão e Administração do Programa	Custeio	22.950

14101	3194	Gestão e Administração do Programa	Custeio	1.695.920
14114	3194	Gestão e Administração do Programa	Invest.	200.000
14117	3194	Gestão e Administração do Programa	Custeio	40.000
14119	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Duque de Caxias	Invest.	500.000
14122	3194	Gestão e Administração do Programa	Custeio	19.634
14125	3194	Gestão e Administração do Programa	Custeio	19.198
TOTAL				12.140.972

Justificativa (síntese)

Nesta segunda revisão orçamentária de 2006, foi priorizada a suplementação de recursos para financiamento da ampliação das despesas com benefícios e a aquisição e construção de imóveis para cartórios eleitorais e depósitos de armazenamento de urnas, em observância ao planejamento orçamentário do exercício, cujos eixos principais, adicionalmente à realização das eleições gerais, são a ampliação da rede própria de atendimento e a melhoria das condições fiscais de trabalho dos servidores, a melhoria do desempenho funcional e a efetivação do quadro próprio.

A expansão das despesas de benefícios deve-se a provimento de cargos e funções criados nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais pela Lei nº 11.202, de 29 de novembro de 2005, e pela Lei nº 10.842/04, de 20 de fevereiro de 2004. Em relação ao mês de abril de 2005, mês-base de elaboração da proposta orçamentária 2006, a Justiça Eleitoral registrou cerca de 3.300 ingressos, o que acarretou a necessidade de recursos adicionais na ordem de R\$ 9,7 milhões, sendo que R\$ 4,9 milhões por ato próprio e R\$ 4,8 milhões por intermédio de projeto de lei.

A suplementação de recursos para obras faz-se igualmente necessária, tendo em vista evitar a interrupção do andamento dos serviços ou possibilitar a conclusão neste exercício. Por outro lado, foram remanejados recursos para novas construções de cartórios pela oportunidade que representa a disponibilização de terrenos pelas administrações municipais. Cumpre assinalar que os cartórios beneficiados funcionam atualmente em salas de fóruns e as novas instalações contribuirão para melhoria do atendimento à população. Foi ainda proposto o remanejamento de recursos para aquisição de imóvel para abrigar cinco cartórios eleitorais no Município de Contagem, no Estado de Minas Gerais, que atualmente funcionam em prédio alugado, em razão da devolução do imóvel antes ocupado à Prefeitura.



Quadro-Resumo de Solicitações de Créditos Suplementares por Projeto de Lei

Órgão: Justiça do Trabalho

I - Outros Custeiros e Capital

Suplementação – Tipo 120

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
TRT 2. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.600.000	Reforço de Dotação
TRT 4. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sede da VT em Gravataí –RS	Invest.	333.534	Conclusão de Etapas
TRT 4. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sede da VT em Lajeado-RS	Invest.	341.482	Conclusão de Etapas
TRT 5. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.000.000	Reforço de Dotação
			Invest.	1.580.130	
TRT 6. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.000.000	Reforço de Dotação
TRT 7. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	500.000	Reforço de Dotação
			Invest.	200.000	
TRT 8 ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	350.000	Reforço de Dotação
			Invest.	250.000	
TRT 9 ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	400.000	Reforço de Dotação
TRT 9 ^a Região	Controle SOF	Const. de Fórum Trabalhista em Londrina –PR	Invest.	1.279.000	Conclusão de Etapas
TRT 10. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.722.036	Reforço de Dotação
			Invest.	200.000	
TRT 11. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	650.000	Reforço de Dotação
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	54.000	Reforço de Dotação
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	96.000	Reforço de Dotação
TRT 13. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	524.000	Reforço de Dotação
			Invest.	1.000.000	
TRT 14. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	400.000	Reforço de Dotação
TRT 14. ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Alimentação aos Serv. e Empregados	Custeio	5.000	Reforço de Dotação
TRT 14. ^a Região	Controle SOF	Construção do Edifício-Sede da VT em Cruzeiro do Sul – AC	Invest.	178.518	Conclusão
TRT 15. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.500.000	Reforço de Dotação
TRT 15. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	600.000	Reforço de Dotação
TRT 16. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	7.000	Reforço de Dotação
TRT 16. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	600.000	Reforço de Dotação
			Invest.	400.000	

TRT 17 ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	350.000	Reforço de Dotação
TRT 18. ^a Região	Controle SOF	Construção do Edifício-Sede da Justiça do Trabalho no Município de Catalão -GO	Invest.	316.690	Continuidade da Obra
TRT 18. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	800.000	Reforço de Dotação
TRT 19. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	750.000	Reforço de Dotação
TRT 19. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	16.000	Reforço de Dotação
TRT 20 ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	159.726	Reforço de Dotação
			Invest.	740.274	
TRT 20. ^a Região	Controle SOF	Construção do TRT no Município de Aracaju - SE	Invest.	680.000	Conclusão
TRT 22 ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	600.000	Reforço de Dotação
TRT 23. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	3.000.000	Reforço de Dotação
TRT 24. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Invest.	250.000	Reforço de Dotação
TOTAL				24.433.390	

Cancelamento – Tipo 120

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
TST	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.850.000
TRT 4 ^a Região	Controle SOF	Construção de Edifício de apoio ao TRE 4 ^a Região – Porto Alegre -RS	Invest.	333.534
TRT 5 ^a Região	Controle SOF	Construção do Edifício- Auxiliar do TRT 5 ^a Região em Salvador - BA	Invest.	1.580.130
TRT 10 ^a Região	Controle SOF	Construção de Fórum Trabalhista em Taguatinga - DF	Invest.	922.036
TRT 12 ^a Região	Controle SOF	Assistência Médica e Odontológica aos Serv., Empregados e seus Dependentes	Custeio	96.000
TRT 12 ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	54.000
TRT 13 ^a Região	Controle SOF	Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Custeio	24.000
TRT 14 ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	5.000
TRT 17 ^a Região	Controle SOF	Construção do Edifício-Sede do TRT 17 ^a Região em Vitória-ES	Invest.	945.690
TOTAL				5.810.390

100

Quadro-Resumo de Solicitações de Créditos Especiais por Projeto de Lei

Órgão: Justiça do Trabalho

I - Outros Custeiros e Capital

Suplementação - Crédito Especial – Tipo 200

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
TRT 4. ^a Região	Controle SOF	Construção do Prédio Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo – RS	Invest.	150.000	Início de obra
TRT 8. ^a Região	Controle SOF	Ampliação do Ed. Sede do TRT da 8. ^a Região em Belém-PA	Invest.	300.000	Início de obra
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sede da Vara do Trabalho em Xanxerê – SC	Invest.	600.000	Início de obra
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed.Sede da Vara do Trabalho em Fraiburgo – SC	Invest.	600.000	Início de obra
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Aquisição do Ed.Sede da Vara do Trabalho em Concórdia – SC	Inv. Financ.	550.000	Aquisição de Imóvel
TRT 22. ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	15.072	Benefício aos Servidores
TRT 21. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	8.000	Assistência Jurídica Gratuita
TRT 23. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	98.880	Assistência Jurídica Gratuita
TOTAL				2.321.960	

Cancelamento – Crédito Especial – Tipo 200

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
TST	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Invest.	600.000
TRT 22. ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	15.072
TRT 4. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Apoio ao TRT da 4. ^a Região	Invest.	150.000
TRT 8. ^a Região	Controle SOF	Construção do Fórum Trabalhista em Ananindeua – PA	Invest.	300.000
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sede da Vara do Trabalho em São Bento do Sul – SC	Invest.	500.000
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sede da Vara do Trabalho em Concórdia – SC	Invest.	450.000

TRT 12 ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Invest.	200.000
TRT 21 ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	8.000
		TOTAL		2.223.072

JUSTIFICATIVA (SÍNTESE)

120 Com Compensação

Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região solicita remanejamento de R\$ 333.534,00 entre as ações:

Ação (Projeto)	Suplementação	Cancelamento
103P – Construção do Ed. Sede da VT em Gravataí –RS	333.534	
1B32 – Construção do Ed. de Apoio ao TRT da 4 ^a Região.		(333.534)
Total	333.534	(333.534)

O remanejamento propõe reforçar a dotação consignada na ação “Construção do Ed. Sede da VT em Gravataí – RS” visando à continuidade do projeto. O TRT alega que os recursos consignados em 2006, para esta obra, são insuficientes.

O não atendimento da solicitação significará a descontinuidade e o atraso na conclusão da obra. O cancelamento da ação Construção de Ed. de Apoio ao TRT da 4^a Região não trará reflexos negativos, pois sua execução está abaixo do previsto para o exercício.

O Tribunal Regional do Trabalho da 5^a Região solicita remanejamento de R\$ 1.580.130,00 entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
4256 - Apreciação de Causas Trabalhistas – AC	1.580.130	
10Z1 – Construção do Ed. Auxiliar Judicial do TRT da 5 ^a Região em Salvador		(1.580.130)
Total	1.580.130	(1.580.130)

O remanejamento visa a reforçar a dotação consignada à ação AC para obras e reformas emergenciais no imóvel que abrigava as varas de Salvador para que possa abrigar a área administrativa do TRT, melhorando assim as condições de funcionamento do órgão e /

mantendo a prestação jurisdicional em níveis satisfatórios. O não atendimento do pedido implicará inadimplemento das condições de funcionamento do órgão comprometendo o atendimento da população.

O cancelamento da ação Construção Edifício Auxiliar Judicial não trará impactos negativos importantes, uma vez que foi implementado o projeto de unificação dos procedimentos na execução judicial, deixando com leiloeiro oficial a responsabilidade de remoção e guarda dos bens penhorados.

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região solicita remanejamento de R\$ 1.279.000,00 com oferecimento de recursos provenientes do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
11EX – Construção Fórum Trabalhista de Londrina – PR	1.279.000	
1B51 – Construção do Edifício-Sede do TRT da 17ª Região		(629.000)
Total	1.279.000	(629.000)

O remanejamento propõe reforçar a dotação consignada à ação *Construção do Fórum Trabalhista em Londrina*, justificando-se em virtude da urgente e necessária edificação do novo prédio do fórum, pois o atual encontra-se em condições precárias de funcionamento.

Após pedido formulado pelo TRT da 9ª Região, por meio do Ofício 493/2006, o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região ofereceu, em cancelamento, dotação do projeto “Construção do Edifício-Sede do TRT da 17ª Região” alegando que não haverá reflexos negativos na execução da programação prevista para a ação.

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região solicita remanejamento de R\$ 922.036,00 entre as ações:

Ação	Suplementação		Cancelamento
	GD3	GD4	
Apreciação de Causas Trabalhistas - AC	1.722.036	200.000	
Construção do Fórum Trab. em Taguatinga – DF			(922.036)
Total	1.722.036	200.000	(922.036)

O remanejamento propõe reforçar a **AC** para que se possa custear parte das despesas para reformar e adaptar o prédio que abrigará o Edifício-Sede do TRT, reformar e adaptar prédio para abrigar o Fórum de Brasília e aquisição de mobiliário para estes dois imóveis. O não atendimento impedirá a mudança da área administrativa para o edifício-sede, impossibilitando também a mudança do Fórum de Brasília para instalações mais adequadas.

O cancelamento não trará reflexos negativos, pois o projeto de Construção do Fórum Trabalhista em Taguatinga será adiado até que os procedimentos legais para a desafetação da área destinada à construção sejam concluídos.

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região solicita remanejamento de R\$ 150.000,00 entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Apreciação de Causas Trabalhistas – AC	54.000	
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC	96.000	
Auxílio-Transporte – AT		(54.000)
Assistência Médica e Odontológica – AMO		(96.000)
Total	150.000	(150.000)

O primeiro remanejamento propõe reforçar a dotação consignada à ação **AC** nas despesas com indenização de transporte, diárias, materiais de informática e outros serviços de terceiros para suprir as necessidades da ação. O Regional alega que o não atendimento do pleito acarretará descontinuidade dos serviços programados para o exercício.

Propõe-se, também, o remanejamento para aporte na ação **AJPC** fazendo com que o Regional consiga honrar suas despesas com honorários periciais, tradutores e intérpretes até o final do exercício.

O cancelamento não trará reflexos negativos na programação das ações Auxílio-Transporte e Assistência Médica e Odontológica, pois houve uma adequação orçamentária nestas atividades.

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região solicita remanejamento de R\$ 24.000,00 entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Apreciação de Causas Trabalhistas – AC	GND 3 524.000 GND 4 1.000.000	
Assistência Pré-Escolar – APE		(24.000)
Total		(24.000)

O remanejamento visa ao reforço do custeio do Tribunal na ação **AC** tendo em vista o reajuste da indenização de transporte e reajustes aplicados aos contratos firmados pelo TRT.

O não atendimento do pedido fará com que o Regional não cumpra os contratos de prestação de serviço e fornecedores.

O TRT informa que não haverá reflexo negativo na ação ora cancelada, face saldo orçamentário positivo na referida atividade.

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região solicita remanejamento de R\$ 5.000,00 entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Auxílio-Alimentação – AA	5.000	
Auxílio-Transporte – AT		(5.000)
Total	5.000	(5.000)

O remanejamento visa ao reforço na ação Auxílio-Alimentação para pagamento de parte do passivo referente à reposição de descontos efetuados nos períodos de férias, recesso regimental e licença médica, nos exercícios de 2001 e 2002, conforme acórdão nº. 1324, do processo TRT ADM 02204/2001 e despacho no processo 523.2002.000.14.00-0.

O não atendimento implicará o não aproveitamento de recursos não utilizados na ação Auxílio-Transporte.

O Regional informa que não haverá reflexo negativo na ação ora cancelada, face à não execução orçamentária.

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região solicita remanejamento de R\$ 316.690,00 com oferecimento de recursos provenientes do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Edifício-Sede de VT em Catalão-GO.	316.690	
1B51 – Construção do Edifício-Sede do TRT da 17ª Região		(316.690)
Total	316.690	(316.690)

O remanejamento propõe reforçar a dotação consignada à ação Construção do Edifício-Sede de VT em Catalão para que o regional conclua o projeto. O não atendimento do pedido provocará a paralisação da construção.

Após pedido formulado pelo TRT da 18ª Região, por meio do Ofício 205/2006, o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região ofereceu em cancelamento dotação do projeto “Construção do Edifício-Sede do TRT da 17ª Região” alegando que não haverá reflexos negativos na execução da programação prevista para a ação.

120 Sem Compensação

- Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região

O presente pedido de crédito suplementar visa a atender a Resolução CSJT n.º 10/2005, com reajuste da indenização de transporte dos oficiais de justiça de R\$ 538,00 para R\$ 1.344,97 por mês, para o pagamento entre os meses de janeiro e agosto de 2006, na ação Apreciação de Causas.

- Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região

O pedido de crédito visa a obter recursos necessários para a continuidade das obras de construção de edifício-sede da Varas Trabalhistas em Gravataí e Lajeado, tendo em vista que os recursos consignados em 2006 são insuficientes para manter o cronograma previsto.

PROJETO	R\$ 1,00 VALOR
103P - Construção do Edifício-Sede da Vara de Trabalho em Gravataí-RS	333.534
119 – Construção do Edifício-Sede da Vara de Trabalho em Lajeado-RS	341.482
TOTAL	675.016

- Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região

Segundo o TRT, a presente suplementação visa a assegurar o pagamento de despesas vitais ao funcionamento do órgão, possibilitando o cumprimento de contratos assumidos com a EBCT (novembro e dezembro), com a distribuidora de energia (novembro e dezembro) e com a Empresa Gráfica da Bahia (dívida de exercícios anteriores – mar a jun/99), no valor total de R\$ 1.000.000,00, na ação Apreciação de Causas – ACT.

- Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região

O pedido de crédito requerido destina-se à ação Apreciação de Causas – ACT, cuja suplementação visa a obter recursos necessários para ampliação dos serviços de vigilância armada e vigias nas instalações do TRT, bem como para assegurar o pagamento da indenização de transporte aos oficiais de Justiça, em cumprimento à Resolução CSJT 10/2005.

- Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região

A suplementação requerida destina-se à ação Apreciação de Causas – ACT, no valor total de R\$ 700.000,00, sendo R\$ 500.000,00 para o GND 3 e R\$ 200.000,00 para o GND 4.

Segundo o TRT, a presente suplementação visa a assegurar a prorrogação do contrato de segurança armada nos edifícios desta Justiça Trabalhista, contemplar o reajuste ocorrido na indenização de transporte paga aos ofícias de justiça e possibilitar a aquisição de mobiliário para conclusão do projeto de mobiliários das varas trabalhistas em suas novas instalações.

- Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região

A suplementação visa a possibilitar o cumprimento da Resolução CSJT n.º 10/2005, tendo em vista o reajuste da indenização de transporte devida aos ofícias de justiça e possibilitar o retorno de importantes itens de programação orçamentária (reforma de varas do trabalho), em virtude do corte na Proposta Orçamentária para 2006 durante a tramitação no Congresso Nacional.

- Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região

A solicitação de crédito objetiva a garantia de manutenção do órgão com despesas de água e esgoto, energia elétrica, correio, telecomunicações, em decorrência do reajuste das tarifas públicas, instalação de novas varas do trabalho com as respectivas ajudas de custo a juízes promovidos, aquisição de suprimentos de informática e mobiliário para a secretaria das turmas do TRT.

Outro pedido de crédito do Regional destina-se a suplementar o projeto “Construção do Fórum Trabalhista em Londrina – PR”, no valor de R\$ 1.279.000,00, que, segundo o Regional, justifica-se em virtude da urgente e necessária edificação do novo prédio do fórum, pois o atual encontra-se em condições precárias de funcionamento.

- Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região

De acordo com o TRT, o pedido de crédito visa a suplementar a ação Apreciação de Causas Trabalhistas – ACT, que obteve corte na Proposta Orçamentária para 2006 durante a tramitação no Congresso Nacional.

- Tribunal Regional do Trabalho da 15.ª Região

O TRT requer crédito suplementar nas seguintes ações:

AÇÃO	VALOR A SUPLEMENTAR	R\$ 1,00
Apreciação de Causas – ACT		1.500.000
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC		600.000
TOTAL		2.100.000

De acordo com o Regional, a suplementação requerida para a ação ACT destina-se ao atendimento da Resolução CSJT n.º 10/2005, que elevou a indenização de transporte devida aos oficiais de justiça para R\$ 1.344,97.

A suplementação solicitada para AJPC destina-se a reforçar a dotação considerada insuficiente para atender a demanda de pessoas carentes pela assistência jurídica gratuita.

- Tribunal Regional do Trabalho da 16.ª Região

O crédito solicitado para ACT justifica-se em virtude da insuficiência orçamentária detectada decorrente do corte ocorrido na tramitação da Proposta Orçamentária para 2006, assim como pelo crescimento da estrutura física do tribunal com a instalação de mais 8 varas do trabalho. Portanto, a suplementação visa à aquisição de materiais para manutenção das unidades, tais como tonner para impressoras e de expediente em geral, reforma e adaptação nos gabinetes dos desembargadores, bem como para garantir o pagamento da indenização de transporte aos oficiais de justiça (Resolução CSJT n. 10/2005) e a ajuda de custo devida aos magistrados promovidos para presidir as novas varas do trabalho.

A suplementação requerida em AJPC deve-se ao aumento da demanda das pessoas carentes por assistência jurídica gratuita em razão da instalação das novas varas trabalhistas no interior e na capital do Maranhão.

- Tribunal Regional do Trabalho da 17.ª Região

Segundo o Tribunal, o pedido de crédito na ação Apreciação de Causas, no valor de R\$ 350.000,00, objetiva assegurar o pagamento de despesas com serviços de cabeamento da rede lógica dos edifícios Castelo Branco e Vitória Park, na cidade de Vitória-ES, não previstos à época da elaboração da proposta orçamentária do exercício de 2006.

- Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Região

O pedido de crédito do Tribunal Trabalhista da 18.ª Região na ação Apreciação de Causas – ACT, no valor de R\$ 800.000,00, visa a cobrir a insuficiência orçamentária decorrente do corte de 5,22% no GND 3 durante a tramitação da Proposta Orçamentária para 2006, no Congresso Nacional, bem como a garantir a repactuação dos atuais contratos de vigilância e segurança, de

limpeza e conservação e do acréscimo decorrente dos contratos de serviços para o funcionamento do novo edifício-sede do tribunal a partir de setembro de 2006: limpeza e conservação, copeiragem e recepcionistas e implantação do sistema de sonorização e vídeo.

- Tribunal Regional do Trabalho da 19.ª Região

De acordo com o TRT, a suplementação requerida em Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC, no valor de R\$ 16.000,00, deve-se a insuficiência orçamentária detectada para suprir o aumento da demanda.

De acordo com o TRT, a suplementação requerida para Apreciação de Causas – ACT, no valor de R\$ 750.000,00, destina-se a cobrir despesas com reajuste de contratos de serviços de limpeza, manutenção predial e vigilância; aumento do valor da indenização de transporte devida aos oficiais de justiça, em atendimento a Resolução CSJT n.º 10/2005, e aumento de despesas de energia decorrentes da climatização das salas de espera das varas do trabalho de Maceió.

- Tribunal Regional do Trabalho da 20.ª Região

O TRT realizou pedidos de créditos para suplementar o projeto “Construção do Complexo do TRT da 20.ª Região” e a ação “Apreciação de Causas Trabalhistas – ACT”. A suplementação requerida para o projeto de construção do Complexo do TRT da 20.ª Região decorre de fatos supervenientes à Proposta Orçamentária de 2006, tais como o reajuste contratual da obra, de acréscimo de serviços de terraplanagem, alteração de composição de argamassa e contrapiso, implantação de rede de lançamento de drenagem de esgoto sanitário e águas pluviais, bem como do reflexo em taxas de fiscalização.

Segundo o Regional, o atendimento do pleito acarretará o término da obra no final do exercício corrente, possibilitando a imediata utilização dos edifícios para prestação dos serviços jurisdicionais.

- Tribunal Regional do Trabalho da 22.ª Região

Segundo o Regional, a suplementação para ACT, no valor de R\$ 600.000,00, destina-se a reforçar a dotação orçamentária insuficiente para cobrir despesas com suprimentos de informática, manutenção de novas varas trabalhistas, pagamento de ajuda de custo a magistrados, implementação da justiça itinerante e para adaptações necessárias a serem feitas no edifício-sede do TRT tendo em vista a facilitação do acesso dos jurisdicionados.

- Tribunal Regional do Trabalho da 23.ª Região

O TRT solicita crédito suplementar na ação Apreciação de Causas Trabalhistas – ACT, no valor de R\$ 3.000.000,00, haja vista insuficiência orçamentária detectada por aumentos de despesas de manutenção do órgão.

Segundo o Regional, esse aumento deve-se à mudança de sede do TRT para instalações maiores, à instalação de 13 novas varas do trabalho e de 19 varas itinerantes em funcionamento, o que importou no aumento da demanda por materiais e serviços em geral.

- Tribunal Regional do Trabalho da 24.ª Região

A suplementação visa a cobrir reforma de sistemas elétricos nas varas do trabalho do interior de Mato Grosso do Sul.

Justificativas Crédito Especial – 200 – Projetos

O Tribunal Regional do Trabalho da 4º Região requer a inclusão na LOA 2006 do Projeto Construção do prédio anexo ao Fórum Trabalhista em São Leopoldo – RS, no valor total de R\$ 150.000,00, que não consta do PPA 2004-2007, oferecendo em contrapartida cancelamento:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Construção do prédio Anexo ao Fórum Trabalhista em São Leopoldo – RS	150.000	
Construção do Edifício de Apoio ao TRT 4ª Rg. Em Porto Alegre – RS		(150.000)
Total	150.000	(150.000)

O TRT informa que o pedido de crédito especial objetiva a aquisição de terreno para a construção de anexo ao Fórum de São Leopoldo. O não atendimento do pleito impossibilitará a ampliação do Fórum.

O Regional alega que não haverá repercussão negativa no cancelamento, pois a execução orçamentária da ação “Construção do Edifício Apoio ao TRT da 4ª Região” está abaixo do previsto para este exercício.

Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região solicita dotação de R\$ 300.000,00 para inclusão na LOA 2006 de projeto cadastrado no PPA 2004-2007, na revisão de 2006, com oferecimento de recursos em compensação:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Ampliação do Edifício Sede do TRT da 8ª Rg. Em Belém - PA	300.000	
Construção de Fórum Trabalhista em Ananindeua - PA		(300.000)
Total	300.000	(300.000)

O pedido se faz premente pois o governo estadual doou terreno para construção, possibilitando assim uma sensível melhora nas instalações físicas do “Edifício Sede do TRT da 8ª Região” e ampliando a sua capacidade de atendimento aos jurisdicionados.

O Regional informa que os reflexos negativos do cancelamento serão mínimos, tendo em vista que o valor cancelado corresponde a apenas 6,33% do total orçado para o projeto citado.

Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região solicita dotação de R\$ 1.650.000,00 para inclusão na LOA 2006 de projeto cadastrado no PPA 2004-2007, na revisão de 2006, e de projeto não cadastrado no PPA 2004-2007 com oferecimento de recursos em compensação:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede da VT em Concórdia (*)	550.000	
Construção do Edifício-Sede de VT em Concórdia		(450.000)
Construção do Edifício-Sede da VT em Fraiburgo	600.000	
Construção do Edifício-Sede da VT em São Bento do Sul		(500.000)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho TRT		(200.000)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho TST		(500.000)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – 12.ª Região (*)		
Construção do Edifício-Sede da VT em Xanxerê	600.000	
Total	1.650.000	(1.650.000)

(*) Solicitação de alteração do pedido de crédito para Aquisição do Ed. Sede da Vara do Trabalho em Concórdia com oferecimento adicional de recursos em compensação no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) do TRT da 12.ª Região, via Of.APO.CSJT.GP.N.º 037/2006, de 22 de setembro de 2006.

Na primeira solicitação o Regional informa que o pedido objetiva a aquisição de imóvel para abrigar a sede da Vara do Trabalho em Concórdia, oferecendo em cancelamento a dotação global da ação Construção de Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Concórdia. O Regional

alega que a construção ficou inviável, pois o terreno doado pelo município não tem condições técnicas para a referida construção. Como solução para este impasse o TRT optou por adquirir um imóvel, motivando assim, o seu pedido.

O Regional solicita, ainda, crédito para a Construção do Ed. Sede da Vara do Trabalho em Fraiburgo, motivado pela possibilidade de deixar de pagar aluguel e o recebimento em doação de um terreno, realizada pela Prefeitura do município. O cancelamento do projeto de Construção em São Bento do Sul está sendo pleiteado em razão da demora no processo legislativo para autorizar a doação de terreno, que fatalmente inviabilizará a construção.

Por fim, o Regional solicita alocação de recursos na ação Construção de Ed. sede da VT em Xanxerê, com oferecimento de recurso da ação Apreciação de Causas do TRT e do TST.

Ressaltamos que, inicialmente, o TST ofereceu R\$ 500.000,00 para o TRT da 12ª suplementar a ação “Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede da VT em Concórdia”, porém o TRT solicitou que a ação suplementada fosse “Construção do Edifício-Sede da VT em Xanxerê”, no que foi atendido.

O TRT informa que o cancelamento na ação Apreciação de Causas não trará reflexos negativos, pois o Tribunal fez uma nova alocação nos valores destinados a essa atividade. O TST corrobora que o cancelamento na ação Apreciação de Causas não trará reflexos negativos.

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região solicita crédito especial no valor de R\$ 8.000,00 para atividade não incluída na LOA 2006:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC	8.000	
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - AC		(8.000)
Total	8.000	(8.000)

A inclusão solicitada atende o objetivo de pagar honorários de perícias técnicas realizadas em processos trabalhistas.

Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região solicita crédito especial no valor de R\$ 15.072,00 para a atividade não autorizada na LOA 2006.

Ação	Suplementação	Cancelamento
Auxílio Transporte – AT	15.072	
Auxílio Alimentação – AA		(15.072)
Total	15.072	(15.072)

A presente solicitação visa a compor a ação AT pois à época da elaboração do orçamento o Tribunal Regional não quantificou a ação na Proposta Orçamentária 2006.

O Regional informa que não haverá reflexos negativos no cancelamento.

Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região solicita crédito especial no valor de R\$ 98.888,00 para atividade não incluída na LOA 2006:

Ação	Suplementação
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - AJPC	98.888
Total	98.888

A inclusão solicitada atende o objetivo de pagar honorários de perícias técnicas realizadas em processos trabalhistas.

O Tribunal informa que arrecadou com inscrições de Concurso da Magistratura o valor de R\$ 98.888,00 e pleiteia utilizar o quantitativo para compor a dotação da ação AJPC.

Conclusão

As solicitações de abertura de créditos suplementares dos Órgãos do Poder Judiciário visam a ajustar a programação orçamentária às reais necessidades indicadas pelas Unidades solicitantes e estão em conformidade com a legislação em vigor, a saber: Lei nº. 11.306/2005, LOA/2006 e Portaria SOF/MP nº. 6, de 29 de maio de 2006.

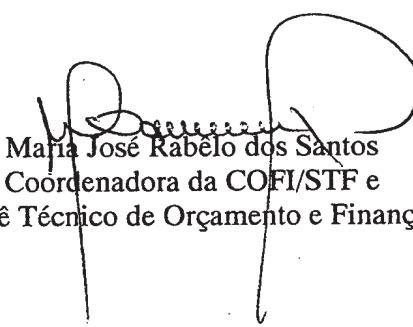
Os ajustes pretendidos pelos Órgãos possibilitarão a recomposição das programações insuficientes para atender as despesas de manutenção da máquina administrativa, benefícios assistenciais aos servidores e diversos investimentos para o aparelhamento de suas infra-estruturas, sendo:

R\$ 1,00

Órgão	Valor
Supremo Tribunal Federal	1.709.414
Superior Tribunal de Justiça	5.543.500
Justiça Federal	58.783.770
Justiça Eleitoral	12.140.972
Justiça do Trabalho	26.755.350
Total	104.933.006

Os recursos compensatórios para o atendimento destas recomposições foram oferecidos pelos próprios Tribunais, no valor de R\$ 34.911.118,00. A diferença de R\$ 70.021.888,00 foi compensada com recursos oriundos do superávit financeiro.

Brasília, 19 de outubro de 2006.


Maria José Rabélo dos Santos
Coordenadora da COFI/STF e
do Comitê Técnico de Orçamento e Finanças/CNJ

Senhora Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência as solicitações de créditos suplementares e especiais encaminhadas pelos Órgãos do Poder Judiciário da União para ajuste da programação orçamentária às reais necessidades indicadas pelas Unidades solicitantes, conforme a seguir demonstrado:

Órgão	Crédito Suplementar	Crédito Especial	Total
Supremo Tribunal Federal	1.709.414		1.709.414
Superior Tribunal de Justiça	5.543.500		5.543.500
Justiça Federal	13.728.770	45.055.000	58.783.770
Justiça Eleitoral	6.451.285	5.689.687	12.140.972
Justiça do Trabalho	24.433.390	2.321.960	26.755.350
Total			R\$ 1,00 104.933.006

As proposições destinam-se a atender as seguintes finalidades:

I. Crédito Suplementar:

- Supremo Tribunal Federal:** manutenção dos serviços de assistência médica e odontológica, até o final do corrente exercício, cujo aumento de gastos decorre de reajustes contratuais e do crescimento da demanda por consultas, exames e internações e implantação do processo virtual no Conselho Nacional de Justiça e contratação de serviços técnicos de informática.
- Superior Tribunal de Justiça:** cumprimento dos compromissos com a prestação de serviços médicos e odontológicos, cujo aumento de despesas decorre de reajustes contratuais, e com o pagamento de auxílio-alimentação aos servidores e empregados; manutenção administrativa;

desenvolvimento de aplicativos de serviços diversos de informática e capacitação de recursos humanos.

- **Justiça Federal:** prestação de assistência jurídica a pessoas carentes, capacitação de servidores e magistrados, continuação ou conclusão de obras de construção e ampliação de imóveis para a instalação de sedes e juizados especiais, em diversos municípios brasileiros, e manutenção administrativa.

- **Justiça Eleitoral:** complementação de recursos para assegurar o pagamento de benefícios assistenciais a servidores, cujo aumento de despesas decorre de reajuste do valor dos benefícios e da implementação das Leis nºs 10.842, de 20 de fevereiro de 2004 e 11.202, de 29 de novembro de 2005, que criam cargos e funções; continuação ou conclusão de diversas obras relativas a imóveis para o funcionamento de cartórios eleitorais e centrais de atendimento e para o armazenamento de urnas eletrônicas, abrangendo diversos municípios brasileiros e capacitação de servidores e magistrados.

- **Justiça do Trabalho:** manutenção e desenvolvimento das atividades de prestação jurisdicional; atualização do parque de informática e aquisição de equipamentos para varas do trabalho; atendimento à demanda de pessoas carentes pela assistência jurídica gratuita; continuidade e/ou conclusão de diversas obras de construção de edifícios-sede para a instalação de fóruns trabalhistas, varas do trabalho e outras unidades do órgão e pagamento de auxílio-alimentação a servidores e empregados.

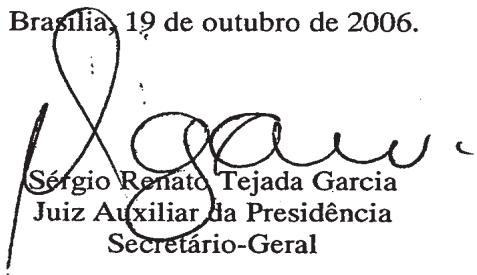
II. Crédito Especial:

- **Justiça Federal:** o crédito permitirá a aquisição dos Anexos I, II e III para abrigar a Justiça Federal em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, bem como o acesso aos serviços de assistência jurídica a pessoas carentes no Distrito Federal, com o pagamento de defensores dativos e peritos do Tribunal Regional Federal - TRF da 1ª Região.

- **Justiça Eleitoral:** o crédito possibilitará ao Órgão melhorar a sua infra-estrutura imobiliária, dotando-a de espaço físico adequado para abrigar cartórios eleitorais, centrais de atendimento ao eleitor e armazenamento de urnas eletrônicas em municípios dos Estados do Amazonas, da Bahia, do Ceará, de Goiás, de Minas Gerais, do Pará, do Paraná e de Santa Catarina, bem como atender despesas com a concessão de auxílio-transporte aos servidores e empregados no Estado de Sergipe.

- **Justiça do Trabalho:** os recursos destinam-se à execução de obras de construção de Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista no Município de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul; à ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho - TRT da 8ª Região - Pará/Amapá, no Município de Belém, no Estado do Pará; às aquisições de Edifícios-Sede para as Varas do Trabalho de Concórdia, de Fraiburgo e de Xanxerê, no Estado de Santa Catarina; ao pagamento de honorários de perícias técnicas do TRT da 21ª - Rio Grande do Norte e 23ª Região - Mato Grosso, e à concessão de benefício auxílio-transporte aos servidores no TRT da 22ª Região - Piauí.

Brasília, 19 de outubro de 2006.


 Sérgio Renato Tejada Garcia
 Juiz Auxiliar da Presidência
 Secretário-Geral

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação e serão juntados ao processado dos **Projetos de Lei nºs 37 e 42, de 2006–CN**, e retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

EM nº 217 /2006 - MP

A Presidência determina a republicação dos avulsos dos referidos projetos para fazer constar os expedientes que acabam de serem lidos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília, 11 de outubro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de projeto de lei que abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 144.596.444,00 (cento e quarenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais), e dá outras providências, conforme demonstrado a seguir:

Órgão / Unidade	Suplementação	R\$ 1,00 Origem dos Recursos
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA Ministério de Minas e Energia (Administração direta)		28.400.000 28.400.000
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE Ministério do Meio Ambiente (Administração Direta) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Agência Nacional de Águas - ANA	32.814.938 2.635.000 28.930.000 1.249.938	4.264.938 2.635.000 530.000 1.099.938

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL			
Ministério da Integração Nacional (Administração direta)	111.781.506	111.781.506	
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	55.105.992	107.230.026	
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	4.202.169	500.000	
Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA	51.867.345	3.445.480	
Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE	150.000	150.000	
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005	456.000	456.000	150.000
Total	144.596.444	144.596.444	

2. No âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o crédito proposto permitirá à Administração direta a consolidação da Política Nacional de Educação Ambiental; a formação de educadores ambientais e o apoio a projetos de gestão integrada; a avaliação da primeira fase e o planejamento da segunda fase do Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II). Ao IBAMA, a gestão de Unidades de Conservação; a manutenção de diversas unidades administrativas; o pagamento de auxílio-alimentação cujas despesas foram acrescidas no atual exercício em razão da contratação de 601 brigadistas e da variação do custo unitário devido a servidores removidos; e o desenvolvimento de ações junto a comunidades tradicionais. À ANA, o custeio de despesas administrativas; a aceleração do processo de cadastramento de usuários na Bacia Hidrográfica do São Francisco; a implementação da cobrança pelo uso de recursos da referida Bacia; e o fomento a projetos de recuperação e conservação de bacias.

3. Quanto ao Ministério da Integração Nacional, os recursos possibilitarão à Administração direta o pagamento dos auxílios pré-escolar e transporte, decorrente do acréscimo de 8 e 12 beneficiários, respectivamente; o desenvolvimento de ações complementares ao Projeto de Integração do Rio São Francisco; e o controle da erosão fluvial no Município de Conceição da Barra, no Estado do Espírito Santo. À CODEVASF, a realização de ações de revitalização do rio São Francisco. Ao DNOCS, a execução de obras na Barragem Piaus, no Estado do Piauí, e na Barragem Figueiredo, no Estado do Ceará; o pagamento de despesas contratuais decorrentes da Construção do Complexo Castanhão, no Estado do Ceará; o custeio da assistência médica aos seus servidores e dependentes, em virtude de majoração contratual; o pagamento de indenização devida ao Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Araras Norte – DIPLAN; e o funcionamento de estações de Piscicultura na Região Nordeste. À ADA, o atendimento a despesas com assistência médica e odontológica aos servidores e seus dependentes em função de reajuste contratual. E, à ADENE, o seu custeio administrativo.

4. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 63, § 13, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 - LDO-2006, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 144.446.444,00 (cento e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização das programações suplementadas;

b) R\$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais) referem-se à suplementação de despesas primárias com recursos de origem financeira, compensados pelo cancelamento de despesas primárias, constantes do Anexo III do Projeto de Lei ora encaminhado; e

c) o § 3º do art. 1º do Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

5. A presente solicitação será atendida com recursos oriundos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005 e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com as disposições do art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

6. Ressalto, por oportuno, que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízos na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

7. É demonstrado no quadro anexo à presente Exposição de Motivos, em cumprimento ao disposto no art. 63, § 11, da LDO – 2006, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005.

8. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado do
Planejamento, Orçamento e Gestão

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005)

R\$1,00

Fonte 00: Recursos Ordinários do Tesouro

Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2005 (A)	40.121.260.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	311.916.706
Créditos Extraordinários abertos (C)	2.561.676.512
Créditos Suplementares e Especiais (D)	35.304.876.601
- Abertos	35.015.049.544
- Em tramitação (1)	289.827.057
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	705.347.888
Saldo F = (A-B-C-D-E)	1.237.442.293

(A) Portaria STN nº 297, de 29 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2006.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 10/10/2006

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Projeto de Lei nº 32, de 2006-CN, e retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A Presidência determina a republicação do avulso do referido projeto para fazer constar o expediente que acaba de ser lido.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Há oradores inscritos.

Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marcelo Crivella.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, solicito a V. Ex^a minha inscrição para falar como Líder do PRB, antes da Ordem do Dia. Aliás, digne-se a pedir isso ao nosso querido Carreiro, que é o Regimento vivo desta Casa. Há o Regimento em folhas e o Regimento vivo. Quero que me inscreva, Sr^a Presidente, antes da Ordem do Dia, como Líder do PRB, para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Pelo Regimento escrito e pelo Regimento da Casa, V. Ex^a pode ter a palavra agora, de imediato, se quiser.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Se o Senador Roberto Saturnino permitir...

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL

– AL) – Pelo Regimento escrito, tem a palavra o Líder de preferência. O Senador Roberto Saturnino, depois, será o primeiro inscrito.

Enquanto V. Ex^a se dirige à tribuna, Senador Marcelo Crivella, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.)

– Sr^a Presidente, seguindo sua orientação, vou conversar com um de nossos Senadores para ver se consigo fazer uma permuta. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL

– AL) – Excelente!

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Marcelo Crivella. Está inscrito, também, de ofício, o Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadoras, senhores telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado; senhoras e senhores assistentes presentes a este plenário, foi um dia em que o sol demorou a se pôr, foi um dia diferente, foi como se as horas plácidas de uma tarde de domingo não encontrassem em seu caminho, manso e vagaroso, os braços do crepúsculo, velho e cansado porteiro da noite, para lhe entregar a luz do dia e receber em troca as trevas da noite.

Brilhava um outro sol, semelhante ao sol do profeta Malaquias. Domingo, a noite se atrasou. No céu da Pátria e no coração dos brasileiros, brilhava o sol daquela esperança que venceu o medo e que, como esperança vitoriosa, se tornou perseverança. E de perseverança se fez confiança e contagiou 58 milhões de brasileiros.

Um discurso, Sr^a Presidente, proferido desta tribuna, por mais despretensioso que seja, traz o eco da voz de todos os ilustres Srs. Embaixadores da Federação, do Norte e do Sul, do passado e do presente, que aqui, neste local, com a alma em chamas pelos ares da democracia, ou pela falta deles, protestaram suas razões diante do Congresso Nacional, dos Poderes da República, do povo desta Pátria brasileira, de nossa gente sofrida e valente, que, nas porfias da Nação, se substancia nesta tribuna de oração nas palavras dos líderes que escolheram representá-los e traduzir em leis sua vontade soberana.

Se a alma do povo não estiver presente nas palavras aqui proferidas, não há discurso. Se não há discurso, não há Parlamento; se não há Parlamento, não há democracia. E, se não há democracia, é o caos.

Hoje, porém, Sr^a Presidente, não faço o discurso da regra clássica, do orador que se dirige ao auditório na busca de um acordo e onde funcionam os mecanismos privilegiados da retórica: a persuasão e o convencimento.

Também, aqui, não está uma peça formal de felicitação ou de homenagem, de cuja raiz semântica do termo não gosto, já que representa a promessa de fidelidade do vassalo ao senhor feudal, o que não cabe aqui.

Hoje, não, Sr^a Presidente! Hoje ocupo esta tribuna para aplaudir. É um gesto simples de aplauso, como é simples a vida de quem eles aplaudem. Não é, portanto, um discurso como o dos senhores pais da Pátria que se imortalizaram nesta tribuna. É um desenho canhestro, como diria o ilustre Senador do meu Estado Roberto Campos, com o qual pretendo traduzir, com as limitações de um aprendiz, o sentimento que contagiou a Nação no domingo em que a tarde demorou a cair.

Apludo o vencedor, mas sem esquecer de saudar a aguerrida Oposição, com os votos que cabem aos bravos, como V. Ex^a, que lutam, e lutam sempre, pois, como dizia Rui Barbosa, vale a pena lutar quando o dever se sobrepõe à confiança, e, em horas assim, a paixão pelo bem substitui com vantagem a garantia de vitória.

Hoje, Sr^a Presidente, passadas as eleições, não há mais vencedores e vencidos. Não há e nunca haverá uma pátria dividida, porque pátria, como na parábola de Salomão, que propôs dividir o filho vivo em duas bandas e dar metade a cada uma das mães que o choravam, sim, Sr^a Presidente, assim como o coração da mãe verdadeira, pátria não se divide.

Somos uma só Pátria brasileira, estamos unidos em torno da decisão de 58 milhões de pessoas que nos apontaram um rumo. Cabe-nos, a partir de agora, a cada um e a todos, com a nobreza da consciência democrática, legado maior de nossos antepassados, e com amor e ardor à Nação, que juramos defender e manter, construir o País com o equilíbrio dos Poderes e com os debates de boa-fé entre Governo e Oposição.

Ocupo, portanto, a tribuna desta Casa para aplaudir o brasileiro simples, o retirante nordestino, o Luiz

pernambucano, que é igual a muitos outros luízes, ou o joão ou o josé, como seu Vice, o mineiro José Alencar, mas que também podia ser do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sul ou do Norte. Aplaudo-os. Eles foram reeleitos Presidente e Vice-Presidente do Brasil, nesse domingo, por mais de 58 milhões de nossos irmãos brasileiros.

Esse Luiz não foi eleito por se tratar de um gênio, de um santo, de um puro, mas de um homem simples, com nossas virtudes e defeitos, com erros e com acertos. É um homem que, na infância, passou fome, como muitas crianças brasileiras; que foi operário de chão de fábrica; que lutou a luta dos sindicatos, das categorias profissionais, em busca dos direitos do trabalhador brasileiro.

Esse Luiz de Pernambuco podia ser de São Paulo, do Amazonas, do Piauí. Esse Luiz do Brasil – deste Brasil que o coração arrebatado de Gilberto Freyre, perplexo, descobriu que, antes de Dom João VI, era muito mais africano e asiático do que europeu nas suas relações sociais e nos seus antagonismos – é também o Luiz do mundo, porque é parte do Brasil que recebeu da África a mestiçagem de bantus, de somalis, de etíopes, de árabes, de persas, de cingaleses, de javaneses, de chineses e de outros tantos que não sei, mas que, desde o início da era cristã, visitavam aquele continente, em especial minha querida Moçambique – onde vivi parte da minha vida – em busca do incenso, do marfim, das carapaças das tartarugas, dos chifres dos rinocerontes, das peles das panteras e do ouro – ouro do Zimbábue e ouro de Sofala, que os portugueses levaram para sua terra e deixaram de passagem no Brasil.

Portanto, Sr^a Presidente, falo de um Luiz que é também parte desse mundo, como todos nós, na gênese da Nação que somos e que jamais deixaremos de ser. Foi assim que Gilberto Freyre ditou a lição: “É urgente que se comece a ver o Brasil de fora para dentro e a ligá-lo ao resto do mundo”.

Aplaudo o Luiz que fez isto: que viu o Brasil de fora de sua perspectiva histórica e que uniu o País a este mundo que é tão nosso e que está tão perto do que fazemos, muitas vezes inconscientemente, como bater palmas diante de uma casa para chamar o dono, costume que herdamos dos nossos pais, e eles, dos indianos. São costumes que, como muitos outros que nos unem à África, à Índia e à China, andaram longe da pauta das políticas de relação exterior, que, por muito tempo, só enxergavam os grandes centros da Europa e da América do Norte.

Por isso, Sr^a Presidente, escolhi aplaudir – e aplaudir de pé – esse Luiz que integrou o Brasil a esse mundo de outrora, de China, de África e de Índia, que seu conterrâneo Gilberto Freyre, dotado dessa capacidade de explicar o presente por meio do passado, virtude que, ao que parece, Deus, com primazia, concedeu aos pernambucanos como eles, imortalizou depois de seu péríodo às antigas colônias portuguesas, enxergando ali tantas coisas que hoje vemos aqui.

Aplaudo, e de pé, esse Luiz que acreditou que era possível, no mesmo País em que os bancos não quebram e em que empresas com papéis em bolsa obtêm lucratividade recorde, fazer também uma rede de amparo social para os carentes, com 192 programas, sobressaindo-se entre eles o Bolsa-Família, que alcança mais de 40 milhões de brasileiros. Que se distribua renda! Que se confira ao salário mínimo um valor que rompa, que rasgue e que arrebente a barreira de US\$100, que, por décadas, prevaleceu como intransponível e que é símbolo do nosso subdesenvolvimento e da desigualdade social!

Carlos Lacerda, também do meu Estado, dizia que a política econômica do Governo Castello Branco conseguia a perfeição, pois matava igualmente pobres e ricos: os pobres, de fome; e os ricos, de raiva. Talvez, nesse tempo fosse popular o adágio que diz: “Alegria de pobre dura pouco”. Hoje, Sr^a Presidente, a alegria dos pobres dura mais – e, certamente, durará mais quatro anos –, e a alegria dos ricos não se desvanece. Não se morre de fome nem de raiva. No Brasil, pela primeira vez em muitos anos, cresce – ainda que pouco – a economia sem crescer a inflação.

Aplaudimos, a Nação e eu, o Luiz do sertão, das ruas, do chão de fábrica; o Luiz do sindicato; o Luiz da liberdade; o Luiz Presidente. Aplaudo-o de pé, tendo no rosto ainda a luz do sol que, no domingo que anoitecia, continuava a brilhar no céu da Pátria e no coração dos brasileiros.

Vá em frente, Luiz, Presidente, que venceu as forças da calúnia que se manifestaram por setores da mídia e que tentaram deter a vontade do povo brasileiro, esses decapitadores ávidos em mergulhar a vida alheia no que elas têm de mais sagrado, que é a própria honra, para oferecerem à degradação pública seus homens de Estado, os que lutaram e que lutam para o engrandecimento da Pátria!

Sr^a Presidente, determinei à minha consciência não me deixar levar pelas mágoas e pelos ressentimentos, por mais justos que fossem, nem assumir

postura crítica, porque errei demais para gostar de criticar.

Cristo ensinava: "Todas as coisas cooperam para o bem dos que amam a Deus". E amar a Deus é amar também o povo. Portanto, para quem ama o povo e por ele sofre, tudo passa e tudo coopera, até as calúnias.

O Chanceler Adnauer dizia que o maior dom que Deus pode conferir a um estadista é dar-lhe couro de elefante.

Ao Luiz do couro de elefante, que deu a outra face; ao Luiz pequeno, que se fez gigante; a ele, que conduziu a marcha dos humildes pela sua própria sobrevivência e que não se intimidou, mas que enfrentou os desafios que a história lhe cometeu com a bravura de quem vence a mentira com a verdade, o ódio com o amor e a disposição tempestuosa dos adversários com a paz; sim, a esse Luiz, que a tudo isso se sobrepôs e que venceu pela razão e pela fé, o aplauso de pé, as honras do coração deste aprendiz e, tenho certeza, desta Nação!

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, por cessão do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, admirável Senadora Heloísa Helena, Sr^ss e Srs. Senadores, ontem, foi o dia dos pronunciamentos dos Líderes. A Líder Ideli, o Líder Arthur Virgílio, o Líder Heráclito Fortes, cada um fez sua apreciação sobre as eleições, o fato eleitoral.

Hoje é o dia dos Senadores mais simples. Acabei de ouvir um belo discurso, elevado, poético, do Senador Crivella, e quero fazer as minhas observações, com o espírito carregado de regozijo, essa é a verdade, porque o candidato que apoiei foi vitorioso, e largamente vitorioso, num segundo turno, que foi, sob todos os pontos de vista, extremamente importante e útil para o Brasil e a democracia brasileira.

Ao manifestar o meu regozijo, não quero, de forma alguma, reduzir em nada o valor do candidato adversário e de todos os que o apoiaram, porque tiveram uma importância muito grande. Aliás, nos debates que travamos no Senado, em nenhum momento deixei de reconhecer a importância deste embate político com a Oposição, em termos com os quais nem sempre concordávamos, mas que eram importantes para o conhecimento do povo, enfim, para que o eleitorado tivesse plena notícia do que se passava e do significa-

do das propostas de cada um dos candidatos. Assim é que quero manifestar o meu regozijo com o fenômeno democrático brasileiro.

O Brasil não é um País que tem uma tradição democrática de 100 anos, sequer de 50 anos. O Brasil a teve por 20 anos, de 1945 a 1964, depois a interrompeu e, agora, teve-a nos 20 anos mais recentes, mas não é um País que tenha uma tradição como a Inglaterra e os Estados Unidos, onde, enfim, pratica-se a democracia há séculos.

A democracia, para a sua realização plena, exige um tempo de prática, uma cultura política democrática, que só se consolida e se sedimenta com o passar do tempo. Mas eis que alguma coisa iluminou o povo, o eleitorado brasileiro. Percebo, e por isso manifesto o meu regozijo, que essa eleição, no segundo turno travado entre Lula e Alckmin, teve como resultado uma realização plena de manifestação democrática como antes não tinha ainda ocorrido em nosso País, na medida em que o povo mais simples, o povo trabalhador, o povo excluído mesmo do processo econômico e social, formou a sua opinião, e o fez tendo notícia de tudo que se passava e independentemente do pensamento das elites, da classe média, especialmente da mídia, que sempre influenciou muito a formação da opinião pública brasileira, principalmente do povo mais humilde.

Pois desta vez o que aconteceu foi que o povo se emancipou e formou a sua opinião, independentemente do que lia nos jornais, do que via na televisão, do que escutava nos rádios e do que, enfim, diziam aqueles que, ao longo da vida, aprendeu a respeitar como sendo pessoas de elite, de pensamento, de formação cultural mais elevada. O povo achou que era o momento de manifestar a sua opinião, a sua vontade em relação ao seu interesse próprio, sem ser iludido, sem que lhe fosse ocultada nenhuma face da informação. Tudo foi dito, até de forma exagerada em muitos momentos, e o povo, escutando tudo isso, lendo, conversando, discutindo e debatendo, fez a sua opção clara em favor do candidato que lhe era muito conhecido pela identidade na origem, e que, no exercício do poder, tinha correspondido a essa identidade com programas de natureza social muito importantes para a mudança do perfil de distribuição da riqueza e da renda na sociedade brasileira.

Isso me faz acreditar que, agora, pode-se dizer que a democracia se consolidou, enraizou-se definitivamente na sociedade brasileira, na vida política do País, o que é muito importante, porque a democracia é um valor por si mesma, e não um instrumento. É

claro que por meio dela também se obtém o melhor resultado em termos de bem-estar da sociedade, porém ela não é instrumento. Ela é valor em si mesma, porque é a participação do povo, é a realização do verdadeiro espírito republicano. Isto é, a vontade manifestada pelo povo é decidida por ele de uma forma absolutamente livre e implementada segundo essa vontade.

O Dia, que é o jornal mais lido do Rio de Janeiro, mas não é voltado para as elites e a classe média, é um jornal de tradição popular, estampou ontem, segunda-feira, a seguinte manchete: "O povo não é bobo e elege Lula de novo". O que **O Dia** quis dizer com "O povo não é bobo e elege Lula de novo"? **O Dia** não quis atacar a Oposição, nem o candidato Alckmin. **O Dia** quis mostrar que a mídia, que é voltada para a classe média e as elites, fez tudo para derrubar a candidatura do Lula, mas não conseguiu derrubar o Lula no coração do povo e na preferência popular. O povo não se deixou iludir por toda a campanha midiática, feita de uma forma como há muito tempo não se via neste País, negativamente, voltada contra a candidatura Lula. O povo, assim mesmo, diz **O Dia**, não é bobo e soube formar sua opinião sem se deixar influenciar por essa mídia voltada para as elites e que sempre defendeu os interesses econômicos mais fortes do País, que alijavam, como continuam pretendendo fazer, o povo trabalhador da vida econômica e social.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Saturnino, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Já concedo um aparte a V. Ex^a.

Essa manchete é antológica e vai ficar, também, na história da imprensa brasileira como alguma coisa que reflete uma opinião que é do próprio povo. Trata-se de um jornal voltado para o povo, que refletiu o sentimento popular da segunda-feira, depois que o País despertou já com o novo Presidente, eleito num processo absolutamente democrático, num segundo turno que trouxe à tona tudo que era importante para a formação do julgamento popular.

Vitória da democracia brasileira, vitória da maioria do povo trabalhador, mas do sistema democrático, do regime democrático, da cultura democrática, formando, agora sim, uma tradição democrática que há de ter continuidade e de se perpetuar neste País.

Escuto, com muito prazer, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Saturnino Braga, a minha admiração por V. Ex^a é extra-

ordinária. O que tenho a lamentar é que este Senado praticamente terá novembro, dezembro e ainda janeiro com a presença de V. Ex^a. E quis Deus estar presente também Heloísa Helena! Eu acho que vamos ficar mais pobres. V. Ex^a traduz muito e, atentai bem, V. Ex^a tem quase duas décadas aqui, que enriqueceram este Senado. E essa admiração é principalmente de quando V. Ex^a era muito jovem e enfrentou os canhões da ditadura aqui, os atos institucionais: V. Ex^a, Brossard, Mário Covas, Juscelino Kubitschek, cassado aqui humilhantemente. Mas, atentai bem, eu sei a emoção de V. Ex^a, está até na Bíblia: alegrai com as vitórias e chorai nos momentos tristes. Então, V. Ex^a está fugindo. A democracia não foi assim, a democracia foi o povo, é uma conquista do povo, mas porque tem um poder absoluto. E a sabedoria de um homem, de um jurista, Montesquieu, acabou com o "L'État c'est moi" e dividiu os poderes. Então, atentai bem: olhai os lírios do campo, não é assim a democracia. Lula mostrou que é simpático, que tem boa conversa, que tem muitos votos, mas a democracia ele não tem. A democracia foi bem dividida em três poderes: o Legislativo, o Judiciário e o Executivo – o do Lula, o que ele levou. A democracia é tudo. Mitterrand, que teve uma cultura ímpar, no seu último livro, quando já não falava – foi gravado –, deixou um ensinamento: fortalecer os outros poderes. Lula tem de respeitar o Judiciário. Lula tem de respeitar este Poder aqui, que não faz mais leis, é só medida provisória. Sucederam o Presidente, e o que veio aqui foi uma tempestade de medida provisória. Isso não é uma lei que fez nascer a democracia na divisão do poder. Há um poder fortalecido, mas quero advertir: Atentai bem, olhai a democracia americana. Richard Nixon também foi vitorioso, Heloísa Helena, em um segundo turno, vitória exuberante, e aí ele tombou diante dos outros dois Poderes. E tem de estar atento a isso. Sei que o Crivella foi poético, mas ainda faço aquela pergunta a S.Ex^a: "Dize-me com quem andas e dir-te-ei quem és". Vi ontem um jovem do Ministério Público, autêntico, sensível, corajoso, firme, que, para não tumultuar o País, pediu a prisão de Palocci. Aí, sim, aí é que quero saber: se aquela conversa do Lula era tudo mentira, de colocar o lixo, de cortar na carne. Está aí o Palocci, está aí. Ontem, ouvimos a voz do Ministério Público. Então, Senador Saturnino, gostaria que, antes de V. Ex^a deixar esta Casa, que tanto engrandeceu pelo seu exemplo de nobreza, V. Ex^a não permitisse que aqueles incautos que sujaram esta Casa, que sujaram a democracia... Nós viemos do povo também, como Lula. Que V. Ex^a atentasse para o

impedimento desses que voltaram rindo, debochando do povo, da Justiça, da vergonha – foram todos eles reeleitos. Então, isso não foi vitória da democracia. A vitória da democracia será quando a Justiça – “Bem-aventurados os que têm fome e sede de Justiça...”, isso era o que o Senador Marcelo Crivella devia ter aprendido – predominar, quando for, como o sol, igual para todos e não quando a Polícia Federal prender alguns. Estão aí os 40 indiciados. Foi alguém preso? Estão todos aí soltos, fagueiros. Então, a democracia está abalada. Democracia foi aquela que viu um Presidente reeleito e se curvou diante do Poder Legislativo e do Judiciário, afastando Nixon.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Senador Mão Santa, V. Ex^a tem a sua opinião. Aliás, foi emitida aqui com muita freqüência. V. Ex^a é um dos maiores freqüentadores desta tribuna. Então, V. Ex^a tem todo o direito de fazer as considerações que faz.

Eu só quero dizer o seguinte: que, quando V. Ex^a fala em justiça, a justiça quando é de Deus, muito bem, ela é acima dos mortais, dos seres humanos. Mas a justiça, na sociedade humana, é feita pelos homens. Nós temos de reconhecer a justiça feita pela maioria dos homens porque nenhum de nós é melhor do que o outro. Então, nenhum de nós é suficientemente sábio para dizer que o povo não sabe votar, que é bobo, tolo, inculto, porque esse é o espírito da República e da democracia. Então, há que respeitar e há que atribuir justiça à decisão, que foi a decisão do povo brasileiro. E é por isso que estou aqui manifestando o meu regozijo. A democracia não é feita pelo Lula, não; foi feita pelo povo brasileiro. E é isso que estou dizendo.

Agora, quero manifestar também o meu regozijo pelo destino do Brasil, na medida em que o que faltava à sociedade brasileira, à República brasileira, ou seja, a justiça social, que é o fundamento ético de toda nação, a distribuição equânime e justa do fruto do trabalho de todos, que antes era feita de uma maneira tão gritantemente injusta no Brasil. Enfim, todas essas desigualdades estruturais começam a ser reduzidas por uma prioridade do Governo Lula, que foi, aliás, a linha política que lhe deu a vitória consagradora, que é exatamente a prioridade na distribuição da renda por meio de quatro anos de programas sociais que trouxeram resultados concretos.

O perfil da distribuição de renda no Brasil está mudando. Essa vitória consagradora no segundo turno garante a continuidade desses programas. Mesmo que, daqui a quatro anos, seja eleito um Presidente

com uma linha política diferente, ele não terá mais condições de modificar essa trilha implantada, dada pela prioridade, pelo balizamento em relação à questão da justiça social.

A meu juízo, esta é mais importante até do que o crescimento. Já que se fala tanto em crescimento, também acho que é preciso crescer, mas se, para distribuir renda, for necessário que o crescimento não seja de 7%, mas de 5%, a minha opção é pelo crescimento de 5% desde que se mantenha a prioridade da justiça social, da igualdade mínima estrutural entre os brasileiros, porque essa é a grande vergonha nacional, vergonha histórica que vem desde o regime de escravidão e que se perpetuou de uma forma na medida em que o crescimento econômico do Brasil era sempre feito segundo aquela lei que dizia que, primeiro, deveria crescer o bolo para, depois, distribuir. O Governo Lula, nestes quatro anos, mostrou que não, que é possível crescer até de maneira mais modesta, mas enfrentando o problema da distribuição, da justiça social, da harmonização da sociedade brasileira, que não podia mais... E a continuidade desse processo de concentração ia tornar-se inviável, íamos ter fenômenos indescritíveis ou impensáveis de comoção social, porque não era possível continuar crescendo para, depois, distribuir o bolo. Era preciso enfrentar, desde logo, o problema da distribuição, e foi o que foi feito. E isso resultou na preferência popular inequívoca, reconhecendo isso, apesar de todo o tiroteio oposicionista.

De forma, Sr. Presidente, que, quando o Presidente Lula foi eleito há quatro anos e visitou o Senado, na primeira visita que fez, entreguei-lhe um envelope que continha uma carta. Até fui muito ironizado pelos colegas, que me disseram: “Que é isso, Saturnino, já está entregando um currículo?”. Mas não era um currículo, era uma carta dirigida ao Presidente Lula, em que eu manifestava minha confiança em que Sua Excelência, no exercício da Presidência, desenvolveria políticas que mudariam o País, a sociedade brasileira. E, mudando a sociedade brasileira, abriria um destino mais largo, uma perspectiva mais larga de realização de uma sociedade mais justa. E mais, na medida em que o Brasil mude profunda e socialmente, isso será um exemplo para induzir a mudança do mundo, da economia, do próprio relacionamento econômico mundial, que não pode continuar nesta linha do neoliberalismo, de tudo ao mercado, de “Deus mercado”, marginalizando países, nações, continentes inteiros, para

usufruto de um grupo de países cada vez mais ricos e poderosos militarmente.

De forma que reescrevo o que escrevi naquela carta, neste momento de reeleição, fortalecendo minha convicção, certo de que será muito difícil mudar. Mudar a sociedade é uma missão extremamente difícil, pois se encontram resistências muito fortes, poderosas, de poder econômico, midiático, enfim, institucionalizado. É muito difícil, mas acredito que o Presidente Lula, com apoio popular e dos partidos que estarão coligados na defesa do seu Governo, conseguirá manter essa prioridade, elevando a taxa de crescimento para um pouco mais do que foi na média dos quatro anos, mas nada de extraordinário, em termos de 7% ou 8%. A Argentina está crescendo muito, mas não está enfrentando o problema social, e a sociedade argentina já está reagindo a isso, o que mostra que não adianta pretender crescer muito, mas dentro daquele modelo que, primeiro, esperava o crescimento para, depois, distribuir. Não, a distribuição é imediata. Ela tem de ser imediata, junto com o crescimento, ainda que com um pouco de sacrifício das taxas respectivas de crescimento.

Mas era essa, Srª Presidente, a mensagem que eu queria deixar hoje, manifestando meu regozijo e também reconhecendo o valor dos adversários, especialmente do candidato Geraldo Alckmin, que se manteve de forma muito democrática e elevada em toda a campanha, e de todos os que o apoiaram neste Senado, no Congresso e na vida pública do País, de modo geral.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Exª. e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Heloísa Helena, Srªs e Srs. Senadores, as minhas primeiras palavras hoje são de protesto contra esta falta de ordem no Governo de os aviões de todos os aeroportos do País não terem horário para sair, por uma greve absurda, que não tem qualquer cabimento.

Há que se dizer – e é verdade – que os controladores de vôo ganham miseravelmente, não podem ganhar o que ganham. É uma tarefa extremamente difícil; o salário não pode ser de R\$1,6 mil para tanta responsabilidade em relação a tantas vidas.

Ah, Srª Presidente, os aeroportos do País estão paralisados, e os passageiros, passando os piores vexames. Não podem chegar ao destino na hora certa, porque seu vôo é incerto. É assim que está o Brasil de hoje: não se sabe como agir.

Fato semelhante aconteceu no Estados Unidos, no governo Reagan: vinte e quatro horas depois, todos estavam demitidos, e os aeroportos, funcionando normalmente, sem qualquer perturbação. No Brasil, o Ministro da Defesa – ah, o Ministro da Defesa, que conheço por sua “pressa” em agir – disse que, em 30 ou 60 dias, isso será resolvido. É inacreditável que isso seja afirmado por um Ministro de Estado.

Pergunto ao chefe da Aeronáutica, o Brigadeiro Bueno, se também concorda que precisa de 60 dias para resolver o problema dos controladores de vôo em nosso País.

Não, Srª Presidente! Não podemos ficar com um quadro como este, e, consequentemente, o Presidente do Congresso Nacional tem de zelar pelo povo brasileiro e pelos Parlamentares, que não podem chegar na hora certa a seu trabalho, como ocorreu hoje, inclusive, em que muitos não puderam freqüentar a CPI. Quem quiser terá de viajar de véspera, e pretendo fazer isso, porque o Governo já avisou que amanhã será pior. É o governo que avisa que será pior, e o povo que sofre as agruras de ficar no aeroporto, mendigando com as companhias aéreas uma oportunidade para ir ao seu destino, pagando as passagens que paga.

Esse, Srª Presidente, é o primeiro ponto que merece a nossa atenção. Pediria a V. Exª, que tem hábito de lutar, que fizesse chegar o protesto do Senado ou à Aeronáutica ou ao Ministério da Defesa, para que isso pare de acontecer.

Os serviços aéreos nacionais estão praticamente paralisados. As informações que ouvimos nas emissoras de televisão são de que cada dia será pior, e o Ministro da Defesa disse que se esperem 60 dias. Esse é o primeiro ponto, Srª Presidente; vamos para o segundo.

Vivemos numa democracia, e nela a eleição, quando válida, deve ser inquestionável. Portanto, não serei eu que virei defender desta tribuna *impeachment*, mas, se o povo nos colocou na Oposição, temos de ser Oposição.

O Presidente reeleito com promessas de mudanças já disse que não vai mudar nada na área econômica. Também, a indisciplina que existe no Governo – pediria a seus correligionários que chamasse sua atenção, porque isto não é bom para a economia – é dizer que a era Palocci já acabou.

Ora, meus senhores, quantas loas foram contadas em relação ao Ministro Palocci! Se o Ministro Palocci errou – e errou mesmo no caso Francenildo – e se teve erros no passado em Ribeirão Preto, é injusto dizer-se que ele não deu confiabilidade ao Governo enquanto esteve no posto. Conseqüentemente, atacá-lo hoje, quando está sendo, inclusive, processado, não é uma boa prova de caráter dos seus companheiros de ontem. Mas no PT tudo acontece.

Nós queremos mudanças e que elas não atinjam, se for o caso, o resultado eleitoral, o qual deve ser respeitado, assim como a justiça. O que quero dizer com isso é que a justiça tem obrigação, como também o Congresso, de apurar a participação de todos os suspeitos nos episódios que espantaram o País e envolveram grande parte do Governo Federal. Muda-se de Presidente no PT – não direi como se muda de roupa porque o PT prefere levar dólares na cueca – como se muda de roupa íntima.

Quantos passaram por lá? José Genoíno, Ricardo Berzoini e agora Marco Aurélio Garcia. Quem será o próximo? E nada se sabe. O Presidente nada tem a ver com isso porque acha que todos são muito bons, muito capazes e que prestaram grandes serviços ao Brasil. Não foi isso que ocorreu recentemente.

Que o Presidente ganhou no Brasil, ninguém discute. Que ganhou na Bahia, ninguém discute, inclusive fazendo o Governador – quem fez foi ele – e o Senador, mais ainda do que o Governador. O Senador não se elegeria Deputado Federal. Ele o elegeu Senador. Portanto, foi a força do Presidente, que eu reconheço.

Vamos ver, então, essas apurações. Nós, da Oposição, temos de cobrar. É nossa obrigação cobrar. É nossa obrigação ser vigilante, não golpista. Golpe, ninguém pense que se dá neste País, que está amadurecido democraticamente.

Uma coisa, entretanto, eu diria aos Srs. Senadores e, principalmente, aos Senadores do Governo: vamos perder, sem dúvida, uma combatente aqui no Senado – dela se pode divergir, e ela de mim muito diverge, mas é uma combatente. Enquanto não acabarmos ou modificarmos as medidas provisórias, é impossível o diálogo, de qualquer espécie, com o Governo.

As medidas provisórias emasculam o Poder Legislativo. As medidas provisórias terminam com a ação parlamentar. Será possível que então vai haver diálogo de Governo e Oposição com as medidas provisórias em vigor? Nada adianta, porque o Presidente da República vai legislar por todos nós. Nós vamos ganhar o dinheiro do povo, mas o Presidente é quem está legislando. Isso

tem de acabar. O problema de medidas provisórias é um acinte à Nação, e esse acinte à Nação deveria ser o primeiro ponto. Se querem conversar sobre reformas, a primeira reforma deveria ser em relação à medida provisória. Enquanto isso não ocorrer, o Parlamento não existe, e as discussões aqui serão inúteis.

Outro ponto que coloco, sem acreditar que tenha êxito, é o do Orçamento Impositivo – vejo que chega ao plenário o Senador Valdir Raupp. Se não puderem realizar totalmente o Orçamento Impositivo, que vejam quais são os assuntos que nele vão ficar. Isso será um ganho. Do contrário, teremos de ficar aqui lutando contra a votação da LDO e do Orçamento, e precisamos discuti-los. Depois dirão que o Congresso não deu Orçamento ao Governo. Não deu Orçamento ao Governo porque o Governo não cumpre o Orçamento! Queremos um mínimo de garantia de que o Governo cumprirá o Orçamento. Não queremos fazer emendas.

Hoje, dirigi-me a um Ministro de Estado. Fiz emendas para entidades culturais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Fundação Casa de Jorge Amado, o Museu Carlos Costa Pinto. Nenhuma foi paga e esses museus estão à míngua. Provavelmente fecharão as suas portas. Confesso que isso eu não gostaria de ver.

De modo que se quiserem fazer alguma discussão sobre o Orçamento e a LDO, venham trazendo algo para negociar com honestidade e com decência.

Não é justo, portanto, que o Senador Demóstenes Torres, no seu Estado, não tenha os seus municípios contemplados, e somente aqueles que se passam para o Governo, aqueles que bajulam o Presidente da República, os seus áulicos e, quando não áulicos, os que se vendem recebem as emendas do Orçamento.

Façamos uma frente em relação a este assunto. É um assunto para todos. Quantos me falaram que deveria ser nos Estados! Eu sempre disse que deveria ser. Agora mesmo vou ser oposição no Estado. É natural que isso aconteça. Agora, não pagar verba que as pessoas colocam no Orçamento, iludindo os municípios do interior, é um crime! E esse crime tem sido praticado.

Espero, com a advertência que fiz hoje ao ilustre Ministro, que pelo menos essas emendas culturais saiam. Se não saírem, virei outra vez protestar, porque isso não deve ser ordem do Ministro, deve ser uma ordem do Presidente da República.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, a História se repete. A Bahia nos mandou Rui Barbosa, ô, Sibá! Rui Barbosa teve a sua participação na libertação dos escravos, influenciando;

foi fundamental na criação da República: fez a primeira Constituição. Senador Antonio Carlos Magalhães, ele foi Governo com Thedoror, com Floriano, e, depois, não foi mais, mas, na Oposição, nos deu muito. Então, V. Ex^a está com esta destinação. Não há democracia sem Oposição, Oposição que conhece a História do País e que sabe que foi o povo quem fez a democracia, descrita por Abraham Lincoln, como o governo do povo, pelo povo e para o povo. Mas, à inteligência do povo, Montesquieu, como Demóstenes, dividiu esse poder. Aí está a essência. A eleição não traduz uma vitória da democracia, mas uma popularidade de Lula, dos votos que tem. A democracia é o fortalecimento dos três poderes, desse Legislativo que V. Ex^a representa tão bem, como Rui Barbosa; do Judiciário. Atentai bem! Está aí a democracia dos Estados Unidos: Richard Nixon – ô, Sibá – venceu as eleições. Richard Nixon foi uma retumbante vitória numérica, igual à de Lula, mas curvou-se à Justiça, curvou-se por pecado ao Poder Legislativo. Em pouco tempo, o povo pediu o afastamento dele, porque a democracia são os três. E, atentai bem: por pecado muito menor. Eram algumas gravações no partido adversário. Esses não são pecados veniais. São pecados mortais. Nós, então, estamos aqui na Oposição, que um baiano como V. Ex^a deixou escrito para que aprendamos: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto”.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Essas palavras que V. Ex^a pronuncia do maior dos brasileiros, Rui Barbosa, nunca foram tão atuais como agora. O gênio da nossa raça parece que profetizava os dias difíceis que nós estamos vivendo e salientava o valor que se dá ao triunfo das nulidades e à vergonha de o homem ser honesto no meio de tantos ladrões que, hoje, infestam o Governo da República.

De maneira que V. Ex^a tem toda a razão. Se querem diálogo com a Oposição, a primeira coisa é o respeito à Oposição. Respeitem-nos porque, do contrário, não haverá diálogo algum, e isso não é indo para Palácio e nem chamando alguém para o Palácio. Ninguém quer isso. Ao contrário, venham discutir aqui, que também é a Casa do povo, onde estão os Líderes de Governo e da Oposição, mas não nos vamos curvar ao que pensam esses que tiveram uma maioria significativa, evidentemente, do eleitorado. Essa vitória para a Presidência da República o encheu de vaidade, e essa vaidade o está prejudicando, porque

ele, que já queria mudar os rumos da sua política de ladroagem, já está mantendo quase toda ela. Hoje, ele acha que pode fazer tudo, quando ninguém pode tudo, já dizia o Papa João XXIII. Ninguém pode tudo, muito menos o Presidente Lula. Ele tem o direito, que o povo lhe deu, de governar. Ninguém deseja tirá-lo do poder, ninguém deseja golpe, mas quer que a Justiça apure todas as roubalheiras que aí existem. Isso não vai ficar, de jeito algum, sem apuração. E é melhor que a Justiça apure do que tenhamos de formar, neste Senado, outras CPIs, que não vão ser tão calmas quanto foram as anteriores.

Acho que é do meu dever pedir, já que as eleições terminaram, que votemos, e vamos votar. Toda medida séria, certa e digna do Governo terá o nosso apoio, mas medidas indignas, que não merecerem apoio do povo brasileiro, mais uma vez enganado, nós reagiremos, custe o que custar. Essa é a nossa decisão, essa é a nossa vontade, e não vamos recuar.

Já o Líder do meu Partido, hoje, fez uma declaração: “O PFL não quer papo com Lula”. O Senador José Agripino já declarou isso. Eu não diria tanto. Eu diria: não quer papo com o Governo, sobretudo nas coisas indignas que já foram praticadas nesta Casa pelo Governo. Que o Presidente da República tome um banho de moralidade, mude o seu estilo e aconselhe ao Governador da Bahia, que se elegeu, que não diga o que disse hoje e está no **Jornal do Brasil**. Peço a transcrição da coluna de Augusto Nunes, do **Jornal do Brasil**, na qual ele diz que mentir é o mesmo que rezar na Igreja do Senhor do Bonfim. Essa heresia, praticada por uma pessoa cuja raça não vou discriminhar, porque também não tenho o direito de discriminar raças, não pode calar bem no povo baiano. Ele ofendeu aquele que na colina sagrada abençoa todos os brasileiros e todos os baianos. Por isso, lanço aqui o meu protesto. Mentir não é o mesmo que rezar no Bonfim. Mentir é a norma desse Governo, que já enganou o povo duas vezes, porque parece que esse povo às vezes fica anestesiado. Mesmo assim, a reação que haverá neste Senado, onde seremos maioria, há de mostrar que o Governo Lula não pode tudo. Pode apenas aquilo que o povo brasileiro, por nosso intermédio, permitir.

Muito obrigado, Ex^a.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Augusto Nunes

Coisas da Política

FILMES POLICIAIS AMERICANOS populizaram a cena, reproduzida quase todas as noites por seriados da TV. O suspeito é informado por um detetive de que acaba de ser preso, por envolvimento em determinado delito. Então, ouve a leitura de alguns direitos fundamentais. Tem o direito de solicitar a assistência de um advogado. Se não tiver meios de provê-la, o Estado providenciará um defensor público.

Tem também o direito de permanecer calado. A partir daquele instante, adverte a voz da lei, tudo o que disser poderá ser usado contra ele. Em seguida, é conduzido à delegacia. Ali começará a enfrentar a hora da verdade, feita de interrogatórios severos e investigações implacáveis.

O direito ao silêncio é a prevalência da Justiça moderna sobre a lei do cão, a vitória da metodologia científica sobre a extração de confissões mediante violência. A leitura dos princípios civilizatórios acalma o dérido e, simultaneamente, elimina a possibilidade de abusos por parte dos captores – pressões intimidatórias, ameaças coercitivas, qualquer tipo de manipulação do vasto instrumental do medo. O aparelho policial e o sistema judiciário aprenderam a perseguir a verdade sem o uso de métodos que tornam todos, bandidos e mocinhos, igualmente criminosos.

Se o berço esplêndido tivesse juizo, teria importado sem retoques a boa fórmula americana. O suspeito poderia permanecer calado para não complicar mais ainda a própria situação, e as coisas estariam de bom tamanho. Mas o Brasil é mais embalado. O que é ruim pode ficar péssimo. O péssimo pode sempre piorar. E assim o Código de Processo Penal decidiu que um réu teria o direito de mentir sem sobressaltos.

E mentir mesmo durante as sessões do júri, porque tudo o que diz no tribunal um bandido brasileiro, até na presença do

O protetor dos patifes

Jacques Wagner não vê diferenças entre mentir e rezar na Igreja do Bonfim

juiz, é considerado peça de defesa. Nesses trêfegos trópicos, réus não juram dizer a verdade com a mão sobre a Bíblia. Mentem como quiserem, sobre o que desejarem.

E o que acaba de lembrar ao país, com a fisionomia radiante de um râbia em ascensão, o companheiro Jacques Wagner. "Ao réu é dado o direito de mentir", lembrou o governador eleito da Bahia, ao sair em socorro de marginais de estimação. "Os réus petistas envolvidos nessa história do dossiê não são diferentes", exemplificou. "Estão usando o direito garantido pela lei".

Juristas respeitáveis defendem há tempos a remoção desse tumor. Jacques Wagner reiterou o elogio do cinismo com a expressão beatífica que pretende exibir na primeira fila das procissões do Senhor do Bonfim. Segundo o novo vice-rei da Bahia, mentirosos companheiros podem freqüentar sem medos a igreja mais famosa de Salvador. Mentir não é pecado. Não dá cadeia. Nem irrita divindades outrora inclementes com patifes de carteirinha.

Nenhum raio vingador, portanto, ameaça as cabeças de gente como Ricardo Berzoini ("Não tive nada a ver com essa história de dossiê"), ou Jorge Lorenzetti ("Nunca falei em dinheiro"). Como a lei retroage em benefício do réu, o Código de Jacques será provavelmente invocado por Delúbio Soares ("Só usei dinheiro não contabilizado") ou Sílvio Pereira ("Ganhei o Land-Rover por amizade"). E, claro, pelo presidente Lula ("Não vi, não sei, nem ouvi falar").

O chefe supremo tem ouvido com muita atenção o que pensa "esse galego que derrotou o ACM". Em homenagem à coetânea, o presidente está convidado a suspender comentários lepreciativos sobre advogados de porta de cadeia.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por cessão da Senadora Ideli Salvatti, que está inscrita pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena; Sr^ss e Srs. Senadores, em primeiro lugar, cumprimento, na figura do Eliezer Pacheco, responsável pelo ensino técnico profissionalizante gaúcho no MEC, e do Ministro da Educação pelo evento que teremos no Auditório Ulysses Guimarães do Centro de Convenções, para debater o ensino técnico-profissionalizante em todo o País.

Fui convidado, Sr^a Presidente, para falar de um projeto que apresentei na Casa, chamado Fundep, um fundo que visa a fazer um investimento maior no ensino técnico do País. Esse projeto foi palco de debate dos profissionais que atuam nessa área em 25 Estados e foi aprovado por unanimidade.

O Senador Juvêncio da Fonseca, Relator do projeto, deu seu parecer, que foi aprovado na Comissão de Educação e foi enviado para a última Comissão onde será analisado. Se aprovado nos termos em que apresentei a esta Casa, poderemos ter em torno de R\$3,5 bilhões para investir no ensino técnico profissionalizante.

Sr^a Presidente, sou oriundo dessa área e creio que seja um sonho de todo brasileiro ter um dia neste País, no mínimo, uma escola técnica em cada cidade, por menor que ela seja. É claro que a escola será proporcional ao número de habitantes, ou seja, em uma cidade maior, poderemos ter mais de uma escola técnica que se dedique ao ensino chamado profissionalizante.

Estarei lá com outros painelistas para debater esse tema fundamental para a nossa juventude e até mesmo para aqueles homens e mulheres com mais de 40 anos, já que o projeto valoriza também o cidadão com mais de 40 anos, discriminado pela sua idade.

Por isso, Sr^a Presidente, mais uma vez, cumprimento Eliezer Pacheco pela iniciativa do evento e pela insistência dele para que todos os painelistas estejam no dia 6, num primeiro momento, às 14 horas e, depois, numa mesa especial, às 16 horas.

Sr^a Presidente, rapidamente, cumprimento V. Ex^a pela candidatura à Presidência da República. Poderia mencionar todos aqui, mas cito os dois Senadores da Casa: V. Ex^a e o Senador Cristovam Buarque.

Independentemente do acirramento do debate, normal no processo democrático – e é bom que se polarizem as idéias –, a cidadania e a democracia prevaleceram com a disputa em todo o País, no primeiro e no segundo turno.

Acompanhei o Presidente Lula nos três comícios de encerramento, nas cidades de Alvorada, de Canoas, berço da minha própria caminhada política, e de Caxias do Sul, onde nasci. Sem sombra de dúvida, o carinho do povo gaúcho foi demonstrado nesses três comícios.

No Estado, Sr^a Presidente, fiz campanha com muita alma, com muito coração, também para o companheiro Olívio Dutra, que não se elegeu, mas fez uma belíssima votação, chegando próximo aos 47%. Foi eleita a Deputada Federal Yeda Crusius, após três mandatos na Câmara. Portanto, o Rio Grande do Sul elegeu uma mulher para governar o Estado.

Prevaleceu a democracia, ao mesmo tempo em que reconheço a beleza do processo democrático. A vitória do Presidente Lula com mais de 60% dos votos foi uma demonstração da vontade do povo brasileiro. Reconheço também, de forma muito tranquila, a vitória da Deputada Federal Yeda Crusius, que será a Governadora do povo gaúcho a partir do próximo ano.

Sr^a Presidente, além desse rápido enfoque do processo eleitoral, venho também à tribuna para fazer uma homenagem a um homem com o qual convivi e a quem aprendi a respeitar pelas suas convicções, suas idéias e por aquilo que pregou durante toda a sua vida. Foi para homenagear esse homem que apresentei na Casa, no dia de hoje, um projeto chamado “Cantando as Diferenças”. Já me perguntaram por que não seria “Falando as Diferenças”. O motivo é porque o canto é internacional, não tem limite, não tem fronteira. Então, apresentei o projeto “Cantando as Diferenças”, buscando a data da morte do nosso inesquecível Deputado Federal Florestan Fernandes, no dia 10 de agosto.

Florestan Fernandes, um homem sempre à frente do seu tempo, dedicou a sua vida ao combate ao preconceito por idade, por raça, por opção sexual, sempre defendeu as pessoas com deficiência, a inclusão social, o meio ambiente e procurou conscientizar os homens e as mulheres deste País.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a me dizia que Florestan Fernandes era um nome que tinha de ser cantado e contado em verso e em prosa neste País. Embora na justificativa de meu projeto eu tenha discorrido um pouco da vida e da história de Florestan Fernandes, V. Ex^a me lembrava que ele foi filho de uma lavadeira.

Esse homem que o País jamais vai esquecer nasceu no dia 22 de julho de 1920. Já aos seis anos

de idade, inseria-se na sociedade em busca da sobrevivência dentro de uma infância pobre e edificou, nos seus 75 anos de existência, uma revolução sociológica em nosso País.

Foi um guerreiro na luta contra a desigualdade, lutou e influenciou as transformações sociais, firmou parcerias com mentes como Darcy Ribeiro, na educação, com Betinho, na luta contra a fome, Chico Mendes, em defesa do meio ambiente, e tantos outros que lutaram por um mundo melhor para todos.

Florestan Fernandes empregou todo o seu vigor de idéias na consolidação de um novo projeto de sociedade, ajudando a recuperar condições de existência, de vida e de trabalho do negro, do índio, do caboclo, de deficientes, de colonos, de seringueiros, do meio ambiente, enfim, em todas as áreas.

Ao homenagearmos Florestan Fernandes com o Dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças” como 10 de agosto, estamos homenageando também todos aqueles que dedicaram a sua vida na construção de um mundo melhor para todos.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Saturnino, é sempre uma alegria ouvir o aparte de V. Ex^a. Mas, se V. Ex^a me permitir, convivi com Florestan Fernandes quando ele foi Deputado Federal Constituinte. Infelizmente, depois ele veio a falecer. Mas é daqueles homens do qual jamais esquecerei o convívio.

Por isso, antes de V. Ex^a fazer o seu aparte, quero também dizer que posso colocar no meu currículo a minha alegria de conviver com V. Ex^a, que, para nós, foi também um mestre, um homem firme, de posições claras e de um convívio amável, respeitoso, carinhoso, até mesmo com seus adversários, mas demonstrando sempre suas convicções.

Faço esta pequena homenagem, porque sei que V. Ex^a não concorreu ao Senado e não estará conosco no próximo ano. Mas, com certeza, dedicará ainda anos e anos, décadas e décadas da sua vida àquilo em que V. Ex^a sempre acreditou, que é a sua proposta de vida e de sociedade para todos.

Faço neste momento também uma homenagem a V. Ex^a.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Eu ia aparteá-lo e a emoção de escutá-lo um pouco me desarma, mas não para aquilo que eu queria dizer a V. Ex^a. O mestre de nós todos foi, efetivamente, Florestan Fernandes, o mestre de todos os brasileiros que enxergam a necessidade de uma estruturação mais justa, mais equitativa, com abolição total de preconceitos da sociedade brasilei-

ra, muito marcada por desigualdades e preconceitos. E ele foi um mestre, um introdutor desse tema na Ciência Social brasileira e na política brasileira, porque ele foi político, foi um ator político e, por conseguinte, mestre de todos nós. Então, quando V. Ex^a apresenta um projeto para criar o dia da defesa do “Cantando as Diferenças” é de um simbolismo de extrema importância, porque Florestan Fernandes foi figura simbólica e é um símbolo para nós todos, porque foi mestre de nós todos. Então, quero cumprimentar V. Ex^a e agradecer as observações que fez a meu respeito, mas quero, sobretudo, dar-lhe os meus parabéns e o meu abraço fraternal por essa iniciativa tão importante que apresenta hoje.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Saturnino. É com alegria que o aparte de V. Ex^a estará contemplado no meu pronunciamento no dia em que vim à tribuna fazer uma homenagem a Florestan Fernandes e a todos os lutadores. Com alegria incluí V. Ex^a, porque falo com muita tranqüilidade que conheço a obra da sua vida. Por isso, é um momento bonito também para mim dialogar com V. Ex^a quando faço esta pequena homenagem tardia – eu já a devia ter feito há muito tempo – ao grande e inesquecível, ao mestre dos mestres Florestan Fernandes.

Senador Roberto Saturnino, apresento também um projeto de resolução – sei que indicativo – que espero seja aprovado na Casa, no sentido de que o Programa “Cantando as Diferenças” seja adotado em todo o País. E vai como uma sugestão – espero o referendo do Senado – para o próprio Presidente da República, ou seja, para o Executivo.

Apresentei o projeto antes do resultado das eleições. O nosso candidato foi vitorioso – todo mundo sabe. Aqui eu disse, quando me afastei por quinze ou vinte dias, que eu ia para o Estado fazer campanha para o Presidente Lula e para o meu candidato, Olívio Dutra. Então, esse projeto não tem cor partidária, não é dirigido a este ou àquele Presidente. Dirijo-o ao Executivo, na convicção de que é um projeto muito bem elaborado, não porque eu o apresentei, mas porque um grupo de intelectuais me ajudou a produzi-lo e foi premiado recentemente entre os trinta melhores projetos nessa área no País pelo MEC.

Recentemente, a Prefeitura de Gravataí foi modelo dessa proposta que germinou e cresceu no centro de integração de que faço parte em Canoas, e fomos convidados a apresentar o projeto na França. Quero homenagear a Secretaria de Educação de Gravataí, que esteve naquele País apresentando o “Cantando as Diferenças”. Em novembro, projeto será exposto no Senado da República, numa iniciativa do nosso Presidente Renan Calheiros. O Santos Fagundes, que é

cego e coordenador do nosso Gabinete, aquele que articula o projeto no Rio Grande do Sul e em alguns outros Estados, estará também aqui, junto com a Secretaria de Educação de Gravataí, para explicar a idéia do “Cantando as Diferenças” e por que esse projeto já é vitorioso em diversas prefeituras no Rio Grande do Sul, dos mais variados Partidos – PP, PFL, PT, inclusive Gravataí, que é a modelo, e PSDB. Todos entenderam o corte das diferenças, entenderam como é bom ter programas no Município voltados ao combate às discriminações de gênero, de raça, de idade, de sexo, de opção sexual e de meio ambiente.

Senadora Heloísa Helena, o motivo pelo qual esse projeto surge neste momento é que nós todos nos sentimos violentados, agredidos quando percebemos que, no nosso Rio Grande do Sul – e V. Exª conhece –, o nosso chamado rio dos Sinos, um rio em que nadei, pesquei, acampei, até namorei, está morrendo de forma violenta. Quase que diariamente as televisões mostram milhares ou milhões de peixes tentando sobreviver, buscando um espaço para respirar, mas que acabam infelizmente morrendo. É um momento muito, muito doído para todos nós que temos um carinho especial por esse rio. Por isso, entendemos que, mais do que nunca, é preciso que os homens e as mulheres de bem deste País se preocupem com o meio ambiente.

Recebi uma citação de um chefe indígena que diz mais ou menos o seguinte:

No dia em que o homem perceber que cortou a última árvore, que acabou com a última floresta, no dia em que o homem perceber que matou o último pássaro, no dia em que o homem perceber que pescou o último peixe, no dia em que o homem perceber que matou o último rio, será tarde; ele terá matado a vida.

Fago essa citação em homenagem a todos aqueles que lutam pelo meio ambiente, àqueles que lutam pelo corte das diferenças, contra todo tipo de discriminação, buscando igualdade, liberdade e justiça. Florestan Fernandes era assim.

Senadora Heloísa Helena, um dia V. Exª citou uma frase dele. Pediria que, da Presidência, quebrando o protocolo, V. Exª repetisse a frase que ouviu de Florestan Fernandes.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Foi algo democrático e muito lindo. Ele disse que a maior dificuldade que teve ao longo da vida política, a tarefa mais difícil foi não trair sua classe de origem. Essa foi uma das coisas mais belas que ouvi ao longo da minha história de vida. E fiz questão de impregná-la

na minha alma e no meu coração em qualquer espaço por onde passei no mundo da política.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço a fala de V. Exª, que é uma homenagem ao inesquecível Florestan Fernandes.

Encerro, Srª Presidente, dizendo que acredito que esta Casa há de aprovar o dia 10 de agosto, quando se fará uma grande análise da nossa realidade. Insisti em falar da natureza, porque ela respeita as diferenças. Basta ver como convivem bem, no mesmo jardim, o cravo e a rosa e vários tipos de flores, assim como, na mesma floresta, vivem inúmeros tipos de árvores. A natureza é sábia. O homem precisa aprender muito com ela. Esperamos que, se aprovado, 10 de agosto seja um dia de muita reflexão sobre a vida, não só sobre o homem, mas também sobre a Mãe Natureza.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Srª Presidente.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2006

Institui o Dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o Dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças”, que será celebrado no dia 10 de agosto.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O programa “Cantando as Diferenças” objetiva promover uma ampla e gradual mudança no modo de enxergar as mais variadas diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência, inclusão social e, meio ambiente ou seja, uma mudança de consciência e atitude.

Para alcançar este objetivo o programa propõe o trabalho conjunto da sociedade e do governo no âmbito municipal, abrangendo aspectos como educação, esportes, lazer, produção cultural e artística, para os grupos tradicionalmente discriminados por suas “diferenças” físicas, mentais, raciais, de idade e de gênero.

Embora existam no Brasil várias leis que, pelo menos teoricamente, protegem os grupos mais desfavorecidos e vulneráveis da sociedade, como por exemplo o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 10 de outubro de 2003) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), ou Projetos de Lei como o Estatuto da Pessoa com Deficiência,

Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto da Mulher, Estatuto dos ocos Indígenas e leis do Meio Ambiente, a verdadeira inclusão social e política só é alcançada pela execução de políticas públicas capazes de envolver setores da sociedade e do governo em tomo de objetivos comuns.

O projeto aqui proposto teve como origem a experiência vitoriosa realizada em vários municípios gaúchos, que permitiu dar vez e voz à grande maioria de seu povo, que por um motivo ou outro, sempre esteve à margem da participação política, das discussões acerca dos rumos de suas vidas.

Os primeiros passos deste projeto nasceram do espírito empreendedor do Centro de Integração Paulo Paim, que com pequenas idéias e atitudes encontrou na ULBRA – Universidade Luterana do Brasil um parceiro para a extensão e divulgação do projeto, o qual é visto e divulgado em todo o Estado do Rio Grande do Sul, em outros estados e até internacionalmente.

De acordo com documento da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Gravataí/RS, primeiro município a implementar o mencionado programa, a idéia é propor um outro olhar saindo de um olhar de cuidado e assistencialismo para um olhar de direitos, reconhecendo politicamente as diferenças individuais, culturais e sociais – na busca da inclusão da sociedade e do Estado para com todas as pessoas e suas culturas.

Como dito, o referido projeto já foi expandido para outros municípios do estado e desenvolve atividades como a participação de professores da rede municipal em cursos para atender alunos com deficiência, e a promoção de eventos culturais e esportivos.

A adoção de temas transversais abrangendo as diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência e inclusão social, prevista no artigo 4º, permitirá que estes conteúdos possam permear todas as áreas do conhecimento, facilitando a compreensão e a importância de uma formação integral do ponto de vista ético e da pluralidade de expressões no âmbito educacional.

Tendo em vista que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a legislação correlata já prevêem a inclusão de temas transversais nos currículos educacionais, os temas propostos poderão ser perfeitamente recepcionados pelo ordenamento jurídico nacional.

O sucesso das atividades desenvolvidas pelo programa, realizadas mediante parcerias com várias entidades estaduais, públicas e privadas, nos vários municípios gaúchos, nos leva a crer que este programa pode ser implementado em outros municípios do Brasil.

Convém, ainda, para que possamos, anualmente, rememorar este projeto buscando inspiração na data de 10 de agosto, nos remetendo à morte de FLORESTAN FERNANDES.

Florestan Fernandes, nascido em 22 de julho de 1920, já aos seis anos de idade se inseria na sociedade em busca da sobrevivência dentro de uma infância pobre e edificou, nos seus 75 anos de existência, uma revolução sociológica em nosso País.

Foi guerreiro na luta contra a desigualdade, lutou e influenciou as transformações sociais, firmou parcerias com mentes como Darcy Ribeiro, Betinho (na luta contra a fome), Chico Mendes (em defesa da natureza) e outros. Empregou seu vigor de idéias na consolidação de um novo projeto de sociedade, ajudando a recuperar algumas condições de existência, de vida e de trabalho do negro, índio, caboclo, deficiente, escravo, colono, seringueiro, do meio ambiente e outros.

Ao homenagearmos Florestan Fernandes com o Dia Nacional de Reflexão do Cantando as Diferenças, estamos homenageando também celebridades que marcaram história na luta contra a opressão, desigualdade e injustiça, que tombaram na construção de um mundo melhor para todos.

Daí por que a data de sua morte ser escolhida como marco para a reflexão deste grandioso projeto "Cantando as Diferenças" a ser implantado, acredito, muito em breve.

Assim, pedimos aos nobres pares a aprovação deste projeto de lei, elaborado com o sentido de proporcionar, a todos os grupos que tradicionalmente foram discriminados em nossa sociedade, a oportunidade de traduzir o disposto nas leis em ação, dando cidadania e dignidade a milhares de brasileiros em harmonia com o nosso ecossistema.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.

LEI Nº 10.741, DE 12 DE OUTUBRO DE 2003

Mensagem de veto

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Vigência

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº DE 2006

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa “Cantando as Diferenças”, destinado a promover a inclusão social de grupos discriminados e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, nos termos desta Lei, o Programa “Cantando as Diferenças”, com o fim de promover a inclusão social de grupos discriminados por etnia, raça, gênero, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência e condição social.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, o programa “Cantando as Diferenças” articula municípios e comunidades em ações de inclusão social, com base no disposto na legislação vigente e nos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Parágrafo único. As atividades a serem desenvolvidas no âmbito do programa incluem produção e divulgação de trabalhos e atividades relacionados com arte, cultura, educação, inserção laboral e Direitos Humanos.

Art. 3º O Programa “Cantando as Diferenças” será implementado mediante convênios a serem celebrados entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será financiado com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), Fundo Nacional do Idoso e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente, Fundo Nacional.

§ 1º O programa mencionado no **caput** deste artigo será coordenado pelo Conselho Gestor do Cantando as Diferenças, composto por dois membros de cada fundo que custeia o programa e um presidente indicado pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

§ 2º Os critérios para a inclusão dos municípios e das instituições governamentais e não-governamentais no programa serão definidos pelo órgão gestor.

Art. 4º O Poder Executivo, nas três esferas de governo, assegurará a inclusão de temas transversais nos conteúdos curriculares nacionais abrangendo as diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência e inclusão social.

Art. 5º É instituído o Dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças”, que será celebrado no dia 10 de agosto.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O programa “Cantando as Diferenças” objetiva *promover uma ampla e gradual mudança no modo de enxergar as mais variadas diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência, inclusão social e, meio ambiente ou seja, uma mudança de consciência e atitude.*

Para alcançar este objetivo o programa propõe o trabalho conjunto da sociedade e do governo no âmbito municipal, abrangendo aspectos como educação, esportes, lazer, produção cultural e artística, para os grupos tradicionalmente discriminados por suas “diferenças” físicas, mentais, raciais, de idade e de gênero.

Embora existam no Brasil várias leis que, pelo menos teoricamente, protegem os grupos mais desfavorecidos e vulneráveis da sociedade, como por exemplo o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), ou Projetos de Lei como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto da Mulher, Estatuto dos Povos Indígenas e leis do Meio Ambiente, a verdadeira inclusão social e política só é alcançada pela execução de políticas públicas capazes desenvolver setores da sociedade e do governo em torno de objetivos comuns.

O projeto aqui proposto teve como origem a experiência vitoriosa realizada em vários municípios gaúchos, que permitiu dar *vez e voz à grande maioria de seu povo, que por um motivo ou outro, sempre esteve à margem da participação política, das discussões acerca dos rumos de suas vidas.*

Os primeiros passos deste projeto nasceram do espírito empreendedor do Centro de Integração Paulo Paim, que com pequenas idéias e atitudes encontrou na ULBRA – Universidade Luterana do Brasil um parceiro para a extensão e divulgação do projeto, o qual é visto e divulgado em todo o Estado do Rio Grande do Sul, em outros estados e até internacionalmente.

De acordo com documento da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Gravataí/RS, primeiro município a implementar o mencionado programa, a idéia é *propor um outro olhar – saindo de um olhar de cuidado e assistencialismo para um olhar de direitos, reconhecendo politicamente as diferenças individuais, culturais e sociais – na busca da inclusão da sociedade e do Estado para com todas as pessoas e suas culturas.*

Como dito, o referido projeto já foi expandido para outros municípios do estado e desenvolve atividades como a participação de professores da rede municipal em cursos para atender alunos com deficiência, e a promoção de eventos culturais e esportivos.

A adoção de temas transversais abrangendo as diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência e inclusão social, prevista no artigo 4º, permitirá que estes conteúdos possam permear todas as áreas do conhecimento, facilitando a compreensão e a importância de uma formação integral do ponto de vista ético e da pluralidade de expressões no âmbito educacional.

Tendo em vista que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a legislação correlata já prevêem a inclusão de temas transversais nos currículos educacionais, os temas propostos poderão ser perfeitamente recepcionados pelo ordenamento jurídico nacional.

O sucesso das atividades desenvolvidas pelo programa, realizadas mediante parcerias com várias entidades estaduais, públicas e privadas, nos vários municípios gaúchos, nos leva a crer que este programa pode ser implementado em outros municípios do Brasil.

Convém, ainda, para que possamos, anualmente, rememorar este projeto, buscando inspiração na data de 10 de agosto, nos remetendo à morte de FLORESTAN FERNANDES.

Florestan Fernandes, nascido em 22 de julho de 1920, já aos seis anos de idade se inseria na sociedade em busca da sobrevivência dentro de uma infância pobre e edificou, nos seus 75 anos de existência, uma revolução sociológica em nosso País.

Foi guerreiro na luta contra a desigualdade, lutou e influenciou as transformações sociais, firmou parcerias com mentes como Darcy Ribeiro, Betinho (na luta contra a fome), Chico Mendes (em defesa da natureza) e outros. Empregou seu vigor de idéias na consolidação de um novo projeto de sociedade, ajudando a recuperar algumas condições de existência, de vida e de trabalho do negro, índio, caboclo, deficiente, escravo, colono, seringueiro, do meio ambiente e outros.

Ao homenagearmos Florestan Fernandes com o Dia Nacional de Reflexão do Cantando as Diferenças, estamos homenageando também celebridades que marcaram história na luta contra a opressão, desigualdade e injustiça, que tombaram na construção de um mundo melhor para todos.

Daí por que a data de sua morte ser escolhida como marco para a reflexão deste grandioso projeto “Cantando as Diferenças” a ser implantado, acredito, muito em breve.

Assim, pedimos aos nobres pares a aprovação deste projeto de lei, elaborado com o sentido de proporcionar, a todos os grupos que tradicionalmente foram discriminados em nossa sociedade, a oportunidade de traduzir o disposto nas leis em ação, dando cidadania e dignidade a milhares de brasileiros em harmonia com o nosso ecossistema.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI Nº 10.741, DE 12 DE OUTUBRO DE 2003

Mensagem de veto

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Violência

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, saudando-o com entusiasmo.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela Liderança, e, depois, ao Senador Mão Santa, como orador inscrito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, ontem, fiz um pronunciamento que tem uma falha imperdoável. Eu não gostaria de comentar isso, sem antes ter tido a oportunidade de, pelo menos por telefone, parabenizar a Senadora Ana Júlia Carepa, nossa companheira de Bancada, pela sua vitória no Pará. S. Ex^a muito nos orgulha. Tive a oportunidade de falar com S. Ex^a no final da tarde de ontem. Então, faço questão absoluta de deixar aqui consignado o orgulho que S. Ex^a deixa a todos nós da Bancada do PT no Senado e, com certeza, aos eleitores e à população do Estado que tão bem representa no Senado da República.

Volto à tribuna também para falar ainda sobre algumas questões relativas ao resultado eleitoral, porque penso que as urnas, como eu disse ontem, têm de nos levar à reflexão, têm de nos dar a linha por onde vamos caminhar agora, no próximo período, e o que vai

balizar nossa postura, nossa posição, tanto dos que darão sustentação ao segundo mandato do Presidente Lula quanto daqueles que dignamente vão cumprir a tarefa da Oposição. Já tive a oportunidade, inclusive, de registrar a importância, em qualquer democracia que se preze, em qualquer democracia que leve a sério sua Constituição, do trabalho da Oposição.

Tenho acompanhado, de forma muito atenta, os pronunciamentos das diversas Lideranças que têm sido realizados neste Senado Federal e quero dizer que teremos possibilidade, sim, de debater, de discutir e de pactuar propostas e votações, como já fizemos em outras ocasiões aqui, no Senado da República, no interesse do País. Portanto, acolho um clima menos aquecido neste pós-eleitoral de forma extremamente positiva. Acho isso positivo. É o que é responsável por parte de todos.

Mas, como eu trouxe à tribuna, no dia de ontem, alguns dados e alguns elementos que nos balizam a respeito do resultado das eleições, eu gostaria de deixá-los registrados aqui. Antes da vitória do Presidente Lula no segundo turno, havia uma discussão a respeito da questão de haver dois brasis ou um Brasil dividido, de haver centros urbanos e centros rurais, uma espécie de dualidade.

Gostaria de fazer alguns registros. O primeiro é o de que a vitória do Presidente Lula no segundo turno se deu em todas as faixas de tamanho de Municípios, ou seja, em Municípios de até cinco mil eleitores, em que o Presidente Lula obteve 59% dos votos; em Municípios de cinco mil a vinte mil eleitores, com 63% dos votos; em Municípios de vinte mil a cinqüenta mil eleitores, com 62% dos votos; em Municípios de cinqüenta mil a duzentos mil eleitores, com 59% dos votos; em Municípios de duzentos mil a um milhão de eleitores, com 60% dos votos; e em Municípios de mais de um milhão de eleitores, com 58% dos votos. Portanto, em Municípios de todos os tamanhos, abrangendo todas as regiões e bases econômicas, a vitória do Presidente foi bastante significativa. Isso desmonta um pouco o argumento da divisão em dois brasis, com duas situações contraditórias, em que haveria a eleição em determinada parte do Brasil e não em outra.

O resultado também foi bastante gratificante para nós, porque, com exceção de uma única Região, a Região Sul, do primeiro para o segundo turno, o Presidente conseguiu vencer em todas. E, mesmo na Região Sul, houve uma diminuição significativa da diferença entre os votos dados ao Governador Geraldo Alckmin e os votos dados ao Presidente Lula no segundo turno.

E houve algumas vitórias. Fico imaginando o Senador Roberto Saturnino, pois, no Rio de Janeiro, a modificação foi significativa: o Presidente Lula subiu

vinte pontos. Em Minas, também houve um aumento significativo: de 50% contra 40%, no primeiro turno, para 65% a 34%. Mesmo em São Paulo, onde a situação mais “pegou” em termos de polarização, o Presidente Lula subiu dez pontos percentuais. O resultado, no Ceará, foi de 83% a 17%; na Bahia, de 78% a 21%; no Centro-Oeste – onde a questão do agronegócio estava muito forte e onde também houve uma virada, com o Presidente Lula, inclusive, ganhando no segundo turno –, de 52% a 47%. A votação mais expressiva foi no Estado do Amazonas: de 86% a 13%.

Portanto, a vitória trouxe esses números e merece não apenas nossa alegria, mas também nossa reflexão, porque traz embutidas algumas questões que precisarão de nossa atenção e de nosso cuidado, para que avaliemos bem o significado do que a urna nos sinaliza.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Exª um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ouço, com muito prazer, o Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Sómente quero observar como foi boa a realização do segundo turno. Nós, evidentemente, preferíamos que ele tivesse vencido no primeiro turno, mas, depois de concretizados os resultados, apareceu esse crescimento do primeiro turno para o segundo turno. E por quê? Porque o debate foi mais esclarecedor no segundo turno. Os grandes temas nacionais vieram à tona nos debates do segundo turno. No primeiro turno, o povo ainda ficou influenciado por aquela denúncia monocórdia, mas, do primeiro para o segundo turno, o debate apareceu. Os problemas da Nação foram discutidos. Como foi esclarecedora, positiva e importante para a democracia brasileira a realização de segundo turno e essa vitória consagradora!

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço-lhe, Senador Saturnino. Tenho essa mesma convicção. Isso foi salutar para nós do PT, para o próprio Presidente Lula, mas foi muito mais salutar para o País, porque as diferenças tiveram oportunidade de ficar bastante consignadas, elas ficaram visíveis, palpáveis para a ampla maioria.

O divisor de águas – já tive oportunidade de dizer – desta eleição foi: para quem se governa? O Governo está voltado para quem? Quem é o objeto das ações e das políticas adotadas?

É por isso que acho que a resposta veio muito forte e muito firme por parte da ampla maioria da população, com 61% dos votos, em Municípios de todos os tamanhos, em todas as Regiões do País, em todas as faixas de renda. Mesmo aqueles que têm renda significativamente – infelizmente, no Brasil, ainda é assim

– superior à da ampla maioria da população, as pessoas que têm a clareza do significado da injustiça social reinante, sabem que não é possível haver democracia ou um país desenvolvido, integrando as nações desenvolvidas, se não se combate a injustiça. Ou seja, as mazelas decorrentes da injustiça social afetam toda a população e colocam o País, a Nação, a soberania da Nação e a convivência entre os cidadãos no território nacional sob uma ótica de insegurança.

Por isso, fico um pouco preocupada, hoje, acompanhando a imprensa, que já mudou de pauta. Há notícias de Ministro sendo demitido ou questionado se vai permanecer ou não. Indaga-se se vai haver corte de gasto, se haverá demissão, se houve "Era Palocci" ou não.

Da mesma forma como a urna sinalizou, de forma muito contundente, essa posição de para quem se governa neste País, penso que também a urna sinaliza a obrigatoriedade de termos os encaminhamentos do que foi apresentado como proposta, o que, neste segundo mandato, representa combinar aquilo que tivemos capacidade de construir para dar segurança econômica, segurança estrutural ao País, ou seja, o ajuste fiscal do País, o controle da inflação, a questão da soberania, a questão das reservas, a questão da implementação e da garantia das ações para promover a recuperação da renda e a criação dos empregos.

A população está muito atenta, porque deu esse segundo mandato em cima de uma proposta muito clara: crescer, distribuindo renda, com educação de qualidade. Essas foram as três questões apresentadas pelo Presidente Lula.

O Presidente Lula, na entrevista coletiva concedida logo após a declaração do Tribunal Superior Eleitoral, disse que temos de trabalhar para que, imediatamente, no ano que vem, além das metas de inflação e de ajuste fiscal, haja metas de crescimento, ou seja, para que possamos crescer 5%.

É por isso que não posso deixar de saudar o entendimento de vários Líderes da Oposição, que, tanto ontem quanto hoje, estão sinalizando no sentido de cumprir com sua tarefa de Oposição, que é a de fiscalizar e de cobrar, mas também de contribuir para que possamos aprovar matérias que darão condições ao País de crescer 5%, de fazer o ajuste fiscal e de alcançar as metas de inflação. Fazer o País crescer 5%, creio, é uma meta bastante plausível, pelo que construímos ao longo do primeiro mandato do Presidente Lula.

Portanto, mais uma vez, estou saudando este clima, que espero que perdure, a fim de que, já na semana que vem, em que haverá sessões deliberativas, possamos encaminhar a votação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que é importantíssima, porque

desonera e reduz a carga tributária desse setor, facilita a vida, induz e agiliza o processo de formalização das empresas e dos empregos.

Portanto, nada mais justo do que, na semana que vem, de forma concreta, podermos apreciar, votar e aprovar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresa não só apenas como uma declaração de busca de composição para os temas que interessam ao País e à maioria do povo brasileiro, mas também como uma demonstração concreta de que existe respeito entre todas as Lideranças do Senado da República. Ao mesmo tempo, agimos no sentido de contribuir para o desenvolvimento, para o crescimento do nosso País e para a busca da meta de crescimento, que é o sonho de todos nós, principalmente como ocorreu no primeiro mandato do Presidente Lula: crescimento com distribuição de renda.

Agradeço à Srª Presidente pela gentileza do tempo a mais que me concedeu.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, como orador inscrito. Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu gostaria que V. Exª me permitisse fazer um registro sobre um assunto relevante. Peço, inclusive, a atenção da Líder Ideli Salvatti e a do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Senadora Ideli, acabo de receber um telefonema do Senador Tasso, que me comunica ter sido avisado por diretores da revista **Veja** que alguns jornalistas que participaram da matéria intitulada "Operação Abafa", na tarde de hoje, passaram por constrangimentos nas dependências da Polícia Federal em São Paulo. A empresa solicitou assistência de advogados para dar apoio jurídico aos jornalistas, mas isso não foi permitido. Os investigadores insistiram, forçaram a jornalista a prestar esclarecimentos sobre as fontes que geraram a matéria. E ela, alegando segredo de justiça, direito consagrado que a Constituição lhe assegura, negou-se a dar informações. O Senador Tasso já entrou em contato com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Senadora Heloísa Helena, quero fazer este registro e lançar um protesto em relação a esse acontecimento.

Eu gostaria que o Governo, o mais rápido possível, prestasse os esclarecimentos cabíveis. Não podemos conviver com esse tipo de atitude.

Faço este registro na certeza de que a imprensa brasileira será respeitada e que os episódios de ontem, que envolveram jornalistas não só da **Veja**, como também da **Folha de S.Paulo** e da Rede Globo, tenham sido iniciativa exclusiva de militantes partidários ainda no calor da emoção, e não um trabalho preparado adredeamente.

LANÇO ESTE PROTESTO NO MOMENTO EM QUE APROVEITO PARA CHAMAR A ATENÇÃO DOS REPRESENTANTES DO BRASIL DA SOCIEDADE JORNALISTAS SEM FRONTEIRAS, PARA QUE FIQUEM ATENTOS A ESSE TIPO DE COMPORTAMENTO.

Continuo achando que o Presidente Lula também não sabe e não sabia desse episódio, mas que providências serão tomadas, sob pena de, em menos de 24 horas depois de fazer aquele discurso de conciliação, Sua Excelência jogar por terra tudo o que disse ao povo brasileiro ontem.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de dizer ao Senador Heráclito Fortes que vou buscar, junto ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, todos os esclarecimentos a respeito, para que eu possa transmiti-los ao Plenário. Não sei se vou ser bem sucedida, porque o Ministro Márcio Thomaz Bastos vai representar o Presidente em um evento que ocorrerá na Bahia hoje. É um evento internacional, e ele havia previsto deslocar-se para lá a partir das 15 horas. Com toda a conturbação que está havendo nos nossos aeroportos, talvez eu ainda consiga falar com ele. Vou empenhar-me, com certeza, porque esse assunto é extremamente delicado.

Da mesma forma que devemos preservar, com absoluto empenho, o direito de a imprensa se manifestar de modo soberano, democrático, livre, eu já tive oportunidade, Senador Heráclito, de me reportar desta tribuna, em alguns momentos, ao longo destes últimos dois anos, a determinadas reportagens que foram feitas sem que as fontes, os documentos estivessem explicitados; sem que estivessem, de forma efetiva, sido identificados, até para subsidiar aquelas matérias, que ocuparam várias páginas.

No entanto, é claro que esse questionamento, que também é legítimo, a respeito da seriedade e da responsabilidade com as quais os órgãos de comunicação devem se portar ao elaborar suas reportagens não pode acobertar ou colocar em dúvida o comportamento respeitoso que todas as instâncias devem ter. No caso, no seio da Polícia Federal, naquela reportagem

sobre a operação abafa, sabemos que houve muita controvérsia. Tanto que o delegado que representa a Associação dos Delegados manifestou-se de forma contundente, dizendo que não havia operação abafa, que a Polícia Federal estava atuando de forma séria e responsável, como sempre.

Então, eu apenas gostaria de deixar registrado que, assim que eu conseguir essas informações, terei o maior prazer em comunicá-las ao Plenário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr^a Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra V. Ex^a, de acordo com o art. 14.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, eu gostaria apenas de dizer que o fato é mais grave do que se imagina, a partir do momento em que a Liderança do Partido dos Trabalhadores tenta justificar o ato. E isso porque não questionei o teor da matéria. Apenas mencionei o fato de se terem colocado os repórteres sob movimentação limitada, cerceando-lhes o direito de ir e vir, e a maneira como os fatos aconteceram.

Creio que tudo isso é de uma gravidade que nem sei como justificar, mas, a partir do momento em que a Liderança do Partido dos Trabalhadores tenta justificar essa atitude, quero crer que esse assunto não é surpresa e que o episódio é bem mais grave do que imaginamos.

Alguns integrantes desse Partido passaram por vexames e constrangimentos em busca de caminhos para a liberdade de imprensa, em busca de caminhos para o reencontro do País com a liberdade. E a imprensa brasileira teve um papel fundamental e predominante nesse feito. Portanto, não é aceitável que esse Partido esqueça tudo isso e justifique atitudes arbitrárias – e nem quero chegar a dizer que isso ocorreu por ordem ou por determinação de quem quer que seja.

O fato é que a violência não se justifica.

A imprensa brasileira tem um código a ser respeitado. Existe a Lei de Imprensa, que coloca penalidades e responsabilidades sobre aqueles que infringem essa legislação. Daí por que o melhor caminho é o da Justiça e não o das salas fechadas da Polícia Federal, para, usando a prerrogativa que o poder lhes confere, fazer esse tipo de abordagem, sem sequer dar o direito de defesa por intermédio de um advogado, assegurado por lei.

É muito triste ouvir-se no dia de hoje, em que se prega de norte a sul o início de uma era de conciliação, uma justificativa como essa, que é, nada mais, nada

menos, a manifestação de um desejo autoritário e apenas o início do que, pelo que se prevê, vem por aí.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Nos termos do art. 14 do Regimento Interno, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

Com isso, a palavra já terá sido concedida a V. Ex^a, pelo art. 14, por duas vezes no dia de hoje.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente, se for possível.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez que preciso me utilizar do expediente do art. 14, porque a vontade de distorcer ou de colocar na minha boca o que eu não falei e, na minha alma, a intenção que eu não tive repete-se à exaustão.

Eu disse, de forma muito clara: não sei o que aconteceu, vou buscar as informações junto à autoridade máxima na questão referente à Polícia Federal para prestar os esclarecimentos aqui, na tribuna do Senado.

Repudio o que está sendo anunciado, se tiver acontecido, porque devemos respeitar a legislação e o direito da imprensa. Apenas exemplifiquei que, diferentemente de apenas determinadas questões serem levantadas aqui, na tribuna do Senado, eu já tive a oportunidade de abordar assuntos que tenho o direito, como cidadã brasileira e Senadora, de questionar, com relação a determinadas reportagens que geram situações que também fogem do espírito democrático que deve nortear todas as instituições do nosso País.

Quero dizer mais: com relação a reportagens da revista **Veja**, já tive oportunidade de vir à tribuna para registrar editorial de, nada mais, nada menos, **O Estado de S. Paulo**, que criticou profundamente uma das reportagens da **Veja**. Inúmeros e ilustres jornalistas, não eu, questionaram a matéria, pois não havia fonte, documentação ou embasamento para se produzir a reportagem denominada “Operação Abafa”.

Portanto, devemos fazer a crítica, caso tenha ocorrido o que foi anunciado, e, de pronto, dispus-me a buscar e a trazer as informações, mas não podemos anular ou deixar esmorecer qualquer tipo de questionamento que devemos fazer, até porque a imprensa deve ser livre, mas está passível de receber críticas quando entendermos que cometeu algum tipo de ato abusivo no exercício de sua liberdade.

Portanto, quero deixar bem claro o que eu disse, para que, mais uma vez, não seja colocado na minha

boca o que não falei e, na minha alma, a intenção que não tive.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Rui é sempre figura citada: “Com a lei, pela lei, dentro da lei, porque fora da lei não há salvação”. Rui afirma isso porque acredita que o primado da lei prevalece sobre a violência, e, infelizmente, isso não está acontecendo.

Ainda ontem, durante o desembarque do Senhor Presidente da República, não somente a **Veja** era agredida, como também a TV Globo, por militantes do Partido que estavam lá preparados para isso, como sempre.

Hoje, a coisa é mais grave. Na medida em que estão incomunicáveis esses jornalistas da **Veja**, cabe uma ação imediata do Senado Federal junto ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, que tem o dever de mandar na Polícia Federal – se não manda, não poderia ser Ministro. Conheço o Ministro Thomaz Bastos e dele sou amigo, mas não posso admitir que silencie diante de tal violência.

Essa violência, Sr^a Presidente, já vem de longe, porque a direção da Petrobras telefonou para a **Veja** dizendo que jamais aquela revista teria uma matéria paga do Governo ou da Petrobras. Conseqüentemente, é algo premeditado, é algo que está acontecendo não por acaso, mas porque o Governo está autorizando.

A Polícia Federal, que é tão zelosa no cumprimento dos seus deveres, não poderia permitir esse cerceamento que está havendo com os jornalistas da **Veja**.

Devemos mandar o nosso protesto agora. Não sei se V. Ex^a pode fazê-lo, mas, se puder, que faça chegar ao Diretor da Polícia Federal, já que o Ministro está viajando, o protesto desta Casa em relação a essa violência que se dá na cidade de São Paulo contra os repórteres da revista **Veja**, que é uma das mais importantes – é a terceira ou quarta – do mundo. Conseqüentemente, não pode ficar à vontade de qualquer beleguim a serviço da desordem que quer predominar na Polícia Federal.

A Polícia Federal já é um antro de luta, onde grupos os mais diversos lutam. Ela já pecou e já foi pega pecando. É, portanto, uma obrigação nossa defender que isso não aconteça, e eu pediria ao Senador Romeu Tuma, que foi da Polícia Federal e é amigo do Sr. Paulo Lacerda, que telefonasse para São Paulo para não permitir que aconteça com a **Veja** o que está acon-

tecendo: o cerceamento da liberdade dos seus repórteres, numa sala praticamente de prisão, para serem ouvidos em São Paulo.

Eu quero lançar o meu protesto, o protesto do Senado, e pedir à Presidente do Senado do momento que oficie ao Sr. Paulo Lacerda para que não permita que a lei seja subjugada pela vontade de qualquer beleguim, de qualquer policial.

Obrigado a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

O pronunciamento de V. Ex^a, do Senador Heráclito Fortes e da Senadora Ideli Salvatti serão imediatamente encaminhados ao Ministro da Justiça e ao Diretor da Polícia Federal.

O Senador Romeu Tuma, atendendo ao apelo de V. Ex^a, também já está se comunicando, porque, se fato como esse aconteceu, é realmente inaceitável, abominável.

Nem sempre eu defendo a imprensa. Processo jornalistas e a imprensa quando entender que fui atacada na minha honra e na minha dignidade de mulher e mãe de família, mas é evidente que fatos gravíssimos como a utilização do aparelho de Estado como mecanismo de repressão política de um outro setor são, realmente, inaceitáveis.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem Sem revisão do orador.) – Quero apenas solicitar que V. Ex^a atenda a minha solicitação e envie cópias para a sociedade Repórteres sem Fronteiras.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Enquanto o Senador Mão Santa vai à tribuna – S. Ex^a aguarda pacientemente, pois foi o primeiro que chegou na Casa, juntamente com alguns de nós –, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma para o esclarecimento que se faz necessário devido ao apelo feito pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Senador Mão Santa é o próximo inscrito, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, fiquei um pouco surpreso e angustiado com a notícia que o Senador Antonio Carlos Magalhães passou. Eu estava ausente, em reunião do Partido, e já pedi ao Dr. Cavalheiro, que é um delegado que trabalha conosco na Casa, para subir imediatamente a fim de nos comunicarmos com o Paulo Lacerda.

Eu acho que é inconstitucional qualquer pressão sobre qualquer jornalista que seja obrigado a confessar a fonte. Ele não tem obrigação legal. Qualquer um de nós – não precisa ser delegado de polícia – sabe que o repórter tem a proteção da lei para não abrir as fontes de que se serve, senão ele perderia, sem dúvida nenhuma, toda a capacidade de imprensa investigativa e de busca de informações de pessoas que as passam e não querem ser identificadas.

Então, se realmente isso aconteceu, passa a ser um crime, Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu acredito que o Paulo Lacerda não concordará com isso, pelo que o conheço, e também o Dr. Geraldo, que é o Superintendente em São Paulo.

Darei conhecimento, Senador Heráclito Fortes, do pronunciamento de V. Ex^a aqui.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a. O pronunciamento de V. Ex^a também será encaminhado.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, nosso querido Senador Mão Santa, que, pacientemente, está aqui esperando para fazer seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão de 31 de outubro; Senadoras e Senadores aqui presentes nesta Casa; brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Sibá, entendo ser a democracia uma das mais brilhantes conquistas da História da Humanidade. Ela é velha. Talvez essa conquista tenha começado, Senadora Heloísa Helena, lá na Grécia, quando um filósofo, discípulo de Sócrates e de Platão, Aristóteles, disse: “O homem é um animal político...”, um animal sociável. E esse animal político, vivendo em sociedade, buscando formas de governo, com a sua coragem, juntou-se na forma de povo. Senador Paulo Paim, esse povo, nas ruas, gritou: “liberdade, igualdade e fraternidade”. Caíram todos os poderosos que governavam, que eram os reis.

Senador Heráclito Fortes, hoje, temos de entender que o anseio por liberdade, igualdade e fraternidade, que fez nascer a democracia – governo do povo, pelo povo e para o povo –, tem um fator muito importante que nos faz entender as eleições no Brasil.

Senador Sibá Machado, o grito e o anseio do povo é por liberdade, por igualdade e por fraternidade. Essa liberdade, necessidade pela qual os repórteres da **Veja** hoje clamam, estamos perdendo.

Mas há mais uma premência nos dias de hoje. Para entender isso, estudando os resultados das eleições, lembro que o Senador Wellington Salgado tem de entender que essa não foi uma vitória da democracia. A ignorância é audaciosa.

A eleição faz parte da democracia, mas esta é muito mais complexa. Ela nasceu do povo.

Venceu eleição? Venceu. Teve mais votos do que o adversário, o que, talvez, tenha sido resultado, digamos, de uma simpatia, de uma fluência de palavras, de convencimento.

Eleições para a democracia estão muito distantes. Ela faz parte, mas a democracia surgiu e foi aperfeiçoadas pelo animal político, representando o direito, representando aquele que diz que Cristo – “Bem-aventurados os que têm fome e sede justiça!” – dividiu o poder. Senador Paulo Paim, deixou de ser o absolutismo. Os reis seriam um deus na terra. Deus seria o rei do céu. Para acabar aquilo, houve a divisão do poder, com Montesquieu.

A democracia passa por esses três Poderes. Não temos nada a comemorar. Foi uma eleição. Ganhou? Ganhou. Teve mais votos. Mas a democracia...

Senador Paulo Paim, atentai bem! Mitterrand perdeu várias vezes, Senador Wellington Salgado de Oliveira – aprenda! –, mas, com sua sabedoria, depois de 14 anos governando a França, nos seus últimos instantes de vida, vítima de câncer, deixou escrita uma mensagem aos governantes: prestigiar, fortalecer os outros Poderes. Essa, sim, é uma mensagem de contribuição à democracia. V. Ex^a entendeu, Senador Paulo Paim? Mitterrand deixou a mensagem: fortalecer os outros Poderes.

Não houve vitória de democracia! Ó, Lula, acorde, aprenda! Aí não há quem lhe ensine, mas aqui há. O Senado Federal é para isso, são os pais da Pátria. Não houve vitória de democracia. Que democracia é essa? Um Poder mais desmoralizado, mais humilhado, mais avacalhado do que este não existe! São mensaleiros, mensalão, Deputados vendendo emenda, trocando, ganhando dinheiro. Nessa democracia, não temos nada a comemorar! Essa democracia, Heloísa Helena, envergonha-nos! Todos votaram com as cuecas sujas de dólares! Todos estão aí, nessa podridão de Congresso! Que democracia é essa, sem um Poder Legislativo? Que leis foram feitas aqui? Que leis foram feitas, inspiradas naquelas que Deus ditou a Moisés? Nada! Houve medidas provisórias. O Poder Executivo engoliu este, desmoralizou este, avacalhou-o, comrou-o com mensalões. A democracia nunca esteve

tão debilitada, Senador Paulo Paim, tão desmoralizada, tão avacalhada!

A democracia somos todos nós, eleição é um segmento. Atentai bem, brasileiras e brasileiros!

Senador Wellington Salgado, aprenda, meu Líder do PMDB: os Estados Unidos dão exemplo.

Senador Antonio Carlos Magalhães, e os repórteres da **Veja**? **Watergate**, tudo começou com a liberdade da imprensa, Senadora Heloísa Helena. Os repórteres, depois de uma eleição mais estrondosa do que essa...

Richard Nixon foi o Presidente que mais expandiu as relações internacionais dos Estados Unidos. Foi ele que entrou na Rússia e que aproximou os Estados Unidos da China comunista. Reeleito foi Richard Nixon, em uma vitória muito, muito mais retumbante que a do Lula.

Se somarem os votos... Atentai bem! Senadora Heloísa Helena, peço auxílio a V. Ex^a. Quantos eleitores há no Brasil?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Cento e vinte e cinco milhões, novecentos e treze mil, quatrocentos e setenta e nove.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – São cento e vinte e cinco milhões! São cento e vinte e seis milhões! O Lula teve 57 milhões de votos, menos da metade. Ou não foram, ou votaram em branco, ou neutralizaram o voto. Muito mais da metade está insatisfeita com a vergonha da democracia neste País. É matemático. Se ele teve mais voto do que Alckmin? Teve. Votei em Alckmin? Votei. E votei bem. Posso dizer que estou como o Apóstolo Paulo: percorri meus caminhos, guardei minha fé e combati o bom combate. V. Ex^a pode rezar isso toda noite, Senadora Heloísa Helena.

São 127 milhões de eleitores. Ele teve o voto de 57 milhões. Os outros não foram; anularam o voto; desistiram; votaram contra. É uma maioria muito maior.

Atentai às coisas! Isto é democracia! É insatisfação e descrença! Atentai bem!

Nisso, os Estados Unidos diferem, Senadora Heloísa Helena. Os repórteres também foram pressionados, mas continuaram, porque o grito foi de liberdade, de igualdade e de fraternidade. Com liberdade profissional, eles mostraram que o vitorioso Richard Nixon, o maior presidente da época da internacionalização dos Estados Unidos, não era tão grande, pois tinha usado meios indevidos para vencer. E os repórteres, com liberdade, continuaram seu trabalho.

Senador Paulo Paim, antes de Nixon, a democracia era vitoriosa; e é vitoriosa. Senadora Heloísa Helena, os Senadores daquela Casa têm moral, que nós não temos. É um Congresso que votou a favor de todos que fizeram falcatrua!

Senador Paulo Paim, vi sair daqui um Senador honrado, decente e digno, Luiz Pontes, para ser candidato a Deputado Estadual, como tinha sido no seu Ceará. Perdeu, porque era digno, honrado e decente. Passou quatro anos como secretário, e o homem da cueca ganhou. O homem da cueca ganhou! Essa é a vitória da democracia? A ignorância é audaciosa! Isso é vitória da democracia? A ignorância é audaciosa!

Nessa eleição, ele teve mais voto, mas isso é a vergonha da democracia. O Senador honrado perdeu; o da cueca está laureado. A democracia tem de melhorar aqui, tem de dar força ao Poder Judiciário.

Há uma pesquisa aí. Vocês não querem pesquisa? Lula estava com 20 pontos. Por que não publicam? Há uma pesquisa que vi no escritório do Alckmin. Atentai bem, Senador Paulo Paim! Senador Paim, é melhor mesmo ouvir o telefone, porque V. Ex^a vai envergonhar-se. De cem brasileiros, só cinco acreditam nos políticos. Essa é a credibilidade. De cada cem brasileiros, Senador Heráclito Fortes, só cinco acreditam nos políticos! De cada cem brasileiros, cinco! Essa é a descrença. Se há descrença nos políticos, a democracia não tem nada a festejar. Não é uma vitória da democracia, mas uma vergonha.

E o Poder Judiciário? Está um pouco melhor: 30% das brasileiras e dos brasileiros acreditam nele. No meu entender e no de Rui Barbosa, deveriam ser 100%, todos nós deveríamos nele acreditar, mas só 30% dos brasileiros nele acreditam. É o outro Poder que faz parte da democracia.

Então, não é uma vitória da democracia. Foi uma eleição. Ninguém contesta os números, mas o que queremos é interpretar melhor todo esse resultado.

Senador Antonio Carlos Magalhães, eu me curvo ao intelectual José Pastore – **O Estado de S. Paulo** publicou –, que interpreta os fatos e os acontecimentos: “A força da desigualdade”.

Senador Sibá Machado, atentai bem para o raciocínio de José Pastore, professor da USP, renomado, laureado, autor de livros, vitorioso homem público deste País: “A força da desigualdade”. Atentai bem para a explicação. Olhe como ele explica, de forma diferente, o resultado. Eu me curvo. Liberdade, igualdade e fraternidade, mas temos de entender que aquele foi o grito lá na França, em 1789. O grito agora é outro: sobrevivência! Não adianta ser livre e não sobreviver,

pela fome, pelo pauperismo, pela miséria. Atentai bem, Senador Sibá Machado!

Ele, então, diz:

A força da desigualdade

[...]

Quem deu a vitória a Lula foi a brutal desigualdade que impera neste país. Basta dizer que, enquanto os 10% mais ricos ficam com 40% da renda, os 10% mais pobres ficam com apenas 1%.

Os 10% mais pobres – são 19 milhões, quase 20 milhões – ficam com apenas 1% da riqueza. Esta foi a vitória do Lula: a desigualdade. A sobrevivência é mais importante do que aquele grito “liberdade, igualdade e fraternidade”. Os 10% mais pobres, quase 20 milhões, têm 1% da riqueza; os 10% mais ricos, 40%. Então, foi um grito de sobrevivência.

Continua o artigo:

Esse é um caldo de cultura propício para o sucesso de qualquer candidato que, com boa pontaria, direcione programas assistencialistas para os pobres e remediados. Com base no tripé desigualdade, assistencialismo e propaganda, somado a noticiários favoráveis, Lula captou o interesse dos que precisam comer, se vestir e se divertir.

[...]

Ou seja, as transferências de renda promovidas por Lula tiveram um colossal sucesso eleitoral junto a dois terços dos eleitores. Depois de garantir Bolsa-Família, aumento salarial por decreto (salário mínimo), [...]

Isso se deve muito ao combativo companheiro Paulo Paim. Paulo Paim, V. Ex^a é citado; essas vitórias do salário mínimo se devem sobretudo ao Congresso, sob a liderança de Paulo Paim; quando aqui começamos – e não foi em vão –, o Senado se engrandeceu; Paim levantava a bandeira de US\$100.00 para o mínimo, que era de US\$70.00; e lutamos, e melhorou – isso nós reconhecemos; mas todos nós estávamos acompanhando, lutando e dando força a Paim; esta é uma explicação da vitória de Lula, que tem que lhe agradecer, Paim; foi a sua luta e a sua bravura, e nós o apoiamos em todos os instantes.

Continua o artigo:

[...]

tratamento bucal gratuito, antecipação do 13º pra os aposentados, vagas nas universidades e inúmeras outras concessões que

contentam as famílias de vida apertada. Lula acenou com ganhos ainda maiores em um futuro mandato.

Ele ainda deu esperança de que isso melhoraria.

Mas, Senador Geraldo Mesquita Júnior, o trabalho é tão objetivo que o professor José Pastore oferece um gráfico: "Renda familiar e satisfação no Brasil". Eu aprendi, Sibá. É muito interessante. Ô homem competente! Esse devia ser convidado, como Norberto Bobbio, a ser Senador vitalício. A Itália convida os luminares a serem.

Ele fez um gráfico, relacionando a renda familiar mensal com a porcentagem de satisfação. Menos de um salário mínimo, de 1 a 2, de 2 a 5, e de 5 a 10 salários. E mostra que a satisfação de vida de cada um depende... O mais pobre quer ter o mínimo, o essencial para viver: o poder comer, o poder habitar, o poder se transportar. Então, à medida que ele ganha mais, até 10 salários, a satisfação vai aumentando. A felicidade vai aumentando com o dinheiro.

Mas o importante é que, quando ganha demais, a infelicidade chega. Você vê muitos ricos tristes, muitos ricos se suicidarem. E José Pastore demonstra, porque então a felicidade não depende mais de coisas; depende da família, da esposa, dos filhos e da sociedade. Muitos deles, ricos, têm muito salário, mas esses fatores é que lhe dariam a felicidade. Aí a felicidade dele cai. Depois de 10 salários mínimos, ele demonstra que há uma queda, porque os bens necessários para sobreviver ele já tinha adquirido. Outros bens, das relações humanas, familiares,... Então, ele despenca na sua destinação, que é a busca da felicidade.

Mas vamos à conclusão – ô Sibá, como seria bom V. Ex^a levar até o Presidente eleito este artigo:

O populismo passa por quatro fases [atentai bem]. Na primeira, a da glória, as benesses trazem a vitória esperada. [Foi agora, as benesses deram o dinheiro, houve aquelas conquistas de sobrevivência, e veio, Wellington Salgado, a glória; a glória e as benesses trazem a vitória esperada!] Na segunda, começa-se a duvidar da estratégia porque o déficit aumenta, os investimentos caem e os empregos não aparecem.

Aí não aparece o emprego; fica aquela esmola. E o Luiz Gonzaga, lá no Nordeste, já dizia que esmola não é bom, pois humilha o cidadão ou o vicia. Fagner,

em uma muleta de Gonzaguinha, diz que o homem é um guerreiro, mas que:

Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E a vida é trabalho
E sem o seu trabalho
Um homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata

Então, não havendo investimento, ele demonstra que não vai ter esse emprego sonhado que o significa. Diz o artigo:

Na terceira, vêm os primeiros sinais do colapso com elevação da inflação ou chegada da recessão – a menos que se estatize [para dar esses empregos]. Na quarta, volta a necessidade de se utilizar políticas duras para reequilibrar as finanças públicas, com decepção popular e mudança do governo.

E assim ele analisa toda a história do mundo onde foi adotada essa política assistencialista. Essa é a verdade, Wellington Salgado. O autor cita vários que adotaram essa política assistencialista-populista. E, no fim, José Pastore diz:

Resta saber se, contrariando a História, suas políticas conseguirão garantir os investimentos para se chegar ao emprego e ao desenvolvimento. Quem viver verá.

É isso que ele passou com tanta clarividência sobre o que pensamos, achamos e entendemos, Senador Sibá Machado.

Senador Sibá, a vida nos ofereceu e foi longo e sinuoso chegarmos aqui, com um pé no estudo e o outro pé no trabalho, guardando sempre os valores da virtude, da honradez, da dignidade. Essas são as minhas crenças.

Atentai bem! É o que eu antevi. Sei que foi atendido o primeiro grito hoje: antes da liberdade, a sobrevivência. Foi atendida. Mas está na hora, Sibá! No meu Piauí, 50,09% da população recebe a Bolsa-Família. Passou essa fase da sobrevivência; isso tem que ser aperfeiçoado. É um milhão e meio, a metade da população. Vamos pensar que isso fosse reduzido para 500 mil, mas empregos de verdade.

E estamos aqui é para ensinar. Tenho a experiência de prefeitinho, de Governador de Estado e de homem que trabalhou como médico-cirurgião que está

fazendo 40 anos de profissão. Se o Governo descentralizasse isso aos prefeitos, aos líderes que conhecem as necessidades, e cada um deles orientasse para uma capacitação profissional e desse àqueles uma profissão, de jardineiro, vigias de grupos escolares, merendeiros e guardas, todos eles se sentiriam com a dignidade do trabalho; isso com os mesmos recursos.

O trabalho edifica. O próprio Deus inspirou os homens a escreverem: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Essa é uma mensagem divina para que os governantes propiciem trabalho. Esse é o caminho. Então, aperfeiçoar, dar uma capacitação, dar um aproveitamento para que eles possam ter uma profissão, e o Estado possa ter investimentos. Essas são as nossas palavras.

Sibá, V. Ex^a que é o quarto Senador do Piauí, que emprestamos para o Acre. Esta Casa possui três outros: Alberto Silva, Heráclito Fortes e Mão Santa. O Dr. Alberto Silva foi atraído pelo Governo, porque lhe prometeram que iam voltar os trilhos lá no Piauí. Ele era engenheiro ferroviário. Enganaram Alberto Silva, dizendo que, em 60 dias, haveria estrada de ferro. Então, passarei ao Sibá, para que leve ao Presidente eleito, muito votado no Piauí – o Governador também é do seu Partido –, as reivindicações do povo do Piauí. Primeiro, atender o compromisso que assumiu com Alberto Silva.

Sibá, eles disseram que a estrada de ferro ia funcionar. E o Alberto, com sua boa índole, acreditou. Tuma, ele é engenheiro da ferrovia e foi o primeiro da Estrada de Ferro Central. Anunciaram para 60 dias. Já vamos para 600 dias, e nenhum trilho foi reconstruído, e o trem de Alberto...

O Porto de Luís Correia, Tuma, US\$10 milhões. Com o dinheiro das cuecas, do “mensalão” e do dossiê, dava para terminar o Porto de Luís Correia, no Piauí. Dez milhões de dólares, o modelo, reduzindo.

Os tabuleiros litorâneos e Guadalupe parados. A Ponte era do Sesquicentenário. Sibá e Efraim, o Presidente da República foi lá e disse que a ponte comemoraria os 150 anos de Teresina. Está lá o esqueleto, Heloísa Helena. Teresina já fez 151 anos, 152 anos, 153 anos, 154 anos e tem só o esqueleto da ponte, Sibá. Heráclito fez uma em cem dias; eu fiz em 90 dias no mesmo rio.

É isso o que queremos: reivindicar do hospital universitário. Aquela nossa choradeira... Até a Trindade, a estrela do PT que foi para o céu, chorou e morreu, reivindicando! E somente funciona um débil ambulatório, nada do hospital universitário! Eu ouvi, por tantas

vezes, o Presidente da República prometer ao Piauí, que acreditou.

E o pronto-socorro de Teresina? Senador Heráclito Fortes, em que ano V. Ex^a foi Prefeito de Teresina?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Em 1989.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quando eu era Prefeito de Parnaíba.

O Senador Heráclito Fortes começou esse pronto-socorro em 1989. Senador Sibá Machado, eu vi, desde o primeiro dia, o Lula dizer que ia terminar o pronto-socorro começado pelo Senador Heráclito Fortes em 1989. Está lá. Vi o Lula prometer ao Piauí a conclusão, em parceria. São dezessete anos desde o começo, e são quatro anos de Lula prometendo terminar o pronto-socorro.

E a Universidade do Delta? Ele foi lá e nada, Heráclito. Só promessas!

Prometeram cinco hidrelétricas, Wellington Salgado, de Minas Gerais da verdade, do “**Libertas quae sera tamen**”. Prometeram cinco! Eu quero ao menos uma. Terminem uma! Terminem a hidrelétrica que tem lá, a Hidrelétrica de Guadalupe, façam a conclusão da sua fase final.

E os dois aeroportos internacionais? Antigamente, pelo menos, havia avião nacional. Não existe mais. Não tem mais esses aviões internacionais de Parnaíba e São Raimundo Nonato. Nem os pequenos existem mais, nem mesmo a estrada do cerrado.

Então, essas são as nossas reivindicações, lembrando ao Presidente da República que a gratidão é a mãe de todas as virtudes; que é feio mentir, é feio prometer e não cumprir.

Piauí, terra querida, filha do sol do Equador. Na luta, seu filho é o primeiro que chega. Pertencem-lhe, Piauí, nossas vidas, nossos sonhos e nossos amores.

Em nome do Piauí, paz ao Presidente da República! A essas Lideranças que estão aqui clamou as reivindicações do nosso povo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, ao próximo orador inscrito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Agradeço a V. Ex^a, Sr^a Presidente.

Conforme havia me comprometido, busquei entrar em contato com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, que já estava no vôo. Iniciei a conversa, mas a ligação caiu e, portanto, não foi possível obter as informações do Ministro. Em seguida, tive a oportunidade de falar

por telefone, com o Dr. Paulo Lacerda, que me deu as seguintes informações: há um inquérito aberto na Polícia Federal para investigar se houve ou não algum crime praticado por alguém daquela instituição, com relação ao que foi publicado na reportagem da revista **Veja** a respeito de uma reunião fora do horário, fora da legalidade da revista **Veja** a respeito de uma reunião fora do horário, fora da legalidade, entre o Sr. Gedimar e o Sr. Freud.

Então, o inquérito que está aberto na Polícia Federal não é um inquérito para investigar jornalista não. É um inquérito para investigar se houve algum crime praticado, algum desvio de conduta de algum policial federal no episódio relatado na reportagem. Portanto, o inquérito tem como objetivo investigar os procedimentos da própria Polícia Federal, de pessoas que estão trabalhando na Polícia Federal.

Para corroborar com esse inquérito, solicitou-se o testemunho de três jornalistas da **Veja**, que foram os responsáveis pela reportagem. Estavam acompanhando o depoimento o Ministério Público, na pessoa de uma procuradora, e também o advogado da revista **Veja**. A primeira a prestar depoimento foi a jornalista que respondeu a todas as perguntas. Respondeu o que quis, não sofrendo, segundo a informação do Dr. Paulo Lacerda, qualquer tipo de constrangimento.

O delegado que promoveu o questionamento acompanhou a jornalista até a saída. No corredor, ela tentou conversar com o segundo jornalista que ia entrar para depor, o que não é permitido em depoimentos, até para que não haja contaminação ou combinação do que será apresentado no depoimento.

Quando a jornalista tentou conversar com o segundo jornalista que ia depor, o delegado a advertiu de que não poderia conversar com ele antes do depoimento. Assim, a conversa não existiu. A jornalista saiu, e o segundo jornalista entrou para prestar depoimento. Isso é o que o Dr. Paulo Lacerda me informou do ocorrido.

Portanto, como não tenho nenhum motivo para duvidar da palavra do Dr. Paulo Lacerda, faço questão absoluta de apresentar esse relato aqui no Plenário, conforme havia me comprometido.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Ideli, queria só confirmar que o Paulo Lacerda...

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, e, depois, o Senador Heráclito, quando a Senadora concluir, com o aparte do Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – O Dr. Paulo Lacerda realmente deu essas informações. O Dr. Geraldo, Superintendente de São Paulo, procurou saber e confirma esse depoimento da Senadora, que o recebeu do Paulo Lacerda. Ele se dispôs, se necessário for, mandar um fax para cá, dando todos os dados necessários. Realmente houve esse encontro na saída do local do depoimento. Eles garantem que ela foi acompanhada pelo advogado da **Veja** e também pela representante do Ministério Público, uma procuradora, que acompanhou o depoimento. E na saída, ao cruzar com o outro depoente, ela tentou falar com ele, mas foi aconselhada pelo delegado que não o fizesse, sob pena de trazer prejuízo aos dois depoimentos e dificuldade na conclusão do inquérito, que foi aberto em razão da denúncia feita pela **Veja**, para apurar se houve ou não encontro clandestino entre o policial aposentado e o Freud. Então não sei se é isso que o Paulo comunicou.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Era isso, Sr^a Presidente. Acho que duas fontes. Quem sou eu? Mas o próprio...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – A fonte é uma só.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É a fonte é uma só.

Mas o próprio Senador Romeu Tuma, que é uma das nossas principais autoridades quando se trata de Polícia Federal.

É importante prestar os esclarecimentos, deixando bem consignado porque houve a reportagem – não quero mais tecer nenhum comentário a respeito dela. A reportagem provocou a abertura de um inquérito que vai investigar se houve ou não algum ato delitioso com relação a comportamento de delegados ou de servidores da Polícia Federal

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – É de policiais.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É de policiais.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Teriam facilitado o encontro clandestino ou dentro do xadrez, ou fora dele porque se noticiou que foi durante a madrugada. É isso que está sendo apurado por ordem da diretoria-geral para saber se houve comprometimento da atividade funcional de desrespeito à própria Instituição.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^as e ao Senador Heráclito também sobre o tema. Sabem todos que, conforme registrado anteriormente, todos os pronunciamentos

feitos hoje irão para o Ministério da Justiça e para a Polícia Federal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a.

Senadora Ideli, V. Ex^a, que há pouco disse que eu costumava distorcer as suas palavras, acaba de afirmar que o inquérito era para apurar delitos na Polícia envolvendo delegados e pessoas ligadas à Polícia. Foi isso que ouvi? É isso que está registrado nos Anais? Qual era a finalidade do inquérito?

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Sr^a Presidente, V. Ex^a me autoriza?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Pois não, Senadora.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – A revista **Veja** publicou uma reportagem em que se diz que nas dependências da Polícia Federal houve um encontro de uma pessoa que foi retirada da cela para conversar – o Gedimar, se não me falha a memória – com o Freud. Isso é uma ilegalidade. Isso não pode acontecer! Se houve esse encontro indevido, ilegal, algum dos funcionários, delegados, sei lá quem a reportagem colocou como tendo sido o patrocinador desse encontro indevido, é isso que está sob investigação. Ou seja, se ocorreram ou não ocorreram procedimentos indevidos ou ilegais de funcionários da Polícia Federal, de delegados ou funcionários da Polícia Federal na promoção desse encontro. É esse o objeto do inquérito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a os esclarecimentos. Vou ficar com a consciência tranquila de que não estou interpretando mal. Veja bem, a investigação é contra a Polícia Federal, mas quem presta o depoimento e passa por situações vexatórias na Polícia são exatamente os jornalistas da matéria.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Ele foi aberto por causa da reportagem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas então eles deveriam ir lá como testemunhas. A testemunha não é proibida de falar com ninguém. O cerceamento de conversar com quem quiser no corredor é arbitrário.

Eu queria apenas, Senadora Heloísa Helena, transcrever matéria da coluna do *blog* do Ricardo Noblat que já traz o assunto, Senadora Ideli.

Diz: “Delegado da PF tenta intimidar jornalista da **Veja**”. Traz o assunto, conta como aconteceu e diz aqui o seguinte, Senadora Ideli:

Uma vez na sede da Polícia Federal – e está se referindo a jornalistas –, foram intimidados por um

delegado que atende pelo nome de Moisés. Ele abriu a conversa com os jornalistas dizendo que a reportagem sobre o encontro de Freud com Gedimar foi uma “falácia”. Foi quando ouviu de Juliana Duabili a seguinte pergunta:

– se é uma falácia por que a Polícia Federal abriu inquérito para apurar o vazamento de informações sobre o encontro?

O delegado passou a dirigir perguntas aos jornalistas que nada tinham a ver com o verdadeiro motivo que o levou a intimá-los. Quis saber [atentai bem, como diria Mão Santa] por que a revista **Veja** publicou a reportagem. Ora, é um direito de qualquer órgão da imprensa divulgar matérias que tenham sido motivo de apuração dos seus repórteres...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Porque quis.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Per-guntou quem pagava por ela, a matéria. Perguntou pelo nome do editor da revista – no expediente consta; per-guntou se o editor era ligado a algum grupo político.

Quando um dos repórteres reclamou que estava ali por duas horas, o delegado respondeu:

Está achando muito? Seu chefe vai ficar aqui por quatro horas.

O texto está no *blog* do jornalista Ricardo Noblat. Trago este assunto com a tranquilidade de quem defendeu a Polícia Federal aqui no calor da campanha.

A Polícia Federal tem vocação para ser uma polícia republicana e o nosso protesto é exatamente pelo fato de em alguns casos estar sendo usada de maneira indevida.

Outra informação que se deve prestar é que os jornalistas começaram a ter um tratamento diferenciado quando o Senador Tasso Jereissati foi acionado – in-formação que me foi passada pelo próprio Senador – e telefonou para o Ministro da Justiça. É evidente que o teor da conversa entre os dois somente o Senador Tasso ou o Ministro podem revelar.

Agora, Senadora Heloísa Helena, quero que se junte a isso uma matéria da **Veja** *on line* que tem o seguinte título: “Após agressão a jornalista, petista Garcia ataca mídia” Então não é uma coincidência, é uma linha de ação que o Governo está usando e traz aqui exatamente uma irritação mostrada pelo Garcia ao ser questionado pela imprensa ontem sobre o valerioduto. Ele queria que a imprensa colocasse que não há nenhuma evidência acerca do valerioduto e que a imprensa tem que prestar contas à Nação por

essa injustiça que cometeu com os anjinhos do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Recebi agora uma cópia do relatório que o delegado que fez a oitiva encaminhou ao substituto superintendente relatando os fatos e nomeando as pessoas que participaram. Pediria, se V. Ex^a concordar, para encaminhar à Mesa com cópia para V. Ex^a,...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu agradeceria.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – ...só com um detalhe que eu queria atentar: temos que analisar o fato que gerou a necessidade do inquérito. Se V. Ex^a lembra, o policial aposentado que foi trabalhar no setor de inteligência do Partido para as eleições acusou o Freud de ter participado de toda a estrutura. No dia seguinte ele desmentiu por escrito, e aí surgiu a possibilidade de, depois da acareação ele ter conversado em particular com o Genival. Por isto a polícia não poderia deixar de abrir o inquérito, porque a acusação era bastante grave, bastante grave. Nós queremos saber a verdade e V. Ex^a também.

A Sra. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Se investiga está errado, se não investiga está errado...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Tem que investigar. O relatório aqui explica.

Sr^a Presidente, vou encaminhar à Mesa pedindo cópias.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Romeu Tuma, apenas para colaborar. Há o depoimento do delegado que foi afastado por conta do episódio das fotografias?

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não, não. Aqui só tem o relatório.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a sabe que esse delegado já foi absolvido de um crime.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – O Bruno.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Bruno, não é?

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Bruno.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E o delegado envolvido nesse episódio já deu o depoimento?

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não, ele não tem... Não tem nada...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Porque, veja bem. Os repórteres apenas denunciaram um fato. Se é um inquérito tem que se apurar o que aconteceu nas dependências da Polícia Federal. É o primeiro grande passo.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu não tenho conhecimento do teor do inquérito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aí, caberia até uma acareação do jornalista.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Nós estamos discutindo um fato. Eu não sei qual é o conteúdo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas o delegado abordar um jornalista querendo saber o preço da matéria, quem pagou, qual a ligação partidária...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Isso já é acusação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A questão é essa. Entendeu, Senador Tuma?

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – É acusação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A questão é essa. Eu fico preocupado, porque a Senadora Ideli Salvatti assume a questão como se a culpa fosse dela. Ora, se o Presidente da República não sabe das coisas, isso não pode ir para V. Ex^a. Esse é um fato grave. Sei que V. Ex^a é amante da liberdade de imprensa e não pode, nem de longe, concordar com um fato dessa natureza, pois é grave. Junte-se a isso as declarações do Sr. Garcia, que será o homem mais poderoso do próximo Governo, junto com o Tarso Genro, que já está tirando Ministro. Esse pessoal está começando a mostrar uma linha de tratamento autoritário com a imprensa brasileira.

Portanto, estou pedindo a V. Ex^a o registro dessa minha questão de ordem nos Anais da Casa, com a anexação dessa matéria da **Veja on line** sobre o comportamento do Sr. Garcia. Fica feito o registro. E eu digo isso com muita pena, porque estamos discutindo essa questão menos de 24 depois de o Presidente dizer que o próximo Governo dele seria dedicado à imprensa, a quem ele abriria as portas, que daria mais entrevistas, que teria outro tipo de relacionamento. Imagine se o novo relacionamento for à base de coação e de intimidação? Será muito negativo para o País.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VEJA on-line: Após agressão a jornalista, petista Garcia ataca mídia

Imprensa

Após agressão a jornalista, petista Garcia ataca mídia

31 de Outubro de 2006

Sen. H. Fortes

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

OUTRAS NOTÍCIAS

Poucas horas depois de um grupo de militantes do PT agredir jornalistas diante do Palácio da Alvorada, o presidente interino do PT, Marco Aurélio Garcia, criticou a imprensa, pedindo uma "auto-reflexão" dos jornalistas sobre a cobertura da campanha. Garcia criticou a agressão aos repórteres e defendeu a liberdade de imprensa, mas afirmou que a mídia deveria "ser avaliada".

Garcia mostrou irritação ao ser questionado sobre o escândalo do "valerioduto" - mesmo admitindo os crimes de seu partido, ao reconhecer que houve esquema irregular de financiamento de campanha, disse que "não houve" mensalão, e que a imprensa precisa dizer isso à população. "Não há nenhuma evidência, e essa é uma das dívidas que parte da imprensa tem com a opinião pública."

Ao falar sobre a cobertura eleitoral, Garcia disse que "a imprensa deve ser avaliada sobre seu desempenho. Caberá em primeiro lugar aos jornalistas fazerem uma auto-reflexão sobre o papel que eles tiveram na campanha eleitoral". O presidente do PT diz que parte da imprensa tem opinião semelhante, mas garantiu que a "autocrítica" vai ser espontânea. "Não é tarefa do governo."

Agressões - Na segunda, militantes petistas reunidos para receber o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fizeram coros contra a imprensa - como a principal revista do país, VEJA, a TV de maior audiência, Rede Globo, e o jornal de maior tiragem, Folha de S. Paulo - e agrediram repórteres que acompanhavam o evento. "Vamos fechar todos os jornais", gritava um dos militantes.

Na chegada de Lula, uma militante bateu com uma bandeira na cabeça de um repórter. Outro jornalista foi cercado. Funcionários da TV Globo tiveram de se trancar em um caminhão da emissora. Garcia disse que o PT condena agressões a jornalistas. "Nós não compartilharemos de forma nenhuma com essas práticas. Muitas vezes nós divergimos com a imprensa, mas não negamos seu papel."

31/10/2006 | 16:22

Delegado da PF tenta intimidar jornalistas da VEJA

Estão de volta à redação da revista VEJA em São Paulo os três jornalistas intimados a depor em inquérito aberto pela Polícia Federal para apurar o vazamento de informações sobre o encontro clandestino de Freud Godoy, ex-assessor de segurança de Lula, com Gedimar Passos, preso com parte do dinheiro arrecadado pelo PT para comprar à Máfia dos Sanguessugas o dossiê contra políticos do PSDB.

Júlia Duailibi, Camila Pereira e Marcelo Carneiro foram os autores de duas reportagens publicadas pela VEJA: uma sobre as fotos do dinheiro do dossiê distribuídas à imprensa pelo delegado Edmilson Bruno; e a outra sobre a reunião de Freud com Gedimar quando esse ainda estava detido na sede paulista da Polícia Federal. Intimados a depor a respeito, compareceram acompanhados de advogados da Editora Abril.

Uma vez na sede paulista da Polícia Federal, foram claramente intimidados por um delegado que atende pelo nome de Moisés. Ele abriu a conversa com os jornalistas dizendo que a reportagem sobre o encontro de Freud com Gedimar era "uma falácia". Foi quando ouviu de Júlia Duailibi:

- Se é uma falácia por que a Polícia Federal abriu inquérito para apurar o vazamento de informações sobre o encontro?

O delegado passou a dirigir perguntas aos jornalistas que nada tinham a ver com o verdadeiro motivo que o levou a intimá-los. Quis saber por que a revista publicou a reportagem. Perguntou sobre quem pagara por ela. Perguntou pelo nome do editor da revista. Perguntou se o editor era ligado a algum grupo político.

Quando um dos repórteres reclamou que já estava ali por duas horas, o delegado respondeu:

- Está achando muito? Seu chefe vai ficar aqui por quatro horas.

Os advogados dos jornalistas foram proibidos de se manifestar. E as poucas observações que conseguiram fazer diante de perguntas e de respostas não foram levadas em conta.

Enviada por: Ricardo Noblat

9 [COMENTAROS](#) | [COMENTE](#) | [INDIQUE ESTA MENSAGEM](#)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Consulto o Senador Romeu Tuma se V. Ex^a solicitou a transcrição do documento, para que possamos encaminhar o pedido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Primeiro, Senador Heráclito Fortes, eu queria dizer que os jornais de hoje foram bastante contundentes sobre a postura de militantes, que, ao receber o Presidente, agrediram alguns membros da imprensa.

Claro, o atual Presidente em exercício do Partido tentou dizer que realmente era inconseqüente, mas que

fazia um apelo à imprensa no sentido de não desvirtuar a verdade. Quer dizer, essa é a manifestação.

Eu pedi que realmente esse documento fosse encaminhado à Mesa, com cópia ao Senador Heráclito Fortes, para que S. Ex^a pudesse equacionar o que apresentou aqui, e também ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que pediu uma cópia do relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^as.

Todos os pronunciamentos serão encaminhados, conforme solicitado, ao Ministro da Justiça e à Polícia Federal, de acordo com o Regimento.

Com a palavra o Senador Heráclito, rapidamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Remeterei uma cópia das que V. Ex^a me enviar para o Senador Tasso Jereisati, porque foi S. Ex^a que me relatou os fatos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Tem a palavra o Senador Bornhausen, por permuta com o Senador Sibá Machado.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, Sr^ss e Srs. Senadores, agradeço inicialmente a gentileza do Senador Sibá Machado em permitir essa permuta na escalação de oradores aqui inscritos.

Assomo à tribuna do Senado para, na condição de Presidente do Partido da Frente Liberal, inicialmente ler a nota oficial que a Comissão Executiva Nacional, por unanimidade, acaba de aprovar em sua reunião desta tarde:

O Partido da Frente Liberal acata e respeita a decisão do povo que, através do voto, elegeu quem exercerá o poder em seu nome.

A democracia brasileira é uma conquista para a qual muito contribuiu o PFL, por intermédio da Aliança Democrática, que ensejou a Constituição de 1988.

Cabe, agora, tanto aos vitoriosos, a quem foram conferidas as responsabilidades do exercício do poder nos limites da Constituição, das leis e da ética, quanto aos que constituem a Oposição, tarefa que o PFL continuará a desempenhar, fiscalizando e denunciando com vigor e determinação os equívocos e erros do governo e propondo caminhos que levem o País a crescer no plano social, econômico e da consolidação dos direitos fundamentais da cidadania. Para tal fim, o nosso Partido se valerá das tribunas populares, da imprensa e das prerrogativas e atribuições que lhe cabem nas Casas do Congresso Nacional.

Aos Governador Geraldo Alckmin e Senador José Jorge, nossos candidatos, respectivamente, a Presidente e Vice-Presidente da República, o PFL tributa o seu reconhecimento pelo desempenho, competência e coragem ao levar a todos os brasileiros seu programa de governo.

Aos eleitores e eleitoras e, especialmente aos filiados ao PFL, a reafirmação do nosso propósito de continuar a construir um partido moderno, capaz de vocalizar as aspirações de nosso povo e assegurar a todos acesso às

conquistas de desenvolvimento da paz social e da dignidade.

Essa, Sr^ss e Srs. Senadores, é a posição do meu Partido.

Há os que perdem e se rendem, desonrados; há os que perdem e aderem, covardes, indignos da causa que defenderam; há os que perdem, reconhecem realisticamente que perderam e se recolhem ao seu território, com humildade e altivez, para a indispensável autocrítica, a necessária reflexão e, principalmente, a sua própria reorganização e reestruturação de idéias e programas.

O PFL não se rende, não adere e, sem ressentimentos, respira e reassume o seu papel. Essa é a única atitude digna de partidos que disputam eleições democráticas.

Eleições democráticas não constituem nem de longe uma guerra cruenta, que gera luto e ódio. São um torneio de cidadãos que propõem, são ouvidos e, recusados, preparam-se para a próxima refrega – daí a quatro anos – quando tentarão, de novo, ver aceitas e experimentadas suas ideologias, propostas e programas.

Considero que a primeira providência de um partido, contados os votos, deve ser uma declaração de reconhecimento e respeito à decisão popular. Os processos eleitorais em andamento devem, no “Estado de Direito” em que vivemos, ser decididos pela Justiça Eleitoral, não nos cabendo politizá-los. O povo decidiu soberanamente usando um direito que é exclusivamente seu – escolher o Presidente da República. Sei que esta é uma manifestação desnecessária, mas nunca se deve perder chances de enfatizar que a democracia é o bem civilizatório mais importante conquistado por uma sociedade, e sem eleições livres e periódicas não há democracia.

A segunda providência deve ser crítica: como se posicionar com relação ao novo governo?

O clima propiciatório sugere a magnanimidade do vencedor. A mão generosa que é estendida mediante interlocuções grandiloquentes pode representar sincera oferta de parceria – quando há afinidades políticas ou ideológicas – ou então apenas um golpe enganador, o canto das sereias da Odisséia. Nesse momento, a salvação está na lição homérica da resistência preventiva. Tapam-se os ouvidos com a cera da experiência, pois esses convites à aliança visam simplesmente a cooptação; sugerem que haverá partilha do poder quando apenas procuram abrir caminho para que surjam com suas malas waldomiros, delúbios, e marcos valérios.

A Oposição tem que ser uma usina de sonhos, estimuladora de projetos, uma central de pensamento

estratégico que ultrapasse a guerrilha de oportunidades e se constitua, aos olhos do povo brasileiro, não uma alegoria de escola de samba para impressionar na campanha eleitoral, que até vence eleições, como acabamos de ver, mas como uma proposta consistente de felicidade, antes que o desenvolvimento, emprego, educação, saúde se tornem utopias inatingíveis, como fatalmente se tornarão, dada a irresponsabilidade cruel com que esses temas são considerados.

Os homens de pouca fé transformam as graças em ressaca, mas para quem tem compromissos democráticos, fim de eleição é apenas um começo de jornada.

Não posso deixar de fazer um registro muito especial, dirigido à maioria dos eleitores de Santa Catarina, a quem envio meu caloroso abraço. Os resultados do meu Estado, dando expressiva vitória, nos dois turnos, ao candidato Geraldo Alckmin, ao candidato a Governador Luiz Henrique da Silveira, que o apoiou com correção e lealdade, cuja candidatura mereceu, pelo excelente resultado do seu Governo, a devida recondução, e a Raimundo Colombo, Senador que teve mais do que o dobro de votos da candidata do PT, mostram que os catarinenses souberam escolher.

O PFL, podem estar certos, brasileiros e brasileiras, continuarão lutando pela liberdade, pelo desenvolvimento, pela democracia. O lugar da Oposição é no Congresso Nacional. Aqui esperamos as propostas, aqui vamos discuti-las, aprová-las ou não, aprimorá-las, mas não daremos, em momento algum, qualquer passo em direção ao Palácio do Planalto. Estaremos firmes e permanentes em uma Oposição rigorosa e fiscalizadora.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, em permuta com o Senador Jorge Bornhausen. V. Ex^a tem a palavra pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena, que preside a sessão neste momento.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, desde segunda-feira, ouvi os pronunciamentos feitos na tribuna do Senado, fazendo considerações de ambas as partes sobre o resultado do processo eleitoral deste ano, mais precisamente o resultado das eleições à Presidência da República.

Quero aqui tecer também alguns comentários, muitos deles com base em pronunciamentos que fiz

na semana passada, sobre o que considero importante, para repetir, em todos os momentos em que tivermos oportunidade, que a democracia brasileira é um projeto em construção permanente e, na sua experiência de 117 anos da República Federativa do Brasil, sofreu muitos percalços, muitas dificuldades, enfrentou momentos muitos difíceis, com muitas turbulências.

Mas eis que, mais uma vez, por força constitucional, fomos chamados a comparecer às urnas e, no momento do segundo turno, o Brasil comparece e disponibiliza mais de 58 milhões de votos ao Presidente Lula, para exercer um segundo mandato de Presidente da República.

Quero parabenizar e agradecer o trabalho de todos. Acho que essa obra foi tocada a muitas mãos. Não podemos caracterizar apenas uma pessoa que possa ser vista como herói pelo sucesso de uma eleição. O próprio Presidente Lula agiu muito bem para a condução da sua reeleição. Estendo esse abraço fraterno à militância de todos os partidos que compuseram e ajudaram na obtenção dos resultados no primeiro e no segundo turnos.

Parabenizo também os novos eleitos para as Assembléias Legislativas, os Governadores e as bancadas da Câmara e do Senado Federal.

Sr^a Presidente, tenho como critério na minha vida jamais ter o extremo da alegria ou da tristeza. Sempre acho que, mesmo na vitória ou na derrota, o que cabe a nós é uma reflexão. Seja porque perdeu ou porque ganhou, é preciso pensar em como avançar e para onde avançar.

Para os próximos quatro anos, com a responsabilidade que recai sobre os eleitos e, especialmente, sobre o Presidente Lula, vejo claramente que a governabilidade requer uma agenda para o Brasil.

Por mais que tenha sido interpretado de forma diferente, o convite do Presidente da República ao diálogo é no sentido de valorizar as pessoas que pensam o Brasil e fazem política. Não importa sua forma de pensar e agir; não importa a concordância ou a discordância sobre determinados cenários e pontos de vista. Mas é preciso considerar que o avanço do País requer a participação de todos nós.

Nessa agenda proposta pelo Presidente da República, seria muito importante que todas as pessoas pudesse dar sugestões sobre ela. Certamente, o Presidente vai propor aquilo que considera mais importante. Porém, todos deveriam também fazer sua contraproposta. Esse ponto de vista é sobre o que seria a Agenda Brasil. É preciso que a Oposição também faça suas sugestões de como seria melhor para o Brasil,

não apenas para os próximos quatro anos, mas para as próximas duas décadas.

Tenho falado aqui e já ouvi de muitos outros colegas Senadores a palavra “concertação”. A discussão da concertação ainda é muito incipiente, embrionária, no debate que fazemos aqui, mas a considero de extrema importância, até mais que por força da cláusula de barreira. Os partidos políticos que já concorreram a essas eleições tinham conhecimento dela.

Por mais que ela, para alguns, possa parecer injusta – a verdade é que deve ser considerada assim também –, é um ponto de partida para direcionar o comportamento dos partidos políticos: estruturas de pensamento, de ideologia e de filosofia, pensando o mundo, a sociedade brasileira e, principalmente, a nossa comunidade nos mais distantes rincões do nosso País.

O diálogo entre as forças é fundamental. A democracia nada mais é que a correlação de forças entre pessoas, grupos políticos e agremiações de todas as naturezas. Essa correlação de forças determina a qualidade da democracia de uma comunidade ou de um país inteiro.

Como pensar o longo prazo do Brasil?

Como pensar a questão da paz e do desenvolvimento no mundo, especialmente no nosso País?

Além do mais, eu acredito que um dos principais pontos dessa concertação é a nossa política externa. Desde 7 de setembro de 1822, com o grito da Independência de D. Pedro I, no Igarapé do Ipiranga, na cidade de São Paulo, está simbolizado o papel do nosso País na questão internacional. Vejo aí um dos pontos cruciais dessa concertação.

Para avançar dentro do nosso País, Srª Presidente, para avançar na nossa democracia, considero muito importante distribuir o conhecimento. É impossível pensar um país democrático se não democratizarmos o conhecimento – diga-se de passagem, a ciência e a tecnologia. Precisamos revigorar as nossas universidades e os nossos centros de pesquisa para que eles avancem ainda mais.

Durante um grande período da Guerra Fria, nosso País dominado, durante tantos anos, pela dependência tecnológica de países mais avançados. É preciso ampliar a capacidade produtiva do Brasil, aumentar nossas riquezas e, principalmente, crescer em distribuição, promover inclusão dos excluídos em tudo: no ensino, na economia e, sobretudo, na política.

Faço aqui uma ressalva: a participação das mulheres nestas eleições deixou a desejar, pois ficou abaixo da média das eleições anteriores. Das 19.100 candidaturas homologadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, a participação de mulheres foi inferior a 14% e,

conseqüentemente, menos mulheres foram eleitas. Na oportunidade, Srª Presidente, Senadora Heloísa Helena, parabenizo V. Exª como mulher candidata à Presidência da República, considerando o aspecto da democracia brasileira. É preciso, Srª Presidente, buscar o equilíbrio cada vez maior entre as instituições, quer públicas, quer privadas, definindo esse papel do nosso País no mundo.

Quanto ao Partido dos Trabalhadores, faz-se necessária uma avaliação de alguém que aprendeu desde muito cedo a gostar desta sigla partidária. Não me pude filiar ao PT desde o momento de sua fundação, porque o lugar onde eu morava, nos rincões do interior do Estado do Pará, não me permitia que o fizesse. Contudo, desde que tive essa oportunidade, em 1986, registrei minha filiação. Hoje, tendo em vista os acontecimentos na política nacional e os que envolvem o meu Partido, por governar um número significativo de Municípios, tendo praticamente dobrado a sua presença em Governos Estaduais, faço uma saudação objetiva a Jaques Wagner, Governador eleito do Estado da Bahia, a Marcelo Déda, Governador do Estado de Sergipe, a Binho Marques, Governador eleito do Estado do Acre, a Ana Júlia Carepa, Governadora eleita do Estado do Pará, e a Wellington Dias, Governador do Estado do Piauí. Que também sobre as suas mãos caia uma fatia considerável de responsabilidade pela governabilidade do nosso País.

Então, o nosso partido precisa de nova reflexão. Penso que está na hora de um congresso nacional para pensar que o mundo não está paralisado.

No momento em que foi fundado o Partido dos Trabalhadores, o País vivia o calor da guerra fria, as emoções de um final de ditadura militar, uma busca de redemocratização, a luta pelas Diretas Já e por tanto movimentos sociais. Hoje queremos um país cada vez mais sólido na sua democracia. Portanto, cabem alguns pensamentos inovadores no que diz respeito ao mundo atual e, especialmente, às questões internas do Brasil.

Naquele momento, o PT procurou avançar o máximo na sua democracia interna. Criamos no estatuto o direito à tendência, Srª Presidente. Queríamos a tendência porque não gostaríamos que, dentro do PT, nascesse o personalismo, aquelas pessoas que pudesse ser consideradas donas do Partido. Então, foi permitido o direito de tendência. Buscamos também como forma de decisão o instituto das prévias. Tantas coisas boas foram criadas dentro do nosso Partido para garantir a nossa democracia interna.

Mas, neste momento em que estamos vivendo uma possível substituição de uma presidência nacio-

nal do PT, quero mencionar alguns dados para serem consideradas.

Considero muito importante observar um militante como Olívio Dutra, que, no meu ponto de vista, está preparadíssimo para assumir uma missão dessa natureza. Se houver a substituição de Marco Aurélio Garcia na presidência do Partido, gostaria de sugerir o nome do nosso companheiro que tão brilhantemente unificou o PT do Rio Grande do Sul, foi para o segundo turno das eleições e colocou o Partido novamente em evidência naquele Estado. Ele foi um excelente Ministro de Estado do Presidente Lula. No meu entendimento, é uma pessoa que está preparadíssima para ser presidente do nosso Partido no período que vai até as próximas eleições, no início de 2008.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ouço, com atenção, o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Sibá Machado, quero cumprimentar V. Ex^a por ter lembrado dessa figura histórica, inatacável, competente que é o nosso ex-Deputado Federal, ex-Prefeito da capital, ex-Governador do Estado, ex-Ministro da cidade Olívio Dutra. Se alguém pensa que Olívio Dutra foi derrotado no Estado, é exatamente o contrário, ele saiu vitorioso. Havia uma diferença de quase vinte pontos, e Olívio Dutra, com seu carisma, com a sua história, com a sua luta, com a forma de fazer política, chegou aos 47 pontos, bem próximo de vencer as eleições no Estado. Encerro este meu pequeno aparte dizendo que seria muito bom para o PT se Olívio Dutra fosse o Presidente Nacional do Partido, o que teria meu total aval. Faço uma lembrança de uma composição do cantor cubano Pablo Milanês, que diz numa parte daquela canção Iolanda: "Se alguma vez me sentir derrotado, estarei renunciando a ver o sol de cada manhã." Claro que ele diz isso em espanhol, e eu traduzi. Então, Olívio não foi derrotado, nunca se sentiu derrotado; ele é um vitorioso de cada momento desses. A experiência do embate, do bom combate, como ele diz, faz com que ele cresça muito mais, assim como as idéias que ele defende, embasadas na história do Partido que ele fundou. Por isso, parabéns a V. Ex^a por fazer neste momento a citação do nome de Olívio Dutra para presidente do Partido. V. Ex^a está fazendo uma homenagem aos históricos, àqueles que escreveram essa história bonita que foi consagrada com a reeleição do Presidente Lula nesse momento histórico. Parabéns a V. Ex^a. Vamos torcer para que a sua indicação se consolide junto à Direção Nacional e Olívio Dutra seja nosso presidente do Partido.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Paim. Hoje haverá a reunião da Executiva Nacional, e parece-me que um dos pontos a ser tratado será este.

Tomo agora o aparte de V. Ex^a e faço aqui a consideração de que, na minha opinião, Olívio Dutra representa aqueles que foram os fundadores, ou seja, os que estão ligados à história do Partido, mas também tem um pé na chamada etapa seguinte, que é o momento que estamos vivendo, o momento da modernidade. Hoje o PT está no governo do Brasil, portanto precisa de uma pessoa, no meu entendimento, que esteja com o olhar voltado à história, com respeito à militância daquele momento, a tudo que defendemos naquele momento, mas também sabendo dos reais desafios que vivemos hoje no Governo Federal.

Então, quero aqui fazer essas considerações. Realmente é algo que faço de coração. Não ouvi isso de ninguém; estou fazendo de cunho próprio. Quero ver se podemos considerar isso como um fator a ser pensado. Quem sabe poderemos emitir uma opinião como essa para os fóruns de decisão do PT. Certamente não é a Executiva que iria decidir isso. Com certeza teremos uma instância maior que a Executiva Nacional para colocar lá a nossa opinião.

Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Encerrando, Sr^a Presidente, quero dizer que o Presidente Lula acaba de receber as saudações de quase todos os chefes de Estado do mundo por causa da sua reeleição à Presidência do nosso País. Digo a V. Ex^a, com toda a tranquilidade, que, quando o Presidente anuncia que quer o diálogo, isso é um fato, isso é verdadeiro. Ele pretende dialogar com todas as pessoas, sem pensar, em qualquer momento, em cooptação. Acredito que ninguém nesta Casa, na Câmara ou em qualquer instância do nosso País quer se submeter a esse tipo de papel. O que se procura aqui é um diálogo em prol de uma construção mais acelerada do nosso País. Todas as pessoas que fazem política no Brasil têm, no nosso entendimento, a obrigação de prestar esse ato cívico de ajudar com suas propostas, com seus ideais.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes para uma comunicação inadiável.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^as e Srs Senadores, é emocionante para a Casa ver esse diálogo franco e republicano entre os Senadores Tião Viana e Renan Calheiros. Fico feliz

em ver que esses dois jovens Senadores procuram o entendimento visando única e exclusivamente o futuro do País. Aliás, o Senador Tião Viana voltará a ter um papel muito importante nesta Casa, uma vez que é uma ilha em termos de disposição sincera, franca e aberta para a arte do diálogo.

Sr. Presidente Renan Calheiros, há pouco, trouxemos a esta Casa, a pedido do Senador Tasso Jereissati, episódio que envolveu jornalistas da revista **Veja** em São Paulo.

Tive, ao longo de toda essa campanha, a preocupação de não atribuir culpa. Muito ao contrário, sempre defendi a atuação da Polícia Federal por ser formada por profissionais que dedicam uma vida toda ao exercício de suas tarefas.

Infelizmente, os erros cometidos não saíram da instituição. Saíram, durante toda a campanha – é bom que se diga –, dos superiores, que não estão naquele organismo. Sempre que o Palácio e o Ministério da Justiça tentaram interferir nas ações da Polícia Federal, o resultado não foi o melhor de todos.

É lamentável esse triste episódio que me foi relatado pelo Senador Tasso, que recebeu as informações da alta direção da própria revista.

É lamentável porque ele ocorre ainda na ressaca de uma eleição em que o eleito se elege com vinte milhões de votos a mais e dá declarações de que irá mudar o seu comportamento no segundo governo, especialmente no que se refere ao seu relacionamento com a imprensa, o que é um ponto positivo, Senador Paulo Paim, porque é um reconhecimento de que o relacionamento não foi bom no primeiro governo, o que todos sabemos.

A entrevista coletiva do Presidente Lula no primeiro mandato foi polêmica. Ela foi dada a uma jornalista francesa nos jardins de uma residência em Paris, embora a jornalista fosse de origem brasileira, num desrespeito à categoria. Depois, tivemos episódios como a expulsão do jornalista Larry Rohter, aquele americano que tanta polêmica causou, tivemos a tentativa de modificação da Lei de Imprensa e outros episódios lamentáveis.

É evidente que todos nós homens públicos temos um verdadeiro rosário de queixas do comportamento de determinados órgãos de imprensa ou, especificamente, de determinados jornalistas. Mas não se justifica, em nenhum dos casos, o cerceamento da liberdade ao exercício da profissão de quem quer que seja.

Sabemos, Senador, que, pelo País afora, instalam-se verdadeiras arapucas que recebem o nome que se quiser dar: *sites*, *blogs*, seja lá o que for. São arapucas montadas por picaretas, por jornalistas que fracassaram ou que perderam a credibilidade e que

montam essas arapucas para viver única e exclusivamente “mamando nas tetas” dos governos.

Mas esse não é o caso da convivência que nós temos na Capital Federal. Em Brasília, temos uma imprensa livre e, acima de tudo, independente sob todos os aspectos. Nós temos os *blogs*, os *sites*, nós temos, aqui, informativos – no Brasil todo, Senadora Heloísa Helena – que prestam a nós, políticos, através de informações privilegiadas, um inestimável serviço.

Esse episódio é triste porque veio exatamente casar com declarações ressentidas, no momento de vitória, do coordenador da campanha a Presidente pelo Partido dos Trabalhadores, Sr. Marco Aurélio Garcia, que, ontem, culpou a imprensa por dificuldade de campanha, como se os fatos que a imprensa divulgou não tivessem sido divulgados por dever de obrigação profissional. O ressentimento, especialmente com determinados órgãos da imprensa, fez com que alguns militantes, movidos pela emoção, partissem, inclusive com violência física, para repórteres de televisão e de jornais que ali se encontravam. Mas o mau exemplo é assim mesmo. Quando não se corta o mal pela raiz, quando não se punem os que atentam contra liberdades, dá-se oportunidade a que outros assim procedam.

De forma que quero apenas lamentar esse triste episódio, Senadora Heloísa Helena, na esperança de que esses fatos sejam esclarecidos. O Senador Tuma já nos trouxe, inclusive, uma nota do delegado a respeito da matéria. Mas é preciso que essa questão seja esclarecida de maneira mais profunda e que esse fato não traga mais novos constrangimentos à imprensa brasileira, que tem, na realidade, obrigação de divulgá-los.

Na certeza de que teremos, de uma vez por todas, encerrado esse caso – sem que com isso se pare com a apuração –, acho que é fundamental, até para a própria tranquilidade e segurança do Governo que vai se iniciar, em novo mandato, a partir de janeiro, que esses assuntos estejam todos esclarecidos até lá e que nada seja varrido para baixo do tapete.

Feitos estes esclarecimentos, agradeço a V. Ex^a, Sr^a Presidente, pela oportunidade que me dá, na certeza de que o grande sustentáculo da democracia é, sem dúvida, a imprensa livre e temos que preservar e zelar pela que temos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Senadora Heloisa Helena, que preside esta sessão e representa o Estado das Alagoas no Senado Federal, Sr^{as}s e Srs. Senadores, as mais antigas e consolidadas democracias representativas reconhecem os grupos de interesses entre as várias forças presentes e atuantes no processo político. Entre esses grupos, como se sabe, estão hoje as organizações não-governamentais, os sindicatos, os órgãos de classes empresariais, além, obviamente, de uma plethora de outras instituições que se organizam para a defesa de seus respectivos interesses.

É lógico que, dentro desse quadro, se insere também o instituto do *lobby*.

Os lobistas, de modo especial, desempenham papel relevante junto às Casas do Congresso Nacional, mais uma vez postulando o reconhecimento dos seus interesses. Quando me refiro a interesses, Sr^a Presidente, quero me referir, é óbvio, a interesses legítimos, portanto, corretos. A palavra *lobby*, como se sabe, é de origem inglesa e nem sempre foi bem compreendida, o que demonstra a importância de regulamentar adequadamente a atividade.

O primeiro resultado da regulamentação será a identificação dos agentes e seus interesses, portanto, a plena transparência. As influências escusas precisam da penumbra para operar.

Em vista do exposto, em 1989, Sr^a Presidente, apresentei, no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 203/89, que busca disciplinar o *lobby*. Aprovado no Senado e remetido à Câmara, a matéria ainda aguarda apreciação pelo Plenário daquela Casa. .

Ora, no momento em que a Nação vive crise de grave cariz ético, não se pode continuar a postergar a normatização do *lobby*. Creio que, se houvesse a Câmara dos Deputados aprovado a proposição, muitos escândalos teriam sido evitados ou, então, seus autores punidos. Numa economia que pretende modernizar-se cada vez mais, a presença dos grupos de interesses necessita ser identificada e acompanhada legalmente nas suas atividades. Trata-se de mais um elo funcional-construtivo entre os diversos relacionamentos de economia e política.

A legalização do *lobby* implica penalizar os que extrapolaram as normas. As prescrições previstas no Regimento Interno das duas Casas do Congresso são, como todos sabemos, claramente insuficientes. Há muito, pois, tornou-se urgente uma lei, obrigando todos, portanto, **erga omnes**. Ou seja, cominando tanto os detentores de mandato quanto pessoas e empresas estranhas ao Congresso Nacional.

Ademais, uma vez aprovada a lei federal, penso que as Assembléias Legislativas dos Estados, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as Câmaras Municipais deveriam, tomando como paradigma o referido diploma legal, adotar idêntico procedimento nas respectivas Casas.

No Projeto de Lei que apresentei, previ o registro das pessoas físicas e jurídicas perante as Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Elas distribuirão credenciais para o acesso dos registrados às duas Casas Legislativas.

Os registrados, pessoas físicas e jurídicas, deverão apresentar às respectivas Mesas Diretoras relatórios dos gastos da sua atuação, discriminando, necessariamente, as importâncias. Também deverão ser relatados os projetos, cuja aprovação ou rejeição for proposta.

Cada registrado deverá descrever sua constituição ou associação interna, sócios ou associados, capital social, número e nome dos empregados e dos que, eventualmente, estiverem em sua folha de pagamento. Deverá também constar qualquer recebimento acima do valor determinado, bem como as despesas efetivadas nas atividades que venham a ser regulamentadas.

Além disso, Sr^{as}s e Srs. Senadores, recairão penalidades sobre os que violarem esses preceitos por omissão, ocultação ou tentativa de confundir as Mesas do Congresso Nacional. Os violadores receberão, de início, advertência e, quando reincidirem, cassação do registro, além do seu encaminhamento ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cade, para apuração e repressão dos abusos de poder econômico.

Para a completa transparência das atividades do *lobby*, as Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal divulgarão relatório semestral de acesso público contendo as declarações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas registradas. Quando houver interesses antagônicos, seus respectivos *lobbies* terão que comparecer às Casas do Congresso, suas Comissões e órgãos de assessoramento para prestação dos respectivos esclarecimentos.

Sr^a Presidente, o cientista Robert Dahl definiu a moderna democracia como poliarquia, isto é, a representação dos vários grupos de interesses de empregados ou de empregadores, empregados, profissionais liberais, partidos políticos, sindicatos, igrejas, associações de bairros e de pais e mestres nas escolas.

Aliás, a palavra poliarquia, atribuída a Dahl, na realidade, foi empregada, pela primeira vez, nos idos do século XVII. Ele a adotou para formular uma nova

conceituação por entender que a sociedade democrática moderna é extremamente complexa e vários os fatores envolvidos, portanto, no ato de governar.

A teoria de Montesquieu, da trípartição dos Poderes, já hoje não prospera em toda sua intensidade, em toda sua plenitude, porque surgiram novos entes que participam do ato de governar. Entre eles, gostaria de mencionar o Ministério Público, as organizações não governamentais, os órgãos de classe, a imprensa, que cumprem um papel fiscalizador muito relevante. Enfim, governar já é, hoje, um ato que sofre interferência de muitos e diversificados agentes.

Tocqueville, em sua obra clássica **Democracia na América**, tratou de uma questão que também diz respeito indiretamente ao **lobby**. Ele se referia às chamadas organizações intermediárias. É uma denominação que ele batizou para expressar o papel que a sociedade civil desempenhava no ato de governar.

Tocqueville sempre entendeu que, entre o governo e o povo, havia essas organizações intermediárias, que, de alguma forma, promoviam o diálogo entre governo e sociedade. À medida que esse diálogo ocorria, certamente as soluções iam sendo encontradas e os dissídios resolvidos.

Os *lobbies* não podem, na minha opinião, ser excluídos desse contexto. Por isso, propus disciplinar o seu funcionamento e insisto na sua regulamentação, com a transparência e a responsabilização essenciais à democracia.

A modernização da economia – assim também entendo – deve implicar modernização da política e do direito. Não se pode ignorar a existência do **lobby**, e, assim precisamos enquadrá-lo na lei. A relação entre economia e política não deve ser promíscua e inconfessável e, sim, pública, transparente e responsável.

As principais economias do mundo, especialmente as mais sólidas na prática da democracia, há muito legalizaram e, portanto, regulamentaram o **lobby**. Sem querer descer a detalhes, os Estados Unidos dispõem de, pelo menos, quatro leis regulamentando o **lobby**. Os países da Europa, na sua maioria, dispõem de leis disciplinando, regulamentando essa atividade que, de alguma forma, se exerce sobretudo no Poder Legislativo, embora funcione também no Poder Executivo e, eventualmente, até no Judiciário.

Sra Presidente, concluo as minhas palavras apelando, mais uma vez, à Câmara dos Deputados que examine a matéria. Já que vamos iniciar uma nova Legislatura, a 53ª, a partir de 1º de fevereiro de 2007, penso que é tempo de aquela Casa pôr em votação a matéria.

O projeto já esteve em regime de urgência, encontra-se há 11 anos na Câmara dos Deputados pendente de apreciação, e espero que, no bojo das reformas institucionais e políticas que o País precisa realizar seja incluído o *lobby*, fazendo com que o Brasil também se alce à condição de outros países que se preocupam com a transparência, com o relacionamento correto entre os grupos de interesses e o Congresso Nacional. O Brasil que quer se modernizar tem de incluir, na minha opinião, o reconhecimento do *lobby* entre suas principais reformas institucionais.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a V. Exª pelo tempo que me concedeu.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para uma comunicação inadiável.

Em seguida, fará uso da palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, pela Liderança do PSB. O Senador José Agripino também já está inscrito pela Liderança do PFL.

Tem a palavra V. Exª, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sra Presidente, agradeço a amabilidade.

Líder José Agripino, peço desculpas por falar antes de V. Exª, mas faço questão de ouvi-lo. Serei breve.

Senador José Agripino, hoje, durante a reunião da CPMI dos Sanguessugas, foi discutido o problema do protocolo que tentaram comprar para prejudicar o candidato Alckmin.

Foi dito que faltou **quorum** em virtude dos atrasos nos vôos. O tempo de espera nos aeroportos chega a quatro, cinco horas.

Como tive sorte, consegui trocar o vôo e atrasei apenas uma hora e meia. Cheguei ainda em condições de acompanhar, pela manhã, a abertura da reunião da CPMI e o seu adiamento, em razão não apenas da ausência do número necessário para a deliberação de vários requerimentos ainda pendentes, de quebra de sigilo e oitiva de algumas pessoas.

Três pessoas envolvidas no evento mais recente estavam lá para prestar depoimentos. O Relator disse que estava sem condições de interpelá-las por não ter analisado ainda os documentos enviados pela Polícia Federal, aos quais nenhum dos Parlamentares teve acesso. Assim, a reunião foi adiada, e será marcada outra, provavelmente na semana que vem.

Trouxe a esta tribuna o noticiário de hoje do **Estado** e da **Folha de S.Paulo** sobre o problema dos operadores de radares, os controladores de vôos.

Quando discutímos aqui sobre a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), fiz um pronunciamento, dizendo que deveriam continuar sendo os operadores formados pela escola da Aeronáutica, no Vale do Paraíba, onde são dados cursos de sargentos para operadores de radares. Sei da competência e da capacidade na condução dessa escola que a Aeronáutica mantém com muito amor e dedicação, a fim de que eles tenham realmente condições de operar. Mas o que me assusta, Srª Presidente, é a comparação que os jornais fazem sobre as operações realizadas pelos controladores nos Estados Unidos e no Brasil. Há uma diferença enorme. Eu não sei se está correto, mas o jornal **O Estado de S. Paulo** mostra que, nos Estados Unidos, há um controlador por avião; aqui, cada controlador chega a controlar vinte aviões. Em uma análise feita pelo Sindicato, eles não querem controlar mais do que catorze aviões.

O que me assusta e me preocupa é que o inquérito da Polícia Federal a respeito do recente acidente com o avião da Gol e o Legacy, de tão triste memória, ocorrido na região amazônica – onde há Cindacta e uma série de radares, com um sistema bom de acompanhamento de aeronaves –, deixa-nos um pouco de suspeita de que a sobrecarga dos operadores tenha causado alguma dificuldade no acompanhamento dos vôos, sem que as aeronaves pudessem ser alertadas de que estavam a níveis incompatíveis de vôo, fazendo com que, no cruzamento, elas se chocassem, e o avião, com 154 passageiros, caísse, sem que se pudesse salvar uma vida.

Faço um apelo ao Governo Federal e ao Comandante da Aeronáutica, a fim de que o Congresso Nacional receba uma análise do que está acontecendo. Há vários aviões no céu do Brasil. Temos de saber se há incapacidade física – não intelectual – dos operadores. Se o Governo tem criado tantos cargos por meio de medidas provisórias, por que não aumentar o número de operadores e nos proporcionar mais segurança?

Quem de nós, hoje, diante desse quadro apresentado pela imprensa, pensa que está sob segurança no espaço aéreo brasileiro? O tráfego está saturado e não há possibilidade de controle total das aeronaves. Assim, está-se adotando o intervalo de 10, 15, até 20 minutos entre uma e outra decolagem, enquanto antes era de dois minutos, Senador Antonio Carlos Valadares. É algo assustador!

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Exª me permite um aparte, Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Romeu Tuma, ontem vim de Aracaju, e o intervalo foi de 55 minutos. O sistema de controle avisou que a aeronave da TAM só poderia decolar 55 minutos depois que os passageiros desembarcassem em Salvador. Quer dizer, é também uma forma de protesto, de demonstrar que há exigüidade no quadro de pessoal. É necessário que os órgãos do Governo se componham dessa responsabilidade. O Presidente da República – estou vendo na Internet – já está tomando providências urgentes no sentido de proporcionar ao sistema de controle de vôo os meios necessários para o seu funcionamento normal. Afinal de contas, vidas estão em jogo. Infelizmente, só depois daquele acidente lamentável da Gol com o Legacy, o problema surgiu com muita intensidade e está prejudicando não apenas a ida e vinda de passageiros, mas também a própria economia do País.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Perfeito.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. V. Exª completa muito bem o raciocínio que eu vinha fazendo.

Como membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, penso que temos que pedir ao Presidente, Senador Roberto Saturnino, que convoque alguma autoridade a fim de que tomemos ciência das reais dificuldades que os operadores estão encontrando.

A matéria fala também da diferença de valores salariais do operador americano para o operador brasileiro, que também é assustadora, e de horários de descanso – há lugares onde existem salas de descanso, e outros não. Portanto, existe uma infra-estrutura muito fraca para que os operadores tenham a tranquilidade de acompanhar de perto a movimentação.

Quem vê um radar desses e não conhece a operação fica todo emaranhado. Parece uma teia de aranha. É preciso manter os olhos abertos; não dá para piscar. Temos de considerar a função dos operadores como uma situação de risco permanente. Trata-se da vida dos ocupantes de aeronaves. Por isso, temos de ter uma cautela maior em apreciar o que eles reivindicam.

Muito obrigado, Srª Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Memo nº458/06 -COR/SR/DPF/SP.

São Paulo/SP, 31 de outubro de 2006.

Do: Presidente do IPL 2-4.672/06-DELEFAZ/SR/DPF/SP

Ao DPF SEVERINO ALEXANDRE DE ANDRADE MELO
DD. DREX/SR/DPF/SP.

PROTOCOLO

MEX/GR/DPF/SP

36762

DATA 31/10/06

Favor usar esta
referência

Assunto: IPL 2-4672/2006 - Sigiloso

Senhor Delegado Chefe,

Com a finalidade de instruir os autos do IPL acima referenciado, informo a Vossa Senhoria que iniciei os trabalhos de oitivas de repórteres da Revista VEJA no dia de hoje, na sala 906, do 9º andar, no prédio da SR/DPF/SP, por volta das 10:00 horas, tendo procedido à oitiva em declarações das repórteres JÚLIA DUALIBI DE MELLO SANTOS e CAMILA CARDOSO PEREIRA acompanhadas das Dras. ANA RITA DE SOUZA DUTRA, OAB/SP 206.548, Advogada da Revista Veja, e da Drª ELIZABETH MITIKO KOBAYSHI, Procuradora da República e quando iniciava a oitiva em declarações do repórter MARCELO THEODORO CARNEIRO, também acompanhado da advogada e da procuradora acima mencionadas, fui procurado nesta sala por Vossa Senhoria, que indagou se havia acontecido algum problema com alguma das repórteres ouvidas, tendo em vista que havia notícias em Brasília de que esta Autoridade havia tratado com grosseria a repórter. No que esta Autoridade tem a informar que os três

repórteres ouvidos nesta manhã foram tratados com toda a cortezia e urbanidade possíveis sendo indagados somente sobre suas participações na reportagem da Revista VEJA, edição nº 1978, ano 39, nº 41, de 18/10/2006, páginas 44 a 51, tendo cada um dos ouvidos declarado o trabalho realizado na reportagem mencionada. Inclusive esta Autoridade, quando retornou para a sala indagou à advogada Drª ANA RITA e à Procuradora da República Drª ELIZABETH se havia acontecido algo estranho, as mesmas responderam que não, e que todo o trabalho estava transcorrendo dentro da normalidade, tendo esta autoridade dado sequência aos seus trabalhos. Acrescento ainda que estavam presentes na sala de audiência os escrivães que auxiliam esta Autoridade, CARLOS HENRIQUE SANTOS ROSA, mat. 2.431-065, e RALPH GOMES, mat. 10.102, que também assinam a presente informação.

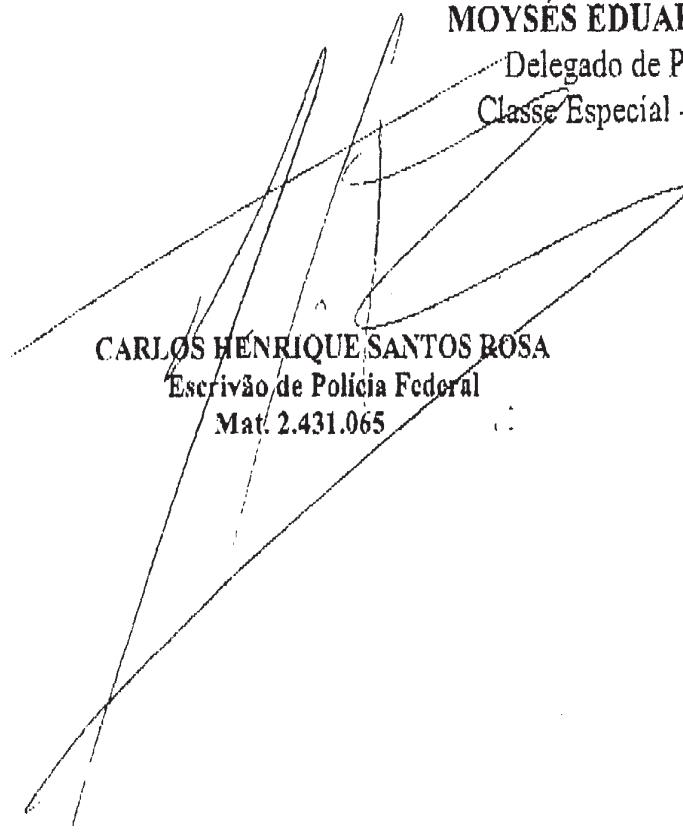
Atenciosamente,



MOYSÉS EDUARDO FERREIRA

Delegado de Polícia Federal

Classe Especial - mat. 2.415.889


CARLOS HENRIQUE SANTOS ROSA
Escrivão de Polícia Federal
Mat. 2.431.065


RALPH GOMES
Escrivão de Polícia Federal
Mat. 10.102

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Exª por tão importante pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, como Líder do PSB.

Estão inscritos os Senadores José Agripino, como Líder do PFL, Valdir Raupp e Tião Viana.

V. Exª tem a palavra, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Heloísa Helena, Srªs e Srs. Senadores, farei um pronunciamento voltado especialmente para a situação vexatória das prefeituras, que, ao longo dos anos, alcançaram um endividamento altíssimo com a Previdência Social. Antes, porém, eu gostaria de aproveitar o ensejo para felicitar o Presidente Lula, reeleito, pela votação estupenda obtida na última eleição. Os 20 milhões de votos a mais que seu oponente aumenta a responsabilidade, o compromisso de Sua Excelência com a Nação brasileira.

Esperamos que, nesta nova fase a ser vivida pelo País, possamos criar um Brasil mais unido, um Brasil mais desenvolvido, um Brasil voltado, principalmente, para o atendimento das reivindicações das classes mais humildes – como tem se referido o Presidente Lula – e, notadamente, levar em consideração a questão ética, tão debatida nesta campanha política.

Sabemos que o Presidente da República experimentou no primeiro período de Governo, nesses quatro anos, críticas muito fortes vindas da Oposição, que se relacionavam mais de perto com a conduta e o comportamento antiético de pessoas que participavam do Governo ou que, mesmo não participando do Governo, embora numericamente minoritários, integravam o Partido dos Trabalhadores.

Então, este é um momento de reflexão, de compromisso assumido pelo Presidente da República perante a Nação de que iremos mergulhar numa nova era, numa era voltada para o desenvolvimento, para a geração de emprego e renda, que dê prioridade para a saúde e educação, visando reduzir substancialmente esse quadro ainda dantesco de desigualdade social que perdura em nosso País. Enfim, esperamos que esta seja uma hora muito importante, em que todos estejamos unidos em torno de um projeto maior, que é o projeto do Brasil.

Que se faça Oposição. É necessária na democracia a Oposição, para fiscalizar os atos do Governo. As instituições estão aí funcionando normalmente. Entretanto, a governabilidade é necessária neste instante, para que possamos aprovar os projetos que vêm ao encontro da nossa sociedade, como, por exemplo,

projetos que estão há muitos meses dormitando nas gavetas da Câmara e do Senado, que precisam urgentemente ser aprovados, como o Fundeb, como o novo estatuto da microempresa, a nova lei que desonera os impostos, os tributos e dá maior facilidade à montagem de novas empresas em nosso Brasil. Isso significa mais emprego, mais desenvolvimento, mais independência para a população brasileira, mais felicidade e mais bem-estar.

Portanto, neste instante, quero concluir o Senado Federal e a todos que participam da vida do nosso País para deixarmos as armas de lado. Não precisamos chegar a dizer adeus às armas, reportando-nos àquele filme famoso que retrata a Segunda Guerra Mundial. Quero dizer adeus às armas no sentido de que devemos colocar as questões menores, as questões políticas, as questões partidárias em segundo plano e as questões do Brasil num plano mais elevado, para que possamos sair das dificuldades que estamos encontrando no plano da tramitação normal dos projetos que emperram o desenvolvimento e o progresso do nosso País.

Voltemos, Srª Presidente, ao assunto que eu gostaria de me referir.

Trago novamente à tribuna do Senado Federal assunto da máxima relevância: as dívidas previdenciárias dos Municípios. Estive neste plenário alertando para o fato de que diversas prefeituras estão enfrentando dificuldades financeiras devido ao endividamento com a Previdência Social. Algumas são obrigadas a retirar 40% ou mais de suas receitas próprias para depositar nas contas do Instituto Nacional do Seguro Social, INSS.

É interessante recordar que, quando da 9ª Marcha de Prefeitos, em Brasília, foi realizado um estudo pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que apontava que o equilíbrio fiscal de uma prefeitura não é garantia de bem-estar social de seus habitantes.

A partir do cruzamento de dados oficiais sobre a rotina fiscal e de investimentos em educação, saúde e saneamento das administrações locais, descobriu-se que inúmeros Municípios bem avaliados, do ponto de vista do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, não ficaram bem colocados no ranking da educação e também no da saúde.

É bom lembrar que a Lei nº 11.196, de 2005, oriunda da chamada MP do Bem, buscou uma solução para o alto índice de inadimplências dos Municípios junto ao INSS, pois, de fato, ali ficou estabelecido: redução de 50% dos juros de mora e que os débitos seriam parcelados em prestações equivalentes a no mínimo 1,5% da média mensal da receita corrente líquida do município, sem, contudo, ser estabelecido um teto no

valor das prestações mensais a serem pagas ao INSS pelos Municípios.

Na verdade, dois problemas permaneceram e estão agravando a situação dos Municípios. O primeiro, foi vetado o dispositivo da lei (art. 98, inciso II), que dispunha que os débitos parcelados seriam em prestações mensais de no máximo 9% do Fundo de Participação dos Municípios, fazendo com que, na prática, só permanecesse o percentual mínimo de 1,5% da média mensal da receita corrente líquida municipal para as prestações mensais.

Esse dispositivo, infelizmente, não está vigorando. O dispositivo proibia que o INSS cobrasse dos Municípios uma dívida mensal acima de 9% do Fundo de Participação dos Municípios.

Se esse dispositivo não tivesse sido vetado, os Municípios estariam numa situação muito mais folgada, mais cômoda e não estariam atravessando essa crise.

O segundo obstáculo criado aos Municípios diz respeito às prestações mensais decorrentes do parcelamento, que são atualizadas pela Selic. Tais situações, agora, após longo prazo, mostram-se extremamente gravosas para os Municípios, tanto que estão comprometendo as finanças municipais e são absolutamente incompatíveis com a obrigação pactuada.

Eu já tive a oportunidade de falar com o Presidente do Senado e também Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, não só publicamente como também em conversa particular hoje, sobre a necessidade de o Congresso Nacional se posicionar, com o apoio do Governo, para encontrar uma solução alternativa que dê sobrevida aos Municípios. Do contrário, eles vão desaparecer, pois não terão condições mínimas de prestarem os serviços que a comunidade espera deles.

Assim, defendo a aprovação pelo Congresso de mecanismo que estabeleça que a parcela paga pelos Municípios para Previdência Social, a parcela mensal, não ultrapasse 10% do Fundo de Participação dos Municípios. Ou seja, se um Município tem uma receita mensal do Fundo de Participação, por exemplo, de R\$500mil, não é muito difícil para o Município retirar 10% dessa receita para pagar a dívida com o INSS, que seria de R\$50mil.

Meu amigo, um município receber R\$500 mil do Fundo de Participação dos Municípios e pagar R\$200 mil, R\$220 mil ao INSS, isso é impraticável. Isso é um verdadeiro toma lá, dá cá! O Governo dá o Fundo de Participação por um lado, mas tira, por outro lado, com o endividamento das Prefeituras com o INSS. Isso significa, a meu ver, uma verdadeira bomba-relógio que está sendo criada em todo Brasil, principalmente nos

Municípios do Nordeste, que estão sofrendo as consequências desse endividamento monstruoso com o INSS.

Ora, aqui lembro novamente o estudo da CNM, que é uma instituição dos Municípios. De acordo com aquele estudo, o Município que tinha o maior número de crianças matriculadas na escola, que tinha a melhor rede de postos de saúde e de saneamento básico era Monteiro Lobato, cidade de 3.500 habitantes localizada a 130 km da capital paulista. Pois bem, ela é a número um no *ranking* social, mas aparece no fim da planilha que avalia o ajuste nas contas públicas: posição 4.264. Temos mais de 5.500 Municípios, e ela está na posição 4.264. Aliás, o índice criado pela CNM demonstra que estão na Região Sul os Municípios que reúnem os melhores indicativos de responsabilidade fiscal, social e de gestão observados em conjunto; Santa Catarina e Rio Grande do Sul ocupam, respectivamente, primeiro e segundo lugares no *ranking* geral.

A pior avaliação ficou para os Municípios do meu Estado, o Estado de Sergipe. Isto é, a Lei de Responsabilidade Fiscal está, vamos dizer assim, em uma situação que precisa ser avaliada não só em Sergipe, como em vários Estados do Nordeste, a fim de que se regularize a situação e se estabeleça o equilíbrio fiscal com a resolução definitiva das dívidas das Prefeituras.

Portanto, Srª Presidente, devemos adotar uma medida urgente e podemos pensar neste problema junto com alguns pontos da nova reforma tributária no Congresso, como a que aumenta o repasse do Governo Federal para as cidades. Está na Câmara dos Deputados há vários e vários meses – para não dizer anos – o projeto que eleva em apenas um ponto percentual o Fundo de Participação para os Municípios, uma questão ainda não resolvida. Esperamos que a Câmara dos Deputados aprove 1% a mais para os Municípios até o final do ano e, além disso, resolva essa questão do endividamento. Aumentando em 1%, todo o dinheiro devido a esse acréscimo será direcionado exclusivamente para o pagamento das dívidas do INSS, o que significa, em última análise, Srª Presidente, uma situação vexatória para os Municípios, uma situação que, do ponto de vista da Administração, é inadiável e tem de ser resolvida.

Esperamos contar então com o apoio dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados a esse projeto que apresentarei ainda no decorrer desta semana, estabelecendo um teto máximo da cobrança do INSS de 10% mensal das dívidas contraídas pelos Municípios brasileiros.

Obrigada, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, pela Liderança do PFL, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabamos de assistir à eleição em segundo turno. Lula ganhou por larga margem, e nós, da Oposição, cavalheirescamente, temos que desejar a Sua Excelência os melhores votos de bom êxito no desempenho de sua missão.

O povo brasileiro escolheu livremente, votou e, por larga margem, escolheu Lula, reelegeu Lula para que ele seja o Presidente pelos próximos quatro anos. O povo escolhe e tem o direito de, na eleição seguinte, fazer a avaliação sobre se escolheu certo ou não.

Eu tenho, Senadora Heloísa Helena, muito medo. V. Ex^a é de Alagoas e sabe muito bem a que vou me referir. Eu tenho muito medo dessas eleições que se ganham por larguíssima margem: dão ao eleito um sentimento de auto-suficiência que não é conveniente e retiram do eleito a indispensável humildade para o exercício do cargo; dão ao eleito aquilo que o eleitor não deseja que ele tenha, a auto-suficiência para achar que é um super-homem, que recebeu um mandato perto da unanimidade e que vai poder fazer tudo o que quer.

Eu tenho muito medo desses resultados porque o passado mostrou que aqueles que foram eleitos por larga margem deram com os burros n'água. Eu quero o melhor para o meu País, não quero que o Presidente da República dê com os burros n'água, mas estou aqui para advertir.

Presidente Heloísa Helena, veja as primeiras declarações de Lula nas primeiras entrevistas. Ele disse que estava seguro de que precisava ter nova postura com a mídia. O Brasil todo entendeu que ele devia estar se referindo ao enclausuramento em que viveu diante da mídia, em que preferiu o monólogo ou a exposição sem o debate e que estava disposto, neste novo momento, a ter um diálogo de mão dupla com a mídia. O que aconteceu hoje? Tenho a impressão e o receio de que a declaração de Lula já começa a produzir a primeira consequência prática.

Não sei se V. Ex^a sabe que repórteres da **Veja** foram, durante duas horas e meia, trancafiados pela Polícia Federal, que obedece ordens do Ministério da Justiça, cujo titular é Márcio Thomaz Bastos, na minha opinião, um brilhante advogado, mas advogado brilhante das causas e dos delitos praticados pelo PT e pelo Governo. Dois repórteres respeitáveis da **Veja**, que tem

a missão única de informar a opinião pública, ficaram constrangidamente trancafiados durante duas horas e meia porque estavam exercendo seu papel profissional, acompanhando depoimentos cuja divulgação com correção talvez não interessasse ao governo.

Será que esta é a postura nova que Lula disse que vai ter com a mídia? É constranger a mídia? Eu tenho razões para achar que o Presidente, ao declarar esse fato tão logo eleito, esteja se referindo ao que foi feito com Júlia Duailibi e com a repórter Karenina. Se está, vai nos encontrar pela frente. E se está dizendo que vai convocar os partidos todos para um diálogo em torno das reformas e que os partidos que não vierem vão ter que se explicar, tenho razões dobradas para achar que Lula está calçando salto 30. Recebeu essa enxurrada de votos, perdeu a humildade e está calçando salto alto demais. Primeiro promete uma atitude diferente com a mídia e a Polícia Federal trancafa repórteres de uma revista respeitável que está exercendo o seu papel profissional. Em seguida, diz arrogantemente que vai convocar os partidos para fazer as reformas, como se fosse começar a fazer reformas – vou falar sobre isso – e que os que não viessem teriam que se explicar.

Queria dizer a Sua Excelência o Presidente Lula, a quem desejo bom êxito no desempenho de sua missão de continuar governando o nosso País, que ele não engana os partidos políticos ao dizer que quer vê-los em seu gabinete. Para quê? Para tirar uma fotografia? Para Photo Opportunity? Para mostrar a quem? O que Lula entende de estatuto de microempresa? O que ele entende de marco regulatório do setor elétrico? O que ele entende das questões técnicas que são discutidas no Congresso Nacional por senadores, por ministros, por assessorias técnicas? O que é que ele quer discutir lá? O que ele não sabe? Ele quer mostrar uma fotografia? Ele quer constranger, como constrange os repórteres, os líderes políticos? Que conversinha é essa? Que salto alto é esse? Que audácia é essa? Que arrogância é essa?

Senadora Heloísa Helena, existe uma coisa na democracia chamada interdependência dos Poderes. Não existe essa coisa de vou chamar os partidos políticos para um entendimento em torno das reformas no Palácio do Planalto, e os que não vierem vão ter que se explicar. Quem vai ter que se explicar é ele, Lula. Ele precisa entender que quem tem explicações a dar é ele, Lula. Explicação sobre o quê? O mensalão está explicado? O TSE está lá, cuidando do assunto, com 40 indiciados pelo Ministério Público Federal, pela Procuradoria Geral da República. Mensalão de quem? De Lula. É um cadáver insepulto? Claro que é, e ele pede explicações dos partidos políticos?

Ele é que tem que dar explicação. Do mensalão só? Não. E do caso dossiê? Está explicado? Não foram os amigões dele que prepararam aquela presepada, aquela farsa? O caso do dossiê está no Tribunal Superior Eleitoral, com a Polícia Federal e com a CPI das Sanguessugas.

Quem tem que dar explicações é ele. Não são os partidos políticos que têm que dar explicação sobre se foram ou se não foram. Quem tem que dar explicação é ele sobre as cartilhas fraudulentas, denunciadas pelo Tribunal de Contas da União. Quem tem que dar explicações é ele sobre uma multa eleitoral de que ele foi objeto pelo fato do crime eleitoral praticado, e o Tribunal Superior Eleitoral já julgou a causa e já o condenou.

Agora, para discutir o quê? As reformas? Ele quer discutir como se fosse começar a discuti-las agora? Que reformas? Quando se discutiu a reforma da Previdência, Srs. Senadores, não precisou ir nenhum partido político, nenhum líder ao Palácio do Planalto para se encontrar o ponto de afinamento. Foi no Congresso Nacional, nas dependências do Congresso Nacional que se encontrou o texto que era possível votar, que já foi uma perversidade, que já foi uma grande perversidade, uma grande enganação, com a PEC Paralela. Foi aqui no Congresso Nacional que se encontrou o ponto de afinamento para que se votasse, de qualquer maneira, a reforma da Previdência.

Para a discussão do marco regulatório, reuniram-se aqui no Congresso Nacional a Ministra Dilma Rousseff, os técnicos da Receita Federal, os líderes dos partidos políticos. Não precisou ir ninguém ao Palácio do Planalto para fazer fotografia para resolver aquilo que interessa ao povo brasileiro, que é a votação dos projetos.

Quando se discutiu o texto possível da reforma tributária, não se precisou ir ao Palácio do Planalto; discutiu-se aqui no Congresso brasileiro. Os partidos políticos com assento aqui tiveram a responsabilidade, no Senado, de preparar um bom texto, votá-lo e aprová-lo e mandá-lo para a Câmara.

Quando se votou a reforma política, a discussão aconteceu aqui. Não se precisou ir ao Palácio do Planalto para discutir coisa nenhuma; discutiu-se aqui mesmo.

Agora, o que ele deseja é fazer a fotografia, mas está mesmo é fugindo à sua responsabilidade, porque se algumas reformas foram discutidas, apreciadas e votadas no Senado, algumas delas, como a tributária e a política, que foram votadas aqui no Senado, não foram votadas na Câmara por inação do Governo. O Governo que agora nos cobra a ida ao Palácio do Planalto, a ação conjunta, posando

para a platéia, não move forças para, na Câmara, colocar os seus, a sua base para votar a reforma política e a reforma tributária. É ele quem não tem o poder de convencimento junto aos governos estaduais para equacionar as dificuldades em torno da reforma tributária. E não transfira responsabilidades nem queira posar para a platéia. Não serão os milhões de votos de vantagem que teve que vão legitimar essas ações.

A Oposição está firme, está decidida. Quero que Sua Excelência saiba que a postura que vimos adotando será a mesma daqui para frente. Apenas sabemos com quem estamos lidando. A campanha eleitoral trouxe à opinião pública um sem-número de compromissos e de promessas. Elas todas serão cobradas o tempo todo. Elas serão todas cobradas: a retomada do crescimento, os investimentos nos setores vitais, a ação social. Tudo o que foi prometido será objeto de cobrança permanente. As denúncias em torno dos defeitos do padrão ético continuarão sendo feitas o tempo todo, com autonomia do Congresso.

Os partidos políticos de oposição não vão se intimidar, Senador Heráclito Fortes, em hipótese alguma.

Houve diferença numérica dos votos na circunstância dessa eleição, em que o eleitor se manifestou, mas ele terá a oportunidade, mais adiante, de dizer se referenda o voto ou se se envergonha do voto que deu, consciente de que o que legitima uma vitória não é o resultado das urnas; é o desempenho do mandato.

Vou repetir: na minha opinião, quem legitima uma vitória – e a vitória de Lula foi expressiva – não é, em absoluto, o resultado das urnas; é o desempenho do mandato.

O mandato de Sua Excelência começa mal, começa marcado pela arrogância, começa marcado pela prepotência, começa marcado pela imposição e pela mentira aos partidos políticos, que são convocados ou intimados a participar.

Senhor Presidente, não se vai intimar o Congresso a fazer coisa alguma que não seja aquilo que ele deseja fazer e prestar contas à opinião pública. Fique Vossa Excelência com os seus votos. Nós ficaremos com a nossa fiscalização e com a nossa autonomia. Vossa Excelência precisa entender, de uma vez por todas, pare com a sua arrogância, pare de dizer bobagens como a que disse: “Quero convocá-los, e quem não vier tem que se explicar”. Quem tem que se explicar é Vossa Excelência. “Vou ter uma atitude diferente com a mídia.” Dois dias depois, manda que a Polícia Federal crie constrangimento aos repórteres da **Veja**.

Entenda, Senhor Presidente Lula, quem legitima uma vitória não é o resultado das urnas; é o desempenho do mandato, e o seu mandato começa mal. E a Oposição vai acompanhá-lo do começo ao fim.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino.

Estão inscritos os Senadores Valdir e Raupp e Tião Viana, que não se encontram no plenário neste momento.

Portanto, tem a palavra o Senador Roberto Cavalcanti, devidamente inscrito, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero registrar a grande oportunidade pessoal que tive de representar esta Casa na Assembléia da União Interparlamentar – UIP. Por deferência de meus pares, o que muito me honrou, fui o único representante do Senado Federal nesse evento internacional em Genebra.

Quero relatar, neste momento, os resultados da 115^a Assembléia da União Interparlamentar – UIP, ocorrida entre os dias 16 e 18 deste mês, em Genebra, na qual tive a honra de participar como coordenador da delegação brasileira.

A União Interparlamentar, entidade internacional fundada em 1889, tem como objetivo primordial arbitrar a resolução de conflitos internacionais.

Congrega, atualmente, 149 parlamentos nacionais e sete parlamentos de organismos de integração inter-regional: os congressos Latino-Americano, Europeu, Andino, Centro-Americano, da África Oriental, da África Ocidental e do Conselho da Europa, como membros associados.

A atuação temática da UIP se faz nas áreas de Democracia Representativa; Paz e Segurança Internacional; Desenvolvimento Sustentado, Finanças e Comércio Internacional; Direitos Humanos; Igualdade entre os Gêneros, Educação, Ciência e Cultura.

As discussões se concentraram em três grandes itens: a luta contra o terrorismo e o tema da segurança energética; a necessidade de redução de gastos militares em favor das despesas com as necessidades humanas básicas; e a questão de conflitos armados e das pessoas desaparecidas.

A agenda incluiu assuntos de emergência e relevantes para a paz mundial, como a condenação ao ensaio nuclear anunciado pela República Popular Democrática da Coréia (Coréia do Norte). Dos legisladores presentes ao evento, cerca de 500, de 127 países-membros da UIP, foram unâimes em apelar às autoridades daquele País para rever a decisão de

retirar do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

Os legisladores clamaram a Coréia do Norte a retornar ao TNP e a aderir ao Acordo de Salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Os parlamentares presentes chegaram a um consenso sobre a necessidade de a Coréia do Norte se empenhar em cumprir sua obrigação frente à comunidade internacional, no esforço de utilização da energia nuclear para fins pacíficos.

Uma das resoluções aprovadas estabelece que todos os países-membros da UIP devem intensificar diligências para prevenir a proliferação de armas nucleares e para erradicar outros tipos de armas de destruição em massa.

Igualmente, lançou-se um apelo a todos os países no sentido de ratificar acordos, consistentes com as normas da AIEA, e de reforçar as políticas nacionais de não-transferência de equipamentos, matérias-primas ou tecnologias que propiciem a disseminação dessas armas.

Vale salientar que tal resolução, como aprovada, não representa uma forma de restrição ao direito de qualquer nação fazer uso dessa energia nuclear para fins pacíficos.

A delegação norte-coreana pediu destaque para o seu voto. O resultado final da votação foi: 897 votos a favor da Resolução, 33 contra e 240 abstenções.

Este momento da votação, Sr^a Presidente, foi de extrema honra para este Senador. Levantar-se, num plenário com mais de 160 países participantes, e votar em nome do Brasil, em nome do Senado Federal, para mim foi uma extrema honra e que, de forma inesquecível, estará na minha memória pelo resto da minha vida.

Três Resoluções foram aprovadas sobre o tema da luta contra o terrorismo internacional e o alcance da segurança energética, pela Comissão de Paz e Segurança Internacional. Um dos aspectos ressaltados foi o da necessária cooperação entre os parlamentos nacionais e a Organização das Nações Unidas (ONU), na promoção da paz mundial, no combate às ações terroristas e na solução das questões de segurança energética.

Mesmo exortando os governos, ali representados, sobre a necessidade de maior empenho no combate às causas do terrorismo, a Assembléia foi enfática em assegurar que a condenação aos atos terroristas não significa uma guerra contra qualquer religião, nacionalidade, civilização ou grupo étnico.

Sr^a Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a Assembléia reconheceu que o ambiente propício à aceitação da retórica terrorista, que atrai muitos jovens, é criado

pela situação de pobreza, ignorância e subdesenvolvimento econômico; pela injustiça e pela ocupação ilegal de território.

Os legisladores demandaram medidas enérgicas de todos os países. Medidas que impeçam bancos, organizações financeiras e outras entidades situadas sob sua jurisdição territorial a financiar e apoiar qualquer organização de cunho terrorista.

Foi relembrado que a responsabilidade conjunta dos Congressos Nacionais e do Poder Judiciário garante o Estado de direito e a preservação dos direitos humanos, levando em conta o desafio do combate ao terrorismo.

Quanto à defesa da segurança energética, esta requer uma maior colaboração internacional que leve em conta as interligações entre o terrorismo e a oferta de energia. É nessa área que o papel do Parlamento é essencial, particularmente em diligências junto ao Poder Executivo para facilitar o acesso seguro à energia e o barateamento das redes de distribuição de energia.

O reconhecimento das precárias condições de vida da maioria da população mundial foi um dos temas em destaque. Aprovou-se uma Resolução oriunda da Comissão de Desenvolvimento Sustentado, Comércio e Finanças e refere-se ao papel dos parlamentos nacionais no acompanhamento e na avaliação dos Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento (OMD). O cumprimento das metas de redução e perdão da dívida de países mais pobres, da erradicação da pobreza e do combate à corrupção está a merecer a atenção de todos os países.

Há urgência, lembrou a Assembléia, de que os países desenvolvidos honrem o compromisso assumido perante a OMD de destinar 0,7% da sua renda nacional bruta para as ações de financiamento, em prol da redução da pobreza e da fome mundial.

Foram críticos quanto aos crescentes gastos militares, em nível mundial, que deveriam ser mais bem alocados para o benefício das necessidades humanas básicas.

A Assembléia lembrou ainda da importância do Parlamento no controle e na avaliação dos acordos celebrados internacionalmente e que tratam da igualdade entre sexos, na promoção da mulher e nas decisões políticas que as envolvem.

Outra recomendação importante foi a de que os parlamentos aprovem leis anticorrupção que sejam eficazes, principalmente aquelas que regulem as compras governamentais. Seria recomendável também a criação de comissões independentes anticorrupção, em conjunto com o Poder Judiciário e a sociedade civil.

A Comissão de Democracia e Direitos Humanos aprovou Resolução que destaca a questão das pessoas desaparecidas, particularmente em áreas de conflito armado e de extrema violência local.

A Assembléia requer daqueles governos a adoção de medidas que reconheçam o direito de as famílias serem informadas sobre o destino dos desaparecidos, além do reconhecimento do **status** jurídico dessas pessoas.

Foi recomendado também que as legislações nacionais contenham sanções contra a violação de normas humanitárias internacionais que regem a matéria, evitando maiores abusos e a anistia fácil a criminosos de guerra.

Era o que eu tinha a relatar, Sr^a. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Juvêncio da Fonseca, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Exas serão atendidos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar o editorial do jornal **Correio Braziliense**, de 6 de setembro do corrente, intitulado “Choque de realidade” e que trata da informação frustrante de que o crescimento do PIB no segundo trimestre deste ano alcançou apenas 0,5%.

O referido editorial mostra que o Governo insiste em afirmar que o crescimento no final de 2006 será de 4%, ao contrário das previsões de todos os analistas de mercado, para quem o índice chegará, com muita boa vontade, em 3,5%.

Para o editorial, “Brigar com números não traz benefício nenhum à sociedade. Mesmo em período eleitoral. É mais produtivo discutir com franqueza as causas do crescimento medíocre que enfrentamos”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que o editorial acima citado passe a integrar este pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



Choque de realidade

Todo governante pretende ser lembrado pelos bons resultados e o trabalho realizado no cargo público. O presidente Lula e o ministro Guido Mantega não são diferentes. Claro que gostariam de anunciar, ao final de 2006, que a economia cresceu 4%. Tanto querem, que estão quase a professar fé em que o índice será atingido, como repetiu ontem o titular da Fazenda.

Mas a crença ou mesmo a vontade não são suficientes para mudar a realidade. O crescimento econômico do segundo trimestre foi de frustrante 0,5%. Os números sobre produção industrial referentes a julho, divulgados ontem, mostram que o problema pode se prolongar para o segundo semestre. O crescimento do setor, de apenas 0,6% — depois de queda de 1,3% em junho — indica que o país voltou a andar de lado, repetindo a sina de expansão em golfadas seguida de fases de letargia.

Brigar com números não traz benefício nenhum à sociedade. Mesmo em período eleitoral. É mais produtivo discutir com franqueza as causas do crescimento medíocre que enfrentamos. As revisões mostram que não superaremos este ano os 3,5%, no máximo, segundo os analistas. Enquanto isso, a economia mundial vai subir 5%, segundo informou o Fundo Monetário Internacional.

Com certeza, não podemos culpar os ou-

etros por nossas misérias. A economia brasileira vai se expandir menos que a média — e muito abaixo dos demais países emergentes — pelas escolhas que fizemos. A principal delas é elevar progressiva e inabalavelmente as despesas públicas. Há anos trilhamos o caminho de gastos recordes. O dinheiro para cobri-lo só pode vir da riqueza gerada pelo Brasil. Assim, a carga tributária sobe proporcionalmente à elevação dos dispêndios do Tesouro Nacional.

A escolha por arrecadar mais não é voluntária da sociedade. É dos governantes. Famílias e empresas consomem menos do que se ficassem com o dinheiro no próprio bolso. Pior, poupa-se e investe-se menos, pontos de grave fragilidade da economia. Para o país crescer de forma sustentável, é essencial disponibilidade de recursos (poupança) para financiar os investimentos.

Portanto, quando os números finais da produção de 2006 forem divulgados, não poderemos nos queixar do resultado. Não será importado, mas fabricado aqui mesmo, resultado das opções que o Brasil fez. Enquanto não for quebrada a lógica de gastos públicos em expansão e a consequente exigência de maior carga tributária, teremos amarrado uma âncora ao tornozelo da economia. Que não venham mais tarde os governantes procurar culpados em outro lugar.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para registrar o artigo intitulado “Lula sem FHC”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 12 de setembro deste ano.

O artigo destaca declaração do Senador Cristovam Buarque, candidato do PDT à Presidência da República, de que “Além de ser o criador de tudo o que havia de bom, ele [Lula] aparece como o salvador de tudo o que havia de ruim”, ironizando o enorme talento de Lula para transformar suas versões em verdades.

Lula sem FHC

BRASÍLIA – “Além de ser o criador de tudo o que havia de bom, ele [Lula] aparece como o salvador de tudo o que havia de ruim”, disse Cristovam Buarque à **Folha**, ironizando o enorme talento de Lula para transformar suas versões em verdades.

O Bolsa-Escola foi uma herança boa? Então, mudou o nome e foi Lula quem inventou. E havia turbulências na economia, por conta do cenário externo, da excessiva dependência brasileira e até do temor da eleição do próprio Lula? Então, foi Lula quem salvou o país — com a mesma política econômica.

É como se houvesse um Brasil antes de Lula e outro depois de Lula. Antes, a terra arrasada. Depois, a maravilha das maravilhas.

Engenheiro, economista, professor, ex-reitor da UnB, ex-governador do DF, ex-ministro e senador por mais quatro anos, Cristovam é candidato a presidente pelo PDT. Tem 1% nas pesquisas, mas insiste na sua cruzada.

Demitido por Lula do MEC, e por telefone, ele agora não tem papas

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar a matéria intitulada “Caio Fábio diz que foi pressionado por PT no caso Cayman”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 22 de outubro do corrente.

A matéria destaca que o pastor evangélico, Caio Fábio D’Araujo Filho, relatou que, como na campanha presidencial deste ano, o Partido dos Trabalhadores produziu um dossiê falso para ser usado na campanha presidencial de 1998 contra Fernando Henrique Cardoso, mas que acabou desqualificado pela Polícia. A diferença entre os dois episódios, segundo o pastor

A jornalista, em seu artigo, ainda destaca que, se Lula for reeleito, não poderá mais fazer uso da famosa “herança maldita”: “Ele vai ter que arranjar outra desculpa para erros, atrasos e maus resultados — como os do PIB. Será Lula com Lula. E haja lábia”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

na língua. Diz que Lula “usurpou” o Bolsa-Escola (idéia que Cristovam registrou em livro na UnB e implantou depois no DF), como “usurpou a política econômica de FHC e a ética de Collor”.

Mais: segundo Cristovam, Lula se arroga a responsabilidade pela auto-suficiência do petróleo, um trabalho de meio século e de incontáveis governos. Depois, ironiza: qualquer dia desses, o Lula vai se passar por “pai do Real” —plano, aliás, que o atual presidente condenou publicamente quando lançado por FHC no governo Itamar.

Se Lula for reeleito, como indicam as pesquisas, não haverá mais a “herança bendita”, como é hoje o petróleo, muito menos a “herança maldita”, como é tudo o que veio de FHC. Ele vai ter que arranjar outra desculpa para erros, atrasos e maus resultados — como os do PIB. Será Lula com Lula. E haja lábia.

elianec@uol.com.br

Caio Fábio, é que em 1998 o PT conseguiu apagar sua participação a tempo.

Sr. Presidente requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Também quero, como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comentar a matéria intitulada “FAT financia ONG ligada a ex-assessor de Mercadante”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 22 de setembro do corrente.

A matéria destaca que Hamilton Lacerda, ex-assessor da campanha de Aloizio Mercadante e envol-

vido na compra de um falso dossiê contra candidatos tucanos, tem laços com a Politeuo, uma ONG sediada no ABC Paulista, berço do PT, e que recebeu do Governo Lula R\$1,69 milhão.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste

pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Caio Fábio diz que foi pressionado por PT no caso Cayman

Pastor acusado de intermediar dossiê contra tucanos em 1998 recebeu apelos de petistas para divulgar papelada

Ricardo Muniz

ENVIADO ESPECIAL

RIO

Não é de hoje que o Partido dos Trabalhadores busca avidamente informações comprometedoras para desqualificar quem lhe é incômodo politicamente. Pelo relato do pastor evangélico Caio Fábio D'Araújo Filho, assim foi na campanha presidencial de 1998. A diferença é que naquela ocasião o PT conseguiu tirar a tempo o corpo da linha de tiro.

Quem se deu mal mesmo foi Caio Fábio, acusado de intermediar o Dossiê Cayman, uma papelada que comprovaria que Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Sérgio Motta e Mário Covas mantinham centenas de milhões de dólares em um paraíso fiscal no Caribe. As investigações desqualificaram os documentos como pura armação.

O reverendo alcançou na década de 1990 um status inédito: foi um líder evangélico respeitado em todo o País. Com a Fábrica de Esperança, um ambicioso projeto social em Acari, no Rio, Caio Fábio foi incensado pela mídia e se acostumou a receber visitas ilustres. FHC, por exemplo, apareceu lá em janeiro de 1995, no início do primeiro mandato. Mas todo prestígio desmanchou no ar com o escândalo do dossiê.

Segundo Caio Fábio, em meados de 1998 Lula fez uma visita à Fábrica de Esperança. "Naquele dia apareceu lá um cara que Lula conhecia há muito mais tempo do que eu e que tinha sido a pessoa que me contou a história de Cayman na Flórida. Eles se abraçaram como velhos amigos. Esse indivíduo me disse: 'Reverendo, eu não disse pro senhor que é todo mundo igual? Conte aí a história pro Lula e ele está louco atrás daquilo'. Depois o próprio Lula me abordou: 'Comovocê não me conta uma coisa dessas?'"

A partir daquele momento, líderes do PT passaram a pressioná-lo. "Havia ligações, meia-noite, todo dia, às vezes a Bené (*Benedita da Silva*) estava chorando: 'Meu reverendo, pelo amor de Deus salva a gente. Sem essa história o Lulinha não vai ganhar. Nós jamais vamos conseguir. Não deixa a gente nessa, pelo amor de Deus.' Deus é minha testemunha, e as contas telefônicas também, de quem ligava pra quem. Até mesmo o José Dirceu veio ao Rio conversar comigo. A covardia foi tão grande que à medida que o tempo foi passando, e ficou patente que a papelada era uma grande operação de falsificação, eles foram transferindo tudo para as minhas costas."

Processado por calúnia por Fernando Henrique, Caio Fábio só se viu livre das acusações no ano passado – inocentado pelo depoimento de Eduardo Jorge, ex-secretário de FHC. Aos 51 anos, casado pela segunda vez, rompido com o meio evangélico e líder de uma comunidade cristã alternativa com 3 mil membros em Brasília, Caio Fábio está recomeçando. "Minha reclusão passou da hora de acabar. Mas nada quero com temas políticos, só quero propagar a fé bíblica", diz. "Em 1998 eu fui deixado com uma mão na frente outra atrás por um PT que posso de ético. E é tudo mentira. O pessoal do PT é que ficou atrás de mim." •

FAT financia ONG ligada a ex-assessor de Mercadante

Hamilton Lacerda tem laços com Politeu, no ABC, que obteve R\$ 1,69 milhão em recursos oficiais

Ricardo Brandt

Mais uma organização não-governamental ligada aos envolvidos no escândalo do dossiê Vedor aparece como beneficiária de recursos públicos em administrações petistas: a Politeu - Rede Local de Economia Solidária, em São Caetano do Sul (SP). Ligada a Hamilton Lacerda, afastado da campanha de Aloizio Mercadante, a ONG já foi beneficiada com pelo menos R\$ 1,69 milhão em verbas da prefeitura de Santo André, da Petrobrás e do Ministério do Trabalho.

Especializada em qualificação profissional, a entidade que funciona num prédio de três andares já abocanhou gordos contratos sem licitação. Ontem, a reportagem esteve no local e encontrou apenas um rapaz que disse não poder falar como responsável pela entidade.

Os principais contratos obtidos pela Politeu foram feitos na prefeitura de Santo André, durante a gestão do PT - o primeiro em 2001, quando o prefeito era Celso Daniel (morto em

Prestação de contas está regular

...O atual presidente da Politeu, Fausto de Almeida, disse ontem que a entidade não tem qualquer relação política. A ONG, afirmou, atua na formação e na qualificação de jovens e de profissionais. "Todas as nossas prestações de contas estão regulares."

De acordo com Almeida, os convênios com órgãos públicos têm exigências rígidas quanto às prestações de contas. "Temos buscado parcerias com entidades privadas."

Ele disse que a entidade não tem fins lucrativos e conta com a ajuda de voluntários, quando não há convênios em andamento. A

Politeu, no entanto, foi qualificada em 2004 como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) - uma ONG na qual os diretores podem ser remunerados.

O vereador Edgar Nóbrega foi procurado, mas não retornou as ligações.

A prefeitura de Santo André informou que os dois contratos feitos com a Politeu foram regulares e os serviços prestados trouxeram resultados concretos para o município, como a criação de 11 cooperativas, 2 associações constituidas e a formação 2.521 pessoas, entre outros. ■ R.B.

2002), e o segundo em 2003, na gestão de João Avamileno, até hoje no cargo. A assessoria de imprensa da prefeitura informou ontem que os dois contratos têm valor total de R\$ 978 mil e foram cumpridos regularmente. Balanço das ordens de pagamento em

tregues à Câmara Municipal de Santo André, no entanto, mostra que o valor é um pouco superior - entre 2002 e 2005, a Politeu recebeu R\$ 1,4 milhão.

Os dois contratos foram firmados com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e

Trabalho para "prestação de serviços de formação, capacitação e assessoria para os contemplados no programa Empreendedor Popular" e para "prestação de serviços de formação, capacitação e assessoria para organização, legalização e consolidação de cooperativas populares e de trabalhadores integrantes do Programa Incubadora de Cooperativas".

Os contratos foram feitos pelo clássico expediente de "notória especialidade" para que fosse possível legalmente fazer a dispensa da licitação.

A Politeu também é uma das ONGs participantes do Primeiro Emprego, programa do governo federal. Em julho, presidente Lula esteve no ABC e anunciou a destinação de cerca de R\$ 4,5 milhões, vindos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para uma terceira etapa do Consórcio Social Juventude do ABC - beneficiado pelo Primeiro Emprego.

Por meio desse programa, o governo federal repassa verbas para municípios e entidades que fazem serviços de capacitação profissional de jovens. Entre as ONGs listadas como autorizadas para o serviço, que receberão R\$ 3,2 milhões nessa etapa, está a Politeu. O atual presidente da Politeu, Fausto de Almeida, disse não saber quais os valores repassados pelo programa. Fontes do PT informaram que a entidade já recebeu pelo menos R\$ 100 mil do governo.

A ONG também tem um convênio com a Petrobrás. A entidade disse só poder informar hoje o valor. O patrocínio seria de pelo menos R\$ 187 mil.

A Politeu foi fundada em 1999 e presidida pelo economista Edgar Nóbrega, vereador de São Caetano e candidato a deputado estadual. Na época, Nóbrega era pessoa de confiança de Lacerda. Quando foram feitos os contratos, a ONG era presidida por Mário de Jesus Ribeiro, também do grupo político de Lacerda.

Até pouco tempo atrás, a Politeu era presidida por Maria da Fátima Fonseca, namorada de Nóbrega e cunhada de Lacerda. Oficialmente, Nóbrega e Lacerda romperam relações, mas integrantes do PT confirmaram a existente relação entre eles. A sede do prédio da Politeu, funciona no comitê político de Nóbrega. ■

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Para vice de Serra, petistas são ‘filhotes de Goebbels’”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 11 de outubro do corrente.

A matéria destaca que o Deputado Alberto Goldman, do PSDB, Vice do Governador eleito de São Paulo, José Serra, classificou de ‘filhotes de Goebbels’ os petistas, por dizerem que o tucano Geraldo Alckmin vai vender estatais como o Banco do Brasil, se for eleito. Goldman se referiu ao Ministro da propaganda

da Alemanha nazista, Josef Goebbels, que pregava que uma mentira repetida mil vezes se transforma em verdade.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Para vice de Serra, petistas são ‘filhotes de Goebbels’

Bornhausen também faz comparação com chefe da propaganda nazista e acusa Lula de ser mentiroso

BRASÍLIA

O deputado Alberto Goldman (PSDB), vice do governador eleito de São Paulo, José Serra, classificou ontem de “filhotes de Goebbels” os petistas, por dizerem que o tucano Geraldo Alckmin vai vender estatais como Petrobrás e o Banco do Brasil, se for eleito. “Não adianta mostrar que não há nada disso no programa de governo. Os filhotes de Goebbels estão aí para ficar repetindo mentiras.”

Goldman referia-se ao ministro da propaganda da Alemanha nazista, Joseph Goebbels, que pregava que uma mentira repetida mil vezes se transformava em verdade. “No programa (de Alckmin), não tem isso”, insistiu o vice de Serra. “Não vamos privatizar. Isso não quer dizer que uma empresa aqui e ali não possa ser privatizada.”

Ele disse que não existe o dogma de que algumas estatais não podem ser privatizadas, mas insistiu: “Não há um programa de privatização. Petrobrás, Banco

do Brasil, Caixa Econômica e as grandes empresas não serão privatizadas.” As declarações de Goldman refletem a reunião dos deputados federais tucanos, que ontem acertaram que vão responder à ofensiva dos petistas, rebateando esses boatos.

No Congresso, dirigentes do PFL e do PSDB condenaram a “tática terrorista” do PT. O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), repetiu a comparação com Goebbels. “É uma tática fascista. Não é à toa que todo mundo já sabe que Lula é o maior mentiroso do País.” Segundo ele, estão sendo repetidas “diárias e sistematicamente” afirmações falsas sobre privatização de estatais e o fim do Bolsa-Família. “Fica claro que estão desesperados.”

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), disse na tribuna que os aliados de Lula chegam ao ponto de amedrontar moradores de cidades pequenas, alegando que se Alckmin for eleito vai mandar cortar a luz e suspender o Bolsa-Família. “Pode

passar na cabeça de alguém que um presidente se sustente no poder com base nesse tipo de inverdade?”

Virgílio disse que, em vez de fazer previsões falsas, Lula deveria reconhecer “os estragos” feitos por seu governo em órgãos como a Caixa e a Petrobrás. “Quem privatizou em algum momento a Caixa, a Petrobrás, os Correios, esse alguém se chama Luiz Inácio Lula da Silva, responsável por tudo que acontece no seu governo.” Citou como exemplo o Land Rover dado ao ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira, supostamente por facilidades nas operações com a Petrobrás, o esquema de propina nos Correios e a violação da conta da Caixa do caseiro Francisco dos Santos Costa.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse que a divulgação de mentiras chegou a tal ponto que se tornou “o mote principal” de Lula. “Ele mente de forma inacreditável.” • **CIDA FONTES, DENISE MADUEÑO e ROSA COSTA**

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sras e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar o editorial intitulado “Sismo sob o PT”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 25 de setembro de 2006.

O editorial destaca que a crise do dossiê relançou a sorte da disputa presidencial, que entra na sua semana decisiva sob o signo da incerteza.

Sismo sob o PT

Crise do dossiê relançou a sorte da disputa presidencial, que entra na sua semana decisiva sob o signo da incerteza

AECONOMIA, quase sempre em crise, foi o principal elemento a conferir dramaticidade aos pleitos que, desde 1989, elegeram presidentes da República no Brasil. A ironia é que agora, quando os parâmetros financeiros acusam inusitada calmaria, os desmandos da política é que são lançados ao proscênio nos últimos dias de campanha antes do primeiro turno.

A menos de 150 horas da abertura da votação, paira no ar a incerteza. Dissipou-se a monotonia de um cenário que, há dez dias, apontava para uma vitória tranquila de Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro turno. Na madrugada de sexta, 15 de setembro, dois petistas foram presos com R\$ 1,7 milhão em dinheiro vivo. Negociariam um dossiê contra adversários; acabaram relançando a sorte da eleição.

Em campo sete dias após o flagrante da Polícia Federal, o *Datafolha* apurou ligeira oscilação negativa, dentro da margem de erro, na intenção de voto de Lula. Avançou um ponto o bloco de seus adversários. Oito pontos percentuais separam o presidente dos concorrentes. Na análise estatística, tudo igual: o petista teria sido reconduzido ao Planalto, em turno único, se as eleições houvessem ocorrido na sexta-feira passada.

Sem a crise do dossiê, seriam mesmo favas contadas a reeleição de Lula no domingo que vem. Mas o solo em que caminha a

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o editorial passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

candidatura petista está tremendo —e não vai parar de chacoalhar nos próximos seis dias.

Esperam-se novidades acerca do mais grave elemento ainda incógnito na operação organizada por pessoas na cúpula da campanha presidencial, companheiros de partido e sindicalismo de Lula. Trata-se de saber como foi financiada a compra das informações, de onde veio o dinheiro.

Se cinco dias de intensa exposição do caso nos meios de comunicação e de exploração eleitoral pela campanha de Geraldo Alckmin não bastaram para mudar o quadro no *Datafolha*, nada garante que o comportamento do eleitorado permaneça o mesmo de hoje até domingo.

O desenrolar do escândalo, a manutenção do caso em destaque no noticiário e a intensificação da estratégia oposicionista até quinta-feira —último dia de propaganda eleitoral— ainda podem alterar esse quadro o suficiente para levar a disputa presidencial para o segundo turno. Basta que as intenções de voto de Lula caiam quatro pontos percentuais e que estes sejam transferidos para seus adversários.

É alto (71%) o índice dos eleitores que tomaram conhecimento dos fatos básicos do escândalo, mas ele ainda é razoavelmente menor (61%) no estrato mais fiel a Lula —pessoas com renda familiar mensal até R\$ 700, que perfazem metade do eleitorado. São eles os responsáveis pela impressionante resistência da candidatura Lula a uma sucessão igualmente impressionante de escândalos na administração petista.

Essa fidelidade, calcada, entre outros fatores, em melhorias efetivas —embora insustentáveis nos termos em que evoluíram— na condição de vida, vai passar por seis dias decisivos de teste.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da entrevista cedida pelo candidato tucano, Geraldo Alckmin, intitulada “Vou apoiar a produção de tevê digital na Zona Franca”, publicada pelo jornal **A Crítica**, de 15 de outubro de 2006.

O candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, disse que se eleito vai fortalecer o Pólo Industrial de Manaus (PIM). Segundo o candidato: “nós vamos fazer crescer a Zona Franca de Manaus e liberaremos R\$600 milhões para investimentos em sua infra-estrutura. Seu modelo é um caso de sucesso,

pois cria empregos, tem alta tecnologia e ainda não polui a floresta e o meio ambiente como um todo. Quero deixar bem claro também que a tevê digital é uma vocação do PIM e que farei de tudo para fortalecer a sua produção na região”.

Sr Presidente, para concluir, requeiro que a referida entrevista passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Os planos de Alckmin

“O PIM será prioridade no meu governo, junto com a Sudam, agência de desenvolvimento que criarei com novos moldes, para o crescimento da Amazônia”

Peregrinação Em viagem pelo Nordeste, para construção de alianças políticas, candidato à presidência pelo PSDB, Geraldo Alckmin, recebeu a reportagem de **A CRÍTICA** em Recife

Desmentidos Tucano falou sobre seus projetos para o Amazonas e esclareceu alguns pontos negativos propagados pelo movimento que ele chama de “Mentirobrás”.

Geraldo Alckmin

“Vou apoiar a produção de TV digital na Zona Franca”

Em entrevista a **A CRÍTICA**, o candidato tucano afirma que o Pólo Industrial de Manaus será prioridade em seu Governo e que vai descontingenciar R\$ 600 milhões para a Suframa

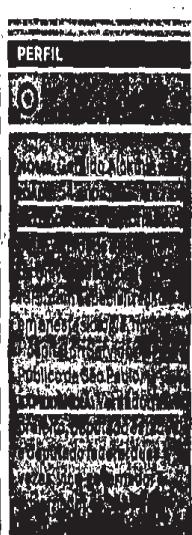
ANTONIO XIMENES
ENVIADO ESPECIAL

RECIFE (PE) - O candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, disse que se eleito vai fortalecer o Pólo Industrial de Manaus (PIM). "Nós vamos fazer crescer a Zona Franca de Manaus e liberaremos R\$ 600 milhões para investimentos em sua infra-estrutura. O seu modelo é um caso de sucesso, pois cria empregos, tem alta tecnologia e ainda não polui a floresta e o meio ambiente como um todo. Quero deixar bem claro também que a TV digital é uma vocação do PIM e que eu farei de tudo para fortalecer a sua produção na região", declarou em Recife (PE), com exclusividade para A CRÍTICA, onde esteve reunido com a cúpula da sua campanha, para definir os próximos passos da mais árduo segundo turno da história política brasileira. Alckmin chega no dia 19 em Manaus, de acordo com a coordenação de sua campanha, onde vai reunir-se com lideranças políticas locais e aliados dentro da estratégia para aumentar a sua base de votos no Amazonas.

Candidato, qual a sua política para o Pólo Industrial de Manaus?

Eu vou fortalecer o. O meu compromisso é com a agenda do crescimento e do desenvolvimento e o PIM é a prova concreta disso no Amazonas, pois cria empregos, tem alta tecnologia e tem competitividade interna e externa. Vou apoiar a produção de TV digital na Zona Franca de Manaus e vou também liberar R\$ 600 milhões para investimentos em infra-estrutura da Sufra. Ninguém está autorizado a falar o contrário, pois o PIM será prioritário no meu governo, junto com a Sudam, agência de desenvolvimento que criarei, com novos moldes, para o crescimento da Amazônia.

De que maneira o senhor vai contribuir para que as empresas do PIM permaneçam na região e não ocorra de-



Emprego?

Investindo em pesquisa, em tecnologia e mantendo os benefícios da Zona Franca de Manaus. Sobre a entrada dos produtos procedentes da China vamos cuidar disso da seguinte maneira: o presidente do Brasil tem que cuidar dos interesses dos brasileiros. E o que nós estamos verificando hoje é uma invasão de produtos chineses na área eletroeletrônica, nos eletromésticos, nas roupas, nos sapatos, nos brinquedos, e o pior, o atual governo reconheceu a China como economia de mercado, o que causou o enfraquecimento da posição brasileira. Comigo, o relacionamento vai ser diferente. A prioridade é a nossa produção e o PIM está incluído.

Como o senhor pretende ampliar o desenvolvimento do Amazonas?

Terminando o gasoduto Uruçu-Manaus, criando um pólo de produção de fármacos e cosméticos, aproveitando a biodiversidade local e incentivando e apoiando a pesquisa de ponta no Inpa, na Fundação Florencio (Fundação Oswaldo Cruz) e em outras instituições que atuam na região. Criando o pólo de polímeros e plásticos com o gás que virá pelo gasoduto. Incentivando e investindo no turismo, que é a indústria que mais emprega no mundo e tem todas as condições de ter um grande de-

semepno na região Amazônica. Investindo em educação e investindo em tecnologia.

Como o senhor vai tratar do meio ambiente da Amazônia? Eu defendo o zoneamento ecológico/econômico. Através dele podemos definir as vocações locais, tendo sempre em conta as características do meio ambiente, que devem ser preservadas com racionalidade. O crescimento da economia, a geração de empregos e de renda serão a obsessão do meu governo, que também defenderá a natureza criando alternativas de desenvolvimento regional, por isso eu valorizo muito o PIM, que é um caso de sucesso e que vai receber mais investimentos do meu governo para a sua expansão.

O senhor tem dito que vai investir na segurança de fronteira, como fará isso?

O problema da segurança pública é um problema do País. Temos hoje um problema de altos índices de criminalidade em todo o Brasil e por trás disso está a questão do narcotráfico, do contrabando de armas, da lavagem de dinheiro e da pirataria. A maneira mais eficaz de combater todos esses crimes é fortalecer as fronteiras. Vou aumentar a presença das forças armadas na fronteira e reaparelhá-las. O Exército estará nas fronteiras secas, a Aeronáutica no espaço aéreo e a Marinha no litoral e nos rios. A Polícia Federal agirá com inteligência e com banco de dados. Nós vamos ter sucesso na questão do combate ao narcotráfico, do contrabando de armas e dos outros crimes, com isso vamos dar um grande passo para melhorar a segurança do País como um todo. Vamos liberar os recursos do Fundo de Segurança e do Fundo Penitenciário, que estão contingenciados no atual governo. Seremos parceiros dos governos estaduais e dos municipais.

O senhor vai privatizar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, os Correios e a Petrobrás, como tem dito a oposição? Eu não vou privatizar nenhuma

FRASES

Geraldo Alckmin (CANDIDATO A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)

"O meu compromisso é com a agenda do crescimento e do desenvolvimento e o PIM é a prova concreta disso no Amazonas, pois cria empregos, tem alta tecnologia e tem competitividade interna e externa. Vou apoiar a produção de TV digital na Zona Franca de Manaus e vou também liberar R\$ 600 milhões para investimentos em infra-estrutura da Sufra."

"(...) o atual governo reconheceu a China como economia de mercado, o que causou o enfraquecimento da posição brasileira. Comigo, o relacionamento vai ser diferente. A prioridade é a nossa produção e o PIM está incluído".

"Não há nenhuma razão para termos 34 ministérios. Isso foi feito para acomodar os petistas. Acomodar os 'companheiros' que perderam a eleição. Isso não é possível de se aceitar. O aparelhamento do Estado não pode ser aceito. Eu pretendo ter um governo de respeito ético. Respeito ao dinheiro dos impostos da população. Há um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que mostra que o Brasil perde R\$ 3 bilhões com a corrupção. Eu vou tratar o Estado com eficiência. Eu economizei, como governador de São Paulo, em três anos e meio, R\$ 4 bilhões, sem compras eletrônicas. Gente o que é o sanguessuga? É o sobrepreço na compra de ambulâncias. É roubo por superfaturamento. Se a gente comprar pra pregar se economiza mais e evita os superfaturamentos.

O que o senhor fará na área de Educação?

Eu pretendo implantar no Brasil todo as escolas em tempo integral e de graça. O aluno vai ter café da manhã, almoço e lanche da tarde. Aliás, vou começar de cara, com as escolas de ensino fundamental de cinco horas depois, expandir, como fiz em São Paulo, onde há 500 escolas em tempo integral. Escolas com qualidade e de graça.

Na Saúde, quais são as suas propostas? O Brasil retrocedeu na área saúde e isso é um absurdo. País foi para trás. São poucas pessoas que sabem o nome ministro da Saúde, antes n

dessas empresas. É tudo mentira. Não tem nada de verdade nisso. Infelizmente, o governo federal criou a "Mentirobrás", uma empresa nova que me deixou muito triste. Não dá para ver os ministros fazendo campanha, ao invés de estarem trabalhando para o povo. Digo mais ainda, eu vou fortalecer o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, os Correios e a Petrobrás, que são fundamentais para o Brasil.

O senhor tem dito que vai diminuir a máquina pública, como isso será feito?

Olha, não há nenhuma razão para termos 34 ministérios. Isso foi feito para acomodar os petistas. Acomodar os "companheiros" que perderam a eleição. Isso

não é possível de se aceitar. O aparelhamento do Estado não pode ser aceito. Eu pretendo ter um governo de respeito ético. Respeito ao dinheiro dos impostos da população. Há um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que mostra que o Brasil perde R\$ 3 bilhões com a corrupção. Eu vou tratar o Estado com eficiência. Eu economizei, como governador de São Paulo, em três anos e meio, R\$ 4 bilhões, sem compras eletrônicas. Gente o que é o sanguessuga? É o sobrepreço na compra de ambulâncias. É roubo por superfaturamento. Se a gente comprar pra pregar se economiza mais e evita os superfaturamentos.

O que o senhor fará na área de Educação?

Eu pretendo implantar no Brasil todo as escolas em tempo integral e de graça. O aluno vai ter café da manhã, almoço e lanche da tarde. Aliás, vou começar de cara, com as escolas de ensino fundamental de cinco horas depois, expandir, como fiz em São Paulo, onde há 500 escolas em tempo integral. Escolas com qualidade e de graça.

Como o senhor pretende reverter a diferença em relação ao seu adversário? Toda diferença é possível de ser tirada. Chegamos ao segundo turno porque temos propostas sérias e porque o povo acredita em nós. Estamos prontos para governar o País e conto com ajuda do povo amazonense.

ra assim. A saúde é uma área vital importância para o povo brasileiro. Todo mundo paga o imposto do cheque, aquele da CPMF, que foi criado para ser usado na saúde e, que, no ano passado arrecadou quase R\$ 30 bilhões e, no entanto, a gente continua vendendo pessoas morrendo de malária, hepatite, tuberculose e outras complicações. Isso não pode continuar. Nós vamos investir na construção de hospitais, nos mutirões de saúde na qualificação de pessoal e em pesquisas. Vamos colocar mais recursos na saúde fazendo o ajuste fiscal, evitando desperdício, a corrupção e sendo eficientes.

De que maneira o senhor vai diminuir a carga tributária? Essa é uma questão central porque com uma carga tributária de 38% do PIB (Produto Interno Bruto que é a soma de todas as riquezas do País), que é o dobro da Argentina, do México, do Chile, da Venezuela, é claro que a competitividade dos nossos produtos vai parar e nós precisamos, em um mundo moderno, sermos competitivos. A palavra no mundo moderno é eficiência. A ineficiência do atual governo federal está diminuindo a eficiência das empresas.

Na nossa agenda do crescimento temos obsessão pelo emprego, que é o que diminui a pobreza, que torna as pessoas mais felizes, porque se sentem úteis. Não há governo ético se ele não é eficiente. A eficiência é o novo nome da ética. Nós vamos fechar todas as tarefas do desperdício, para poder diminuir a carga tributária, analisando as cadeias produtivas para o País crescer forte.

Como o senhor pretende reverter a diferença em relação ao seu adversário? Toda diferença é possível de ser tirada. Chegamos ao segundo turno porque temos propostas sérias e porque o povo acredita em nós. Estamos prontos para governar o País e conto com ajuda do povo amazonense.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O Senador Tião Viana reconsidera a sua inscrição para amanhã.

Não mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 31 minutos.)

(OS Nº 15732/2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA **4ª Sessão Legislativa Ordinária da** **52ª Legislatura -2006**

Resenha Mensal (269, II, do RISF) (Período de 1º a 31/10/2006)

I - MEDIDAS PROVISÓRIAS

1 – APROVADAS NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO E ENVIADAS À SANÇÃO:

Total	1
--------------------	----------

Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 296, de 2006), que *dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior.*

Sessão: 04.10.2006

2 - APROVADAS NA ÍNTegra E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

Total.....	12
-------------------	-----------

Medida Provisória nº 297, de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências

Sessão: 04.10.2006

Medida Provisória nº 298, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para o fim que especifica.

Sessão: 10.10.2006

Medida Provisória nº 299, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 925.459.839,00 (novecentos e vinte cinco milhões, quatrocentos e cinqüenta e nove mil, oitocentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica

Sessão: 17.10.2006

Medida Provisória nº 300, de 2006, que autoriza o Poder Executivo, na forma e condições estipuladas, a pagar valores devidos aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e dá outras providências.

Sessão: 17.10.2006

Medida Provisória nº 301, de 2006, que dispõe sobre a criação da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz, do Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro, do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE e do Plano de Carreiras e Cargos do Inpi; o enquadramento dos servidores originários das extintas Tabelas de Especialistas no Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; a criação do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, a reestruturação da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998; a

criação da Carreira de Suporte Técnico à Tecnologia Militar; a extinção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar – GDATM; e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Operacional em Tecnologia Militar – GDATEM; a alteração da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo – GDASA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002; a alteração dos salários dos empregos públicos do Hospital das Forças Armadas – HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001; a criação de cargos na carreira de Defensor Público da União; a criação das Funções Comissionadas do INSS – FCINSS; o auxílio-moradia para os servidores de Estados e Municípios para a União, a extinção e criação de cargos em comissão; e dá outras providências.

Sessão: 17.10.2006

Medida Provisória nº 302, de 2006, que dispõe sobre a criação dos Planos Especiais de Cargos da SUFRAMA e da EMBRATUR, e da Gratificação Temporária dos Órgãos Centrais - GSISTE; a alteração de dispositivos da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, que dentre outras providências reestrutura a remuneração dos cargos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, de Auditoria-Fiscal da Previdência Social e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e da Lei nº 10.479, de 28 de junho de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos integrantes das carreiras de Diplomata, Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria; a instituição da Gratificação Específica de Apoio Técnico e Administrativo ao Serviço Exterior Brasileiro - GEASEB; a instituição da Gratificação Especial de Função Militar - GEFM; e dá outras providências.

Sessão: 17.10.2006

Medida Provisória nº 304, de 2006, que dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA; institui a Gratificação Específica de Docência dos servidores dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima - GEDET; fixa o valor e estabelece critérios para a concessão da Gratificação de Serviço Voluntário, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, aos militantes dos extintos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima; autoriza a redistribuição, para os Quadros de Pessoal Específico das Agências Reguladoras, dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, cedidos àquelas autarquias, nas condições que especifica; cria Planos Especiais de Cargos, no âmbito das Agências Reguladoras referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de

2004; institui a *Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação - GEDR*, devida aos ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; cria as carreiras e o Plano Especial de Cargos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP; aumenta o valor da *Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional - GEPDIN*, instituída pela Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e dá outras providências.

Sessão: 17.10.2006

Medida Provisória nº 305, de 2006, que dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal e Defensor Público da União de que tratam a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e a Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002; da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; da Carreira Policial Federal, de que trata a Lei 9.266, de 15 de março de 1996, e a reestruturação dos cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998; e dá outras providências.

Sessão: 17.10.2006

Medida Provisória nº 306, de 2006, que fixa os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas.

Sessão: 17.10.2006

Medida Provisória nº 307, de 2006, que altera a Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, no tocante aos valores da Vantagem Pecuniária Especial - VPE devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Sessão: 17.10.2006

Medida Provisória nº 308, de 2006, que fixa o subsídio dos cargos das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.

Sessão: 17.10.2006

Medida Provisória nº 309, de 2006, que altera os valores constantes do Anexo II da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN.

Sessão: 17.10.2006

3 – APROVADA NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO, APRESENTADO PELO SENADO FEDERAL, E DEVOLVIDO À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total.....	1
-------------------	----------

Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2006 (oferecido pelo Senado à Medida Provisória nº 303, de 2006), que *dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Secretaria da Receita Federal, com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com o Instituto Nacional do Seguro Social nas condições que especifica e altera a legislação tributária federal.*

Sessão: 18.10.2006

II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO:

De iniciativa do Presidente da República ..	1
De iniciativa do Procurador-Geral da República	1
Total.....	2

Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006 (nº 6.469/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Procurador-Geral de República, que *dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004, e dá outras providências.*

Sessão: 06.10.2006 (na sessão dia 10/10/2006, aprovação de adendo)

Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2006 (nº 7.432/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *denomina “Rodovia Santos Dumont” a rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero), em Fortaleza, no Estado do Ceará, até o entroncamento com a BR-040, no Estado do Rio de Janeiro.*

Sessão: 17.10.2006

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal	4
De iniciativa da Câmara dos Deputados	1
Total.....	5

Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2006, apresentado pelo Senador Rodolpho Tourinho, como conclusão do parecer sobre a Medida Provisória nº 297, de 2006, que *regulamenta os §§ 4º e 5º do art. 198 da Constituição Federal, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.*

Sessão: 04.10.2006

Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que *acrescenta parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Sessão: 11.10.2006

Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, de autoria do Senador Luiz Otávio, que *acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de setenta e cinco anos de idade.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 11.10.2006

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2006 (nº 5.049/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Procurador-Geral da República, que *regulamenta o § 1º do art. 130-A da Constituição Federal, dispondo sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do Ministério Público, e dá outras providências.*

Sessão: 17.10.2006

Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 - Complementar, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera o art. 33 da Lei Complementar nº 81, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.*

Sessão: 17.10.2006

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados .	28
Total.....	28

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1995 (nº 428/94, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Liberal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belém, Estado do Pará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2006 (nº 2.160/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Manoel Antônio Nunes Neto para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Icó, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2006 (nº 2.152/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Movimento de Ação Comunitária – MAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solonópole, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2006 (nº 2.174/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deputado Irapuan Pinheiro, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2006 (nº 2.210/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2006 (nº 1.961/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Francisco de Assis Dantas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penaforte, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2006 (nº 2.022/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Sócio-Cultural, Desportiva e Educacional de Pindoretama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2006 (nº 2.178/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe - Agap a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2006 (nº 2.189/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2006 (nº 2.215/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Ascom - Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2006 (nº 2.153/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2006 (nº 2.158/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação*

Movimento Comunitário Rádio Trans América/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colniza, Estado de Mato Grosso.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2006 (nº 2.159/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulínea, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2006 (nº 2.161/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2006 (nº 2.166/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Olga de Sá para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2006 (nº 2.172/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuã, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2006 (nº 2.180/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amambai, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2006 (nº 2.185/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Ipiaú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipiaú, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2006 (nº 2.190/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA - Aproma a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Sarney, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2006 (nº 2.195/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2006 (nº 2.199/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2006 (nº 2.200/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacobina, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2006 (nº 2.202/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jaguaruana, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2006 (nº 2.206/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão FM do Povo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açú, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2006 (nº 2.207/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2006 (nº 2.209/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Sociedade Hervalense de Artes e Recreação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2006 (nº 2.230/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará - Afasb a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2006 (nº 2.236/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autorga permissão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade da Andradina, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

V – REQUERIMENTOS DIVERSOS:

De iniciativa do Senado Federal	2
Total.....	2

Requerimento nº 873, de 2006, de autoria do Senador Wellington Salgado Filho, *solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2006, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação.*

Sessão: 17.10.2006

Requerimento nº 1.050, de 2006, de autoria do Senador Efraim Moraes, *solicitando inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2006, altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino.*

Sessão: 17.10.2006

VI – MATERIAS REJEITADAS:

De iniciativa do Senado Federal	1
Total.....	1

Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2006 -Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecendo a obrigatoriedade da execução do orçamento, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentária.*

(art. 254 do RISF)

Sessão: 06.10.2006

VII - MATERIAS RETIRADAS PELOS AUTORES:

De iniciativa do Senado Federal	3
Total.....	3

Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera o § 3º do art. 226 da Constituição Federal, para permitir a união estável entre casais homossexuais.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.023, de 2006, por deferimento do Presidente do Senado.

Sessão: 05.10.2006

Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a redação do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para acrescentar o inciso III ao art. 128, incluindo entre as suas excludentes de antijuridicidade, hipótese permissiva de interrupção de gravidez.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.024, de 2006, por deferimento do Presidente do Senado).

Sessão: 05.10.2006

Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de dispor sobre a prática de gesto obsceno por condutor ao volante de veículo.*

(Retirado pelo Requerimento nº 1.069, de 2006, por deferimento do Presidente do Senado)

Sessão: 24.10.2006

VIII - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal	42
Total.....	42

Requerimento nº 1.004, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento das vitimas do vôo 1907 da Gol – Linha Aérea Inteligente.*

Sessão: 03.10.2006

Requerimento nº 1.005, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de aplauso à Associação dos Amigos do Livro Matogrossense – ALIMEMTO pela coordenação da LITERAMÉRICA – Feira Latino Americana do Livro 2006 e pela homenagem à escritora Nélida Piñon.*

Sessão: 03.10.2006

Requerimento nº 1.006, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando inserção em ata de voto de aplauso a Sra. Clarice Veras, Coordenadora do Prêmio Sebrae Mulher Empreendedora 2006 lançado no dia 2 de setembro de 2006, em Cuiabá, durante a 18ª Convenção da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW) - Confam.*

Sessão: 03.10.2006

Requerimento nº 1.007, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando inserção em ata de voto de aplauso à Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Professora Maria Aparecida Barbosa Carneiro, pela realização do Mini-Curso “Violência contra a mulher”, no dia 4 de setembro de 2006.*

Sessão: 03.10.2006

Requerimento nº 1.008, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando inserção em ata de voto de aplauso ao Prefeito de Salvador, Sr. João Henrique, pela criação do Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes (Fiema) e pelo lançamento do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), no dia 30 de agosto de 2006.*

Sessão: 03.10.2006

Requerimento nº 1.009, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando inserção em ata de voto de aplauso à Dra. Ana*

Maria Gonçalves Louzada, juíza da 1ª Vara de Família de Brasília, por ter concedido no dia 31 de agosto de 2006 sentença favorável para retificação do nome do autor da ação, com a consequente alteração de sexo no registro, de feminino para masculino.

Sessão: 03.10.2006

Requerimento nº 1.010, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do professor Cândido José Mendes de Almeida, Diretor da Universidade Cândido Mendes, ocorrido no dia 27 de setembro de 2006, no Rio de Janeiro.*

Sessão: 03.10.2006

Requerimento nº 1.013, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pela morte dos passageiros e tripulantes do voo 1907, da GOL, que cumpria a rota Manaus-Brasília-Rio, no dia 29 de setembro de 2006.*

Sessão: 04.10.2006

Requerimento nº 1.018, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de reconhecimento ao pugilista brasileiro Acelino Popó de Freitas.*

Sessão: 04.10.2006

Requerimento nº 1.019, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Dr. Carlos Eduardo Caputo Bastos.*

Sessão: 04.10.2006

Requerimento nº 1.020, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do candidato à Deputado Estadual pelo Estado de Tocantins, Sr. Gilberto Maciel da Fonseca, ocorrido no dia 4 de outubro de 2006.*

Sessão: 04.10.2006

Requerimento nº 1.025, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de louvor pela passagem dos dezoito anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, da República Federativa do Brasil.*

Sessão: 05.10.2006

Requerimento nº 1.026, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de aplauso à Escola Pública Integrada Professora Letícia Possamai, da comunidade de Aterrado, em Pouso Redondo-SC, por ter sido uma das sete unidades de ensino do Brasil selecionados para o Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar.*

Sessão: 05.10.2006

Requerimento nº 1.027, de 2006, de autoria dos Senadores Roberto Saturnino e Mão Santa, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Fernando Gasparian, ocorrido no dia 7 de outubro de 2006, na cidade de São Paulo.*

Sessão: 09.10.2006

Requerimento nº 1.028, de 2006, do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, *solicitando homenagens pelo falecimento do editor e ex-Deputado Federal Fernando Gasparian, ocorrido no dia 7 de outubro de 2006, na cidade de São Paulo.*

Sessão: 09.10.2006

Requerimento nº 1.029, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Fernando Gasparian, ocorrido no dia 7 de outubro de 2006, na cidade de São Paulo.*

Sessão: 09.10.2006

Requerimento nº 1.033, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de apreço e de pronto restabelecimento ao arquiteto Oscar Niemayer, hospitalizado no Hospital Samaritano, no Rio de Janeiro, para cirurgia ortopédica.*

Sessão: 10.10.2006

Requerimento nº 1.034, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Constituinte Fernando Gasparian, também editor.*

Sessão: 10.10.2006

Requerimento nº 1.041, de 2006, de autoria do Senador Ramez Tebet e outros Senadores, *solicitando voto de louvor à Real Academia Sueca por ter agraciado o economista bengalês Muhammad Yunus, criador do banco Grameen, com o Prêmio Nobel da Paz neste ano de 2006.*

Sessão: 16.10.2006

Requerimento nº 1.042, de 2006, de autoria do Senador Ramez Tebet e outros Senadores, *solicitando voto de louvor à ao economista fundador da Real Academia Sueca.*

Sessão: 16.10.2006

Requerimento nº 1.044, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Fernando Gasparian.*

Sessão: 16.10.2006

Requerimento nº 1.045, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, *solicitando voto de louvor pela concessão do Prêmio Nobel da Paz ao senhor Muhammad Yunus, criador do Grameen Bank de Bangladesh.*

Sessão: 17.10.2006

Requerimento nº 1.046, de 2006, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Tião Viana, *solicitando voto de congratulações ao economista bengalês Muhammad Yunus e ao Grameen Bank, pelo recebimento do Prêmio Nobel da Paz de 2006.*

Sessão: 17.10.2006

Requerimento nº 1.047, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário baiano Rui Almeida.*

Sessão: 17.10.2006

Requerimento nº 1.048, de 2006, de autoria dos Senadores João Ribeiro e Leomar Quintanilha, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Tibúrcio José Dantas.*

Sessão: 17.10.2006

Requerimento nº 1.055, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando votos de aplauso às equipes da Aeronáutica, Marinha e Exército, pelos bons serviços prestados na localização e resgate das vítimas do acidente aéreo do vôo 1907 da Gol.

Sessão: 17.10.2006

Requerimento nº 1.056, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Instituto Médico Legal de Brasília – IML, pelos notáveis serviços de sua equipe no reconhecimento de vítimas do acidente aéreo do vôo 1907 da Go.

Sessão: 17.10.2006

Requerimento nº 1.057, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de estímulo às jovens atletas amazonenses Amis Silva e Bianca Maia, selecionadas para treinamento de ginástica na Bulgária.*

Sessão: 17.10.06

Requerimento nº 1.058, de 2006, de autoria dos Senadores Antônio Carlos Valadares e Almeida Lima, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Jurandy Santos, ocorrido em Sergipe.*

Sessão: 18.10.2006

Requerimento nº 1.059, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma,

solicitando voto de aplauso aos médicos pela passagem de seu dia, comemorado em 18 de outubro, também dia de São Lucas, padroeiro da Medicina.

Sessão: 18.10.2006

Requerimento nº 1.060, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, pelo 15º aniversário de criação do Programa Qualidade Amazonas.*

Sessão: 18.10.2006

Requerimento nº 1.061, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Editora Alvinegra, do Rio de Janeiro, pelo lançamento da Revista Piauí, publicação empenhada no bom texto.*

Sessão: 18.10.2006

Requerimento nº 1.062, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à professora Íris Ferrari, da UnB, contemplada com o título de Mulher do Ano, Categoria Ciência, do Prêmio Cláudia, em reconhecimento ao seu trabalho, de décadas, para o diagnóstico de determinados tipos de câncer no sangue.*

Sessão: 18.10.2006

Requerimento nº 1.068, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Município de Manaus, pelo transcurso de seu 337º aniversário de criação.*

Sessão: 24.10.2006

Requerimento nº 1.070, de 2006, de autoria do Senador Roberto Saturnino, *solicitando apresentação de condolências à família e inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do jurista José Luiz Bulhões Pedreira, ocorrido no dia 24/10/2006.*

Sessão: 25.10.2006

Requerimento nº 1.071, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando apresentação de votos de congratulações pela escolha do nome do engenheiro Alysson Paolinelli, como laureado pelo WORLD FOOD PRIZE, do ano de 2006, instituição que premia as personalidades e fatos significantes em trabalhos relativas à produção de alimentos, no caso de desenvolvimento do cerrado brasileiro como uma das grandes conquistas das ciências agrícolas no século XX.*

Sessão: 25.10.2006

Requerimento nº 1.072, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando apresentação de votos de congratulações pela escolha do nome do engenheiro da Embrapa, Edson Lobato, como laureado pelo WORLD*

FOOD PRIZE, do ano de 2006, instituição que premia as personalidades e fatos significantes em trabalhos relativas à produção de alimentos, no caso de desenvolvimento do cerrado brasileiro como uma das grandes conquistas das ciências agrícolas no século XX.

Sessão: 25.10.2006

Requerimento nº 1.073, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando voto de congratulações à professora Ana Flávia Ribeiro Loura Guizalberte pelo recebimento do Prêmio Professora Nota 10, promovido pela Fundação Victor Civita.*

Sessão: 25.10.2006

Requerimento nº 1.076, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Professora Maria Helena P.T. Machado pelo seu trabalho acerca das pesquisas realizadas na Amazônia pelo Filósofo norte-americano William James, o estudioso que popularizou o termo pragmatismo.*

Sessão: 30.10.2006

Requerimento nº 1.077, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Ruth Silvina de Oliveira, ocorrido no Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 2006.*

Sessão: 30.10.2006

Requerimento nº 1.078, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros senhores Senadores, *solicitando voto de congratulações e aplauso pela passagem dos cem anos do vôo do 14 Bis, bem como, pela inestimável contribuição dada por Santos Dumont ao desenvolvimento da ciência e da aviação em especial.*

Sessão: 30.10.2006

Requerimento nº 1.079, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de pesar pelo falecimento do radialista, jornalista, escritor e ex-deputado federal Enéas Machado de Assis, ocorrido no dia 17 de outubro de 2006, na cidade de São Paulo – SP.

Sessão: 31.10.2006

IX - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

Total.....	5
-------------------	----------

Ato nº 52, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 10 de outubro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 316, de 11 de agosto de 2006, que altera as *Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e aumenta o valor dos benefícios da previdência social.*

(publicado no Diário Oficial da União de 3.10.2006, seção I)

Ato nº 53, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de outubro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 317, de 16 de agosto de 2006, que altera *dispositivos da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 6.10.2006, seção I)

Ato nº 54, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de outubro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 318, de 22 de agosto de 2006, que *abre crédito extraordinário no valor global de oitocentos e cinqüenta milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Educação, da Justiça, das Relações Exteriores, da Defesa e Operações Oficiais de Crédito, para os fins que especifica.*

(publicado no Diário Oficial da União de 13.10.2006, seção I)

Ato nº 55, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de outubro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 319, de 24 de agosto de 2006, que *institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 18.10.2006, seção I)

Ato nº 56, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de outubro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 320, de 24 de agosto de 2006, que *dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento*

de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em centro logístico industrial aduaneiro, altera a legislação aduaneira e dá outras providências.

(publicado no Diário Oficial da União de 18.10.2006, seção I)

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS
(1º a 31 de outubro de 2006)**

Deliberativas Ordinárias	04
Não Deliberativas	14
Deliberativas Extraordinárias	00
Especial	00
Total	18
Reuniões	03

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 31 de outubro de 2006)

MATÉRIAS APROVADAS	51
I – Medidas Provisórias aprovadas.....	14
1 – aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão da Câmara dos Deputados e enviada à sanção	1
2 – aprovada na íntegra e enviada à promulgação	12
3 – aprovadas na forma de projeto de Lei do Conversão apresentado pelo Senado Federal e devolvido à Câmara dos Deputados.....	1
II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção.....	2
III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	5
1 – Por decisão do Plenário.....	3
1.1 - Proposições do Senado	2
1.2 – Proposições da Câmara	1
2 – Por decisão terminativa.....	2
2.1 - Proposições do Senado	2
IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	28
1 - Concessões de telecomunicações	28
V – Requerimentos diversos	2
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	4
VI – Matérias rejeitadas	1
VII – Matérias retiradas pelos autores	3
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	55

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	5
--	----------

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A 31 DE OUTUBRO DE 2006

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 4ª LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA (15 de fevereiro a 31 de outubro de 2006)

Deliberativas Ordinárias	66
Não Deliberativas	95
Especiais	06
Extraordinárias	10
Total	177
Reunião	10

MATÉRIAS APROVADAS 813

I – Medidas Provisórias aprovadas..... 37

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção..... 08

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação 21

3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados .. 05

4 – Aprovado Projeto de Lei de Conversão (ressalvados destaques) e Devolvida a Medida Provisória à Câmara dos Deputados 02

5 – Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pelo Senado Federal e devolvida à Câmara dos Deputados 1

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 47

III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados 111

1 - Em Decisão terminativa 86

 1.1 Projetos de Lei do Senado Federal.....86

2 - Por Decisão de Plenário 25

 2.1 – Do Senado Federal 12

 2.2 – Da Câmara dos Deputados.....11

 2.3 – de Comissão Mista.....2

IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação 472

1 - Acordos Internacionais.....57

2 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais.....07

3 – Operações de Crédito.....17

4 – Concessões de telecomunicações.....389

5 – Alterações do Regimento Interno.....02

V – Escolha de chefes de Missão Diplomática.....	27
VI – Pareceres referentes a Mensagens de Escolha de Autoridade	25
VII – Requerimento de informações sigilosas.....	1
VIII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante	7
IX – Requerimento de Auditoria do TCU.....	1
X – Indicação.....	1
XI – Requerimentos Diversos	84
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	25
I - Matérias prejudicadas	5
II - Matérias rejeitadas	12
III – Matérias retiradas	8
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	838
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS.....	49
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO O TÉRMINO DO PRAZO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS	3

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE OUTUBRO DE 2006 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE.

REUNIÃO REALIZADA EM 03/10/2006 - ORDINÁRIA

ITEM 01

**TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DA EMENDA N° 01-CAE
(SUBSTITUTIVO) OFERECIDA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 41,
DE 2004 - TERMINATIVO**

Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior.

Autoria: Senador RODOLPHO TOURINHO

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO

Resultado: Não sendo apresentadas emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 02

**MENSAGEM DO SENADO FEDERAL N° 216, DE 2006
NÃO TERMINATIVA**

Solicita autorização do Senado Federal para a contratação de operação financeira entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria no valor de US\$ 151,953,792.35 (cento e cinqüenta e um milhões, novecentos e cinqüenta e três mil, setecentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e cinco centavos), referente ao contrato bilateral de reestruturação de dívida assinado em 29 de dezembro de 2005 âmbito do Clube de Paris.

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Relator: Senador NEY SUASSUNA

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

OBS: Em 05/09/2006, foi concedida Vista ao Senador César Borges nos termos regimentais.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator.

ITEM 03

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 195, DE 2004
NÃO TERMINATIVO**

Inclui parágrafo único no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem incluir o seu preço sem o valor do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e dos demais tributos sobre eles incidentes.**Autoria:** Senador JOÃO CAPIBERIBE

Relator: Senador CÉSAR BORGES

Parecer: Pela rejeição do Projeto.

OBS: A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa.

ITEM 04

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 226, DE 2006 NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Pará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento parcial do Programa Pará Rural (Pará Integrated Rural Development Project).

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Relator: Senador CÉSAR BORGES

Parecer: Favorável, nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM 05

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 219, DE 2006 NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de a até onze milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, entre a Prefeitura Municipal de Joinville, Estado de Santa Catarina, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - Fonplata, destinada ao financiamento parcial do "Programa Eixo Ecológico Leste e Estruturação de Parques Ambientais - Linha Verde".

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS.

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, DE 2003

"Altera a legislação do Imposto de Renda relativamente à concessão de benefícios fiscais para as doações destinadas à assistência e promoção social".

Autor: Senador SÉRGIO ZAMBIASI

Relator "ad hoc": Senador MÃO SANTA

Parecer: Favorável, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer , a matéria segue para a Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 02 - REQUERIMENTO Nº 35, DE 2006 – CAS

“Nos termos regimentais, requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CASDEF), para serem debatidos entre os senhores Senadores a inclusão das pessoas com deficiência no Mercado de Trabalho segundo a Lei de Cotas.”

Autor: Senador EDUARDO AZEREDO

Resultado: Aprovado

ITEM 03 - REQUERIMENTO Nº 36, DE 2006 – CAS

“Nos termos regimentais, requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CASDEF), para serem debatidos entre os senhores Senadores a elaboração da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência objetivando identificar os consensos e dissensos entre as nações e compatibilidade com a legislação em vigor no Brasil, para o qual convidamos representante do Comitê Brasileiro junto a Organizações das Nações Unidas (ONU).”

Autor: Senador EDUARDO AZEREDO

Resultado: Aprovado

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

REUNIÃO REALIZADA EM 03/10/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 044, DE 2006

“DENOMINA 'VIADUTO ALMIRANTE HELENO DE BARROS NUNES' O VIADUTO A SER CONSTRUÍDO NO TREVO ENTRE A BR-116 E A RJ-130, NO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: DEPUTADO RODRIGO MAIA

RELATORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 022, 2006-CE

“REQUEIRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 160, COMBINADO COM O ARTIGO 199 DO

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, QUE A HORA DO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2006, SEJA DEDICADA A HOMENAGEAR O DIA MUNDIAL DA CIÊNCIA PELA PAZ E PELO DESENVOLVIMENTO, CELEBRADO PELO SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS ANUALMENTE NO DIA 10 DE NOVEMBRO. A COMEMORAÇÃO DA DATA TEM A FINALIDADE DE FORTALECER A PREOCUPAÇÃO PÚBLICA COM O PAPEL DA CIÊNCIA PARA AS SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E PACÍFICAS, PROMOVENDO A SOLIDARIEDADE NACIONAL E INTERNACIONAL EM DIREÇÃO A UMA CIÊNCIA COMPARTILHADA ENTRE OS PAÍSES, CHAMANDO A ATENÇÃO PARA OS DESAFIOS DO PROGRESSO CIENTÍFICO ORIENTADO PARA O BEM COMUM”.

**AUTORIA: SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
OBS.: O REQUERIMENTO FOI APROVADO NA SUBCOMISSÃO**

**PERMANENTE
DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA REUNIÃO DO DIA 06/09/06**

RESULTADO: APROVADO

**PAUTA
RESULTADO - PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS**

ITEM 01

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 386, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA AUXILIADORA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE AMAMBAÍ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 377, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A RÁDIO COMUNITÁRIA CRIATIVA 102.1 FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PAULÍNEA, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 381, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE LORENA, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 407, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO CULTURAL NIVALDO FRANCO BUENO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DA ANDRADINA, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 368, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA FM 107,1 MHZ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE JARAGUÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 393, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA FERRABRÁS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SAPIRANGA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR PAULO PAIM

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 07

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 398, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DO RIO GRANDE STUDIO LIVRE FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE RIO GRANDE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR PAULO PAIM

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 08

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 400, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A SOCIEDADE HERVALENSE DE ARTES E RECREAÇÃO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE HERVAL, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR PAULO PAIM

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 09
TERMINATIVO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 391, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE DE PRESIDENTE SARNEY/MA - APROMA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PRESIDENTE SARNEY, ESTADO DO MARANHÃO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCOS GUERRA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 10
TERMINATIVO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 397, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO FM DO PVO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE APICUM-AÇÚ, ESTADO DO MARANHÃO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCOS GUERRA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 11
TERMINATIVO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 376, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO TRANS AMÉRICA/FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE COLNIZA, ESTADO DE MATO GROSSO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERALDO MESQUITA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 12
TERMINATIVO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 367, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DO GRUPO DE AMIGOS COMUNITÁRIOS DE PARIPE E SÃO TOMÉ DE PARIPE - AGAP A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SALVADOR, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR CÉSAR BORGES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 13

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 369, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASCOM - ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL CORAÇÃO DE MARIA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CORAÇÃO DE MARIA, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR CÉSAR BORGES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 14

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE IBIRAPUÃ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE IBIRAPUÃ, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR CÉSAR BORGES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 15

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 026, DE 1995

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA A TELEVISÃO LIBERAL LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SOM E IMAGENS (TELEVISÃO) NA CIDADE DE BELEM, ESTADO DO PARA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR LUIZ OTÁVIO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 16

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 402, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ - AFASB A EXECUTAR SERVIÇO DE

RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ, ESTADO DO PARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR LUIZ OTÁVIO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 17

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 378, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA FM ALMINAFONSENSE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ALMINO AFONSO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROBERTO SATURNINO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 18

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 337, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO CULTURAL MANOEL ANTÔNIO NUNES NETO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ICÓ, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 19

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 346, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA O MOVIMENTO DE AÇÃO COMUNITÁRIA - MAC A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SOLONÓPOLE, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 20

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 354, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO FM SERROTE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE IRAUÇUBA, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 10/10/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01**TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO N° 173, DE 2006**

“INSTITUI O DIA NACIONAL DO PESQUISADOR”.

AUTORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 073, DE 2006**

“INSTITUI O DIA NACIONAL DO NOTÁRIO E DO REGISTRADOR”.

AUTORIA: DEPUTADO ALEX CANZIANI

RELATORIA: SENADOR MARCOS GUERRA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO N° 067, DE 2004**

“ALTERA A LEI N° 8080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990, PARA VEDAR A FIXAÇÃO DE TETO FINANCEIRO PARA O PAGAMENTO DE HOSPITAIS PÚBLICOS OU DE ENSINO”.

AUTORIA: SENADORA HELOÍSA HELENA

RELATORIA: SENADOR NEY SUASSUNA

PARECER: PELA REJEIÇÃO

**RESULTADO: APROVADO O PARECER PELA
REJEIÇÃO**

ITEM 04**NÃO TERMINATIVO**

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 396, DE 2005

“ALTERA A LEI N° 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 (CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR), PARA DISCIPLINAR AS RELAÇÕES DE CONSUMO REALIZADAS POR MEIO ELETRÔNICO”.

AUTORIA: SENADOR RODOLPHO TOURINHO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO**ITEM 05****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO N° 024, DE 2006-CE**

“REQUEIRO, NOS TERMOS DISPOSTOS NOS INCISOS II, V, IX E XI DO ARTIGO 90 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO ÂMBITO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, PARA DISCUTIR A INCLUSÃO DA MÚSICA COMO DISCIPLINA OBRIGATÓRIA NO CURRÍCULO ESCOLAR”.

AUTORIA: ROBERTO SATURNINO

RESULTADO: APROVADO**ITEM 06****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 390, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO EDUCADORA DÉ IPIAÚ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE IPIAÚ, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR CÉSAR BORGES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO**ITEM 07****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 394, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO CLUBE RIO DO OURO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE JACOBINA, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR CÉSAR BORGES
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 08 TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 352, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CEDRO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 09 TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 359, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FRANCISCO DE ASSIS DANTAS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PENAFORTE, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 10 TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 360, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO SOCIO-CULTURAL, DESPORTIVA E EDUCACIONAL DE PINDORETAMA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PINDORETAMA, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 11 TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 374, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA O CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE BOA VIAGEM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BOA VIAGEM, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 12
TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 392, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO FM SERROTE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ANTONINA DO NORTE, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 13
TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 395, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO FM SERROTE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE JAGUARUANA, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

EXTRAPAUTA - RESULTADO**ITEM 01
NÃO TERMINATIVO**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2006

“DENOMINA ‘RODOVIA SANTOS-DUMONT’ A RODOVIA BR-116, DO QUILÔMETRO 0 (ZERO), EM FORTALEZA, NO ESTADO DO CEARÁ, ATÉ O ENTRONCAMENTO COM A BR-040, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO**ITEM 02****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 025, DE 2006-CE**

“NOS TERMOS DO ARTIGO 336, INCISO II, COMBINADO COM O ARTIGO 338, INCISO IV, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUER URGÊNCIA, PARA O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2006, QUE ‘DENOMINA ‘RODOVIA SANTOS-DUMONT’ A RODOVIA BR-116, DO QUILÔMETRO 0 (ZERO), EM FORTALEZA, NO ESTADO DO CEARÁ, ATÉ O ENTRONCAMENTO COM A BR-040, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO’”.

AUTORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO

RESULTADO: APROVADO**REUNIÃO REALIZADA EM 17/10/2006 - EXTRAORDINÁRIA****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 005, DE 2006**

“ACRESCENTA ART. 7-A À LEI Nº 4.769, DE 9 DE SETEMBRO DE 1965, PARA DISPOR SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ADMINISTRAÇÃO E SUA INCLUSÃO NOS CONSELHOS QUE REGEM A ATIVIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

RELATORIA: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

OBS.: MATERIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE
ASSUNTOS SOCIAIS

RESULTADO: APROVADO**ITEM 02****NÃO TERMINATIVO**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 027, DE 2006

“DENOMINA 'RODOVIA MINISTRO ALFREDO NASSER' A RODOVIA BR-174, ENTRE A CIDADE DE CÁCERES - MT E A FRONTEIRA COM A VENEZUELA”.

AUTORIA: DEPUTADO SANDES JÚNIOR

RELATORIA: SENADOR ROMERO JUCÁ

**PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA
OFERECIDA**

**OBS: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DAS
REUNIÕES DOS DIAS 11/07/06, 03/10/06 E 10/10/06**

RESULTADO: APROVADO

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA.

REUNIÃO REALIZADA EM 10/10/2006 - ORDINÁRIA

ITEM 1

**AVISO Nº 52, DE 2001
NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 99/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria operacional realizada no Banco do Nordeste do Brasil, tendo por objetivo a avaliação da gestão dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, particularmente na área de contratação de operações de crédito (TC-929.282/98-1).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator “ad hoc”: Senador FLÁVIO ARNS

Parecer: Pelo arquivamento da matéria

Resultado: Aprovado

ITEM 2
AVISO N° 201, DE 2001
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 879, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria realizada nas obras de reforma, ampliação e modernização do Aeroporto de Salvador (TC nº 009.627/2000-8).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator: Senador CÉSAR BORGES

Parecer: Pelo conhecimento da resposta contida no Aviso nº 6.825-GP/TCU e envie ofício ao Presidente do TCU para que esta Comissão seja informada quando da decisão definitiva sobre os processos TC nº 015.832/2005-5 e TC nº 009.627/2000-8.

Resultado: Aprovado

ITEM 3
AVISO N° 24, DE 2001
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.093, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR 060, no trecho entre o entroncamento com a DF 180 e a divisa DF/GO, no período de 17.07 a 10.11.2000 (TC 010.471/2000-8).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator: Senador AUGUSTO BOTELHO

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado

ITEM 4
AVISO N° 21, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º trimestre do exercício de 2006.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator: Senador AUGUSTO BOTELHO

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado

ITEM 5

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 265, DE 2004
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências, para estender o sistema de segurança dos estabelecimentos financeiros aos caixas eletrônicos.

Autoria: Senador RODOLPHO TOURINHO

Relator: Senador CÉSAR BORGES

Parecer: Pela aprovação do projeto

Obs.: Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Resultado: Aprovado

ITEM 6

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 398, DE 2005
NÃO TERMINATIVO**

Obriga os estabelecimentos que especifica a fornecerem informações nutricionais dos alimentos e bebidas preparados.

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA

Relator: Senador AUGUSTO BOTELHO

Parecer: Pela aprovação do projeto.

Obs.: Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Resultado: Aprovado

ITEM 7

**PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE N° 3, DE 2006**

Destinada a apurar as causas do acidente aéreo que abateu o Boeing 737-800 da Gol Linhas Aéreas, bem como toda a responsabilidade sobre ele.

Autoria: Senador AELTON FREITAS

Relator-prévio: Senador LEOMAR QUINTANILHA

Relatório-prévio: Promover uma consolidação de todas as apurações para dar à sociedade brasileira e internacional a mais ampla transparência sobre as causas do

acidente, bem como, propor medidas que possam contribuir para evitarem outros tantos sinistros de natureza semelhante.

Resultado: Aprovado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

REUNIÃO REALIZADA RM 05/10/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2006

De Audiência Pública com vistas a tratar “**DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA OS DIREITOS DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS À LUZ DO PLS 06/2003**”, a realizar-se em data a ser definida entre 08 ou 09 de novembro de 2006, no período das 10:00 às 16:00 horas, com intervalo de 12:00 às 14:00 horas.

Autor: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado

CONVIDADOS:

PAULO DE TARSO VANNUCHI - Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos;

LUIS FERNANDO ASTORGA GATJENS - Director Ejecutivo del Instituto Interamericano sobre Discapacidad (IID)/ Vicepresidente de la Red Iberoamericana de Organizaciones No Gubernamentales de Personas com Discapacidad y sus familias (RIADIS);

REGINA MARIA MELO ATALLA - Diretora do Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente - CVI Brasil;

ANA PAULA CROSARA DE RESENDE – Escritora, Advogada Especialista em Direito

Administrativo e Empresarial, Mestre em Geografia e Ativista Social;

JORGE MARCIO PEREIRA DE ANDRADE

– Médico Psiquiatra do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira;

ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO -

Subprocuradora-Geral da República - Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão- MRF;

CLEIDE RAMOS REIS - Promotora de Justiça

do Ministério Publico do Estado da Bahia;

RICARDO TADEU MARQUES DA

FONSECA - Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 9a. Região;

JOELSON DIAS - Conselheiro Titular do

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE); e membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB; e

SENADOR FLÁVIO ARNS - Relator do

Estatuto dos Portadores de Deficiências.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 04/10/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO N° 265, DE 2003 - (TERMINATIVO)

Altera o artigo 49 da Lei nº 8171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas.

AUTOR: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Flávio Arns

RELATÓRIO: Pela aprovação.

RESULTADO: Aprovado o projeto. À Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2004 - (TERMINATIVO)

Dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

AUTOR: Senador Efraim Moraes

RELATOR: Senador Demóstenes Torres

Em 31/05/06, foi lido o relatório.

RELATÓRIO: Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta.

RESULTADO: Aprovado o projeto e as emendas. À Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 1999 - (TERMINATIVO NA CAS) - (Tramita em conjunto com os PLS nºs 271, de 2000, e 47, de 2003)

Proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo o território nacional.

AUTOR: Senadora Marina Silva

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

RELATÓRIO: Pela prejudicialidade (art. 334, II, do RISF).

RESULTADO: Aprovado o parecer. O projeto será encaminhado à CCJ, CE, CAE, e, posteriormente, à CAS, em decisão terminativa.

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2000 - (TERMINATIVO NA CAS) - (Tramita em conjunto com os PLS nºs 216, de 1999, e 47, de 2003)

Suspende até o ano de 2004 a produção e comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs) e dá outras providências.

AUTOR: Senador Antônio Carlos Valadares

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

RELATÓRIO: Pela prejudicialidade (Art. 334, I, do RISF).

RESULTADO: Aprovado o parecer. O projeto será encaminhado à CCJ, CE, CAE, e, posteriormente, à CAS, em decisão terminativa.

ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2003 - (TERMINATIVO NA CAS) - (Tramita em conjunto com os PLS nºs 216, de 1999, e 271, de 2000)

Dispõe sobre a produção e comercialização da soja geneticamente modificada.

AUTOR: Senador Olivir Gabardo

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

RELATÓRIO: Pela prejudicialidade (Art. 334, II, do RISF).

RESULTADO: Aprovado o parecer. O projeto será encaminhado à CCJ, CE, CAE, e, posteriormente, à CAS, em decisão terminativa.

ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2006 - (TERMINATIVO NA CAS)

Dispõe sobre a mineralização dos solos e a segurança alimentar e nutricional.

AUTOR: Senador Pedro Simon

RELATOR: Senador Juvêncio da Fonseca

RELATÓRIO: Pela aprovação com 4 emendas que apresenta.

RESULTADO: Aprovado o parecer. O Projeto será encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

RELATÓRIO
OUTUBRO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2006

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....	03
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....	03
Total de Reuniões Realizadas.....	03
Total de Proposições Apreciadas.....	39

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

PROJETO DE LEI DO SENADO (PLC)	OUTUBRO
PELA APROVAÇÃO	04
TOTAL	04

PROJETO DE LEI DO SENADO (PLS)	OUTUBRO
PELA APROVAÇÃO	02
PELA REJEIÇÃO	01
TOTAL	03

REQUERIMENTOS	OUTUBRO
PELA APROVAÇÃO	03
TOTAL	03

PROPOSIÇÕES TERMINATIVAS

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)	OUTUBRO
PELA APROVAÇÃO	28
TOTAL	28

PROJETO DE LEI DO SENADO (PLS)	OUTUBRO
PELA APROVAÇÃO	01
TOTAL	01

**TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E
REALIZADAS
MARÇO/OUTUBRO**

Reuniões Ordinárias Convocadas.....05
 Reuniões Ordinárias Realizadas.....05
 Reuniões Extraordinárias Convocadas.....29
 Reuniões Extraordinárias Realizadas.....29
 Total de Reuniões Realizadas.....34

PARECERES	PDS	PLC	PLS(T)	PLS (NT)	PRS	EMENDA da Câmara dos Deputados	RQS	RQS - PLEN	INS (NT)	AVISOS	EMENDAS - PLEN	DIVERSOS	MSF	PETIÇÃO
PELA APROVAÇÃO	371	22	26	16	02	01	25	-	01	-	-	-	-	-
PELA APROVAÇÃO PARCIAL		01		03										
PELA REJEIÇÃO	-	01	-	06	-		-	-	-	-	-	-	-	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-	01	-		-	-	-	-	-	-	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	01	-	-	-	-		-	-	-	01	-	-	-	-
TOTAL	372	24	26	26	02	01	25	-	01	01	-	-	-	-

TOTAL GERAL: 478

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 242 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

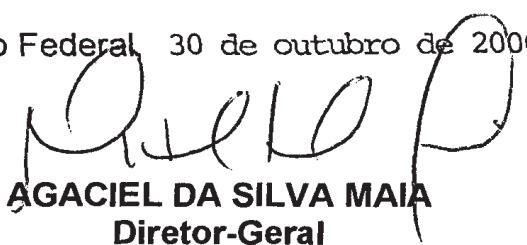
R E S O L V E:

I - Prorrogar até o dia 31 de dezembro de 2006 o prazo de para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial Temporária de que trata a Portaria nº 171, de 2005, do Diretor-Geral, incumbida de promover estudos, desenvolver e implementar ações junto à administração, com o intuito de promover a valorização da pessoa com deficiência no âmbito do Senado Federal.

II - Designa para integrar a presente comissão as servidoras Ana Tereza Lyra Campos Meirelles, matrícula 189549, Cristina Dias Tavares Rehem, matrícula 106516 e Simone Pereira da Silva, matrícula 192998.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 10 de outubro de 2006.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 243 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar os servidores Sílvia Castanheira Oddone, matrícula nº 55478; Adriana Ribeiro Maia, matrícula nº 168649, Alexandre Bento Hilgenberg, matrícula nº 53044; André Luiz Santiago de Medeiros, matrícula nº 49855; Cristina Dias Tavares Rehem, matrícula nº 651-1; Ericson Andrade de Oliveira, matrícula nº 180959; Francisco de Assis Sousa Braga, matrícula 52740; Francisco Henrique Martins Damaso, matrícula nº 50699; Geremias Pignaton, matrícula nº 52544; João Luiz de Moura Araújo, matrícula nº 53020; José Bonifácio de Góis Júnior, matrícula nº 174091; José Messias Feitosa dos Santos, matrícula 14440; Luiz Antônio Jambeiro de Moraes, matrícula 53019; Simone Pereira da Silva, matrícula 192998 e Raimundo Ribeiro Di Menezes, matrícula 197583, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão do Tour de Finais de Semana nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2006, instituída pelo Ato do Diretor-Geral nº 1345 de 2000, em substituição aos servidores designados pela Portaria nº 167, de 14 de julho de 2006, desta Diretoria-Geral.

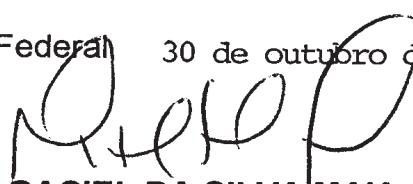
Art. 2º – Os membros desta Comissão farão jus à percepção de gratificação mensal, cujo valor será equivalente ao Nível I, que corresponderá a 20 horas de trabalho nos finais de semana e feriados em que servirem como guias aos visitantes, no horário das 9 às 18 horas.

Art. 3º – O número de horas por dia de trabalho deverá ser de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 8 (oito) horas corridas. Deverá ser aplicada a proporcionalidade da gratificação mensal para os participantes cujo número de horas trabalhadas for inferior a 20 (vinte).

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de outubro de 2006 até o dia 31 de dezembro de 2006.

Senado Federal

30 de outubro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 244 , DE 2006

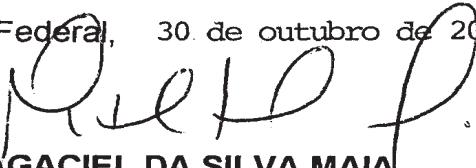
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar os servidores Marco Aurélio de Oliveira, matrícula 14774, para integrar como membro, a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 211, de 2006, do Diretor-Geral.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 245 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

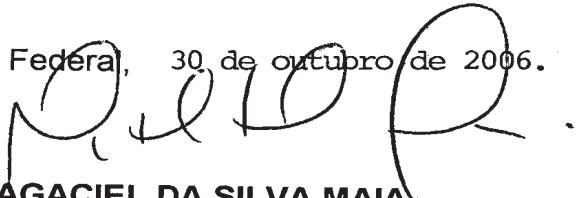
R E S O L V E:

I – Designar os servidores Zacheu Barbosa Teles, matrícula 3007, para integrar como membro, a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 205, de 2006, do Diretor-Geral.

II – Designar o servidor Ari Roberto Menezes Monteiro, matrícula 49247-1, para integrar a referida Comissão, em substituição à servidora Maria Consuelo Freire Bezerra, matrícula 51916.

III – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 24 de outubro corrente.

Senado Federal, 30 de outubro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

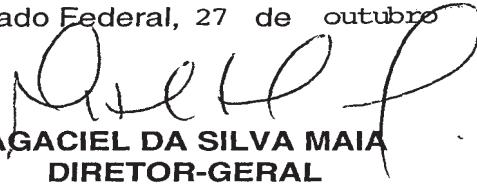
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2105 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar a servidora **MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA**, matrícula 40037, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA de TÉCNICO LEGISLATIVO**, Símbolo **FC-6**, da Diretoria-Geral, com efeitos financeiros a partir de **1º de outubro de 2006**.

Senado Federal, 27 de outubro

de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

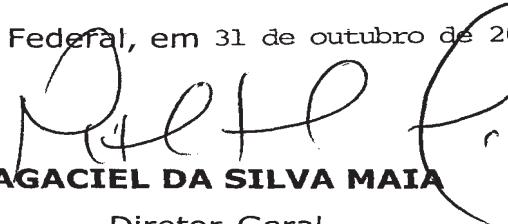
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2106 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 015.522/06-7.

RESOLVE aposentar, voluntariamente, por idade, com proventos proporcionais, o servidor **CARLOS FRAZÃO DA SILVA** Técnico Legislativo, Área 1, Nível II, Padrão 30, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação dada pela EC. Nº 20/98, na forma do disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003, com a vantagem prevista no art. 1º da Resolução (SF) nº 74/94, e artigo 9º da Resolução SF nº 07/2002, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA

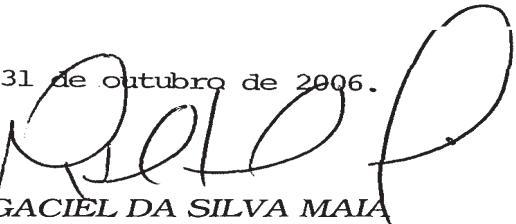
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2107 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 014707/06-3,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", e "b", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a OCIREMA GUIMARÃES VIEIRA e SIMONE BASTOS VIEIRA, respectivamente, na condição de ex-esposa pensionada e cônjuge, no percentual de 50% (cinquenta por cento) para cada uma, dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor LUCIANO VIEIRA, matrícula 2190, a partir da data do óbito, 23/09/2006.

Senado Federal, 31 de outubro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA

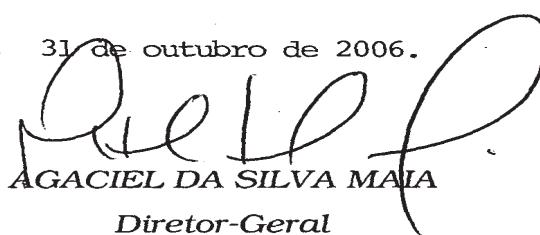
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2108 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal nº 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014707/06-3,

RESOLVE, tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 2004, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 3584, de 11/10/2006, que concedeu pensão vitalícia a OCIREMA GUIMARÃES VIEIRA e SIMONE BASTOS VIEIRA, em virtude da digitação incorreta do nome da pensionista Simone Bastos Vieira.

Senado Federal, 31 de outubro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2109 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015294/06-4,

RESOLVE dispensar a servidora ELSE ROSIENE MAIA, matrícula 43944, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, com efeitos financeiros a partir de 11 de outubro de 2006.

Senado Federal, 31 de outubro de 2006.



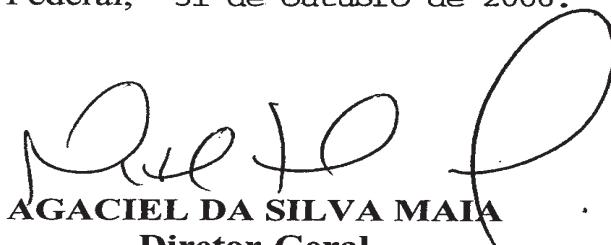
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2110 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015893/06-5,

RESOLVE dispensar o servidor ANTÔNIO MACHADO FRANÇA, matrícula 41248, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Polícia do Senado Federal, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Segurança de Plenários da Subsecretaria de Proteção a Autoridades, a partir de 25 de outubro de 2006.

Senado Federal, 31 de outubro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2111 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015892/06-9,

RESOLVE dispensar o servidor PAULO RICARDO ZARRANZ BUENO, matrícula 49818, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Policiamento Noturno da Subsecretaria de Polícia Ostensiva, a partir de 25 de outubro de 2006, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 31 de outubro de 2006.



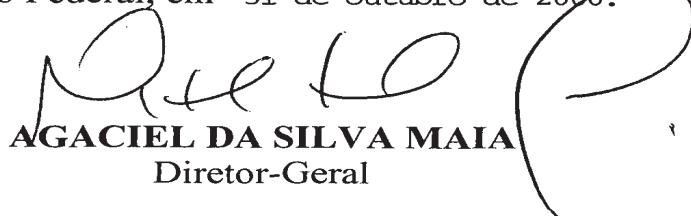
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2112 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016062/06-0,

R E S O L V E declarar vago, a partir de 10 de outubro de 2006, o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Pedro Simon, ocupado por **REGIS ARNOLDO FERRETTI**, matrícula nº 157380, em virtude do disposto no art. 33, inciso IX, da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2113 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JACINTO MUROWANIECKI, matrícula nº 52829, e JOSÉ CARLOS MATTE, matrícula nº 52404, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 013581/06-6 e do(s) contrato(s) que este originar, em substituição aos atuais gestores.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de outubro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2114 , DE 2006

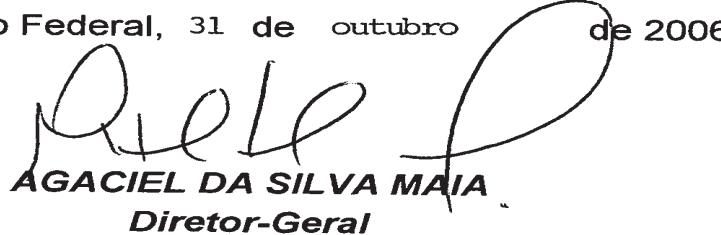
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores GOULART COSTA MARQUES, matrícula nº 22357, e EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES, matrícula nº 45527, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 014445/06-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de outubro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2115 , DE 2006

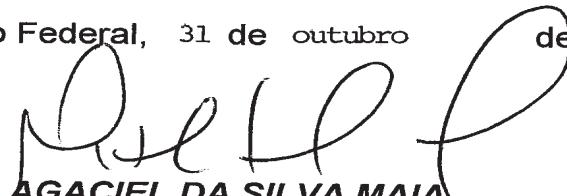
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JOÃO MARCELO DE CASTRO NOVAIS, matrícula nº 51424, e ALDECYR FREITAS MACIEL, matrícula nº 47202, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 015679/06-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de outubro de 2006.



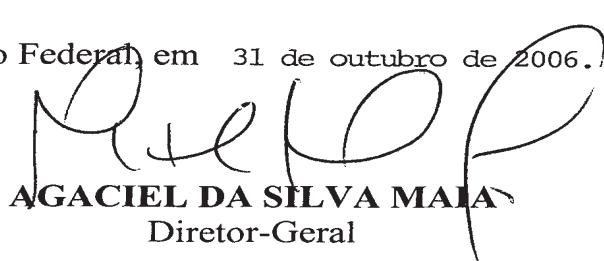
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2116 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016073/06-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES**, matrícula n.º 175976, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de novembro de 2006.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



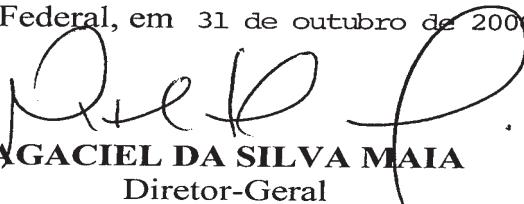
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2117 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015656/06-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ALEXANDRE DA SILVA FRANÇA**, matrícula n.º 162763, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Aloizio Mercadante, a partir de 1º de novembro de 2006.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



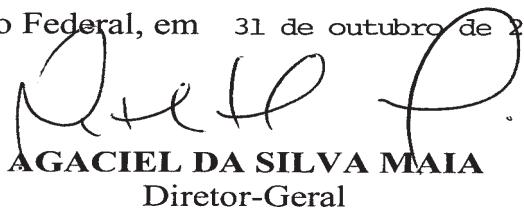
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2118 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015943/06-2,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIANNA GUIMARÃES SOBRAL CABRAL**, matrícula n.º 185404, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



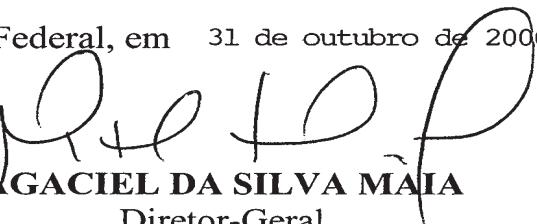
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2119 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **016064/06-2**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **RONALDO SANTINI**, matrícula n.º 169230, de Assistente Parlamentar, AP-8, para o de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2120 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **016063/06-6**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **CLOVIS FERNANDO DE SOUZA SIEMAK**, matrícula n.º 195082, de Secretário Parlamentar para o de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



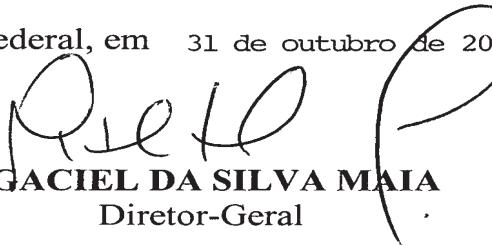
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2121 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **015941/06-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **DENIS OLIVEIRA RODRIGUES**, matrícula n.º 186111, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, e sua respectiva lotação, do Gabinete da Liderança do PMDB para o Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2122 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **015939/06-5**,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **FRANCISCA HIGINO DE ALMEIDA**, matrícula nº 137847, ocupante do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Ney Suassuna para o Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA

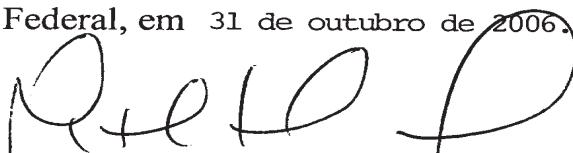
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2123 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **015940/06-3**,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES**, matrícula nº 171880, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Ney Suassuna para o Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA

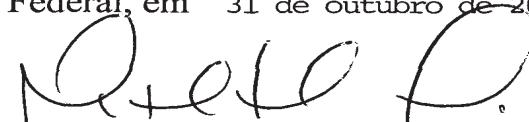
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2124 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **016037/06-5**,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **MARIA APARECIDA SANTOS PEREIRA**, matrícula nº 139005, ocupante do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Ney Suassuna para o Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2125 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **016038/06-1**,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **EMÍDIO BARBOSA DE LIMA BRITO FILHO**, matrícula nº 194272, ocupante do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete da Liderança da Maioria para o Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2126 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs **014875/06-3** e **015942/06-6**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1996, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3583, de 10/10/2006, que nomeou **NARRIMAN NAPY CHARARA FERREIRA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



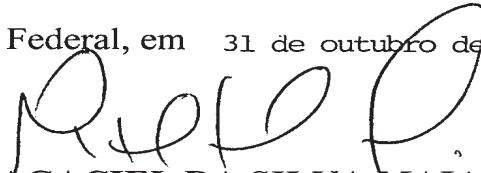
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2127 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015942/06-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NARRIMAN NAPY CHARARA PEREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



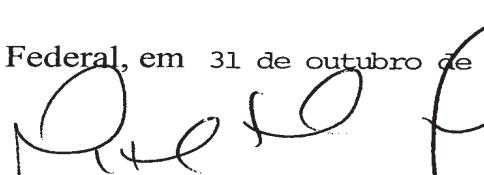
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2128 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016115/06-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO FRANCISCO HEINECK** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



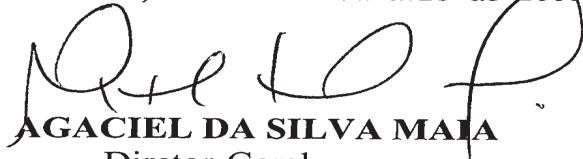
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2129 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015912/06-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MAIRA FAGUNDES HAUACHE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3,, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-presidência.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



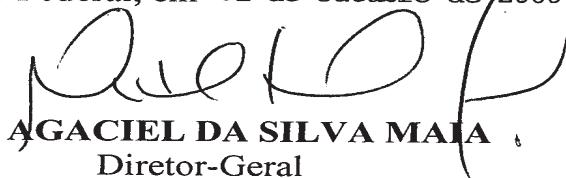
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2130 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015924/06-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DIEGO JOSÉ PEREIRA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



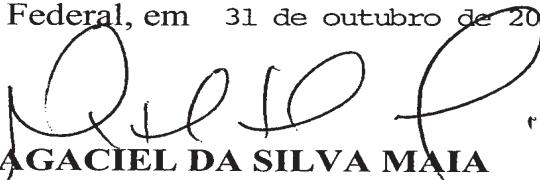
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2131 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015959/06-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FABIANA KARINE DE AZEVEDO PESSOA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



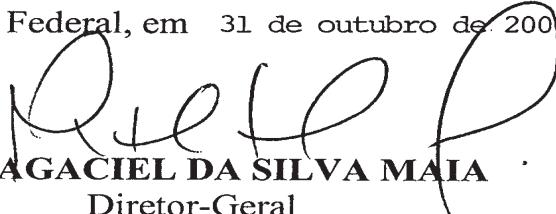
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2132 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015966/06-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **IGOR AGUIAR BARBOSA BRAGA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Luiz Pontes.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



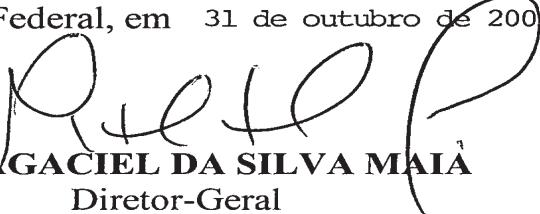
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2133 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015965/06-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ILANA AMARO MOTA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Luiz Pontes.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



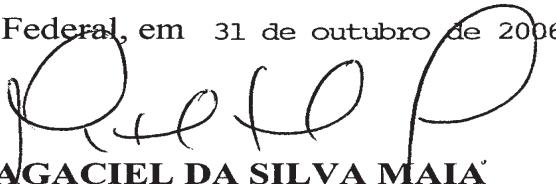
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2134 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015958/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JULIANA ALVES COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



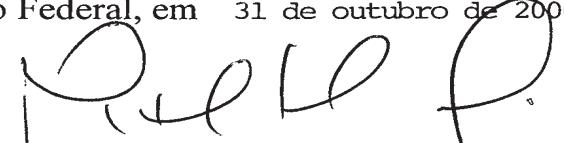
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2135 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015957/06-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **BRANCA BARULLI DE XAVIER** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



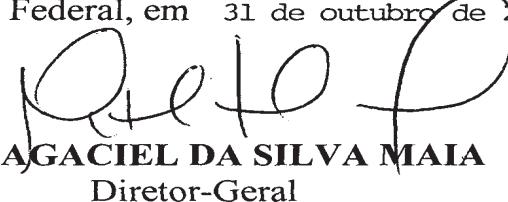
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2136 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016052/06-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOAQUIM GILBERTO SOARES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.



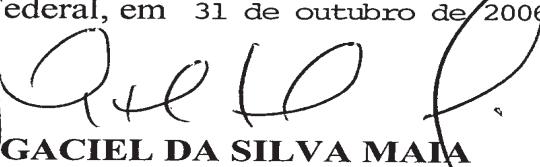
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2137 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016039/06-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOÃO SÉRGIO MAIA SOBRINHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2138 , DE 2006

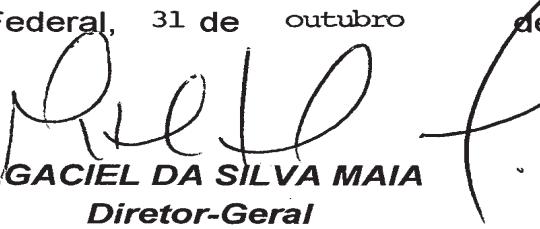
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JEOVÁ DANTAS DE JESUS, matrícula nº 54772, e ARÃO FERNANDES BULHÕES, matrícula nº 50377, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 009145/04-4 e do(s) contrato(s) que este originar, em substituição aos atuais gestores.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de outubro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**(9 titulares e 9 suplentes)****Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB****Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾ PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL) 3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfiliou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646

E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

<u>1^a Eleição Geral</u> : 19.04.1995	<u>4^a Eleição Geral</u> : 13.03.2003
<u>2^a Eleição Geral</u> : 30.06.1999	<u>5^a Eleição Geral</u> : 23.11.2005
<u>3^a Eleição Geral</u> : 27.06.2001	

Presidente: Senador João Alberto Souza¹
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho ³ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁵	MG	2244	1. Leomar Quintanilha ⁴ (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁶	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁷	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.10.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o OF. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2^a Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6^a Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11^a Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSICÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. SERYS SLHESSARENKO (PT/MT)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 24.10.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA PMDB-MG
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

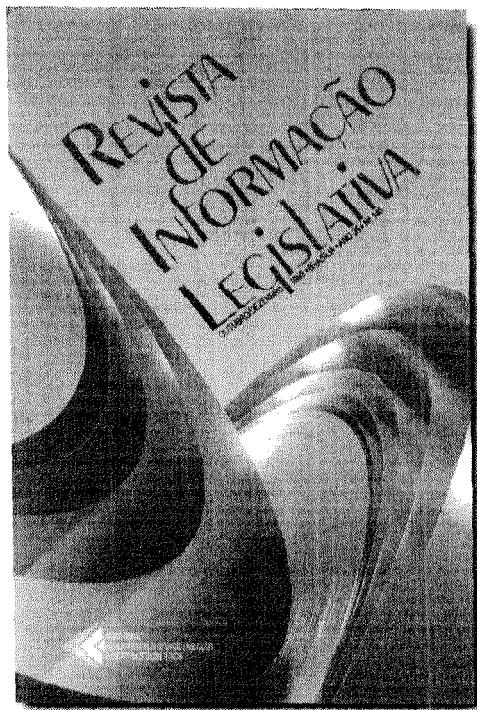
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141^a edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição comprehende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 256 PÁGINAS